

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/09/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 05 de Setembro de 2020 - 09:00

## ***Ricardo Eletro sonegou R\$ 58 milhões de impostos para a Bahia, diz MP-BA***

O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) ouviu nesta sexta-feira (3), os depoimentos de gestores e ex-gestores da Comércio Varejista e da Máquina de Vendas Brasil Participações, empresas controladoras do grupo empresarial detentor da marca Ricardo Eletro.

As oitivas fazem parte da instrução do procedimento investigatório criminal instaurado pelo Gaesf para apurar a prática de sonegação fiscal que gerou prejuízo equivalente a mais de **R\$ 58 milhões de reais em débitos de ICMS declarados e não repassados ao Fisco Estadual.**

O fundador das lojas Ricardo Eletro e ex-principal acionista da rede, Ricardo Nunes, foi alvo de um mandado de prisão, expedido pela Justiça de Minas Gerais em julho no âmbito da operação "Direto com o Dono", que investiga crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro ([lembre aqui](#)). O empresário foi solto um dia após a prisão.

Veículo: Site Tribuna Feirense	Online
Data: 05/09/2020	Caderno: Notícias

**TRIBUNA**  
Compromisso com a verdade FEIRENSE

# Ricardo Eletro sonegou R\$ 58 milhões de impostos para a Bahia, diz MP-BA

05 de setembro de 2020 | 11h 16



O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) ouviu nesta sexta-feira (3), os depoimentos de gestores e ex-gestores da Comércio Varejista e da Máquina de Vendas Brasil Participações, empresas controladoras do grupo empresarial detentor da marca Ricardo Eletro.

As oitivas fazem parte da instrução do procedimento investigatório criminal instaurado pelo Gaesf para apurar a prática de sonegação fiscal que gerou prejuízo equivalente a mais de **R\$ 58 milhões de reais em débitos de ICMS declarados e não repassados ao Fisco Estadual.**

O fundador das lojas Ricardo Eletro e ex-principal acionista da rede, Ricardo Nunes, foi alvo de um mandado de prisão, expedido pela Justiça de Minas Gerais em julho no âmbito da operação "Direto com o Dono", que investiga crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. O empresário foi solto um dia após a prisão.

Veículo: Site MPBA	
Data: 04/09/2020	Caderno: Notícias



## ***MP ouve gestores e ex-gestores da Ricardo Eletro sobre sonegação fiscal***

O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), ouviu ontem, ouviu ontem, dia 3, os depoimentos de gestores e ex-gestores da Comércio Varejista e da Máquina de Vendas Brasil Participações, empresas controladoras do grupo empresarial detentor da marca Ricardo Eletro. As oitivas fazem parte da instrução do procedimento investigatório criminal instaurado pelo Gaesf para apurar a prática de sonegação fiscal que gerou prejuízo equivalente a mais de R\$ 58 milhões de reais **em débitos de ICMS declarados e não repassados ao Fisco Estadual.**

As oitivas integradas são uma ação estratégica do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), colegiado que reúne o Ministério Público estadual, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), o Tribunal de Justiça do Estado (TJ) e as secretarias estaduais da Fazenda, da Administração e da Segurança Pública. A videoconferência para a colheita dos depoimentos contou com a participação dos promotores de Justiça integrantes do Gaesf, Anderson Freitas de Cerqueira, Alex Santana Neves, Cláudio Jenner de Moura, Hugo Casciano de Santana, Inocêncio de Carvalho Santana e Vanezza Bastos Rossi. Participaram também os procuradores do Estado Leôncio Ogando Dacal e Hanna Maia Tavares e a **inspetora da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Sheilla Cavalcante Meirelles.**



# Preço da Hora Bahia indica melhores preços de medicamentos

4 setembro 2020



Foto: Reprodução

Lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBa), o aplicativo Preço da Hora Bahia tem sido um importante aliado dos consumidores baianos que buscam os melhores preços praticados no comércio local para a compra de medicamentos e produtos de higiene pessoal. De forma prática e dinâmica, o app, que já é utilizado por mais de 280 mil baianos, mostra em pesquisa simples, por nome do produto, princípio ativo ou laboratório, o menor preço praticado pela rede farmacêutica num raio de 1 a 30 quilômetros da localização do usuário. A pesquisa pode ser feita ainda em outro município do estado, caso o consumidor deseje.

Além de permitir a consulta a itens muito procurados no atual momento, como máscaras de proteção e álcool em gel, a ferramenta traz de forma destacada na barra de navegação a pesquisa por “Medicamentos”, facilitando ainda mais a pesquisa pelo item. Para fazer a pesquisa, basta abrir o app, clicar na opção “Medicamentos”, localizada na barra inferior da tela, e informar o nome do medicamento ou princípio ativo, ou ainda o nome do laboratório. Quando a prescrição médica é pelo princípio ativo do medicamento, o consumidor pode pesquisar por esta informação e o app exibe as várias marcas comerciais de medicamentos que contêm este



princípio ativo, conforme tabela da Anvisa. A pesquisa também pode ser feita por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando-se na opção “Código de Barras”, que fica na parte inferior da tela.

O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda do medicamento naquela farmácia, além do telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ele está à venda. Outra função muito útil do app é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário.

### **Aliado na pandemia**

Em tempos de pandemia, quando os protocolos de prevenção aconselham a permanência em casa o máximo possível e a redução da circulação por vias públicas e estabelecimentos comerciais em geral, o aplicativo é capaz de promover a diminuição do tempo de exposição dos seus usuários em ambientes externos, como as farmácias e o transporte público.

Antes de se deslocar, alerta a Sefaz-BA, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes. Isto é fundamental porque o preço máximo dos medicamentos é estabelecido pela Anvisa/Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), e muitas farmácias têm este preço máximo como referência mas concedem descontos diferenciados entre os seus clientes. “Para permitir a comparação entre as diferentes farmácias, o app mostra o preço cheio e o preço com desconto praticada naquela venda”, ressalta o diretor de Produção de Informações da SefazBa, Jadson Bitencourt.

Bitencourt esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em uma promoção, venda para clientes fiéis, descontos por pagamento à vista, compra de mais de uma unidade, entre outras condições. “O Preço da Hora Bahia exhibe o preço praticado e o eventual desconto concedido, por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o desconto apresentado lhe é aplicável. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exhibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”.



O Preço da Hora Bahia pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br). É possível pesquisar os preços de todos os produtos à venda no varejo em toda a Bahia, que atualmente somam mais de 500 mil itens, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba.

**Fonte: Ascom/ SefazBA**

---

---



Veículo: Blog do Thame	Online
Data: 07/09/2020	Caderno: Notícias



## Preço da Hora Bahia indica melhores preços de medicamentos

7/set/2020 . 8:32 | Autor: Editor



### PREÇO DA HORA



Lançado em abril pelo Governo do Estado, por meio da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, o aplicativo Preço da Hora Bahia tem sido um importante aliado dos consumidores baianos que buscam os melhores preços praticados no comércio local para a compra de medicamentos e produtos de higiene pessoal. De forma prática e dinâmica, o app, que já é utilizado por mais de 280 mil baianos, mostra em pesquisa simples, por nome do produto, princípio ativo ou laboratório, o menor preço praticado pela rede farmacêutica num raio de 1 a 30 quilômetros da localização do usuário. A pesquisa pode ser feita ainda em outro município do estado, caso o consumidor deseje.

Além de permitir a consulta a itens muito procurados no atual momento, como máscaras de proteção e álcool em gel, a ferramenta traz de forma destacada na barra de navegação a pesquisa por “Medicamentos”, facilitando ainda mais a pesquisa pelo item. Para fazer a pesquisa, basta abrir o app, clicar na opção “Medicamentos”, localizada na barra inferior da tela, e informar o nome do medicamento ou princípio ativo, ou ainda o nome do laboratório. Quando a prescrição médica é pelo princípio ativo do medicamento, o consumidor pode pesquisar por esta informação e o app exibe as várias marcas comerciais de medicamentos

que contêm este princípio ativo, conforme tabela da Anvisa. A pesquisa também pode ser feita por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando-se na opção “Código de Barras”, que fica na parte inferior da tela.

O usuário pode ver ainda na tela do app o dia e a hora de realização da última venda do medicamento naquela farmácia, além do telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ele está à venda. Outra função muito útil do app é a que apresenta um mapa apontando os três estabelecimentos com os preços mais baixos por produto na região delimitada pelo usuário.

### Aliado na pandemia

Em tempos de pandemia, quando os protocolos de prevenção aconselham a permanência em casa o máximo possível e a redução da circulação por vias públicas e estabelecimentos comerciais em geral, o aplicativo é capaz de promover a diminuição do tempo de exposição dos seus usuários em ambientes externos, como as farmácias e o transporte público.

Antes de se deslocar, alerta a Sefaz-BA, é importante confirmar se os eventuais descontos exibidos continuam válidos e se são aplicáveis a todos os clientes. Isto é fundamental porque o preço máximo dos medicamentos é estabelecido pela Anvisa/Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), e muitas farmácias têm este preço máximo como referência mas concedem descontos diferenciados entre os seus clientes. “Para permitir a comparação entre as diferentes farmácias, o app mostra o preço cheio e o preço com desconto praticada naquela venda”, ressalta o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Bitencourt esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em uma promoção, venda para clientes fiéis, descontos por pagamento à vista, compra de mais de uma unidade, entre outras condições. “O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido, por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o desconto apresentado lhe é aplicável. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”.

O Preço da Hora Bahia pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site [precodahora.ba.gov.br](http://precodahora.ba.gov.br). É possível pesquisar os preços de todos os produtos à venda no varejo em toda a Bahia, que atualmente somam mais de 500 mil itens, tomando por base as informações extraídas das mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Sefaz-Ba.

# A TARDE

**VIRTUAL** Com crescimento de 18% previsto para todo o ano de 2020, o setor registrou uma expansão de 104% apenas entre os meses de março e junho

## PANDEMIA PRODUZ 'BOOM' NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

LAILA MIRANDA\*

O comércio eletrônico, que tinha o crescimento previsto em 18% para este ano, viu suas expectativas serem superadas. O isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 elevou o número de compras pela internet e de empresas no espaço virtual. Isso causou impacto direto no setor, que registrou crescimento de 104% entre março e junho, segundo dados da pesquisa feita pela empresa Neotrust, em parceria com o Movimento Compre & Confie.

A Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm) mostra que 195 mil lojas virtuais foram abertas entre janeiro e junho, número 178% maior que o do semestre do ano anterior, que registrou abertura de 70 mil empresas online. De acordo com o vice-presidente da Abcomm, Rodrigo Bandeira, esse aumento do número de abertura de lojas se deve ao fato do fechamento do comércio regular por conta da pandemia. "Sem a possibilidade de vender nas lojas físicas, o empreendedor viu a possibilidade de vender pela internet e entrou no mundo do e-commerce", conta Ribeiro.

Esse foi o caso do proprietário da rede de lojas SNC Suplementos, de suplementos alimentares, Vanilson Silva. Ele possui lojas em shoppings e viu o faturamento cair em torno de 90% com o bloqueio temporário das atividades nesses centros comerciais. Com isso, viu-se obrigado a migrar para o comércio online, abrindo uma loja virtual e investindo também em divulgação e venda pelas redes sociais. Silva conta que dessa



Vanilson criou espaço virtual e elevou base de clientes

Shirley Stotze / Ag. A TARDE / 5.8.2020

Movimento Compre & Confie, que classifica a confiabilidade e seguridade das lojas online, somente no primeiro semestre deste ano o volume em compras saltou de R\$ 76,5 milhões para R\$ 132,6 milhões, e o faturamento registrou alta de 66%, no primeiro semestre deste ano, saindo de R\$ 32,1 bilhões, em 2019, para R\$ 53,4 bilhões, em 2020 (dados da pesquisa Neotrust/Compre&Confie).

O representante do Movimento Compre & Confie, André Dias, explica que, "por causa do isolamento, até os consumidores que não tinham o hábito de consumir pela internet criaram uma frequência de compra, e, além disso, o e-commerce traz comodidade e benefícios de comparar preços, o que contribui para o consumo", conta Dias.

Já Rodrigo Ribeiro atribui o aumento nas compras virtuais à impossibilidade de consumir em lojas físicas e à necessidade de manter esse consumo, restando direcionar para a internet. A exemplo dos segmentos que mais cresceram em consumo nesse período: supermercado, esporte e lazer, brinquedos, beleza e saúde.

O vice-presidente da Abcomm ainda aponta que "essa é uma tendência de consumo que já estava prevista para aumentar e foi impulsionada pela pandemia, acarretando a entrada de novos clientes. Com certeza, e-commerce tende a ser uma forma de consumo para o pós-pandemia", diz. Ele ainda afirma que as expectativas para o segundo semestre, "principalmente porque temos o Dia das Crianças, Black Friday, Natal", fala Ribeiro.

### DICAS PARA AS VENDAS ONLINE

**ESTOQUE** A primeira dica é organizar o estoque. É importante calcular a quantidade de vendas que se pretende ter com os produtos disponíveis, visto que o comércio online amplia bastante a capacidade de vendas

**PREÇOS** É essencial calcular bem o preço do produto ou serviço que está vendendo. Isso envolve avaliar custos de logística de entrega de produtos, criação e hospedagem de sites

passar o slogan

**DEPOIMENTOS** É relevante também colocar depoimentos de clientes que já compraram e consumiram os produtos/serviços para que possam servir de referência para potenciais clientes

**CONTATO** É necessário manter a loja sempre atualizada com canais para que o cliente possa entrar em contato para reclamações, sugestões

forma conseguiu até mesmo expandir o número de clientes. "Muitos passaram a conhecer a loja por causa dessa modalidade. Eu consegui aumentar a base de clientes das classes C e D e manter o público que já comprava", conta o empresário.

### Lojas virtuais

A analista do Sebrae-BA Taiane Jambeiro fala que o comércio eletrônico tem se expandido, principalmente neste momento de crise, em que muitos empresários estão se adaptando e reinventando para se manter. Por isso ela diz que "a venda em loja virtual é mais vantajosa do que em outras plataformas virtuais, porque permite a possibilidade de integração com o sistema de pagamento, sem precisar enviar o cliente para outra página web, podendo causar desistência da compra; permite uma melhor visualização

dos produtos com mais informações e características; e que a empresa seja encontrada nos mecanismos de busca da internet, aumentando assim a divulgação".

E foi com base nas vantagens em ter uma loja virtual que a dona da marca de bolsas e mochilas artesanais que leva seu nome Thaís Gavazza criou seu e-commerce há dois anos. Apesar de ficar assustada com o impacto negativo que a pandemia causou nas vendas, ela não se deixou abater. Com a obri-

gação do uso de máscaras

**IDENTIDADE VISUAL É importante criar a identidade visual da loja com logomarca, cores que harmonizam com a marca e a mensagem que quer**

**PLANEJAMENTO E ter um bom planejamento é fundamental para que tudo aconteça**

TAIANE JAMBEIRO, ANALISTA DO SEBRAE-BA

faciais, passou a vendê-las. "As máscaras foram a salvação, eu comecei a vender, o número de pedidos foi crescendo cada vez mais, e paralelo a isso aumentou também a demanda de outros produtos, como pochetes, necessários e bolsas para notebook, e ainda consegui uma maior influência local e parcerias para a loja", conta Thaís.

O aumento no número de compras online foi outro impacto que o setor sentiu com o isolamento social na pandemia. De acordo com o

André Dias ainda diz que o movimento de compras online "veio para ficar. O e-commerce vai ser um novo canal de vendas. Até o final do ano passado, esse mercado representava 5% do varejo, agora na pandemia chegou a 12%, e as vendas não caíram diante da reabertura do comércio. Ainda tem muito espaço de crescimento do setorno Brasil", conta o representante do Movimento Compre & Confie.

O vice-presidente da Abcomm afirma que tudo indica que esse crescimento vai ter sustentação, mas chama a atenção que isso depende também do cenário de saúde pública e do cenário econômico, que, se desequilibrados, podem gerar retração no consumo das pessoas.

\* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 08/09/2020	Página: B3

# A TARDE

## A reforma não é lá essas coisas, segundo Elmar e Daniel Almeida

Antigamente o acesso ao serviço público se dava por obra e graça dos humores do governante do dia, o que gerava muito falatório por justos motivos, o apadrinhamento como valor maior. Veio o concurso público para moralizar e o que se vê? Muitos dos concursados nada fazem e intocáveis.

O pacote de reforma enviado ao Congresso bole nisso, prevê a possibilidade de demissão por improdutividade e a premiação para o sentido inverso. Muito justo, certo? Nem tanto. Há controvérsias no caso.

**FALA ELMAR** — O deputado federal Elmar Nascimento (DEM) diz que, nesse aspecto, tudo bem, porque não bole nos direitos de quem já está no serviço, contratados que foram com base na legislação atual, mas fica devendo noutro ponto.

— O projeto não acaba privilégios que existem no Legislativo, no Judiciário e nos tribunais de contas; muita gente com penduricalhos que driblam o teto, ganhando R\$ 90 mil, R\$ 100 mil. Essa é a grande falha.

**FALA DANIEL** — Já o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB) diz que ainda não se deteve sobre o projeto amiúde, mas, pela síntese do que já viu, não gostou:

— Nessa questão dos servidores, quebra o regime jurídico único, e isso não é bom. Mas já deu para ver que o pano de fundo mesmo é esvaziar o serviço público, como todos os movimentos que este governo tem feito. E isso, sim, é preocupante. Noutras palavras, teremos polêmicas no projeto.

# A TARDE

BRUNO BRITO\*

Shopping centers, centros comerciais e academias voltam a funcionar aos domingos e feriados em Salvador. A decisão foi anunciada ontem pela manhã pelo prefeito ACM Neto (DEM), durante a inauguração de uma Unidade de Saúde da Família, no Resgate. O gestor municipal anunciou também a permissão para que a capacidade de templos religiosos seja ampliada e o retorno das apresentações de voz e violão em bares e restaurantes.

A Prefeitura autoriza também o retorno às atividades em cursos de idiomas, informática, profissionalizantes e de reciclagem de vigilantes, seguindo os protocolos gerais e específicos. No entanto, todas estas medidas, começam a valer na próxima segunda-feira, 7.

O prefeito optou também por estender, por mais sete dias, as medidas restritivas nos bairros de Nordeste de Amaralina, Pernambuco, São Cristóvão, Águas Claras, Castelo Branco, Plataforma e Santa Cruz. Mas em todos esses locais o comércio poderá funcionar das 10h às 16h.

Com as medidas, shoppings centers e centros comerciais de Salvador poderão funcionar durante toda a semana, incluindo domingos e feriados, das 12h às 20h. De acordo com o prefeito, a avaliação dos números da Covid-19 na capital foi um fator que permitiu a ampliação dos horários.

Todos os indicadores confirmam melhoria, mas isso não quer dizer que estamos tranquilos. Temos muitos casos e óbitos. Só vou descansar quando houver zero óbito em decorrência da Covid. Até lá, preocupação e atenção total", pontuou Neto. As academias também poderão funcionar aos domingos e feriados, sem restrição de horário.

Nos templos religiosos, a mudança se dá no aumento da lotação permitida, que agora será de 30% da capacidade máxima do ambiente, ou 100 pessoas. Com o decreto do governo estadual, que ampliou o número total de pessoas em eventos e atividades, também iremos aplicar isso aos templos religiosos. Teremos duas hipóteses, 30% da capacidade ou até 100 pessoas. Vale o limite

**PANDEMIA** Prefeito anunciou ampliação da capacidade de templos religiosos, volta de apresentação de voz e violão em bares e restaurantes e cursos livres

## SHOPPING S E ACADEMIAS VOLTAM A ABRIR AOS DOMINGOS E FERIADOS



Shoppings e centros comerciais poderão funcionar todos os dias, incluindo domingos e feriados, de 12h às 20h

**Prefeito estendeu, por mais 7 dias, medidas restritivas em alguns bairros, mas com reabertura do comércio**

mais permissivo", explicou o prefeito, que insiste em ressaltar a necessidade do distanciamento de 1,5m entre os ocupantes. "Se aplicado esse distanciamento, o templo só comportar, por exemplo, 80 pessoas, então esse será o limite", pontuou.

Nesse pacote de flexibilizações anunciadas pelo prefeito ACM Neto, está o retorno de apresentações, na modalidade voz e violão, em bares e restaurantes. O gestor, no entanto, ressaltou que isso não é um convite à dança. "Havia muitos apelos de artistas, que ficaram sem renda na pandemia, para

que liberássemos voz e violão em bares e restaurantes. Banda tá proibido, não há essa hipótese", enfatizou.

Segundo Neto, não será permitido dança. Se acontecer, o restaurante pode ser responsabilizado". Outra novidade foi a liberação do serviço self-service em restaurantes. "Mas o restaurante terá que disponibilizar luva descartável ao cliente. Do contrário, o cliente não poderá se servir", explicou.

### Cursos

Aulas de idiomas, cursos profissionalizantes, informática poderão funcionar

de segunda a sábado, das 10h às 19h. Mas só será permitido a frequência de alunos com, no mínimo, 15 anos de idade. A recomendação é que alunos que componham grupos de risco não frequentem as aulas. Haverá horários escalonados, para que não haja aglomerações na entrada ou saída do curso. "Vamos exigir também o distanciamento de 1,5m entre uma cadeira e outra. Não abrimos mão dessa regra. Tem que ter marcado no chão o espaço de cada aluno, para assegurar o cumprimento dessa distância mínima", explicou Neto.

Outras medidas exigidas são o uso da máscara, limite de 50% da capacidade da sala, intervalo mínimo de 15 minutos entre aulas - para higienização do ambiente. Os cursos de reciclagem de vigilantes, também liberados, terão de seguir as mesmas regras. O prefeito ressaltou que não foram liberados cursos que envolvem contato pessoal. "Não permitiremos, por exemplo, aula de danças ou de artes marciais", sinalizou.

### Restrições nos bairros

Todos os bairros que estão sob medidas restritivas podem ter funcionamento dos estabelecimentos comerciais em horário limitado, das 10h às 16h, são eles: Plataforma, Águas Claras, Castelo Branco, São Cristóvão, Pernambuco, Santa Cruz e Nordeste de Amaralina.

"Portanto, nenhum bairro de Salvador está obrigado ao fechamento completo das atividades econômicas. A gente experimentou isso no Nordeste, e foi bem. Estendemos para São Cristóvão e Pernambuco, foi bem. Assim, estendemos a medida aos demais", explicou. Mas o prefeito lembra que, a de-

pendendo da situação, tudo pode ser fechado novamente. "A depender das circunstâncias e do número de novos casos, poderemos restabelecer o fechamento completo nos bairros", alertou.

Mesmo com alguma flexibilização, foi necessário a prorrogação das medidas, por força do alto número de casos de Covid-19. Em Águas Claras, o percentual de casos positivos é de 32,9%/dia. Sobre protestos de moradores contrários à permanência das medidas nos bairros, disse que respeita o direito de protestarem, mas destaca essas decisões são técnicas. "Todo dia dá mais que 30% de casos positivos. Como posso fechar os olhos a isso? Só se eu fosse louco ou não tivesse cuidado com a vida das pessoas", afirmou, ressaltando que as ações continuam. Prefeitura seguirá realizando ações, a exemplo dos testes rápidos, higienização das ruas, distribuição de máscaras e medição de temperatura. "A prefeitura não vai sair dos bairros", garantiu Neto.

\*SOB SUPERVISÃO DO JORNALISTA LUIZ LASSENRE

# A TARDE

## ECONOMIA Decisão é baseada nos números divulgados pelo IBGE sobre a estimativa da população

# CINCO MUNICÍPIOS BAIANOS VÃO PERDER RECEITA DO FPM EM 2021

MIRIAM HERMES  
Barreiras

Estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que 17 municípios brasileiros vão perder receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com base nos números divulgados pelo IBGE sobre a estimativa da população em 2019.

A pesquisa aponta que na Bahia cinco municípios perdem coeficiente, 11 ganham, e 31 deles, embora com mudança no total de habitantes, permanecem como antes porque a diferença é menor de 500 habitantes entre 2018 e 2019.

Tapiramutá está entre os que registraram queda do coeficiente de 1,2 para 1,0, além de ter redução de recursos de outras verbas, que são repassadas com base no número de habitantes de cada lugar. O município é o único da Bahia que figura entre nove cidades do Brasil com diferença de até 20 habitantes entre a estimativa de 2018 e 2019 do IBGE.

De acordo com o controlador interno da prefeitura de Tapiramutá, Washington Ribeiro, o departamento jurídico municipal está organizando a documentação para pedir a retificação dos números. "Nós já fizemos isso antes, no Censo 2010, quando também apontaram que tínhamos redução de habitantes e conseguimos provar, através de uma mobilização documental, que até povoados inteiros haviam sido contabilizados para municípios vi-



Flamboyant Filmes / Divulgação

Com queda do coeficiente de 1,20 para 1,00, Tapiramutá está entre os municípios baianos que podem perder receita

**Sem especificar valores, ele disse que "o crescimento em diversos setores tem atraído muitas pessoas para morar em Barreiras"**

zinhos", disse Ribeiro.

O prazo para os municípios contestarem os números termina dia 16 de setembro, alertou o consultor da CNM, Eduardo Stranz, salientando que os dados apresentados em agosto pelo IBGE são cálculos sobre estimativas e que a confederação tem protestado pela falta de um censo geral por parte do instituto. "Existe uma lei federal sobre o Plano Nacional de Estatística, que obriga a realização do Censo a cada 10 anos, com a contagem geral da população", afirmou Stranz, des-

taçando que, como a contagem não aconteceu como prevê a lei, a CNM mobilizou lideranças políticas que aprovaram a Lei 165/2019, congelando os coeficientes até a realização do próximo Censo.

### Ganham coeficiente

Entre os municípios baianos que ganham coeficiente, de acordo com o estudo da CNM, Amargosa passa de 1,6 para 1,8. Entretanto, conforme o prefeito Júlio Pinheiro, este número já estava valendo por medida judicial. "Em 2018 tínhamos 1,80 e por

conta da redução na estimativa de população por mudança nos cálculos do IBGE passaríamos para 1,60. Conseguimos comprovar o erro, manter nosso índice", afirmou salientando que considera "essa metodologia do IBGE equivocada".

De 155.439 habitantes (agosto 2019) para 156.975 moradores (julho 2020), Barreiras passa do coeficiente 3,8 para 4,0 em 2021. Isso representa na prática um incremento na receita de 3,31%, afirmou o secretário da Fazenda, Celso Luís Lessa.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 05/09/2020	Página: A8

# A TARDE

## Custo da cesta básica aumenta em 13 capitais em agosto

### AGÊNCIA BRASIL

O preço da cesta básica aumentou, no mês de agosto, em 13 das 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na comparação com o mês anterior. Em quatro capitais (Curitiba, Brasília, Natal e João Pessoa), o custo da cesta básica diminuiu.

Os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos levam em conta os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta durante um mês.

O tempo médio de trabalho necessário para adquirir os produtos da cesta nas capitais pesquisadas, em agosto, foi de 99 horas e 24 minutos, maior do que em julho, quando ficou em 98 horas e 13 minutos.

O Dieese verificou também que o trabalhador comprometeu, em agosto, na mé-

dia, 48,85% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em julho, o percentual foi de 48,26%.

### Cesta mais cara

Entre as capitais analisadas, a cesta básica mais cara foi a de São Paulo, onde o preço médio ficou em R\$ 539,95; seguida por Florianópolis, com R\$ 530,42. As cestas mais baratas foram as de Aracaju, com preço médio de R\$ 398,47, e João Pessoa, R\$ 414,50.

A maior alta mensal ocorreu em Vitória, com 5,08%, o que deixou o valor da cesta em R\$ 509,45. Considerando a variação no ano de 2020, Salvador teve a maior alta (16,15%), deixando o preço da cesta em R\$ 418,72.

# A TARDE

## Fusões e aquisições de empresas crescem no segundo semestre

MARJORIE MOURA

O mercado de fusões e aquisições começou 2020 em um ritmo acelerado, mas a pandemia de Covid-19 gerou pessimismo. De acordo com a plataforma Transactional Track Record, o número de transações caiu em 25% no primeiro semestre de 2020 em comparação com o mesmo período no ano passado.

Este percentual, entretanto, é contestado por Leonardo Dell'Oso, sócio da PwC Brasil e líder nacional da área de transações (Deals), responsável pela elaboração de relatórios mensais para a empresa. Para ele, a recuperação já começou no primeiro semestre de 2020. Em 2019 aconteceu o maior movimento em toda a história do Brasil, explicou, com 912 transações concretizadas e anunciadas, e a previsão de Dell'Oso é que este ano seja batido este recorde de aquisições e fusões.

"Se você compara os primeiros sete meses de 2019, em julho daquele ano foram 462 transações. No mesmo período, em 2020, foram 520

transações (crescimento de 20%). Isto nos leva a prever que, mesmo com esta crise sem precedentes, um novo recorde será batido. Nos relatórios podemos verificar uma queda acentuada de dezembro de 2019 a abril de 2020, com uma intensa recuperação a partir de julho último, o que nos leva a esta projeção do recorde", analisa Dell'Oso.

"Empresas com dificuldade para sobreviver devido à crise precisam fazer movimentos estratégicos", explica Dell'Oso. As maiores perdas ocorreram em lojas físicas, cadeia de lanchonetes e restaurantes, hospitais deixaram de ter receitas altas, aviação aérea, hotelaria. Os ganhos ocorreram nos setores supermercadistas, de alimentos e bebidas, farmacêutico, TI, operadoras de celular com os dados móveis.

As empresas que foram aos bancos para pedir dinheiro ou fazer renegociação de débitos pagaram juros altíssimos, pois o risco de inadimplência é maior. Algumas partiram para abertura de capital na Bolsa, pois é

melhor ter um sócio exigente que perder tudo para os bancos. Ao mesmo tempo, com a remuneração de investimento hoje muito baixa, é mais interessante adquirir ou se fundir com estas empresas em dificuldades, porque ocorreu redução do valor destas, tornando o negócio mais atrativo, avalia.

### Negócios em marcha

Somente ontem, duas grandes empresas anunciaram aquisições no país. A Petlove, maior pet shop online do país e terceira maior do mercado brasileiro, adquiriu a Vetus, uma das maiores plataformas de gestão para pet shops, clínicas e hospitais veterinários do Brasil. O marketplace Magalu, campeão em vendas no país, anunciou a aquisição da startup de delivery de comida AiQFome, com sede na cidade paranaense de Maringá, com cobertura nacional, presente em 350 cidades, de 21 estados, com uma plataforma com mais de dois milhões de clientes cadastrados.

Como exemplos de transa-



Acesso / Hospital Aliança

O Grupo Rede D'Or São Luiz comprou 80% do Hospital Aliança

ções ocorridas na Bahia em 2020, a corretora de investimentos XP adquiriu a participação majoritária na fintech baiana Antecipa, uma plataforma digital de antecipação de recebíveis; a Companhia de Participações Aliança da Bahia anunciou a venda de 80% do Hospital Aliança, em Salvador, para o Grupo Rede D'Or São Luiz; a DNA Capital, gestora brasileira de investimentos em saúde e a norte-americana Valor Capital realizaram um aporte no valor de R\$ 60 milhões na baiana Sanar Saúde, plataforma de educação.

Também no estado, segundo a PwC, a Eagle, empresa brasileira de exploração e produção de petróleo e subsidiária do grupo CKL, realizou a aquisição de quatro campos de exploração terrestre da Petrobras, na Bacia de Tucano, na Bahia, pelo valor de USD 3,01 milhões; a Domo Invest, gestora de venture capital, realizou um aporte no valor de R\$ 3 milhões na fintech Bloxs Investimentos, empresa que opera uma plataforma digital de investimentos alternativos, sediada na Bahia.

### MAIS NEGOCIAÇÕES

O fundo de investimento imobiliário CSHG Real Estate, do banco suíço Credit Suisse, adquiriu o campus da Yduqs em Salvador por R\$ 88 milhões. A Criatec 2 fez um aporte de R\$ 2,5 milhões na Bom Consórcio, startup de Salvador (BA)

### SALVADOR-ITAPARICA

O Consórcio Ponte Salvador-Itaparica, formado pelas chinesas CR20, CCCC South America e CCCLTD, venceu a licitação de 35 anos para construção, operação e manutenção com o menor valor de contraproposta

## Teste de covid-19 em estudantes é ampliado

**REDE ESTADUAL** A testagem para o novo coronavírus continua nas escolas do Subúrbio Ferroviário de Salvador. O calendário da primeira etapa foi alterado pela Secretaria da Educação do Estado (SEC) visando ampliar o atendimento de estudantes, professores e funcionários. Com isso, foram incluídas mais 16 escolas para atender, até o dia 24 de setembro, mais de 30 mil pessoas, sendo 28.535 estudantes, 1.175 professores e 550 funcionários em todas as 28 escolas estaduais localizadas na região.

Hoje, serão realizados os testes da comunidade escolar do Colégio Estadual Bertholdo Cirilo. O público-alvo deverá se dirigir à escola-polo de São João do Cabrito (o Colégio Estadual Aristides de Souza), no bairro de Plataforma. O Aristides de Souza sediará a testagem da própria comunidade escolar na quarta-feira (9) e também receberá, na mesma data, a comunidade escolar do Colégio Estadual de Plataforma.

Para o atendimento, todas as unidades escolares foram higienizadas e disponibilizam álcool em gel e pias com sabão para a lavagem das mãos, além da exigência do uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Os professores e demais pessoas a serem testadas



DIVULGAÇÃO CAMILA SOUZA/GOVBA

**Teste serão retomados hoje, no Colégio Estadual Aristides de Souza, em Plataforma, no Subúrbio de Salvador**

deverão utilizar máscaras de proteção para o acesso aos locais. Ao entrar, todos são direcionados para a higienização correta das mãos.

A testagem acontece de forma centralizada nas escolas denominadas de polos, nos bairros do Lobato, São João do Cabrito, Plataforma, Itacaranha, Alto da Terezi-nha, São Tomé de Paripe, Paripe, Coutos, Fazenda Coutos, Alto de Coutos, Periperi, Mirantes de Periperi e Vista Alegre de Coutos. O objetivo é facilitar a ida dos estudan-

tes, professores e funcionários e evitar aglomeração.

O secretário estadual de Educação, Jerônimo Rodrigues, destacou a importância da iniciativa, que acontece em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab). “Nosso objetivo é atender toda a comunidade escolar do Subúrbio ainda neste mês de setembro, mas isto não significa o retorno das aulas presenciais, pois a data ainda não está definida.”

**CONFIRA CALENDÁRIO EM COR-REIO24HORAS.COM.BR**

## Cai a participação das mulheres no mercado

**TRABALHO** O desemprego na pandemia atingiu com mais força as trabalhadoras no Brasil. De acordo com um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos. Um dos motivos é que com a creches e as escolas fechadas, elas precisam estar todo o tempo em casa, cuidando dos filhos. Mas há outras explicações.

Em junho, Núbia (a fonte preferiu não se identificar) estava feliz: tinha acabado de ser contratada depois de meses de procura. Mas o emprego como recepcionista durou só 12 dias. E não foi só com a Núbia. Tem mais mulheres fora do mercado de trabalho do que

**As mulheres estão em setores que foram muito afetados (...) elas têm uma carga maior de trabalho não remunerado em casa**  
Marcos Hecksher  
pesquisador do Ipea

dentro dele.

A participação delas, que vinha em uma tendência de alta nas últimas três décadas, caiu para apenas 46,3% entre abril de junho de 2020. Em comparação com o mesmo período de 2019, a queda foi de 7 pontos percentuais. A participação dos homens no mercado de trabalho também diminuiu, mas menos: 6 pontos percentuais.

O pesquisador Marcos Hecksher, do Ipea, vê algumas razões para a perda de espaço das mulheres. “O primeiro é que as mulheres estão em alguns dos setores que foram muito afetados. Segundo, elas têm uma carga maior de trabalho não remunerado em casa, esse trabalho aumentou na medida que as escolas ficaram fechadas e terceiro lugar elas foram mais beneficiadas com o auxílio-emergencial que tinha

o objetivo de manter as pessoas em casa”.

“Soma se a isso, também, as questões do trabalho remoto. Mulheres inseridas em profissões, em ocupações que também foram mais afetadas pela pandemia, setor de serviços, hotelaria, que dificultam os exercícios dessas atividades de forma remota”, afirma Cecília Machado, professora e pesquisadora da FGV.

A maior queda na participação no mercado de trabalho foi entre as mulheres que têm filhos pequenos, de até dez anos. Nesse grupo, a proporção de mulheres empregadas ou procurando trabalho nesse grupo despencou de 58% no segundo trimestre de 2019 para pouco mais de 50%. E são elas as que mais têm dificuldade de voltar a trabalhar neste momento ou mesmo de procurar uma vaga.

## TOTAL ABRE MÃO DE OPERAR BLOCOS NA BACIA DO AMAZONAS

**ANÚNCIO** A petroleira francesa Total anunciou que notificou seus parceiros Petrobras e BP sobre a decisão de renunciar à função de operadora de cinco blocos de exploração na bacia da Foz do Amazonas. A Total também comunicou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de sua decisão, dando início a um período de seis meses durante o qual uma nova operadora será nomeada. Neste ínterim, a Total disse que continuará monitorando os processos regulatórios em nome de seus parceiros.

## TELEFONIA

# 6,65

**bilhões de dólares é o valor do contrato que a sul-coreana Samsung Electronics assinou para fornecer à americana Verizon equipamentos de tecnologia 5G. O acordo vai até o final de 2025 e inclui vendas, instalação e manutenção de equipamentos de rede**

## Demanda da Gol sobe 19,8% em agosto com relação a julho

**OFERTA CRESCER** A companhia aérea Gol contabilizou aumento de demanda e oferta no mês de agosto em comparação a julho no mercado doméstico, conforme dados prévios operacionais divulgados ontem: respectivamente de 19,8% e 17,8%. A Gol não realizou voos internacionais em agosto. Já

em relação ao mesmo mês do ano passado, o indicador de demanda (RPK no jargão do setor) apresentou queda de 71,8% no tráfego total e 67,3% no mercado doméstico. A oferta (ASK) teve quedas de 70,7% e 65,6%, respectivamente, ante agosto de 2019. A taxa de ocupação foi de 79,4% agora contra

82,4% há um ano no critério total e 83,3% no segmento doméstico. Em relatório, a empresa ressalta que no mês passado realizou 190 voos por dia, reabriu as bases de Campina Grande, Caxias do Sul, Marabá e Montes Claros, e adicionou 51 operações diárias em Guarulhos (SP) e Galeão (RJ).

# Correio\*

## miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

### O ministro que não viu o visível

Jair Bolsonaro no dia 28 de maio amanheceu querendo dar ordens ao Supremo Tribunal Federal. Foi quando ele berrou na porta do Alvorada aquele ultrajante "acabou, porra". O que o irritava era a decisão do ministro Alexandre de Moraes de expedir mandados de busca em endereços de empresários e blogueiros amigos do governo, investigados pela suspeita de ameaçar ministros do STF, disseminar fake news e financiar crimes digitais. "As coisas têm um limite. Não dá para admitir mais atitudes de certas pessoas", disse o presidente. Era uma ameaça ao Judiciário e, portanto, à democracia. Mas Dias Toffoli não viu.

"De todo o relacionamento que tive com o presidente Jair Bolsonaro e com seus ministros de Estado, nunca vi de parte dele nenhuma atitude contra a democracia", disse Dias Toffoli. O ataque descrito acima fora contra o inquérito que o próprio Toffoli abriu. Um dos seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro, postou que era preciso uma "atitude enérgica" do presidente, acrescentando que não era uma questão de "se" mas "quando" ocorreria uma ruptura. O presidente continuou: "Repito, não teremos outro dia igual

a ontem. Chega. Chegamos ao limite. Estou com as armas da democracia nas mãos". Era uma ameaça, mais uma, mas Dias Toffoli não viu.

Bolsonaro atacou a imprensa de todas as formas, como naquele 23 de agosto em que diante da pergunta de um repórter deste jornal disse que queria "encher sua boca de porrada". Era o valentão, cercado de seguranças e de imunidades presidenciais, fazendo ameaças físicas a um profissional no exercício da profissão. Não foi o primeiro ataque. Ele escolheu alguns jornalistas para ofender, injuriar e caluniar. Ameaçou também órgãos de imprensa que não o bajulam. Editou uma MP dizendo que o objetivo dela era prejudicar o jornal "Valor".

De variadas formas ele ameaçou a liberdade de expressão, um dos pilares da democracia. Isso também Toffoli não viu.

O presidente participou de passeatas antidemocráticas. Muitas. Foram domingos consecutivos em que, aproveitando-se do distanciamento social que mantinha em casa tantos brasileiros, convocou seus apoiadores. Eles foram com faixas pedindo o fechamento do Congresso, do Supremo e uma intervenção militar "com Bolsonaro e A1-5". Numa delas foi para a frente da sede do Exército em Brasília e discursou aos brados para a multidão: "Acabou a patifaria. Não queremos negociar nada, agora é o povo no poder". Disse que as Forças Armadas estavam com eles. Em outro

domingo, sobrevoou a multidão num helicóptero da Força Aérea com o ministro da Defesa a bordo. Usar as Forças Armadas para intimidar é subversão da ordem democrática. Todas aquelas manifestações foram um ataque explícito à democracia. Nem isso, contudo, o ministro Dias Toffoli viu.

O presidente fez ameaças em postagens e em declarações ao ministro Celso de Mello, disse que não respeitaria ordem judicial e publicou numa de suas redes que a decisão do ministro de divulgar o vídeo da reunião ministerial poderia ser enquadrada como abuso de autoridade passível de prisão. O ministro fez bem ao divulgar o vídeo porque nessa reunião claramente se conspirou contra as institui-

ções. Integrantes do governo pediram prisão de ministros do Supremo, o presidente disse que era preciso armar a população para resistir às ordens dos governadores, e citou o artigo 142 da Constituição que, segundo interpretação canhestra que endossava, permitiria a intervenção militar. O presidente postou um vídeo repulsivo em que ele é um leão atacado por hienas e uma delas era o STF. O decano Celso de Mello reagiu. Soltou uma nota dizendo que "o atrevimento presidencial parece não encontrar limites" e lembrou que o presidente desconhecia o princípio da separação dos poderes. Ainda bem que tivemos os olhos de Celso de Mello, porque Dias Toffoli nada viu.

Houve nesse um ano e oito meses homenagens a ditadores, como Stroessner e Pinochet, que nos constrangeram no exterior, exaltação da ditadura, endosso a textos apócrifos claramente golpistas, disseminação de fake news. Bolsonaro colocou em dúvida o processo eleitoral brasileiro, dizendo que houve fraude na última eleição sem apresentar qualquer prova. Nada disso o presidente do STF viu. E tudo era tão visível.

## Líderes buscam acordo para derrubar veto à desoneração da folha

**CONGRESSO** Líderes partidários vão tentar chegar a um acordo com representantes do governo no Congresso Nacional para a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos das empresas de 17 setores que empregam mais de 6 milhões de pessoas.

A legislação em vigor estabelece que a desoneração da folha de pagamentos das empresas desses segmentos da economia vai até o fim deste ano. Entre esses setores, estão os de call center, tecnologia da informação, transporte, construção civil, têxtil e comunicação.

Parlamentares favoráveis à derrubada do veto avaliam que voltar a onerar as empresas no contexto da pandemia de coronavírus seria um estí-

mulo a demissões, dificultando a retomada da economia e a geração de empregos.

Em junho, o Congresso incluiu na medida provisória sobre redução de jornada de trabalho e salário em razão da pandemia um dispositivo com o objetivo de prorrogar a desoneração para esses segmentos até o fim de 2021.

Ao sancionar essa MP, em 6 de julho, o presidente Jair Bolsonaro vetou a prorrogação do incentivo fiscal aos 17 setores. O veto foi uma sugestão do ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao Legislativo, o governo afirmou que a prorrogação da desoneração gerará renúncia de receita sem cancelamento equivalente de despesa.

Quando o presidente da República barra uma medida aprovada pelo Congresso, os

parlamentares podem rejeitar o veto e resgatar o que haviam aprovado anteriormente.

A MP com a prorrogação da desoneração foi aprovada pela unanimidade dos senadores presentes na sessão do dia 16 de junho. Na Câmara, em maio, o texto também recebeu amplo apoio dos partidos.

Anteontem, completou-se um mês que o veto à prorrogação da desoneração está trancando a pauta do Congresso. Ou seja, enquanto não é analisado, outros projetos não podem ser votados. Outros vetos, mais antigos que o da desoneração, também trancam a pauta do Congresso. Entre esses há vetos de Bolsonaro ao pacote anticrime, aprovado pelo Congresso após sugestões do ex-ministro da Justiça Sergio Moro.

“As empresas precisam planejar para o ano que vem. Então, a gente tem que decidir logo”  
**Izalci Lucas**

Senador (PSDB-DF), que é vice-líder do governo no Senado Federal

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 08/09/2020	Página:

# Correio\*

## FIM DO ABONO SALARIAL AFETARIA MAIS NEGROS, MULHERES E OS DE BAIXA ESCOLARIDADE

**ESTUDO** Levado ao centro do debate da criação do Renda Brasil, o fim do abono salarial prejudicaria trabalhadores formais mais vulneráveis. A conclusão consta em levantamento da consultoria IDados, apresentado ao jornal Folha de S.Paulo.

A base do estudo é a Pnad-Covid (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Covid-19), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A extinção do benefício atingiria mais negros, mulheres, jovens e trabalhadores de baixa escolaridade.

A equipe do ministro Pau-

lo Guedes (Economia) elabora um programa para substituir o Bolsa Família. O objetivo é ampliar a cobertura assistencial, sobretudo para atender uma parcela hoje socorrida pela auxílio emergencial.

O benefício criado em abril, e no valor de R\$ 600 até agosto, seguirá até dezembro, com mais quatro parcelas de R\$ 300. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) cobra do time de Guedes um redesenho do Bolsa Família - uma marca de gestões petistas.

A ideia é ampliar o programa social e mudar o no-

me para Renda Brasil. No entanto, há problemas.

Em cenário de grave aperto fiscal, o embate gira em torno da fonte dos recursos. A equipe econômica argumenta que não há margem no Orçamento para ampliar a assistência sem fazer cortes em outras áreas.

O abono é uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada. O benefício, que varia de R\$ 88 a R\$ 1.045 (um salário mínimo), atende quem ganha até dois salários mínimos.

O levantamento mostra que, entre os trabalhadores

com carteira assinada, os beneficiários do abono são mais vulneráveis. A estimativa com base em microdados do primeiro trimestre deste ano mostra que, dos atendidos pelo abono, 27% têm baixa escolaridade (ensino fundamental ou menos), 45,8% são mulheres, 56,7%, negros, e 33,4%, jovens.

Os potenciais beneficiários do abono chegam a 22,6 milhões de trabalhadores, de acordo com o pesquisador. A Pnad captou 35,9 milhões de empregados com carteira assinada no país naquele período.

**Correio\***

## PETRÓLEO FECHA EM BAIXA APÓS REDUÇÃO DO ÓLEO BRUTO

**CORTES** Os preços do petróleo fecharam em queda superior a 1% ontem, após a petrolífera saudita Saudi Aramco realizar um dos mais profundos cortes de preços mensais de fornecimento à Ásia em cinco meses e aos EUA, num sinal de enfraquecimento dos mercados. As reduções, válidas para o mês de outubro, serão de US\$ 1,40 por barril para a Ásia e de US\$ 0,60 o barril para os EUA

O barril do petróleo WTI para outubro caiu 1,76% na Nymex, a US\$ 39,07, enquanto o do Brent para novembro recuou 1,43% na ICE, a US\$ 42,05.

Apesar de recentes cortes no fornecimento realizados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados, o mundo segue com intenso fluxo de petróleo bruto. Diante disso, as refinarias reduziram sua produção de combustível, fazendo com que produtores de petróleo como a Arábia Saudita cortassem os preços para compensar a queda na demanda.

A China, o maior importador de petróleo do mundo que vem sustentando os preços com compras recordes, desacelerou o consumo no mês passado.

# Correio\*

## Congresso aprova 'perdão' de R\$ 1 bilhão para igrejas

**DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS** Um projeto aprovado pelo Congresso Nacional pode anular dívidas tributárias de igrejas acumuladas após fiscalizações e multas aplicadas pela Receita Federal. Segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo, o valor do "perdão" seria de quase R\$ 1 bilhão. O texto aguarda a sanção ou veto do presidente Jair Bolsonaro. Ele tem até 11 de setembro para decidir se man-

tém ou não a benesse.

No fim de abril, Bolsonaro promoveu uma reunião entre o deputado federal David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, e o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Torres Neto, para discutir os débitos das igrejas. O presidente já ordenou à equipe econômica "resolver o assunto", mas os técnicos resistem. Bolsonaro também já defendeu publicamente a possibilidade de acabar com taxas ainda pagas pelas igrejas e "fazer justiça com os pastores, com os padres, nessa questão tributária".

David Soares foi autor da emenda que introduziu, durante a votação na Câmara

dos Deputados, o perdão que pode beneficiar inclusive a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada pelo pai do deputado. A instituição tem R\$ 37,8 milhões inscritos na Dívida Ativa da União, além de outros débitos milionários ainda em fase de cobrança administrativa pela Receita. Contatado por telefone e informado do conteúdo dessa reportagem, o deputado disse que não concederia entrevista.

As igrejas são alvos de autuações milionárias por driblarem a legislação e distribuírem lucros e outras remunerações a seus principais dirigentes sem efetuar o devido recolhimento de tributos.

# Mais\*

ALTA DOS INSUMOS FORÇA PADARIAS A ESCOLHER ENTRE DIMINUIR LUCRO OU AUMENTAR PREÇO DO PÃO



TIAGO CALDAS

Alimento, preferido para o café, acumula, em média, aumento de 9,78% entre julho e agosto, diz o Dieese

## Preço de Paris

**Aumento** Pão francês sobe até 35% em Salvador e força dieta ao consumidor

“A farinha é dolarizada, então quem repassa o preço não é o mercado, é a indústria”  
**Florêncio Rodrigues**

Presidente do Sindicato de Panificadoras de Salvador (Sindipan)

“A gente está sofrendo muito com o aumento do preço dos insumos. Tem sido assustador”  
**Maria da Conceição**

Diretora da Associação dos Proprietários de Padarias da Bahia

**Marcela Villar\***  
REPORTAGEM  
marcela.villar@reddebahia.com.br

O pão nosso de cada dia - aquele francês, mais conhecido como “cacetinho” na Bahia - ficou cerca de 20% mais caro durante os meses da pandemia do novo coro-

navírus, segundo a Associação dos Proprietários de Padarias da Bahia (APP-BA). A estimativa é ainda maior de acordo com o Sindicato de Panificadoras de Salvador (Sindipan): 35%. Só de julho para agosto de 2020 o aumento foi de 9,78% na capital baiana - o maior índice das 17 capitais do Brasil que participaram da última pesquisa do

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O preço normal do querdinho do café da manhã varia entre R\$ 7,50/kg e R\$ 14,50/kg em Salvador e Região Metropolitana, mas chegou a ser encontrado por R\$ 17,90/kg na delicatessen Almacem Pepe, no Itaigara. O gerente do local não quis comentar a variação de preço. Na panificadora Bola Verde, no Largo Dois de Julho, o preço do quilo do pão aumentou R\$ 1 desde março e agora custa R\$ 11/kg. “Devido ao alto custo dos produtos a gente teve um reajuste”, explica Santos, auxiliar da padaria.

Uma das principais causas para o incremento do preço do pão tem a ver justamente com a alta dos insumos que são usados para produzi-lo, como a farinha de trigo e o açúcar. A farinha subiu quase 60%, segundo a diretora da APP-BA Maria da Conceição, que comprava o saco de 50kg por R\$ 90 para abastecer sua padaria. Agora, a mesma quantidade custa R\$ 142. Já o açúcar, que ela adquiria por R\$ 1,95/kg aumentou para R\$ 2,20/kg, ou seja, 12,8%. O Sindipan calculou um aumento ainda maior, de 22%.

“A gente está sofrendo muito com o aumento do preço dos insumos. Tem sido assustador, e, muitas vezes, temos que passar para o cliente final. Mas temos que ter muita cautela para não ter perda

### COMO DRIBLAR OS PREÇOS ALTOS

O Movimento de Donas de Casa e de Consumidores da Bahia (MDCCBA) apresentou ao CORREIO algumas dicas para driblar os preços altos. “O consumidor que controla o preço do produto pela lei da oferta e procura. O pão francês, por exemplo, você pode fazer em casa ou substituir por uma raiz, como mandioca e aipim”, orientou a presidente do movimento, Selma Magnavita.

- Troque de marca por um tempo até o preço baixar
- Diminua a quantidade do produto
- Substitua o produto por outro de mesmo valor nutricional
- Tente fazer alguns produtos em casa, como o pão francês
- Se tiver algo muito caro, deixe na prateleira

## 9,78%

Foi o aumento do pão francês, em média, entre os meses de julho e agosto de 2020

## 16,15%

É o aumento da cesta básica somente em 2020. De julho para agosto, o aumento foi de 0,84% e o acumulado nos últimos 12 meses é de 19,38%

## 0,26%

Aumentou a manteiga de julho para agosto desse ano

\*FONTE: DIEESE

de consumidor, porque, em padaria de bairro, o cliente é diário e percebe tudo que está acontecendo”, relata Maria da Conceição, que tem mantido o preço em R\$ 9,95/kg há três anos. “Por enquanto estou absorvendo o custo e diminuindo minha lucratividade, mas não sei até quando consigo segurar”, completa.

Aliado a isso, outro fator

que fez o preço do pão crescer é a alta do dólar em relação ao real, já que a farinha de trigo que circula no Brasil é, em maioria, importada. O presidente do Sindipan, Florêncio Rodrigues, explica que a quantidade produzida no país só dá conta de abastecer 20% da demanda nacional. Ou seja, os outros 80% vêm de fora, normalmente do Canadá e da Argentina. “A farinha é dolarizada, então quem repassa o preço não é o mercado, é a indústria. Já o açúcar, a gente exporta e no mercado interno fica mais caro”, esclarece Rodrigues.

Apesar dos aumentos, a orientação do sindicato é não ajustar o preço do pão, como foi visto em oito das nove padarias que o CORREIO visitou na manhã de ontem nos bairros da Pituba, Itaigara, Boca do Rio e Nordeste de Amarelinha. “Estamos segurando para não repassar o aumento e tentar ajudar um pouco a população”, afirma o presidente do Sindipan.

Essas recomendações têm sido seguidas por Maleson Fernandes, 35 anos, dono da padaria Irmãos Andrade, no Nordeste de Amarelinha. “Não tem como passar para o cliente porque ia ficar muito caro. Enquanto a farinha não aumentar, dá para aguentar”, disse Fernandes, que mantém o preço do pão a R\$ 8,99/kg há dois anos, apesar do aumento de mais de R\$ 60 no saco de farinha e R\$ 11 no de açúcar.

### OUTROS ALIMENTOS

Alguns produtos não tiveram como escapar do aumento de preço, como o leite e seus derivados, além do arroz e óleo. O aumento também foi visto em outras capitais do país. O queijo lanche, por exemplo, tinha um custo médio de R\$ 28/kg e agora pode custar até R\$ 42/kg. A cliente Evelyn Reis, 25 anos, começou a reduzir o consumo como estratégia para economizar. “Tem coisa que não tem jeito, leite tem que comprar. Mas queijo a gente tem opção e não estou usando muito”, conta Evelyn, que passou a cozinhar mais em casa.

Se antes o óleo era visto a no máximo a R\$ 4 nas prateleiras, agora pode chegar a R\$ 7, o litro. Essa mudança doeu no bolso da comerciante Olga Cabelera, 49, que vende pastéis em uma lanchonete. “Eu comprava a R\$ 3,79 e agora está a R\$ 6,50, R\$ 7. É uma coisa que não posso deixar de usar. Já nos recheios dos pastéis de queijo, eu comecei a usar menos. Não quis trocar de marca para não perder a qualidade”, explica Olga, que fazia compras na delicatessen Gilzan, na Boca do Rio.

\*SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

MARINA SILVA



Com a produção de azeite de dendê ameaçada na Bahia, estudiosos, produtores e distribuidores organizaram um documento para revigorar o segmento no estado

## Indicação Geográfica vai valorizar o dendê produzido na Bahia

O azeite da Costa do Dendê pode receber um “selo qualidade” para proteger a cadeia produtiva da região, que abrange 23 municípios. A Rede Indicação Geográfica para o Azeite da Costa do Dendê trabalha para transformar a região numa área de Identificação Geográfica (IG), com a solicitação de registro de propriedade intelectual ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial. O apoio ao processo é indicado no relatório das ações emergenciais. Com a criação da Identificação Geográfica, o dendê desta região da Bahia será identificável e único, se diferenciando do que é produzido no Pará.

Para o professor Alcides Caldas, o título pode ser um atrativo para a região até mesmo para os jovens que não desejam mais atuar na produção do dendê. “Com a IG, será separado o que é produzido pelo Baixo Sul, com os valores culturais da região, e o que é produzido no Pará. Esse processo também pode abrir novos mercados ao valorizar a produção característica”, disse o engenheiro agrônomo Adailton dos Santos.

Recebemos o estudo e a ideia é debater as questões técnicas para organizar e impulsionar o setor, seja por meio de um arranjo produtivo local, seja por meio de agroindústrias  
João Leão  
vice governador

# Crise do dendê: ações emergenciais

**Produção** Grupo de estudos propõe medidas para melhorar cadeia produtiva do fruto

**Marina Hortélio\***

REPORTAGEM  
marina.hortelio@redebahia.com.br

A agonia dos baianos ao saber da crise do dendê no estado atesta a importância do fruto para a Bahia. Para amenizar a situação e evitar novos períodos de escassez, a Rede Indicação Geográfica para o Azeite da Costa do Dendê, coordenada pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (Igeo/Ufba) e o Instituto Federal Baiano (Ifbaiano) de Valença, elencou uma série de ações emergenciais integradas de desenvolvimento da cadeia produtiva do dendê na Costa do Dendê.

O documento, elaborado depois de uma série de reportagens e conteúdos especiais publicados no CORREIO, foi enviado ao vice-governador do estado João Leão no último sábado. O relatório traz soluções que englobam diversas áreas. Ao todo são nove eixos prioritários, cada um com ações específicas. São eles: educação e formação profissional; saúde; meio ambiente; turismo; cultura; setor produtivo do dendê; inovação em produtos a partir do dendê; comercialização; eventos e

marketing do território/IG. Uma reunião entre a rede e o governo do estado foi marcada para a próxima quinta-feira.

“O Governo do Estado, por meio das secretarias de Desenvolvimento Econômico; Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura e Desenvolvimento Rural, está unindo forças para desenvolver este importante segmento. Recebemos o estudo e a ideia é debater as questões técnicas para organizar e impulsionar o setor, seja por meio de um arranjo produtivo local, seja por meio de agroindústrias,” explicou o vice-governador João Leão, gestor da pasta de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia. Participarão deste encontro também o secretário da Agricultura, Lucas Costa, e do Desenvolvimento Rural, Josias Gomes.

Integrante da rede, o professor de geografia econômica e planejamento territorial do Igeo/Ufba Alcides Caldas afirma que as pastas competentes irão analisar as propostas de mediação da crise. “A ideia é envolver o máximo de agentes para contribuir para o desenvolvimento desta cultura secular do dendê”, indicou.

A cadeia produtiva do dendê sofre com a falta de inves-

timentos, o que dificulta a realização do manejo adequado dos dendezeiros e a manutenção da atividade nas regiões - parte dos produtores optam por deixar o dendê de lado para iniciar um novo cultivo que gera mais lucros. Dentre as indicações, está o incentivo à reforma das estruturas produtivas dos rodões e do azeite de pilão. “Existe na cultura do dendê problemas em relação ao trabalho e podemos criar um mecanismo para melhorar a atuação do trabalhador”, indicou Caldas.

Outra aplicação da inovação citada no documento é a possibilidade de criação do Laboratório de Qualidade Físico-Química, Sensorial e Microbiológica do Azeite da Costa do Dendê - Bahia, que deverá analisar a qualidade do produto e auxiliar o produtor. “Enviamos um projeto para a instituição de um laboratório na Costa do Dendê, o que vai melhorar a pesquisa e pode indicar os problemas na produção do óleo na região. É possível criar normas para a qualidade do produto e ter um agrônomo para ajustar possíveis desvios de qualidade”, explicou o professor.

\*COM ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA CLARISSA PACHECO

## Campanha do CORREIO apoia baianas de acarajé

Depois de meses de aperto em meio a pandemia, 100 baianas de acarajé tiveram um alívio importante. Como resultado da campanha #comelasbaianasdeacaraje, lançada pelo jornal CORREIO, elas receberam, no dia 20 de agosto, cestas básicas com alimentos e itens de higiene que estavam faltando na mesa de quem tira o sustento do tabuleiro.

Nas cestas, foram inseridos itens de alimentação com arroz, feijão, farinha, sal, óleo, café, macarrão, biscoito, soja e materiais de higiene e limpeza como sabão em pó, água sanitária, pasta de dente, sabonete, detergente e papel higiênico. “As baianas estão passando por momentos terríveis sem poder fazer o que gera renda e mantém elas e suas famílias”, disse Rita Santos, presidente da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Beiju e Similares.

Segundo a Abam, das mais de 2 mil baianas de acarajé de Salvador, cerca de 80% estão paradas.

PARA DOAR O VALOR QUE QUISER NA CONTA DA ABAM:  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CÓDIGO OPERAÇÃO: 003 | AG: 4802 | CONTA CORRENTE: 000056-1 | CNPJ: 02561067000120

Com a IG, será separado o que é produzido pelo Baixo Sul, com os valores culturais da região, e o que é produzido no Pará. Esse processo também pode abrir novos mercados ao valorizar a produção característica da região  
Adailton Francisco dos Santos  
engenheiro agrônomo

MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO



**Pensionistas e aposentados do INSS devem contar com mudanças nas regras de forma imediata**

# Margem do crédito consignado deve aumentar

**INSS** Tendência é que proposta de mudança de 30% para 35% seja enviada ao Congresso nessa semana

**Da Redação, com agências**

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia deve encaminhar ainda esta semana uma proposta legislativa para ampliar, de 30% para 35%, a margem do crédito consignado com desconto em folha para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de acordo com o jornal O Globo.

A proposta surge a partir de uma recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) publicada na semana passada em uma resolução do órgão.

A margem de crédito se refere ao percentual da renda mensal que o beneficiário pode comprometer com o pagamento das parcelas. Juntando com a margem de 5% no cartão de crédito consignado que os segurados têm direito, a possibilidade de comprometimento dos ganhos com empréstimos chegaria a até 40% desses.

Segundo fontes do governo ouvidas pelo O Globo, a expectativa é que a secretaria envie ao Congresso Nacional, nos próximos dias, uma medida provisória (MP) com a mudança. Desta forma, a mudança passaria a valer imediatamente, enquanto a votação ocorre na Câmara dos Deputados e no Senado.

Mas as mudanças não são definitivas. A resolução indica que a medida só tenha efeitos somente até 31 de dezembro deste ano, por conta do estado de calamidade pública provocada pela pandemia do coronavírus. Todavia, o CNPS não deixa claro como ficariam empréstimos que ultrapassassem esse período. Atualmente, beneficiários do INSS podem parcelar dívidas de consignado em até 84 meses, ou seja, sete anos.

Ouvido pelo O Globo, Filipe Pires, coordenador de Finanças do Ibmecc-RJ, aponta que a medida é positiva por um lado, pois eleva a oferta de crédito em um momento de emergência, mas, por outro lado, aumenta o risco de endividamento sair do controle. Segundo ele, em geral, a re-

comendação é que somente até 30% da renda seja comprometida com dívidas.

“A margem varia caso a caso. É preciso analisar quanto o cidadão já compromete mensalmente com custos fixos, como aluguel e contas”, analisa Pires. É por isso que, em algumas situações, a margem ideal pode ser até mais baixa do que os 30%, a depender da situação financeira do beneficiário e dos gastos mensais dele.

Outro hábito que precisa ser evitado, de acordo com o economista Mauro Rochlin, é o empréstimo para terceiros.

“Com o aumento da margem consignável, o risco de pegar empréstimos para terceiros é maior. É uma situação complicada, porque normalmente se trata de um parente ou amigo, mas uma solução para dar mais segurança ao aposentado pode ser pedir um bem como garantia em caso de inadimplência”, indica o economista, também ao O Globo.

**MUDANÇAS ANTERIORES**

O INSS já havia publicado mudanças nas regras dos em-

NÚMEROS

**35%**

**Seria a margem do crédito com desconto em folha para aposentados e pensionistas, caso a recomendação do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)**

**84**

**Meses é o prazo máximo de parcelamento de dívidas do consignado para os beneficiários do INSS**

**31/12**

**Seria o prazo máximo dos efeitos da medida, por conta do estado de calamidade pública causado pela pandemia do coronavírus**

préstimos consignados para aposentados e pensionistas do instituto por meio de uma portaria, no mês de julho. As mudanças também são válidas até o dia 31 de dezembro. Com a portaria, o prazo para desbloqueio dos consignados foi reduzido de 90 dias para 30 dias, após a concessão do benefício.

A portaria também abriu a possibilidade de bancos oferecerem um prazo de carência para o início do desconto da primeira parcela, de 90 dias, no máximo, contados a partir do início do contrato.

Para o coordenador de Finanças do Ibmecc-RJ, é preciso prestar atenção às condições do contrato e formular um planejamento para o pagamento das parcelas, com o objetivo de que elas não comprometam mais do que o aposentado ou o pensionista pode pagar por mês, causando prejuízos.

“O crédito consignado é um empréstimo mais barato, porque o risco para o banco é menor, já que as parcelas são descontadas diretamente do benefício do cliente. É por isso que, antes de contratar a modalidade, a pessoa deve tirar o valor das parcelas de seu orçamento mensal e ver se vai parar em pé. Senão, o que acontece é que o cidadão acaba devendo cartão de crédito e cheque especial, que são dívidas mais caras, para conseguir pagar o consignado, que tem juros mais baixos”, explicou Pires, em entrevista ao O Globo.

O empréstimo consignado é visto como uma saída para momentos de dificuldade e, pela facilidade, costuma ser a primeira opção das pessoas. No entanto, a planejadora Paula Sauer aponta que a solução mais adequada, muitas vezes, está dentro de casa, seja reduzindo as despesas ou até mesmo buscando uma nova fonte de renda. Para ela, recorrer ao crédito deve ser a última opção.

“É preciso, e não é fácil, mudar os hábitos de consumo, repensar despesas, rever as contas que se paga no piloto automático, rever as marcas que se consome e trocar por outras mais baratas, por exemplo. Mudar de meio de transporte, cortar algumas despesas, ainda que temporariamente, até que as contas estejam em dia. É preciso fazer escolhas”, aconselha Paula.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 05 e 06/08/2020	Página:

# Correio\*

---

## **UM TOMBO HISTÓRICO**

A economia brasileira desabou 9,7% no 2º trimestre, na comparação com os 3 meses anteriores. Com o resultado, o país entrou oficialmente em recessão técnica, caracterizada por dois trimestres consecutivos de recuo do nível de atividade. No 1º trimestre, o PIB já havia encolhido 2,5%, segundo números revisados pelo IBGE. Trata-se da queda mais intensa desde que o IBGE iniciou os cálculos do PIB trimestral, em 1996. Apesar disso, o impacto da pandemia na atividade econômica do país ainda foi menor do que tinha sido projetado inicialmente, em grande medida devido ao auxílio emergencial, que amorteceu a queda de demanda doméstica. As expectativas agora são de que a atividade econômica prossigam em um processo lento de melhoria mês após mês, ancorado pelo processo de retomada de atividades econômicas impactadas pela pandemia.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 05 e 06/08/2020	Página:

# Correio\*

## **BAHIA NEGOCIA VACINA CONTRA COVID COM A RÚSSIA**

**SPUTINIK V** O governo da Bahia assinou um memorando de entendimento com a Rússia, para que os testes da fase três da vacina Sputnik V, contra a covid-19, sejam feitos em 500 pessoas no estado. A previsão é que os voluntários comecem a receber as doses em outubro deste ano. Duzentas e cinquenta pessoas receberão a vacina, e as outras 250, o placebo.

De acordo com o portal G1, caso a vacina seja aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Bahia vai receber doses já prontas para a aplicação. A Bahia não vai participar da produção da vacina. No entanto, a negociação prevê que todas as informações científicas sejam repassadas pelo país russo para a Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (a Bahiafarma). O cronograma prevê as aprovações legais ainda em setembro e o começo dos testes na Bahia em outubro.

O estado tem 268.137 casos confirmados de covid-19 e 5.590 mortes.

**LEIA MAIS SOBRE A VACINA NA P. 10**

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 05 e 06/08/2020	Página:

# Correio\*

24H ECONOMIA

## Caixa vai abrir 51 agências na Bahia, das 8h às 12h

**AUXÍLIO EMERGENCIAL** A Caixa vai abrir 51 agências na Bahia neste sábado (5), sendo sete delas em Salvador: a do Dom João VI, em Brotas; a do Shopping da Bahia; a das Mercês; a da Fazenda Grande I; a de Itapuã; dos Mares; da Calçada; e a da Praça da Revolução, em Periperi. As agências vão funcionar das 8h às 12h, para atendimento aos beneficiários do Auxílio Emergencial e do Saque Emergencial do FGTS.

Os trabalhadores com data de nascimento entre janeiro e abril já poderão fazer o saque em espécie do FGTS e os beneficiários nascidos de janeiro a setembro poderão sacar em dinheiro o Auxílio Emergencial. A relação de agências que estarão abertas pode ser conferida no site do banco.

O banco reforça que todos

que procurarem atendimento durante o funcionamento das agências serão atendidas e que não é preciso chegar antes do horário de abertura.

A partir deste sábado, 4 milhões de beneficiários nascidos em setembro poderão sacar o benefício nas máquinas de autoatendimento, nas unidades lotéricas e nos correspondentes Caixa Aqui, além de transferir valores para contas da Caixa ou de outros bancos,

### 4 MI

**de beneficiários nascidos em setembro poderão sacar o benefício no autoatendimento**

de acordo com o Ciclo 1 do calendário de pagamentos.

Os ciclos de crédito em conta e saques em espécie seguem até dezembro para o pagamento das cinco parcelas definidas pelo governo federal para o público do CadÚnico e para quem se cadastrou pelo App Caixa | Auxílio Emergencial ou pelo site [auxilio.caixa.gov.br](http://auxilio.caixa.gov.br).

Também a partir deste sábado (5), os trabalhadores nascidos em abril que tiveram o crédito do Saque Emergencial do FGTS e que não movimentaram a conta Poupança Social Digital ou que tenham saldo remanescente já poderão sacar o benefício em dinheiro ou transferir os valores. Na terça (8), a Caixa credita o Saque Emergencial do FGTS para os trabalhadores nascidos em outubro.

## Contingente de desempregados aumentou em 300 mil pessoas

**PANDEMIA** O número de desempregados diante da pandemia do novo coronavírus voltou a crescer na segunda semana de agosto, após leve queda na semana anterior. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nessa sexta-feira (4), em uma semana o contingente de desempregados aumentou em cerca de 300 mil pessoas, chegando a 12,9 milhões o total de trabalhadores em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

Com o aumento, a taxa de desemprego passou de 13,3% para 13,6%. Todavia, o IBGE considera que houve estabilidade do indicador e atribui o crescimento da população desocupada à retomada da busca por emprego diante da crescente retomada das atividades econômicas pelo país.

Segundo o IBGE, diminuiu em cerca de 1 milhão o número de pessoas que gostariam de trabalhar, mas não buscaram emprego na segunda semana de agosto. Uma parcela dessa população conseguiu se ocupar, mas a restante foi para a desocupação.

## 'NÃO HÁ DINHEIRO PARA NOVAS MORADIAS', DIZ MINISTRO

**CASA VERDE E AMARELA** O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, reconheceu que não há dinheiro para o governo contratar novas casas para famílias que recebem até R\$ 1,8 mil nos moldes do antigo programa habitacional. A chamada 'faixa 1' do Minha

Casa Minha Vida - agora substituído pelo Casa Verde e Amarela - concedia subsídios de até 90% do valor do imóvel, com parcelas fixas de no máximo R\$ 270. "Para fazer novos empreendimentos no faixa 1 tem que ter orçamento", disse Marinho ao Estadão/Broadcast. Ele garantiu

que o governo vai entregar todas as 200 mil unidades que estão programadas para esse público. Mas, por ora, não há previsão de novas contratações. Marinho alega ainda que a redução da taxa de juros vai permitir que mais 1,2 milhão de famílias sejam incorporadas ao novo programa.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 05 e 06/08/2020	Página:

# Correio\*

MIRIAM LEITÃO

 [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)



GOVERNO INTERINO DO RIO TENTA SE MANTER NO REGIME FISCAL, EM MEIO À DESCONFIANÇA DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA E AMEAÇA DE JUDICIALIZAÇÃO

## Contas do Rio no meio do vendaval

O Rio entregou apenas um ofício com quatro páginas em vez de um relatório de prestação de contas ao conselho que acompanha o cumprimento do Regime de Recuperação Fiscal. O estado diz que cumpriu 80% do compromisso, mas não é assim que os técnicos avaliam. O acordo com o Rio está sendo resolvido politicamente? O vice-governador Cláudio Castro garante que não. O que ele explica é que os dados entregues agora foram apenas para negociar o adiamento, possibilidade aberta pela liminar do ministro Bruno Dantas do TCU, de manter o acordo enquanto se negocia.

— O que fizemos foi cumprir a liminar do TCU. A ideia do Rio a princípio era judicializar por entender que o regime é de seis anos, com renovação automática no meio. O Tesouro não

pensava assim. Estava tudo preparado para entrar na Justiça, eu preferi exaurir toda a questão administrativa. A única questão política é que eu decidi não ir para o confronto, mas negociar — disse o governador.

Na Secretaria do Tesouro se fala que é de três anos, e que ao fim desse período só havia dois caminhos: rejeitar ou renovar. Mas de fato o TCU abriu uma terceira via, a de o estado permanecer no regime enquanto se negocia com o Conselho Fiscal. O governador Witzel foi afastado, o governador interino acabou indo a Brasília e quem marcou o encontro com o ministro Paulo Guedes foi o senador Flávio Bolsonaro.

— Não houve favorecimento político do Rio. Queria tranquilizar quem está com essa justa preocupação. A conversa foi

técnica, com o ministro Paulo Guedes, com o Bruno Funchal e outros integrantes da equipe técnica que trata do assunto. O ministro teve que sair e eu fiquei lá tratando disso. Não é um arranjo político. O senador Flávio Bolsonaro foi o primeiro parlamentar do Rio que ligou oferecendo ajuda. Eu assumi mesmo na segunda-feira, sou governador interino, e o prazo era sábado (hoje), era urgente conversar sobre isso. E a decisão tomada foi a de continuar o diálogo técnico. Se ao final não houver acordo, podemos voltar à ideia da judicialização — disse Cláudio Castro.

O Rio deixou de pagar nesses três anos R\$ 58 bilhões. A visão de quem acompanha as contas públicas do estado é de que muito pouco foi feito até agora. Esta semana mesmo a Alerj

aprovou um projeto que concede benefícios fiscais ao comércio atacadista. A justificativa do governo é que outros estados, como o Espírito Santo, concederam esse benefício, e empresas estariam migrando do Rio. Esse foi o sexto benefício fiscal concedido pelo governo do Rio em 2020. Em 2019, foram três, e em 2018 e 2017, um em cada ano. O governo também conseguiu autorização do Confaz — Conselho Nacional de Política Fazendária — para realizar um refis irrestrito, com anistia de multas e juros a crédito tributários até 31 de agosto.

A orientação do ministro Paulo Guedes é para que a decisão seja estritamente técnica. O temor é o de que o que for concedido ao Rio tenha que ser estendido a outros estados. Minas Gerais e Rio Grande do Sul estão na fila para entrar no RRF.

— O Rio Grande do Sul está também sem pagar a dívida desde o ano passado. Está numa situação melhor do que a nossa, porque não paga a dívida e não tem a mordida do regime que nós temos. Aliás, neste momento da pandemia, ninguém paga e não tem que cumprir nenhum compromisso

— disse Castro.

Caberá ao governador em exercício indicar o próximo procurador-geral de Justiça do Rio, o que pode afetar a condução das investigações contra o senador Flávio Bolsonaro nos esquemas de rachadinhas na Alerj e lavagem de dinheiro.

— O procurador-geral de Justiça tomará a decisão sobre a denúncia antes de haver a troca. Além disso, o PGJ só assina o trabalho que chega pronto do grupo de procuradores — diz o vice-governador.

Ontem, o Conselho do Regime de Recuperação Fiscal recebeu do Rio foram poucas. Castro explica que essa não foi a prestação de contas, ela será feita ao longo do processo de negociação. O governo do Rio diz que fez um ajuste de R\$ 21,2 bilhões dos R\$ 26,6 bi previstos. E não fez mais em função do baixo crescimento do PIB nos últimos três anos, da crise no setor de petróleo, e da pandemia este ano. É bom que todos os dados sejam olhados com lupa. Qualquer concessão ao Rio tem que ser muito bem explicada tecnicamente, para não se consolidar a impressão de um arranjo político.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)



## ENTRE/CULTURA

[www.correio24horas.com.br](http://www.correio24horas.com.br)

# Correio\* Cultural para arte

## Recursos da Lei Aldir Blanc podem não sair dos cofres federais por pura burocracia

Os tambores que já ecoaram em mais de 30 países silenciaram. A agenda de viagens está cheia de rabinhos que marcam os cancelamentos de compromissos profissionais. Os shows mingauaram e a renda do trabalho, que durante mais de quatro décadas alimentou a família, sumiram de uma hora para outra.

O percussionista e compositor baiano Boghan Gaboot – que tem obras gravadas por nomes consagrados como Carlinhos Brown e Daniela Mercury, e sua percussão registrada em mais de 120 álbuns de artistas nacionais e internacionais – está, desde fevereiro passado, enfrentando dificuldades para abastecer a despensa de casa.

Em maio último, parte dos boletos que acumulava na gaveta foi quitada com a primeira parcela de R\$ 600 que recebeu do Auxílio Emergencial do Governo Federal. Para o artista, que trabalha para sobreviver desde os 10 anos, o maior agravante é a incerteza do futuro. “Nosso setor foi o primeiro a ter as atividades suspensas e, com certeza, será o último a voltar”, lamenta. A ausência de trabalho e a dificuldade para colocar comida na mesa também tem tirado o sono de Neemias Almeida Oliveira. O balano, que atua nos bastidores da indústria de espetáculos há mais de 20 anos como roadie, tem vivido de bicos desde março passado. “Tenho aceitado o trampo que aparece para não deixar minha família passar fome”, conta.

A história de Boghan e Neemias é o retrato fiel da realidade vivida desde o começo da pandemia por grande parte dos mais de 5 milhões de trabalhadores do setor cultural no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). De acordo com uma pesquisa realizada pelo Observatório da Economia Criativa, em parceria com universidades públicas, como UFBA e

UFRB, realizada entre março e julho passados, 80,7% dos trabalhadores da cultura no estado não têm vínculo empregatício.

No final de junho deste ano, estes profissionais começaram a enxergar uma luz no fundo do palco. Boghan, Neemias e outros milhares de trabalhadores da cultura celebraram a Lei Emergencial para a Cultura, batizada de Lei Aldir Blanc (em homenagem ao compositor, uma das mais de 124 mil vítimas da covid-19 no Brasil), que, depois de passar pela Câmara e Senado, foi sancionada pelo presidente da República.

### DIVISÃO

A nova lei vai tirar do cofre do Fundo Nacional de Cultura (FNC) R\$ 3 bilhões para ajudar o setor combatido. A lei reza que deste montante metade será destinada a mais de cinco mil municípios brasileiros enquanto a outra metade irá para os estados e Distrito Federal para realização de ações como o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600 aos trabalhadores da cultura (80%). Os 20% restantes do que cabe aos estados deverão ser direcionados para a realização de editais e chamadas públicas.

Assim, feita a divisão, caberá ao Governo da Bahia, R\$ 110 milhões – Salvador receberá R\$ 18,7 milhões. Os gestores municipais ficarão responsáveis pela execução das ações previstas em dois dos incisos da lei: ajuda com subsídios mensais para espaços culturais, micro e pequenas empresas, cooperativas e organizações culturais comunitárias; e a realização de editais e chamadas públicas promovidos pelo estado.

Esta é a primeira vez que a área cultural receberá uma soma tão vultosa, assim como é a primeira vez também que os recursos serão descentralizados, assim como acontece nas áreas da saúde e educação, com a verba chegando aos municípios.

“A forma como a lei foi montada foi muito acertada

**1 Osvaldo Rosa**, ator, dançarino e professor de teatro e dança, passou a dar aulas online porque as escolas onde trabalhava foram fechadas **2 Boghan Gaboot**, percussionista que já tocou com Brown e Daniela, viu os shows serem cancelados e a despensa de casa esvaziar **3 Artistas** de Salvador foram à Igreja do Senhor do Bonfim pedir a bênção do padroeiro da Bahia



porque vai além do auxílio emergencial. Foi importante por pensar na organização do sistema. A descentralização dará maior chance de alcançar um maior número de trabalhadores da cultura”, defende o pesquisador e gestor da área cultural, Carlos Paiva. Para ele, este não é um desafio fácil, mas é uma conquista.

A liberação dos recursos do FNC era tudo que o setor sonhava muito antes mesmo do mundo girar sem o novo coronavírus. Mas os aplausos duraram pouco. Três meses depois da aprovação, o dinheiro ainda não saiu dos cofres de Brasília. Um dos entraves foi o atraso na regulamentação pelo presidente da República, que só aconteceu no último dia 18 de agosto. Para dificultar ainda mais, a lei está atrelada ao decreto de calamidade pública previsto para terminar no próximo dia 31 de dezembro, o que tem deixado a categoria insone.

“O governo federal postergou demais, acho que o que ele quer é dizer: ‘olhe aí, eu dei o que vocês queriam e vocês não usaram’, porque vai ser muito difícil para estado e, sobretudo, para

os municípios, conseguirem aplicar e cumprir todas as exigências num tempo tão curto”, diz Gabriel Pires, diretor da Associação dos Produtores e Cineastas da Bahia e coordenador-geral do Nordeste-Lab.

O produtor cultural Thiago Tao, também partilha da mesma opinião: “O governo federal demorou tempo demais para regulamentar a lei. Para completar, o presidente vetou apenas um item, justamente o que dizia respeito ao prazo da execução, que seria de 120 dias, e este não foi estendido, o que dificulta a instrumentalização, a organização do setor, já que estados e municípios têm agora menos de 50 dias para informar ao governo federal como serão gastos os



**Ronaldo Jacobina**

texto  
ronaldo.jacobina@  
redabahia.com.br

SORA MAIA/DIVULGAÇÃO

# Correio\*



ARISSON MARINHO/ARQUIVO CORREIO

ciptos que não têm nem diretoria de cultura", afirma.

Para o produtor cultural Rodrigo Wanderley, de Senhor do Bonfim, município com previsão para receber mais de R\$ 567 mil, a situação vai além: "Tem prefeituras que vão abrir mão do recurso porque não sabem lidar com toda a burocracia que a lei exige". Se depender da secretaria de cultura local, este não será o caso de Senhor do Bonfim. "Temos 1,3 mil trabalhadores da área cadastrados e estamos formando uma comissão com representantes do poder público e sociedade civil, já que nosso conselho de cultura está desativado", afirma a secretária Nalva Aguiar.

Já o Governo do Estado, a quem cabe aplicar 80% do recurso total no pagamento do auxílio emergencial, afirma que o cadastramento para os profissionais da cultura está aberto desde 14 de julho. "Já recebemos cerca de 20 mil inscrições e estamos intensificando a divulgação", garante a secretária estadual de Cultura do estado, Arany Santana. Ainda de acordo com Arany Santana, a Secult vem realizando desde junho, reuniões virtuais com representantes da sociedade civil de coletivos de artistas, além de audiências públicas em parceria com o Conselho Estadual de Cultura para discutir a Lei e ampliar o maior número possível de trabalhadores da cultura para receber o auxílio emergencial.

Enquanto gestores varam as madrugadas para atender as exigências da legislação, os artistas seguem buscando alternativas para continuar sobrevivendo. De preferência fazendo arte. Um dos mais premiados atores da cena teatral baiana, o ator Marcelo Prado, trocou, temporariamente, o palco pela cozinha: "Estava planejando a abertura de um restaurante no litoral sul do estado quando a pandemia chegou. Como precisava continuar pagando as contas, pensei: vou continuar fazendo arte, desta vez, culinária. Adaptei o cardápio que estava preparando e o lancei nas redes sociais. Assim nasceu o Mané Delícia, que tem funcionado bem no delivery".

Já o ator Talis Castro, migrou dos palcos para as telhadas: "Para continuar sobrevivendo de arte, solicitei o auxílio emergencial para garantir um troco e comecei a me reinventar. Tenho investido cada vez mais nestas plataformas para continuar em cena, mesmo que de forma virtual". Este também foi o caminho que sobrou para o ator, dançarino e professor de teatro e dança, Osvaldo Rosa. O artista, que não bota fé nas políticas públicas para o setor, segue se reinventando: "As escolas onde trabalhava suspenderam os contratos e eu tive que encontrar outros formatos para oferecer aos alunos".

**●● Nosso setor foi o primeiro a ter as atividades suspensas e, com certeza, será o último a voltar** Boghan Gaboot

percussionista

**●● O governo federal postergou demais, acho que o que ele quer é dizer: 'olhe aí, eu dei o que vocês queriam e vocês não usaram', porque vai ser muito difícil para estado cumprir todas as exigências num tempo tão curto** Gabriel Pires

diretor da Associação dos Produtores e Cineastas da Bahia e coordenador-geral do Nordeste-Lab

**●● A primeira parte já fizemos, que é enviar o plano de ação do município de Salvador. O plano já foi aprovado e estamos habilitados para receber os recursos já no primeiro lote, previsto para 11/9** Felipe Dias Rego

gerente de promoção cultural da FGM

## PARA SABER MAIS

**Entre as** medidas previstas na lei estão o pagamento de três parcelas mensais de R\$ 600 a trabalhadores do setor com atividades suspensas.

**Na Bahia,** muitos artistas já haviam solicitado a ajuda como autônomos. Quem recebeu, não poderá receber de novo.

**No pacote** de benefícios, está previsto ainda o uso de parte dos recursos para ajuda a espaços artísticos afetados e parte para editais e chamadas públicas.

**Caberá ao** Estado, pagar o auxílio e dividir com os municípios a função de realizar os editais e as chamadas públicas.

**O município** ficará ainda com a missão de garantir subsídios mensais para espaços culturais (com verbas que vão de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil) para micro e pequenas empresas, cooperativas, organizações culturais comunitárias e coletivas.

**Se os prazos** e atos não forem cumpridos, em caso de municípios, estes deverão reverter os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação, em até 10 dias, ao estado de base territorial.

**Para se** cadastrar para receber o auxílio emergencial, o trabalhador deverá preencher um questionário no site [www.cultura.ba.gov.br](http://www.cultura.ba.gov.br)

**Quanto ao** subsídio mensal à manutenção de espaços culturais, a ajuda – cujos critérios de elegibilidade (exceto os já previstos em lei) e distribuição caberão aos gestores locais – terá valor mínimo de R\$ 3 mil e máximo de R\$ 10 mil, contemplando atividades como teatros independentes, escolas de música e circos.

**Os contemplados** deverão comprovar registro junto a cadastros oficiais de cultura e emitir autodeclaração de serviços suspensos, além de prestar contas dos recursos recebidos em até 120 dias após o recebimento da última parcela. Em contrapartida, com a volta à normalidade, os locais precisarão promover ações destinadas prioritariamente a alunos de escolas públicas ou programações gratuitas.

**Sobre os editais** e chamadas públicas, eles se destinam à manutenção e ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e solidária, cursos, manifestações culturais e produções audiovisuais, bem como atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet.

recursos".

A Prefeitura de Salvador garante que tem trabalhado dia e noite para cumprir os prazos. "A primeira parte já fizemos, que é enviar o plano de ação do município de Salvador para a plataforma Mais Brasil. O plano já foi aprovado e estamos habilitados para receber os recursos já no primeiro lote, previsto para 11 de setembro", afirma Felipe Dias Rego, gerente de promoção cultural da Fundação Gregório de Mattos, responsável pela política de cultura do município.

### REINVENÇÃO

Se para a capital balana parte do caminho já foi feito, parte significativa dos outros 416 municípios do estado, espe-

cialmente os menores, ainda não deram nem os primeiros passos. Isso pode significar que o artesanato, por exemplo, distante dos grandes centros, e que muitas vezes é excluído digitalmente, corra o risco de continuar esquecido.

Para tentar reverter esta situação e garantir que o dinheiro seja aplicado pelos municípios e não tenha que voltar aos cofres do governo federal, o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura tem auxiliado nas questões burocráticas. "Realizamos uma caravana para visitar os 27 territórios de identidades do Estado", diz o presidente do Fórum, Davi Terra. Apesar do empenho, ele acredita que muitos não conseguirão cumprir. "Tem muni-

# Tribuna

## “Não podemos ter apego a ideologias que prejudiquem a população”

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER EAGÊNCIAS

**E**mbora reitere diversas vezes que é um líder político de esquerda, o governador Rui Costa (PT) advogou, em entrevista à revista “Isto é” desta semana, propostas que vão de encontro ao que defende o seu espectro político. O petista baiano argumentou que não se pode ter “apego a ideologias que prejudiquem a população”.

Defendendo as parcerias público-privadas, São uma forma de atrair investimentos privados e melhorar os serviços públicos. Há militantes que questionam, mas não é isso o que a esquerda defendeu? Saúde gratuita e de excelência? É o que os indicadores aqui mostram em unidades com essa gestão. Não podemos ter apego a ideologias que prejudiquem a população. Precisamos

encontrar ferramentas para ir ao encontro do que sempre defendemos”, declarou.

Rui fez questão de descartar na entrevista a possibilidade de deixar o PT. “Quero ser um agente transformador. Não vou mudar minha filiação partidária. Quero debater com meu partido e outras legendas um projeto de nação, sem nenhum apego. As pessoas não devem colocar sua vaidade pessoal acima do projeto para o País. Quero contribuir”, afirmou. O governador disse ainda que é a favor de uma reforma administrativa, mas ressaltou que não leu a proposta enviada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao Congresso.

“A do Bolsonaro não conheço, pois não vi o texto. Acho que precisamos modernizar a forma de contratar servidores públicos. Não sou a favor de procurar modelos precários de remuneração, ao contrário. Precisamos olhar o modelo que as na-

ções desenvolvidas usam. Modernizar as relações de trabalho no serviço público, valorizando a dedicação. Criei na área de segurança um prêmio de desempenho policial, com metas”, pontuou.

Sobre a pandemia de coronavírus, Rui Costa disse que é uma “missão impossível” a tentativa do presidente Bolsonaro de culpar prefeitos e governadores pela crise. “É uma missão impossível. O povo acompanhou. Ele é o grande responsável não só pelo grande número de mortes, de contaminados, mas também pelo impacto na economia. Outras nações conseguiram controlar em menos tempo. Controlando, há uma retomada mais rápida. Estamos há 180 dias nos arrastando com índices altos de óbitos, com o segundo lugar no mundo de contaminados. Se a gente tivesse tomado um remédio amargo por 30 dias, não precisava sofrer 180 dias”, salientou.



**O GOVERNADOR**  
Rui Costa advogou propostas que vão de encontro ao que defende o seu espectro político

O governador baiano declarou ainda que não acredita na nova fase “paz e amor” de Bolsonaro. Ressaltou que o presidente tem usado o Estado para “perseguir os adversários”. “Ele tem dado sucessivas manifestações de que a estratégia sempre foi se fortalecer pelo confronto, pela calúnia, pelas fake news, pela agressão. É a história política dele e da sua família, de se sustentar na

base do conflito, do xingamento, da ofensa. É o estilo miliciano de ser. É a essência política deles e não mudará. Ao contrário, na medida em que se sintam mais fortes, a imprensa vai ser mais coagida. Hoje acontece no Brasil o que a imprensa relatava, de forma correta, em outras nações: o aparelho de Estado sendo usado para perseguir os adversários”, avaliou.

Rui Costa negou que tenha escolhido a Major Denice Santiago para disputar a prefeitura de Salvador por causa do momento de Bolsonaro no País, que atraiu novos nomes vindos da área de segurança. “Não tem a ver. Ela é uma mulher negra que nasceu na periferia da cidade. Achar que todo policial é violento e tem práticas ilegais é um preconceito que eu não alimento”, disse.

# Tribuna

## Líderes tentam derrubar veto à desoneração da folha de empresas

G1

Líderes partidários vão tentar nesta semana chegar a um acordo com representantes do governo no Congresso Nacional para a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos das empresas de 17 setores que empregam mais de 6 milhões de pessoas.

A legislação em vigor estabelece que a desoneração da folha de pagamentos das empresas desses segmentos da economia vai até o fim deste ano. Entre esses setores, estão os de call center, tecnologia da informação, transporte, construção civil, têxtil e comunicação.

Parlamentares favoráveis à derrubada do veto avaliam que voltar a onerar as empresas no contexto da pandemia de coronavírus seria um estímulo a demissões, dificultando a retomada da economia e a geração de empregos.

Em junho, o Congresso

incluiu na medida provisória sobre redução de jornada de trabalho e salário em razão da pandemia um dispositivo com o objetivo de prorrogar a desoneração para esses segmentos até o fim de 2021.

Ao sancionar essa MP, em 6 de julho, o presidente Jair Bolsonaro vetou a prorrogação do incentivo fiscal aos 17 setores. O veto foi uma sugestão do ministro da Economia, Paulo Guedes. Ao Legislativo, o governo afirmou que a prorrogação da desoneração gerará renúncia de receita sem cancelamento equivalente de despesa.

Quando o presidente da República barra uma medida aprovada pelo Congresso, os parlamentares podem rejeitar o veto e resgatar o que haviam aprovado anteriormente.

A MP com a prorrogação da desoneração foi aprovada pela unanimidade dos senadores presentes na sessão do dia 16 de junho. Na Câmara, em maio, o texto também recebeu amplo apoio dos partidos.

## BAIXA

### Indústria perde participação na atração de investimentos diretos

#### ESTADÃO CONTEÚDO

O perfil dos investimentos produtivos feitos por estrangeiros no Brasil está se alterando. Levantamento feito pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), com base em dados do Banco Central, mostra que o setor primário da economia brasileira, puxado pela extração de petróleo e minerais, recebeu nos últimos anos fatia maior de recursos voltados para novos projetos empresariais ou compra de participação em negócios já existentes. Em contrapartida, a parcela de investimentos para a indústria encolheu.

Os dados compilados pela Sobeet mostram que, de 2011 a 2018, o setor primário recebeu 14,3% dos Investimentos Diretos no País (IDP) direcionados a participação no capital, considerando a média do período. No intervalo de 2019 a junho de 2020, o percentual saltou para 24,9%.

Nos mesmos períodos, os investimentos dos estrangeiros na

indústria passaram de 34,6% do total para 22,7%. No setor de serviços, foram de 50,6% para 51,9%. O IDP engloba operações como fusões e aquisições, construção de novas instalações, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior e empréstimos entre empresas de um mesmo grupo econômico.

No período de 2019 a junho de 2020, o aporte total em participação no capital, considerando todos os setores, somou US\$ 63,3 bilhões. Considerando o estoque atual de IDP, entre os principais investidores estão países como Estados Unidos, Espanha, França e China.

Por trás da maior atratividade do setor primário – que reúne agricultura, pecuária e extrativismo mineral – está o dinamismo da extração de petróleo e gás e da extração de minerais. No caso do petróleo, a fatia dos investimentos recebidos saltou de 8,3% no período de 2011 a 2018 para 17,2% no intervalo de 2019 a junho de 2020. A parcela da mineração foi de 2,9% para 4,5%.

Coluna   
**ESPLANADA**

  
LEANDRO MAZZINI

## RECUO ESTRATÉGICO

● O barulho do empresariado dos serviços ecoou no Palácio. O Governo Bolsonaro recuou da tentativa de acelerar a Reforma Tributária do Executivo e pediu para retirar o regime de urgência para o Projeto de Lei que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços, tributo que unifica PIS-Cofins criando uma alíquota de 12% para o setor e que trancava a pauta de plenário da Câmara a partir de hoje. Os deputados não poderiam mais votar outras propostas até que essa parte da reforma fosse deliberada.

**A granel**

● O Governo quer mandar uma reforma fatiada e uma das propostas inclui a criação de um novo tributo sobre transações digitais para compensar a desoneração da folha.

**De quem entende**

● O cientista político Antônio Lavareda diz que as eleições nas capitais serão nacionalizadas. A pandemia, a crise econômica e a polarização política

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 05 a 07/09/2020	Página: 02

# Tribuna

## Desrespeito!

Por mais que o ministro Paulo Guedes alardeie o apoio financeiro às pequenas empresas, o fato é que o dinheiro " não chega na ponta" ameaçando o funcionamento de inúmeras sociedades. A burocracia chega a ser pior do que a praticada em tempos normais, fazendo com que os tomadores dos recursos submetam-se a humilhações que poderão resultar em nada. Nos bancos oficiais a orientação é atender primeiros os próprios clientes. Aí faz-se uma "lista prévia dos pedidos" que termina absorvendo inteiramente os recursos a serem liberados. Nos bancos privados, o nível de exigência para aprovação dos cadastros é tão alta, que só mesmo quem não precisa será beneficiado e, certamente, aplicará o dinheiro no mercado de capitais. Quanto ao Pronampe, que deveria atender empresários convocados pela Receita Federal, só atende online. A fila começa às 5h da manhã. Pode?

## Acordo judicial

Um acordo de R\$ 4,3 milhões homologado pela Justiça do Trabalho da Bahia beneficiará 460 trabalhadores terceirizados da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). O acordo foi homologado no Centro de Conciliação de 1 Grau do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-BA) entre o Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado da Bahia (Sindvigilantes) e a Vipac Segurança e Vigilância. Os valores pagos referem-se a verbas rescisórias, indenização de 40% do Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS) e multa do artigo 477, da CLT.

## Curso

O jurista e vereador Edvaldo Brito continua hoje com a sua aula sobre tributo no seu Instagram @professoredvaldobrito, as 10h. O tema desta vez será o IPTU, mostrando a origem da cobrança, a base de cálculo e como está o valor na capital baiana, analisando se há justiça tributária ou não. Brito mostrará as causas do IPTU ter sido judicializado em Salvadore orientará o cidadão a também questionar nos tribunais a cobrança abusiva. "Agradeço a todos pelo interesse, pois são milhares de participantes interagindo positivamente, e esta é uma forma de valorizar o tema e criar cada vez mais consciência cidadã", diz Brito.

# Tribuna

## PONTO DE VISTA

Fábio Cunha\*

### Reforma tributária é prejudicial ao SUS

O projeto de reforma tributária apresentado pelo Ministro Paulo Guedes não consegue atender aos anseios de simplificação da arrecadação de tributos federais e gera efeitos muito prejudiciais ao sistema de saúde brasileiro. Já bastante combatida pela pandemia, a saúde suplementar sofrerá um revés que resultará em uma migração sem precedentes de usuários para o sistema público de saúde. As consequências da medida não podem ser ignoradas, sob pena de condenarmos não só os cofres públicos, que precisarão arcar com aumento de demanda por serviços de saúde,

mas principalmente a população, que terá um acesso ainda mais escasso à saúde, direito fundamental constitucionalmente protegido.

O primeiro impacto se dará sobre os prestadores de serviços de assistência à saúde, que hoje possuem uma alíquota de 3,65% entre PIS, PASEP e COFINS. A reforma desenhada pelo Ministério da Economia prega a unificação desses tributos na Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) com uma alíquota única de 12%. Isto significa, por exemplo, que laboratórios e hospitais poderão ter de arcar com um aumento de carga tributária de até 80%, pois mesmo com a

instituição de um regime não cumulativo, este não será suficiente para compensar o aumento da alíquota, segundo estudo da Confederação Nacional de Saúde. Esta majoração excessiva de alíquota trará como consequência o aumento dos preços do setor e a migração de pacientes para o sistema público de saúde, que já não tem mais capacidade de atendimento desta nova demanda, diante do cenário de fechamento de mais de 53 mil leitos nos últimos 10 anos.

O segundo impacto que traz preocupação é aquele que se dará sobre os empregos. No regime de não cumulatividade proposto pela equipe econômica, os gastos com insumos poderão ser creditados ao longo da cadeia. Setores intensivos em mão-de-obra, como a saúde, que tem aproximadamente 40% de seus gastos concentrados em folha de pagamento, serão prejudicados, pois tal despesa não

gera direito a créditos. Assim setores e empresas que menos empregarem, terão uma carga tributária inferior àquelas que mais empregarem, ou que pagarem os maiores salários, criando desta forma um incentivo perverso à empregabilidade, justamente em um momento que o país precisa criar postos de trabalho. A reforma, ao contrário, estimulará demissões. A desoneração da folha de pagamentos poderia contribuir para o equilíbrio do sistema, no entanto, depende de fonte de custeio. O caminho mais adequado parece ser a diferenciação de alíquota, solução mundialmente aplicada para elucidar o problema.

Também o consumidor terá alto impacto com a proposta de reforma tributária, pois deverá arcar com um repasse do inevitável aumento de preços dos serviços de saúde. Estamos diante de um cenário no qual, em decorrência do aumento do desemprego e da perda

de renda da população, só entre abril e maio, quase 300 mil usuários já foram obrigados a abandonar a saúde suplementar por incapacidade de pagamento. Estima-se que até o final de 2020, mais de 1 milhão de pessoas tenham que abrir mão de seus planos de saúde. Não podemos esquecer que nos últimos anos mais de 4 milhões de beneficiários já deixaram o sistema de saúde suplementar por não podermos mais arcar com os custos dos planos de saúde, acelerando a migração de usuários para o SUS, cuja capacidade de resposta já está bastante comprometida.

De todos países que possuem impostos sobre valor agregado, 85% aplicam isenção ou alíquota reduzida aos serviços essenciais de saúde e educação, assim evitando todos os efeitos negativos acima indicados.

O aumento de carga tributária trazida pela alíquota de 12%, parece ser um tiro no pé do próprio governo,

pois ao tentar solucionar a questão tributária, acabará gerando um problema ainda maior, com consequências bastante sérias não só para o orçamento público com a sobrecarga no SUS, mas sobretudo para o bem-estar da população. Considerando que a saúde é um dos pilares para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, podemos estar prestes a condenar nossas próximas gerações.

O setor de saúde e a própria coletividade já estão percebendo com clareza as consequências deste cenário. Espera-se, agora, que o Congresso Nacional atue para corrigir o rumo: devemos encontrar mecanismos para manter a neutralidade fiscal do setor, único caminho possível para manutenção do acesso, da qualidade e da segurança dos serviços de saúde.

\*Fábio Cunha é diretor do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed)

# Tribuna

## Guedes quer ampliar a faixa de isenção do IR

GERALDA DOCA, DE O GLOBO

**D**iante da queda na arrecadação, a equipe econômica decidiu enxugar a proposta de reforma tributária que será enviada ao Congresso. O foco da reforma, agora, será em emprego e renda e, para isso, três medidas estão sendo avaliadas: desonerar a folha de salários para todos os setores; ampliar a faixa de isenção do imposto de renda de pessoas físicas para R\$ 3 mil; e zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na chamada linha branca, como fogões e geladeiras.

A contrapartida às três propostas é a criação de um imposto sobre transações financeiras de 0,2%.

A taxação de lucro e dividendos ficará para um segundo momento porque ela teria que ser atrelada a uma redução de impostos para as empresas. É muito difícil fazer essa calibragem no momento de queda na arrecadação, explicou a fonte.

Nesta sexta-feira, em edição extraordinária do Diário Oficial, o governo pediu a retirada de urgência para o projeto que cria a Contribuição sobre Bens e Servi-



**GUEDES**

Ministro também quer fazer valer um novo imposto

ços (CBS), única etapa já formalmente apresentada por Guedes, que prevê a unificação do PIS e da Cofins, com alíquota majorada em 12%.

O pedido não é uma desistência do governo com relação à CBS, mas uma medida de cunho prático. Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a CBS será votada junto com as demais PECs da reforma tributária. A retirada do pedido de urgência é para que o projeto

não tranque a pauta e atalhe a votação de outras medidas.

— Nós vamos votar a CBS como nós vamos votar as PECs. Esse é o nosso acordo com o governo e que vai ser cumprido. Só que as matérias ainda não estão prontas para votar e trancaríamos a pauta de outros projetos de interesse do próprio governo e da sociedade — explicou Maia ao GLOBO.

Segundo interlocutores do ministro da Economia,

Paulo Guedes, o envio das propostas sobre desoneração, novo imposto, isenção de IR e linha branca deverá ocorrer até outubro, no máximo, para que possa vigorar a partir de 2021, se ela for aprovada.

O governo aguarda o aval das lideranças da base, capitaneada na Câmara dos Deputados pelo novo líder Ricardo Barros (PP-PR).

Para estimular a geração de empregos, o governo pretende zerar a contribuição patronal para a Previdência Social para os empregados que ganham até um salário mínimo (hoje em R\$ 1.045).

Nas faixas salariais acima do piso, o percentual de recolhimento baixaria de 20% para 15%. Mas isso só será possível se a base de financiamento da Previdência migrar para o novo imposto.

O governo respira aliviado porque conseguiu resolver um problema mais urgente, que foi a prorrogação do auxílio emergencial em mais quatro parcelas no valor de R\$ 300 até dezembro. A intenção do presidente Jair Bolsonaro é manter esse mesmo valor no Renda Brasil, novo programa social, a partir de janeiro de 2021.

## Ao abrir guerra contra Rodrigo Maia, Guedes assinou sua sentença

TALES FARIA CHEFE DA SUCURSAL DE BRASÍLIA DO UOL

Não sou historiador, por isso peço socorro aos especialistas. Mas não me lembro de nenhum ministro da Economia, na história do Brasil, que tenha sobrevivido no cargo em guerra contra o presidente da Câmara. Pois é. Ontem o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se deixou de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, resolveu proibir os membros de sua equipe de negociar qualquer coisa com o Congresso. Hoje, Maia foi mais explícito.

Em entrevista ao SBT, disse que Guedes simplesmente não gosta dele. O último ministro da área econômica em guerra com um presidente da Câmara, de que me lembro, tentou evitar a briga e tempo inteiro. Mas mesmo assim teve que deixar o cargo.

Tratava-se de Joaquim Levy, o ministro da Fazenda da petista Dilma Rousseff. E olha que Levy nunca professou o ideário petista. É um liberal de carteirinha. E o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), também se dizia liberal. Mas Cunha — de triste memória — na verdade não queria saber de liberalismo ou intervencionismo estatal. O negócio dele, digamos, eram negócios...

Portanto, também não queria saber se o ministro estava disposto ou não a brigar. Cunha queria mesmo era desestabilizar o governo. Para isso, Levy era uma pedra no seu sapato, e o então chefe da Câmara abriu guerra. Pronto. Levy teve que sair. Não é o caso de Rodrigo Maia. O atual presidente da Câmara não abriu guerra. Pronto. Levy teve que sair. Não é o caso de Rodrigo Maia. O atual presidente da Câmara não quer para si a marca de Cunha, de quem deseja o poder em detrimento do país. Portanto, não queria guerra com Paulo Guedes. Mas o ministro anda numa fase, digamos, meio paranóica. Enxerga uma grande ameaça contra sua permanência no cargo. Acha que Maia, o coordenador político do governo, general Luiz Eduardo Ramos, e o ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, estão armando um complô. O resultado é que ele ficou mesmo enfraquecido. Até porque seu recatamento não anda dando certo. E Guedes resolveu, então, atirar. O problema é que criou uma situação de difícil retorno. A forma mais educada com que Rodrigo Maia tem se referido ao mandatário da área econômica é chamando de "um idiota". Preparem seus corações. Vem muito fogo por aí.

## EMERGÊNCIA

### Prorrogação do auxílio vai custar R\$ 33 bilhões

MARINA BARBOSA - CORREIO BRAZILENSE

A prorrogação do auxílio emergencial vai custar menos do que o esperado. O Ministério da Economia informou que a medida vai custar R\$ 67 bilhões e não os quase R\$ 100 bilhões que haviam sido ventilados por economistas e até pelo ministro Paulo Guedes. Um dos fatores que explicam essa redução é o pente-fino que o governo pretende fazer nos próximos pagamentos do auxílio.

Atualmente, o auxílio custa cerca de R\$ 51,5 bilhões por mês. A expectativa era, portanto, que o custo mensal caísse pela metade com a redução do valor do pagamento de R\$ 600 para R\$ 300. Ou seja, para perto de R\$ 25 bilhões/mês e não para cerca de R\$ 16,7 bilhões/mês, como foi divulgado nesta sexta-feira (4/9).

Questionado sobre o assunto, o secretário espe-

cial adjunto de Fazenda do Ministério da Economia, Gustavo Guimarães, alegou que a redução será possível por conta de um remanejamento nos recursos que já haviam sido liberados para o Bolsa Família e também por conta do pente-fino que será feito nos próximos pagamentos do auxílio.

A ideia do governo é evitar que o benefício continue sendo pago a quem não precisa mais do apoio público, por exemplo, a quem conseguiu um emprego na pandemia. As regras de revisão do benefício foram publicadas, nessa quinta-feira (3/9), na mesma medida provisória que confirmou a prorrogação do auxílio até dezembro em parcelas de R\$ 300.

"Houve um aperfeiçoamento, uma limitação. Tivemos casos de fraude. Então, foi feito um aperfeiçoamento com critérios que delimitam quem pode ter acesso ao benefício agora.

Isso reduz a base de pessoas", afirmou Guimarães. "No auxílio emergencial residual, a base foi diminuída, depurada", confirmou o secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues. Eles não informaram, contudo, quantas pessoas devem deixar de ser contempladas pelo auxílio por conta disso.

Guimarães ainda ressaltou que a medida provisória que prorrogou o auxílio diz que os pagamentos serão devidos até 31 de dezembro. E sugeriu que alguns brasileiros podem não receber todas as quatro parcelas extras, como aqueles que começaram a receber o auxílio nos últimos meses e têm pagamentos programados até o fim do ano. "Não necessariamente vão ser quatro parcelas para todos", alegou, também sem dar muitos detalhes da medida.

#### BOLSA FAMÍLIA

Outro fator que contri-

buiu com a redução do custo do auxílio, segundo Guimarães, foi um melhor aproveitamento dos recursos do Bolsa Família. Até então, os segurados do Bolsa Família estavam recebendo os R\$ 600 do auxílio emergencial. Mas, agora, vão receber o benefício usual do Bolsa Família e apenas a complementação do auxílio, até o valor dos R\$ 300. "Esse feito tem uma redução no montante de crédito do auxílio emergencial", afirmou o secretário.

O governo federal já publicou uma medida provisória para liberar um crédito de R\$ 67,6 bilhões para a prorrogação do auxílio emergencial nessa quinta-feira (04/09). Com isso, o custo total do programa chegou a R\$ 321,8 bilhões. É mais da metade de todo o impacto fiscal da pandemia do novo coronavírus, segundo o Ministério da Economia: R\$ 605 bilhões.

## Governo retira pedido de urgência da reforma tributária na Câmara

AGÊNCIA O GLOBO

O governo retirou nesta sexta-feira (4) o pedido para que o projeto de reforma tributária do Executivo tramitasse em regime de urgência na Câmara dos Deputados. A decisão é uma mudança de estratégia do Executivo em relação à medida.

O pedido de urgência foi feito pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 21 de julho, o mesmo em que o texto da reforma tributária foi enviado ao Congresso. Por lei, quando há esse tipo de solicitação, parlamentares precisam analisar a proposta em até 45 dias. Se esse prazo não for cumprido, o projeto passa a trancar a pauta.

Como o prazo terminaria na segunda-feira (7) e ainda não há indicação de que o texto será analisado até

lá, a decisão foi retirar o pedido. A desistência foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

O recuo ocorre um dia após o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmar que a interlocução com o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi encerrada. Segundo Maia, Guedes proibiu que seus secretários falem com o presidente da Câmara. O projeto trata da primeira fase da reforma tributária elaborada pela equipe econômica, que consiste na unificação do PIS e da Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. A medida enfrenta resistências principalmente do setor de serviços, que teme um aumento da carga tributária.

## Venda das refinarias da Petrobrás vai impactar nas contas públicas

RICARDO MAGRO E GUSTAVO  
O. DE SÁ E BENEVIDES

Antes de tudo, vale ser transparente: advogamos e representamos os interesses da Refit, uma refinaria do Rio que, em tese, é concorrente da Petrobras. Digo em tese porque como a Petrobras detém 98% do mercado de refino e a Refit 0,6% (estudo do BNDES de 2018), isso torna relativo o peso desta concorrência. Mas a política de preços do combustível e o peso que a Petrobras tem nisso é do interesse de todos e, quanto mais debate, será melhor para o consumidor.

O anúncio do programa de vendas de refinarias pela Petrobrás, como uma forma de incentivar a concorrência, aumentar a eficiência dos preços e, nos termos da companhia, proporcionar a melhoria de alocação do capital, visando maximizar o valor para os acionistas, é um discurso meramente retórico neste momento. Não há dúvidas que a abertura do mercado é boa para todos. Há inúmeros exemplos, ao longo da história do ambiente de negócios brasileiro, que quanto mais players, melhor para o consumidor.

Mas para que o leitor compreenda que estas vendas em não melhorarão a concorrência, ou seja, não resultarão em queda de preços para o consumidor, bem como que não haverá ganho algum para os acionistas da própria Petrobrás (incluindo a União e, por consequência, todos os brasileiros),

vale explicar o crack spread e como isto afeta a presente questão.

O termo "crack" significa "quebrar". É a "quebra" do petróleo bruto em produtos componentes, tais como o GLP, a nafta, a gasolina, os destilados leves (e.g., combustíveis de avião), os destilados intermediários (e.g., diesel) e os destilados pesados (e.g., graxa e asfalto).

Crack spread (ou spread do crack) se refere à margem de preço entre um barril de petróleo bruto e os produtos produzidos a partir dele. É uma das formas de medir a margem bruta de processamento do petróleo a partir da quantidade e do preço dos produtos refinados.

O crack spread geralmente é expresso como  $X:Y:Z$ , onde  $X$  representa o número de barris de petróleo bruto,  $Y$  representa o número de barris de gasolina e  $Z$  representa o número de barris de diesel, sujeito à restrição de que  $X = Y + Z$ .

A proporção é determinada de acordo com a evolução tecnológica e o tipo de cada parque de refino. Para a realidade do Brasil, a proporção mais utilizada é 2:1:1 – para cada 02 barris de petróleo, consegue-se extrair 01 barril de gasolina e 01 barril de diesel.

Existem ainda outras proporções, como a 3:2:1 (03 barris de petróleo produzem 02 de gasolina e 01 de diesel), comumente utilizada nos Estados Unidos da América, e a 5:3:2 que é utilizada na Europa.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 08 de Setembro de 2020 - 08:40

## ***Governistas dizem que podem trocar veto à desoneração da folha por reformas***

por Iara Lemos | Folhapress

Líderes partidários que apoiam o presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido) no Senado dizem que vão apresentar uma proposta em que aceitam a derrubada do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia em troca da garantia de que o Congresso vote ainda neste ano as propostas de reforma tributária e administrativa.

O tema seria debatido na manhã desta terça-feira (8), mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), cancelou o encontro de líderes marcado e a sessão do Congresso, que seria realizada na quarta-feira (9), sob o argumento de que os parlamentares estarão ocupados com as convenções partidárias para escolha dos candidatos às eleições de novembro.

Desde julho, os senadores deram início a uma articulação manter o benefício fiscal às empresas.

A desoneração, que beneficia 17 setores até o fim de 2021, foi barrada por Bolsonaro. O benefício permite que as empresas possam substituir a alíquota de 20% sobre os salários dos funcionários por valores que vão de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Embora Bolsonaro tenha vetado a prorrogação, a palavra final cabe ao Congresso, que pode derrubar a decisão presidencial com o voto de pelo menos metade dos deputados federais e dos senadores.

"Na verdade, o acordo é uma retomada da agenda necessária de reformas. Nós entendemos que esses 17 setores são importantes para a manutenção do emprego neste momento que o Brasil precisa", disse em entrevista à Globo News o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

O veto pode ser analisado ainda nesta quarta-feira (9). Como avalia não ter votos suficientes para segurar a manutenção do veto, o governo busca acordo em que tenha, pelo menos, algumas contrapartidas.

"O governo está disposto a abrir mão da desoneração pelas reformas, esse é o teor da conversa que teremos com os líderes amanhã (terça-feira)", disse o vice-líder do governo, Izalci Lucas (PSDB-DF).

"O governo está disposto a prorrogar a desoneração, e ao mesmo tempo tem uma série de outros interesses que precisa que aconteçam. Amanhã vamos em busca do acordo".

Durante os últimos meses, o ministro da Economia, Paulo Guedes, manifestou aos integrantes da base que o governo tem interesse de manter a desoneração. A grande dificuldade, contudo, seria encontrar as formas de compensação.

Por esse motivo o governo demorou em apresentar uma contrapartida. Com a falta de apoio em defesa do veto, o presidente do Senado, que também preside o Congresso, foi adiando a colocação do veto na pauta. Ainda não foi definida a data para a sessão.

"Qualquer conta que o governo faça, mesmo que inicialmente seja prejudicial ao governo, vai ser compensada por fatores como o reemprego, que virá na sequência. Algum preço o governo vai ter de pagar", disse o senador Esperidião Amin (PP-SC).

Atualmente, a desoneração abrange, por exemplo, empresas do ramo de informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, call center e empresas de comunicação (mídia).

Segundo a indústria, a desoneração busca evitar um elevado aumento de custo do emprego formal em setores que fazem uso intensivo de mão de obra no fim do ano, "quando é absolutamente improvável que a economia e as empresas estejam plenamente recuperadas e capazes de suportar tal mudança".

A desoneração permite às empresas adotar uma base de cálculo diferenciada para a contribuição previdenciária sobre a folha salarial. O benefício acaba em dezembro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/09/2020	Caderno: Notícias



Terça, 08 de Setembro de 2020 - 06:40

## ***Equipe econômica recomenda veto a perdão tributário de igrejas, que devem mais de R\$ 1 bi***

por Folhapress

A equipe econômica recomenda veto a uma proposta de lei que concede anistia em tributos a serem pagos por igrejas, que têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União, segundo levantamentos do governo. A decisão final é do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A proposta que beneficia entidades religiosas foi criada pelo deputado David Soares (DEM-SP) e inserida em um projeto de lei sobre a resolução de litígios com a União (**saiba mais aqui**). Ele é filho do pastor R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus (entre as principais devedoras).

O texto altera a lei de 1988 que instituiu a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) para remover templos da lista de pessoas jurídicas consideradas pagadoras do tributo, além de anular autuações que desrespeitem a premissa. A justificativa é que a Constituição dá proteção tributária às igrejas, mas o argumento é contestado.

Em outro trecho, o projeto concede anistia retroativa à cobrança de impostos previdenciários nas remunerações pagas a membros religiosos (como os pastores). A proposta busca aplicar o entendimento que os valores não são remunerações.

Na visão de membros do Fisco, as igrejas muitas vezes pagam salários a um grande número de pessoas, de empregados a pastores, e classificam os repasses com outros nomes (doações, por exemplo). Como muitas vezes as igrejas têm um grande número de empregados, a União deixa de recolher um volume significativo de recursos em Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Nem todas as igrejas seguem a prática. Auditores afirmam que há casos em que os empregados e pastores são registrados conforme rege a lei, inclusive sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Em um primeiro momento, a proposta havia sido rejeitada na Câmara. O deputado Fábio Trad (PSD-MS), relator, afirmou que estava se tentando estabelecer algo que a Constituição não diz. A imunidade constitucional é restrita a impostos, não alcançando as contribuições sociais.

Já sobre o segundo ponto, acerca dos valores recebidos por pastores, Trad considerou a norma desnecessária. Mesmo assim, os trechos foram inseridos no projeto de lei, que foi aprovado e seguiu ao Senado.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) tentou retirar os trechos por considerá-los estranhos ao texto original. "Não cabe a este projeto de lei decidir sobre os contenciosos em curso, mas

apenas definir as regras para o estabelecimento de acordos para solução desses conflitos", afirmou ele no texto.

No fim, a proposta foi aprovada e agora está à espera de uma decisão de Bolsonaro por vetar ou sancionar. O Palácio do Planalto acionou Ministério como o da Economia para pareceres técnicos acerca de uma decisão.

Na equipe econômica, dois pareceres já recomendam veto aos trechos que beneficiam as igrejas. Entre os argumentos, está o impacto fiscal da medida.

Conforme já mostrou o jornal Folha de S.Paulo, somente na Receita Federal o total de débitos pendentes de entidades religiosas é de aproximadamente R\$ 1 bilhão, de acordo com informação colhida pelos auditores a pedido do Congresso em meados do ano passado.

Na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), havia na mesma época outros R\$ 462 milhões em dívidas registradas.

A Receita Federal já foi acionada pelo presidente Jair Bolsonaro para analisar pleitos de lideranças evangélicas, que querem uma solução para deixar de pagar dívidas cobradas pela União. Os evangélicos representam um dos principais grupos de apoio de Bolsonaro.

Em abril, o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, foi chamado por Bolsonaro para uma reunião no Palácio do Planalto com o deputado Soares. Durante a reunião, foi solicitado à Receita uma análise sobre as dívidas tributárias de igrejas. Uma das queixas das organizações religiosas são autuações sofridas nos últimos anos.

Apesar de membros da Receita afirmarem que não houve pressão no encontro com Bolsonaro e que nada será feito de forma irregular, o Sindifisco (entidade que representa auditores) viu no episódio um atropelo de Bolsonaro nas leis para beneficiar certos contribuintes.

"É com espanto que vemos essa investida do presidente da República, que atropela as leis para, em benefício de alguns contribuintes, atentar contra a administração pública e o equilíbrio do sistema tributário", afirma a entidade, em nota, na época.

Os pedidos ao governo de medidas no âmbito tributário para as igrejas ocorrem desde, pelo menos, a gestão do então secretário especial da Receita, Marcos Cintra, que deixou o cargo em setembro de 2019.

Em junho do ano passado, duas normas foram publicadas no Diário Oficial da União para atender templos após pedidos de pastores. Uma delas estabeleceu que organizações religiosas que arrecadem abaixo de R\$ 4,8 milhões sejam dispensadas de apresentar Escrituração Contábil Digital (ECD), um sistema de envio de dados à Receita. Antes, esse teto era de R\$ 1,2 milhão.

Guedes também já foi chamado para reuniões no Planalto com a presença de Cintra e líderes religiosos como o pastor Silas Malafaia. Em agosto de 2019, um desses encontros tratou de "questões afetas àquele seguimento da sociedade" (nas palavras do Ministério da Economia).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/09/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 07 de Setembro de 2020 - 20:20

## ***Pandemia elevou preços de medicamentos para os hospitais em até 92,6%***

por Ana Bottallo | Folhapress



A pandemia da Covid-19 levou a um aumento de até 92,6% nos preços dos medicamentos adquiridos pelos hospitais de março a julho deste ano.

Os dados são de uma pesquisa inédita realizada pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica) em parceria com a Bionexo. O instituto criou um índice para calcular o preço dos medicamentos hospitalares, o IPM-H (Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais).

Na avaliação geral, o aumento foi de 16,44% entre março e julho. Isso porque a pesquisa, que levou em consideração mais de 1.500 tipos de medicamentos, avalia medicamentos tão distintos como remédios para dor de cabeça até aqueles que atuam em órgãos e sistemas diretamente afetados pelo coronavírus.

Os medicamentos que mais tiveram alta nesse período foram utilizados no tratamento de pacientes com Covid-19 para ajudar no sistema cardiovascular (+92,6%), sistema nervoso (+66%) e aparelho digestivo e metabolismo (+50,4%).

Outros remédios indiretamente usados no tratamento de pacientes, mas que tiveram aumento expressivo, foram aqueles para o sistema hormonal (+21,8%) e para músculos e ossos (+18,2%).

Para calcular o índice, os pesquisadores utilizaram a base de dados da empresa de soluções digitais em saúde Bionexo, cuja rede conta com mais de 20 mil fornecedores de medicamentos e suprimentos hospitalares no Brasil, Argentina, Colômbia e México.

Tendo como base as transações realizadas entre hospitais e fornecedores nos últimos doze meses, os pesquisadores observaram um aumento no período de março a julho, justamente quando teve início e se agravou a pandemia da Covid-19 no país. Em todo o período, o aumento foi de 19,83%.

Fazendo o monitoramento mês a mês, os autores chegaram a um índice cujo uso pode ajudar a pautar decisões dos administradores de hospitais na compra de medicamentos, bem como repassar aos fornecedores qual a atual demanda para cada tipo de medicamento. Para o coordenador de pesquisas da Fipe e um dos autores do estudo, Bruno Oliva, é a primeira vez que uma base de referência para preços de medicamentos hospitalares é calculada no Brasil.

"A Fipe trabalha com esse tipo de informação há bastante tempo e esse é mais um passo em trazer informação a um setor específico, nesse caso o de hospitais." Agora, diferentemente de outros índices calculados que avaliam as alterações nos preços ano a ano, o IPM-H é calculado mensalmente.

Segundo Rafael Barbosa, CEO da Bionexo, a cada um segundo e meio são realizadas transações entre fornecedores e administradores de hospitais, e essas informações ficam todas registradas na plataforma. A atualização dos preços é constante, e permite avaliar em tempo real a oferta e demanda e poder ter uma informação mais correta do preço.

"Essa nova informação é uma ferramenta importante pois dá ao setor uma referência mensal. Se um gestor precisa comprar um medicamento e vê que o preço no mês anterior estava 50% mais baixo, caso ele não tenha necessidade imediata, pode aguardar um pouco. Se precisar muito, pode comprar uma quantidade mínima, mas não precisa estocar. É uma forma de tomar a decisão de maneira consciente", diz.

Os dados começaram a ser levantados em dezembro de 2014, mas o índice só foi concluído agora. Olhando de modo mais geral a mudança de preço, fica evidente a interferência da pandemia no preço dos medicamentos hospitalares.

Na visão de Oliva, são dois fatores que explicam esse aumento. "Existe um componente que é a variação do câmbio, que afeta drasticamente o preço dos medicamentos principalmente aqueles que são importados ou produzidos com insumos importados. Outro componente foi o aumento brusco da demanda de medicamentos devido à Covid-19, em especial aqueles relacionados ao tratamento de pacientes graves internados com a doença."

Agora no último mês de julho, para o qual os pesquisadores têm dados finalizados -não há ainda informações para agosto-, houve uma leve desaceleração. A taxa variou apenas +1,74%, frente à +4,58% no mês anterior, que pode em parte estar relacionada a uma queda no número de internações no país e em parte a uma maior organização do setor de fornecimento de medicamentos.

Os autores acreditam que com o índice em mãos virá muito mais transparência para o setor, inclusive para hospitais que possuem demandas distintas. Barbosa vê ainda uma outra vantagem do índice que é auxiliar o poder público na criação de políticas públicas em saúde e gestão a longo prazo.

"No início da pandemia, a demanda global por medicamentos e insumos foi alta, e durante os meses mais graves na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, com a Ásia produzindo apenas internamente, houve uma corrida por remédios, o que gerou uma demanda muito agressiva. Isso nos mostra também que ficar totalmente dependente de uma produção externa não é viável. Seguramente o setor nacional vai se preparar, vai expandir a produção e espero que a gente leve isso para a frente como uma questão de segurança nacional."

O índice IPM-H não reflete a variação dos preços de medicamentos vendidos em farmácias para o consumidor final. Ele também não é uma medida de variação de custos de tratamentos em hospitais ou planos de saúde, que envolvem outros gastos, como equipamentos, recursos humanos e demais materiais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/09/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 06 de Setembro de 2020 - 17:00

## ***Mais 16 escolas do Subúrbio Ferroviário vão passar por testagem para Covid- 19***

O governo do Estado iniciará em 11 de setembro uma segunda etapa de testes dos estudantes da rede estadual da capital baiana. Serão integradas ao processo 16 novas escolas localizadas na região do Subúrbio Ferroviário.

Somando a etapa iniciada na última semana, a previsão é de atendimento de cerca de 30 mil pessoas até o dia 24 de setembro. Destas, 28.535 estudantes, 1.175 professores e 550 funcionários em todas as 28 escolas estaduais localizadas na região.

O secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues, destacou que o objetivo é “atender toda a comunidade escolar do Subúrbio ainda neste mês de setembro, mas isto não significa o retorno das aulas presenciais, pois a data ainda não está definida. Queremos ter este diagnóstico da rede e manter o compromisso de cuidar e zelar pela vida dos nossos estudantes, professores e servidores”.

Veja o calendário da segunda etapa de testes:

11 de setembro - O Colégio Estadual Marcílio Dias será escola-polo do bairro de São Tomé de Paripe, que atenderá a sua própria comunidade escolar, e na mesma data, a comunidade escolar do Colégio Estadual João Caribé.

14 e 15 de setembro, - O Colégio Estadual Almirante Barroso, polo no bairro de Paripe, atenderá sua própria comunidade escolar e, também, no dia 15, receberá a comunidade do Colégio Estadual Edson Tenório.

16 e 17 de setembro - Também escola-polo em Paripe, o Colégio Estadual Barros Barreto atenderá, no dia 16 de setembro, as comunidades escolares do Colégio Estadual Sete de Setembro e do Colégio Estadual Maria Odete Pithon Raynal. E no dia 17, receberá a sua própria comunidade escolar.

Nos bairros de Coutos e Fazenda Coutos, a escola-polo Colégio Estadual Anfrisia Santiago receberá, no dia 17, a sua própria comunidade escolar.

18 de setembro – O Colégio Estadual Anfrisia Santiago receberá a comunidade escolar do Colégio Estadual Carlos Barros. O Colégio Estadual Ana Cristina Mata Pires, escola-polo do bairro Alto de Coutos, receberá sua própria unidade escolar no dia 18 de setembro. Em Periperi, as escolas receberão suas próprias comunidades escolares:

21 de setembro - Colégio Estadual Praia Grande

22 de setembro - Colégio Estadual Nelson Mandela

23 de setembro - Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima e Colégio Estadual Maria Anita

24 de setembro - Colégio Estadual Lindembergue Cardoso e a escola-polo Colégio Estadual Monteiro Lobato (Vista Alegre de Coutos)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/09/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 05 de Setembro de 2020 - 07:40

## ***Governo publica lista de 125 unidades que ganharão Prêmio por Desempenho Policial***



A lista com 125 unidades das polícias Militar, Civil e Técnica da Bahia, que receberão R\$ 9,7 milhões do Prêmio por Desempenho Policial (PDP) do primeiro semestre de 2020, foi publicada na edição deste sábado (5), do Diário Oficial do Estado (DOE). Servidores que alcançaram redução das mortes violentas serão contemplados.

Na PM, 8,6 seis mil militares lotados em 66 unidades territoriais e especializadas, na capital, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e no interior serão contemplados. Na PC, por sua vez, em 42 unidades, 1,9 mil delegados, escrivães e investigadores receberão o PDP.

Fechando a lista, no Departamento de Polícia Técnica (DPT), 223 peritos de 17 unidades serão beneficiados. Clique [aqui](#) para saber quais as unidades receberão o PDP do primeiro semestre de 2020.

Veículo: Metro1	Política
Data: 08/09/20	



## Política

# Equipe econômica recomenda veto a perdão tributário de igrejas; dívidas passam de R\$ 1 bi

*A decisão será do presidente Jair Bolsonaro*



Foto : Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Por **Kamille Martinho** no dia 08 de Setembro de 2020 · 08:44

A equipe econômica do governo recomenda vetar uma proposta de lei que concede o perdão tributário de igrejas, que devem mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União, segundo levantamento do governo. A decisão, entretanto, será do presidente Jair Bolsonaro. As informações são da Folha de S. Paulo.

O texto altera a lei de 1988 que instituiu a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) para remover templos da lista de pessoas jurídicas consideradas pagadoras do tributo, além de anular autuações que desrespeitem a premissa. A justificativa é que a Constituição dá proteção tributária às igrejas.

Ainda segundo a reportagem, os membros do Fisco acreditam que as igrejas, muitas vezes, pagam salários a um grande número de pessoas, de empregados a pastores, e classificam os repasses com outros nomes, como doações, por exemplo. Como muitas vezes as igrejas têm um grande número de empregados, a União deixa de recolher um volume significativo de recursos em Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.



**Por Marta Watanabe**

Marta Watanabe é repórter

## Uma nova chance aos Estados pródigos

Dois terços dos governos estaduais devem aderir a planos de reequilíbrio das contas públicas

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os planos para recuperação e reequilíbrio dos Estados estabelecidos pelo Projeto de Lei Complementar 101 (PLP 101/2020) podem voltar à pauta da Câmara dos Deputados e serem votados em cerca de 30 dias. Essa é a ideia do relator do projeto, Mauro Benevides (PDT/CE), que vai discutir o assunto hoje com o autor da proposta, deputado Pedro Paulo (DEM/RJ). Além de discutir um cronograma para o andamento do PLP, Benevides defende melhoras no texto. Entre elas, exigir o corte de incentivos fiscais pelos Estados como contrapartida aos que aderirem aos programas.

Além de prazos de votação e mudanças no texto, o desafio que Benevides tem à frente é maior: o de abrir caminho para um efetivo ajuste fiscal por meio de programas que deverão ter a adesão de dois terços dos Estados. “A pandemia tornou evidente para o governo federal que é a União quem paga a conta quando os Estados estão desajustados”, diz o pedetista.

**Dois terços dos governos devem aderir a planos de reequilíbrio**

É preciso lembrar que nem cinco anos se passaram da renegociação de dívidas de 2016. Naquele ano, o alongamento da dívida reduziu os pagamentos mensais dos Estados à União, dando maior fôlego no campo das despesas. A única contrapartida dos entes foi a limitação pela inflação do crescimento das despesas primárias correntes no biênio de 2018/2019. Dos 18 Estados submetidos ao teto, 11 descumpriram o limite em pelo menos um dos dois anos.

O PLP 101, diz Benevides, deve contemplar dois programas de ajuste fiscal a governos estaduais. Um deles já existe e deve ser reformulado. É o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), destinado a entes mais desequilibrados, sem condições de pagar todas as suas obrigações com as receitas entrantes e que em sua maior parte têm restos a pagar acumulados. Entre outras medidas, o RRF permite a suspensão do pagamento da dívida com a União.

Outro programa a ser reformulado dentro do PLP 101 é o Plano de Reequilíbrio Fiscal (PEF), também conhecido como Plano Mansueto, destinado principalmente a Estados com nota "C" no rating da Secretaria do Tesouro Nacional e que por isso estão desabilitados aos financiamentos com aval da União. Esse plano não chegou a sair do papel e sua ideia é abrir espaço fiscal para acesso a crédito a esses entes, que em troca adotariam medidas de ajuste.

Incumbido de ser relator do PLP 101 há menos de uma semana, Benevides defende que o PEF também dê folga aos Estados em relação à dívida com a União. Não com suspensão de pagamentos, como no RRF, mas com alongamento da dívida, além da possibilidade de tomar novos créditos. O deputado diz que a ideia é avaliar a aplicação de um teto de despesas que deixe de fora ao menos parte de gastos com saúde e educação, por serem vinculados à receita.

Segundo Benevides, o plano traçará contrapartidas bem amarradas aos benefícios, diferentemente da renegociação da dívida de 2016. Uma ideia, afirma, é estabelecer obrigatoriamente, tanto para o RRF quanto para o PEF, um corte anual de 10%, por três anos, dos incentivos fiscais oferecidos pelos Estados. A medida, avalia, enfrentará resistências, mas garantirá crescimento de receitas e permitirá avaliação dos benefícios atuais. “Fui secretário estadual de Fazenda por 12 anos e sei onde moram as andorinhas”, diz ele, sobre sua experiência no governo cearense.

Segundo dados do Tesouro, a renúncia fiscal no agregado de 20 Estados em 2019 chegou a R\$ 91,7 bilhões, com aumento de 12,2% contra o ano anterior, e atingiu, em média, 16,8% da receita de ICMS dos mesmos entes, já líquida das contribuições para o Fundeb.

Não se trata de colocar o ajuste fiscal dos Estados acima da preocupação com a pandemia que o país ainda atravessa. Se aprovado o PLP, os dois programas passarão a ser regra, e não exceção entre os Estados, de acordo com avaliação do próprio Tesouro. A expectativa do órgão hoje é que seis Estados têm interesse no RRF e outros 13 a 15 no PEF. Ou seja, dos 27 Estados, incluindo Distrito Federal, de 19 a 21 estariam em algum dos dois programas.

O cenário revela que os desequilíbrios não são localizados. Outros dados mostram que os desajustes vieram bem antes da pandemia.

No ano passado, ainda de acordo com o Tesouro, a receita primária total agregada dos Estados cresceu 7,6% enquanto a despesa aumentou 4%. O desempenho contribuiu para um superávit orçamentário de R\$ 1,57 bilhão. O ajuste do lado dos gastos se deu pelos investimentos, que caíram 18% em 2019 contra o ano anterior.

A queda de investimentos não se deu em razão do ciclo eleitoral, já que 2019 foi o primeiro ano de mandato dos atuais governadores, período em que esse tipo de gasto costuma cair. Em 2018, último ano do mandato dos governadores anteriores, o investimento caiu para 6,53% da Receita Corrente Líquida (RCL) contra os 6,92% do ano anterior. Em 2019, essa taxa caiu para 4,92%.

Se conduzidos com critério, os investimentos podem contribuir para reativar a economia, não só melhorando a infraestrutura, mas dando mais condições para uma prestação de serviços de maior qualidade na educação, saúde e assistência social, áreas que devem ser cada vez mais demandadas pela população.

São várias as discussões em pauta importantes para os Estados hoje, além da PEC 101. Desde a reforma tributária, que pode ampliar o alcance da arrecadação dos Estados até a recente proposta de reforma administrativa enviada ao Congresso na semana passada, importante para vislumbrar maior eficiência nas despesas com pessoal, caso efetivamente se estenda a Estados e municípios. Em todas as discussões, resta saber como agirão os Estados, na parte que ficar sob autonomia deles.

A reforma previdenciária, aprovada no ano passado, é bom lembrar, começou a ser discutida com a inclusão de Estados e municípios. Mas os governos regionais foram retirados da proposta principal e ficou a cada Estado a incumbência de realizar a sua própria reforma.

Até o fim de julho, dos 27 Estados, 21 adequaram suas alíquotas de contribuição previdenciária, conforme estabelecida pela reforma aprovada em âmbito federal, segundo o Tesouro. Apenas 13 Estados, porém, fizeram as mudanças mais impactantes, relativas às novas regras de elegibilidade e cálculo dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte.

**Marta Watanabe é repórter.**

**E-mail: [marta.watanabe@valor.com.br](mailto:marta.watanabe@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Faça tudo sem sair de casa com o cartão Santander.  
SANTANDER

### LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania  
DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 08/09/20	



## Estimativa do mercado para tombo do PIB em 2020 volta a subir após 9 semanas de melhora

Analistas das instituições financeiras também elevaram a estimativa de inflação para 1,78% neste ano. Números foram divulgados pelo Banco Central, por meio do relatório Focus.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

08/09/2020 08h33 Atualizado há 2 horas

Após nove semanas consecutivas de melhora, os economistas do mercado financeiro ajustaram sua estimativa média e passaram a prever um tombo maior do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020. Com isso, a projeção de queda da atividade neste ano passou de 5,28% para 5,31%. A expectativa faz parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta terça-feira (8) pelo **Banco Central** (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à **pandemia do novo coronavírus**, que tem derrubado a economia mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Nas últimas semanas, porém, indicadores têm mostrado o início de uma retomada da economia brasileira.

No mês passado, o **governo brasileiro manteve a expectativa de queda de 4,7% para o PIB de 2020.**

- O Banco Mundial **prevê uma queda de 8%** no PIB brasileiro e o **Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1% em 2020.**
- Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **o PIB cresceu 1,1%**. Foi o desempenho mais fraco em três anos. Nos três primeiros meses de 2020, **foi registrada uma retração de 1,5% na economia brasileira.**

Para 2021, a expectativa do mercado financeiro de crescimento do PIB foi mantida em 3,50%.



PIB tem queda histórica de 9,7% e Brasil entra em recessão técnica

## Inflação abaixo de 2%

Segundo o relatório divulgado pelo BC nesta segunda-feira, os analistas do mercado financeiro elevaram **a estimativa de inflação para 2020 de 1,77% para 1,78%**. Foi a quarta alta seguida do indicador.

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2021, o mercado financeiro **manteve em 3% sua previsão de inflação**. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

## Taxa básica de juros

Após a **queda para a mínima histórica de 2% ao ano** no começo de agosto, o mercado segue prevendo manutenção da taxa básica de juros da economia, a Selic, neste patamar até o fim deste ano.

Para o fim de 2021, a expectativa do mercado ficou estável em 2,88% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

## Outras estimativas

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 permaneceu em R\$ 5,25. Para o fechamento de 2021, ficou estável em R\$ 5 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 permaneceu em US\$ 55 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado caiu de US\$ 53,40 bilhões para US\$ 53,35 bilhões de superávit.
- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, continuou em US\$ 55 bilhões. Para 2021, a estimativa subiu de US\$ 64 bilhões para US\$ 65,48 bilhões.



## ECONOMIA

---

Publicado em 08/09/2020 às 07h57.

# Atividade econômica não voltou a nível pré-pandemia em nenhum país do mundo

Recuperações oscilam entre um mínimo de 82,4% do nível pré-crise no Peru e um máximo de 98,3% na China

Redação



Foto: Jorge Araújo /Fotos Publicas

Nenhum país do mundo retomou o patamar de atividade econômica atingido antes da eclosão da pandemia do novo coronavírus, que provoca a Covid-19. É o que aponta um indicador criado pela Luohan Academy, centro de pesquisa chinês, que monitora diariamente 131 países.

O mesmo monitoramento é feito por outras instituições, que analisam entre outros indicadores os pedidos de seguro desemprego, consumo de energia, movimento de tráfego aéreo e quantidade de horas trabalhadas.

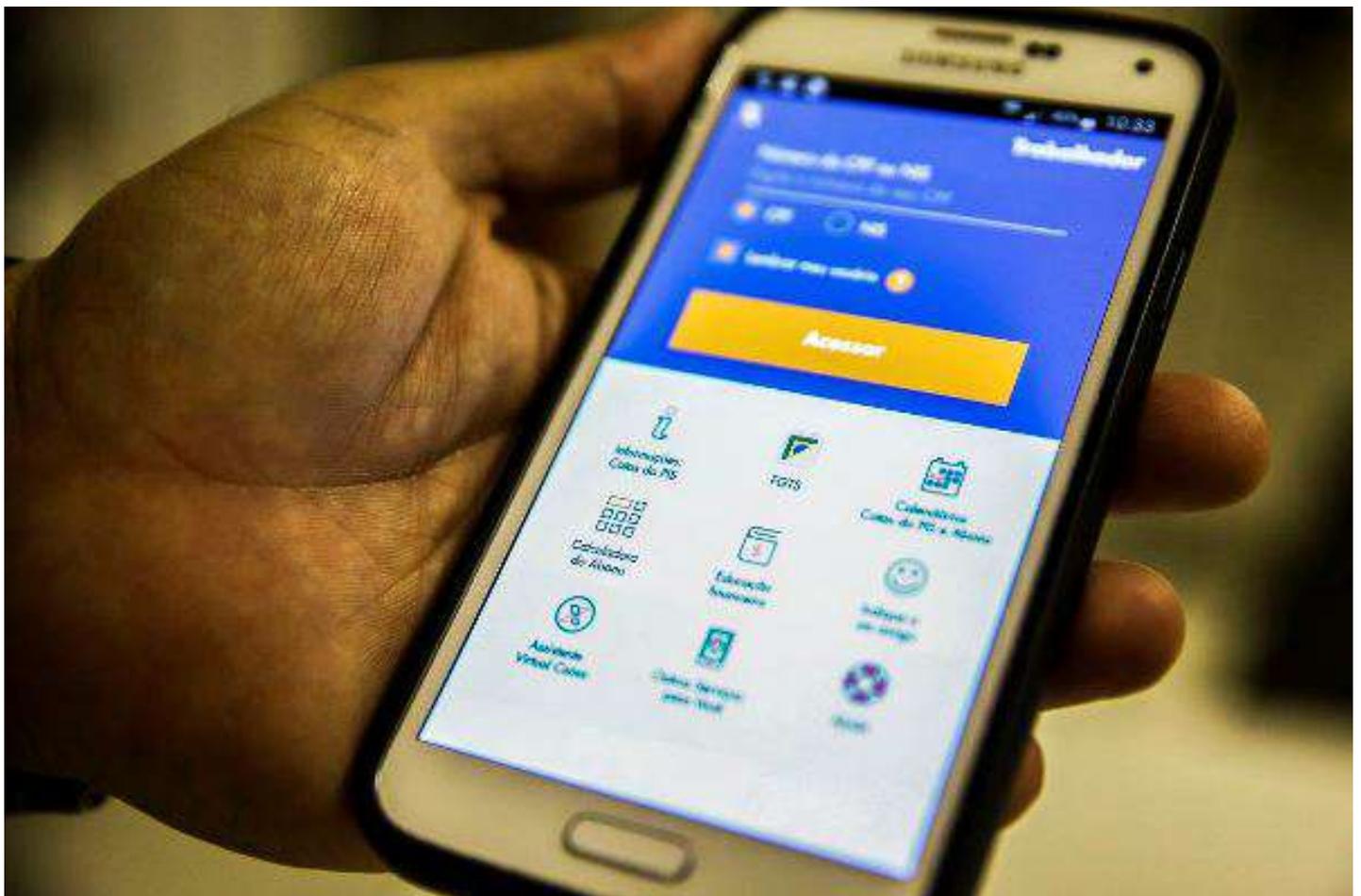
O indicador chinês, Pandemic Economy Tracker (PET), idealizado por Michael Spence, vencedor do Nobel de Economia, aponta para recuperações que oscilam entre um mínimo de 82,4% do nível

Unidos com 92%, Itália com 91,4%, Espanha com 91,2%, Reino Unido com 89,4%, Argentina com 89,2%, Índia com 88,4%, entre outros. As informações são da Folha de S.Paulo.



## MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 07h16 de 08/09/2020



### Caixa credita nesta terça-feira saque emergencial do FGTS para nascidos em outubro

Dinheiro poderá ser movimentado apenas por meio do aplicativo Caixa Tem

ECONOMIA 18h00 de 07/09/2020

# FOLHA DE S.PAULO

## Incerteza e novos hábitos levam o mundo à 'economia a 90%'

Nenhum país retomou nível de atividade pré-coronavírus, aponta índice com 131 nações

7.set.2020 às 23h15

[Érica Fraga](#)

### São Paulo

A contração recorde de [9,7% da economia brasileira](#) no segundo trimestre não prendeu por muito tempo a atenção de analistas, mais ocupados em decifrar o ritmo atual de recuperação da atividade produtiva.

É um clichê no mercado se referir ao PIB (Produto Interno Bruto) como um [retrato tirado pelo retrovisor](#), já que o indicador é sempre conhecido com atraso em relação ao período a que se refere.

A [pandemia do coronavírus](#) acentuou esse aspecto de águas passadas do dado.

Estatísticas divulgadas com maior frequência – como produção industrial, vendas do varejo e consumo de energia – indicam que, após registrarem quedas históricas como a brasileira, economias pelo mundo afora dão sinais de retomada.

Não está claro, porém, quanto tempo elas demorarão a atingir o nível em que estavam antes da pandemia e os prejuízos que essa demora pode acarretar.

Um indicador criado pela Luohan Academy, centro de pesquisa chinês, para medir o ritmo dessa escalada de volta mostra que, entre 131 países acompanhados diariamente, nenhum retomou o patamar de atividade anterior à eclosão da Covid-19 em seus territórios.

Idealizado por Michael Spence, vencedor do Nobel de Economia, o Pandemic Economy Tracker (PET) aponta para recuperações que oscilam entre um mínimo de 82,4% do nível pré-crise no Peru e um máximo de 98,3% na China.

No meio do caminho, estão Brasil com uma retomada de 95,8%, Alemanha com 94,8%, Estados Unidos com 92%, Itália com 91,4%, Espanha com 91,2%, Reino Unido com 89,4%, Argentina com 89,2%, Índia com 88,4%, entre outros.

Na análise que fizeram para construir o PET, pesquisadores da Luohan Academy descobriram que, durante a pandemia, a mobilidade tem sido um importante indicador do nível de atividade econômica, explicando 75% da variação do PIB em muitos países.

Por isso, um dos componentes do índice é o nível de circulação das pessoas. Os demais são dados que refletem a trajetória da epidemia, como evolução no número de casos e mortes.

“Embora não seja perfeito, esse tipo de indicador tem nos ajudado a ter uma ideia do quanto falta para voltarmos ao nível de atividade anterior à crise”, diz Bráulio Borges, economista da consultoria LCA e pesquisador-associado do Ibre/FGV.

Outras instituições têm feito o monitoramento do percurso de retomada com base em indicadores econômicos publicados com alta frequência –como [pedidos de seguro desemprego](#), [consumo de energia](#), monitoramento de horas trabalhadas e [movimento de tráfego aéreo](#).

“Os dados, de forma geral, indicam que nenhum país, nem mesmo a China, já voltou ao nível em que estava antes”, diz o economista Otaviano Canuto, membro do Policy Center for the New South e do Brookings Institute e diretor do Center for Macroeconomics and Development, em Washington.

Um índice construído pela Moody’s Analytics em parceria com a CNN Business para os Estados Unidos mostra que a economia norte-americana está perto de 80% do seu nível pré-crise. Uma análise do Financial Times aponta para resultado parecido na China.

Em ambos os casos, os patamares encontrados estão abaixo dos níveis aferidos pelo PET, da Luohan Academy.

Apesar das diferenças, os três indicadores parecem confirmar que o mundo se encontra em um quadro descrito pela revista The Economist, em abril, como “economia a 90%”.

“Em muitas coisas 90% está bem; em uma economia [esse percentual] é miserável”, dizia reportagem de capa da publicação.

O problema, ressaltava a revista britânica, é o que está por trás dos pedaços que faltam para que o 100% seja atingido novamente.

A lista, no caso da crise atual, parece encabeçada por um fator que representa uma espécie de bicho papão da economia: a incerteza.

O medo do contágio pelo vírus faz com que, mesmo com o arrefecimento de sua disseminação e a gradual reabertura das economias, muitos prefiram manter certo distanciamento social.

Até na Ásia, que foi atingida primeiro pelo coronavírus e conseguiu conter sua disseminação com relativa velocidade, os níveis de mobilidade urbana permanecem menores do que antes da pandemia.

O temor de que aumentos pontuais no número de casos –após o arrefecimento inicial do contágio– representem o início de uma segunda onda da epidemia parece explicar parte dessa retração. Especialistas dizem que, até surgir uma vacina, dificilmente isso mudará.

Mudanças mais profundas de hábitos também podem estar ocorrendo.

O [consumo online ganhou força](#) enquanto as lojas estavam fechadas e, entre analistas, há uma impressão de que essa tendência de substituição do presencial pelo virtual continue.

Isso poderá implicar uma redução no nível de emprego em diversos setores, do transporte ao próprio comércio. Operações online tendem a ser mais enxutas em termos de mão de obra do que os negócios físicos.

Há também relatos de empresas que, forçadas a adotar o trabalho remoto em larga escala, descobriram não apenas que esse esquema é viável, como representa uma economia de custos.

Ainda que seja esperado um retorno gradual das atividades in loco, é possível que a volta seja parcial. Isso pode levar à eliminação de vagas, como as de profissionais que cuidam da manutenção de edifícios e dos que realizam funções administrativas.

Em uma entrevista ao site Yahoo! Finance, Jeffrey Gundlach, presidente da empresa de investimentos DoubleLine Capital, afirmou, em junho, que o trabalho remoto mostrou a ele os talentos de jovens profissionais, mas também a obsolescência de alguns postos de gestão.

“Estou começando a me perguntar se realmente preciso deles”, disse o executivo, em referência a cargos de supervisão e administração.

A temperatura do mercado de trabalho [segue entre morna e fria](#), como mostram as estatísticas de novas ofertas de vagas.

Segundo dados do site indeed.com, publicados pelo Financial Times, no fim de agosto, os anúncios de oportunidades de emprego ainda estavam cerca de 20% abaixo do registrado no mesmo período de 2019 em países como Estados Unidos, Brasil e Alemanha.

Em outros, como Índia, Espanha e França, o vale era mais profundo, próximo a 40%.

Embora o desemprego tenha subido na esteira da pandemia, muitos postos de trabalho vêm sendo preservados devido a [subsídios oferecidos por governos](#) às empresas que se comprometem a não demitir por um período. Mas a capacidade fiscal dos países de suportar esses gastos extras tem um limite.

## Engatar a primeira

Deputados vão pedir nesta terça (8) ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a reinstalação imediata da comissão especial que analisa a PEC que retoma a previsão de cumprimento da pena após condenação em segunda instância. A ideia é reiniciar o debate com a leitura do relatório e depois fazer a votação. A solicitação será feita por ofício assinado por Marcelo Ramos (PL-AM), que preside o colegiado, Fábio Trad (PSD-MS), relator, e Alex Manente (Cidadania-SP), autor do texto.

**ME DÊ MOTIVOS** A comissão foi suspensa devido à pandemia do coronavírus. No documento, os parlamentares dizem que em julho Maia declarou que o colegiado voltaria a funcionar em agosto, o que não ocorreu. Por fim, argumentam que nada impede a realização de sessões remotas.

**SEM OLHAR PARA TRÁS** Trad vai colocar o relatório no sistema da Câmara nesta terça. Segundo o parecer, o trânsito em julgado passa a ocorrer na segunda instância. A regra só valerá para processos abertos após aprovação da PEC e atinge todas as áreas do direito, não só a penal.

**VAPT VUPT** Se Maia autorizar a instalação, a ideia dos deputados é fazer a leitura do relatório no colegiado na próxima terça (15). Haverá prazo para debate antes da votação. Se aprovada, caberá a Maia definir quando a proposta entrará na pauta do plenário.

**A VOLTA...** O pronunciamento do ex-presidente Lula (PT) nesta segunda (7) animou setores da esquerda. Dirigentes do PDT elogiaram a fala. Apontado como um dos pré-candidatos à presidência da República do campo, o governador Flávio Dino (PC do B-MA) elogiou publicamente o discurso do petista.

**...DO QUE FOI** Ao Palner, Dino foi além: "Se Lula puder ser candidato, defendo a sua candidatura como o melhor caminho para chegarmos a um novo contrato social." Apesar de soito, Lula segue indelegável.

**RESPIRO...** Para dirigentes de siglas de centro, o discurso de Jair Bolsonaro na TV nesta segunda refletiu sua nova fase "paz e amor", que para eles dura mais do que o esperado.

**...ALIVIADO** Em sua fala, Bolsonaro declarou "amor à pátria e o compromisso com a Constituição", mas exaltou o golpe de 1964. Um presidente de partido avulso que ele percebeu que "cresce" quando fica quieto e outro ressaltou que ele está "aprendendo".

## TIROTEIO

O medo é ver o Brasil derrotado e os bandidos de sempre vitoriosos

De Alessandro Vieira (Cidadania-SE), senador, sobre leitura no MPF de que a troca na presidência do STF deve trazer derrotas à Lava Jato

com Mariana Carneiro, Guilherme Seto e Julia Chaib

## GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO \*\*\*  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
Atendimento ao assinante  
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman  
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
Assine a Folha  
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

## Jornal Filiado ao IBC

Circulação paga em tempo de julho 2020. Imprensa mais digital (VIC)  
341.317 exemplares  
199.213.054  
35.510.663

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária		Carga tributária 3,65%	
MG, PR, RJ, SP	R\$ 695	ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 1.140
DF, SC	R\$ 658	AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 1.177
RS (seg. a sáb.)	R\$ 5,30	Outros estados	R\$ 1,40
RS 7 (domingo)	R\$ 8		
		AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 10
			R\$ 11,50

## Bolsonaro infla verba a ruralistas e reduz quase a zero a reforma agrária

Programas federais do Incra para assentados e sem-terra tiveram redução de mais de 90% no orçamento previsto para o ano que vem

Ranier Bragion

BRASILIA O governo de Jair Bolsonaro enviou ao Congresso uma proposta de orçamento para o Incra em 2021 que praticamente reduz a zero a verba de algumas das principais ações destinadas a sem-terra e a melhorias dos assentamentos, ao mesmo tempo em que eleva o dinheiro reservado para o pagamento de indenização judicial a fazendeiros que tiveram suas propriedades desapropriadas.

A medida aumenta um esvaziamento iniciado no governo Michel Temer (2016-2018) e projeta cenário de extinção da reforma agrária, que já sofre paralisação desde o início do atual governo. Em números absolutos, o orçamento do Incra para 2021 até tem uma elevação de 4%, em relação ao aprovado para 2020 — de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 3,4 bilhões.

Desse total, porém, 66% (R\$ 2,1 bilhões) foram reservados para o pagamento de precatórios, ou seja, dívidas com fazendeiros que conseguiram na Justiça elevar o valor de indenização por terras desapropriadas por improdutividade — um aumento de 22% em relação ao orçamento deste ano.

Em linha oposta, programas finalísticos da reforma agrária foram praticamente dizimados. Assistência Técnica e Extensão Rural, Promoção de Educação no Campo e Reforma Agrária e Regularização Fundiária tiveram redução de mais de 99% de verba, ficando próximo de zero.

Atesoura nas ações de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, concessão de crédito às famílias assentadas e aquisição de terras ficou acima de 90%. Monitoramento de conflitos agrários e pacificação no campo sofreu corte de 82% e a consolidação de assentamentos rurais, 71%. Os números foram compilados pela assessoria da Liderança do PT na Câmara e confirmados pela Folha no Incra e no Projeto de Lei Orçamentária do governo federal para 2021. A proposta, enviada ao Congresso no último dia 31, pode ser alterada por deputados e senadores.

Após o auge observado durante o ano de 2006, no governo Lula (PT), o número de famílias sem terra assentadas passou por um declínio no governo Dilma Rousseff (PT), mas a queda se acentuou de forma aguda a partir de Temer.

Durante a campanha, Bolsonaro chegou a classificar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de grupo terrorista.

Ao assumir o governo, em 2019, paralisou os processos de aquisição, desapropriação ou outra forma de obtenção de terras para a reforma agrária, além da identificação e delimitação de territórios quilombolas.

Sob Bolsonaro, o Incra passou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura, controlado pelos ruralistas e sob o abrigo do qual está a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, chefiada pelo pecuarista Nabhan Garcia, um antigo adversário do MST.

A ministra Tereza Cristina (Agricultura) e o próprio presidente do Incra, Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, são ruralistas.

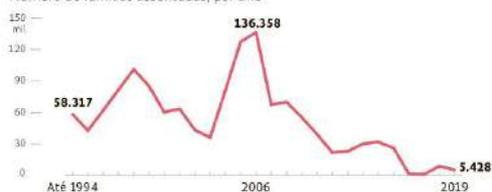
A Constituição determina, em seu artigo 184, que compete à União "desapropriar por

## Bolsonaro reduz dinheiro para sem-terra e assentados da reforma agrária

Verba de programas do Incra para 2021, em comparação com 2020

	Valor estabelecido pelo governo para 2021, em R\$	Variação em relação à Lei Orçamentária de 2020, em %
Sentenças judiciais transitadas em julgado	2,1 bi	21,6
Consolidação de assentamentos rurais	22,3 milhões	-71,1
Monitoramento de conflitos agrários e pacificação no campo	84,8 mil	-82,3
Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas	329,8 mil	-89,8
Concessão de crédito-instalação às famílias assentadas	16,2 milhões	-93,4
Aquisição de terras	668,7 mil	-94,6
Reforma agrária e regularização fundiária	32,4 mil	-99,5
Promoção da educação no campo	20,5 mil	-99,8
Assistência técnica e extensão rural	7.570	-99,9
Organização da estrutura fundiária*	15 milhões	-

Número de famílias assentadas, por ano



\*Ação nova. Fontes: Incra e dados de Lei Orçamentária de 2020 e do Projeto de Lei para o Orçamento de 2021, compilados pela liderança do PT na Câmara

“Não é que não precise [a reforma agrária]. Precisa ter ainda, em alguns aspectos pontuais, mas aquela pressão pela reforma agrária e aquela agressividade política deixaram de existir. Não está mais na agenda do país”

Raul Jungmann ministro da reforma agrária de 1996 a 2002, na gestão FHC

interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização”.

“O orçamento proposto é para liquidar, para acabar com qualquer perspectiva de reforma agrária, para acabar com a instituição Incra. A sociedade e os movimentos sociais do campo têm que fazer uma reação grande agora. E nós, do Parlamento, vamos ter brigar muito”, afirmou o deputado federal Beto Faro (PT-PA).

O sociólogo e professor Sérgio Sauer (UnB) chama a atenção para notícias de que, mesmo no caso de terras já desapropriadas, o Incra estaria desistindo dos processos de assentamento sob a alegação de falta de orçamento.

Para ele, a situação tende a agravar a pobreza no campo, a desigualdade e os conflitos.

Dois ex-ministros de desenvolvimento agrário ouvidos pela Folha fazem análises distintas sobre o tema.

Raul Jungmann, chefe da pasta de Política Fundiária (que virou Desenvolvimento Agrário), de 1996 a 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), disse que a reforma deixou de ser uma questão política relevante, por três fatores.

A ampliação da população urbana, o crescimento dos programas sociais, em especial o Bolsa Família, e o mudança de posição do MST de movimento de oposição para movimento governista, durante as gestões do PT.

Guilherme Cassel, ministro de Desenvolvimento Agrário de 2006 a 2010, sob Lula, diz não haver surpresa nos atuais números orçamentários do Incra. “É a continuidade de uma política que tenta sabotar um processo de reforma agrária. É um governo que não desapropriava área, perseguia os movi-

mentos sociais, não investe na qualidade dos assentamentos.”

“O mais grave é que você está atingindo fortemente a produção de alimentos”, diz.

Incra diz não sofrer pressão de ruralistas para ampliar verbas

## OUTRO LADO

O Incra afirmou, em nota, não ter ingerência em relação aos recursos para o pagamento de despesas com sentenças judiciais e que não sofreu pressão de ruralistas. Segundo o autor, o incremento se deu por alteração na lei, de 2017, que determinou que os valores de indenizações judiciais “seriam pagos por meio de precatórios e não mais por expedição de TDAs [Título da Dívida Agrária] complementares”.

Sobre os cortes nos programas finalísticos, disse que o projeto de orçamento foi elaborado “com base no referencial monetário indicado ao Incra” e que houve priorização de despesas de custeio, como as fiscalizações nos assentamentos. A autarquia disse ainda que nas discussões do Orçamento 2021 no Congresso irá trabalhar para “reforçar as verbas destinadas às ações finalísticas”.

O Ministério da Agricultura disse que em razão do ajuste fiscal a pasta sofreu um bloqueio de R\$ 240 milhões, sendo necessário a realocação de valores, e que a secretaria comandada por Nabhan não tem ingerência sobre o orçamento alocado para o Incra. O ministério também disse que irá tentar elevar os valores no Congresso e reforçou que trabalha para agilizar processos de regularização fundiária em terras da união e em assentamentos.

mercado coronavírus

Incerteza e novos hábitos levam o mundo à 'economia a 90%'

Nenhum país retomou o nível de atividade pré-coronavírus, aponta índice

Érica Fraga

SÃO PAULO A contração recorde de 9,7% da economia brasileira no segundo trimestre não prendeu por muito tempo a atenção de analistas, mais ocupados em decifrar o ritmo atual de recuperação da atividade produtiva.

É um clichê no mercado se referir ao PIB (Produto Interno Bruto) como um retrato tirado pelo retrovisor, já que o indicador é sempre conhecido com atraso em relação ao período a que se refere.

A pandemia do coronavírus acentuou esse aspecto de águas passadas do dado.

Estatísticas divulgadas com maior frequência — como produção industrial, vendas do varejo e consumo de energia — indicam que, após registrarem quedas históricas como a brasileira, economias pelo mundo afora dão sinais de retomada.

Não está claro, porém, quanto tempo elas demorarão a atingir o nível em que estavam antes da pandemia e os prejuízos que essa demora pode acarretar.

Indicador criado pela Luohan Academy, centro de pesquisas chinês, para medir o ritmo dessa escalada de volta mostra que, entre 121 países acompanhados diariamente, nenhum retomou o patamar de atividade anterior à eclosão da Covid-19 em seus territórios.

Idealiza do por Michael Spence, vencedor do Nobel de Economia, o Pandemic Economy Tracker (PET) aponta para recuperações que oscilam entre um mínimo de 82,4% do nível pré-crise, no Peru, e um máximo de 98,3%, na China.

No meio do caminho, estão Brasil, com uma retomada de 95,8%, Alemanha, com 94,8%, Estados Unidos, com 92,8%, Itália, com 91,4%, Espanha, com 91,2%, Reino Unido, com 89,4%, Argentina, com 89,2%, e Índia, com 88,4%, entre outros.

Na análise que fizeram para construir o PET, pesquisadores da Luohan Academy descobriram que, durante a pandemia, a mobilidade tem sido um importante indicador do nível de atividade econômica, explicando 75% da variação do PIB em muitos países.

Por isso, um dos componentes do índice é o nível de circulação das pessoas. Os demais são dados que refletem a trajetória da epidemia, como evolução no número de casos e mortes.

"Embora não seja perfeito, esse tipo de indicador tem nos ajudado a ter uma ideia do quanto falta para voltarmos ao nível de atividade anterior à crise", diz Bráulio Borges, economista da consultoria LCA e pesquisador associado do Ibr/FGV.

Outras instituições têm feito

o monitoramento do percurso de retomada com base em indicadores econômicos publicados com alta frequência — como pedidos de seguro-desemprego, consumo de energia, monitoramento de horas trabalhadas e movimento de tráfego aéreo.

"Os dados, de forma geral, indicam que nenhum país, nem mesmo a China, voltou ao nível em que estava antes", diz o economista Otaviano Canuto, membro do Policy Center for the New South e do Brookings Institute e diretor do Center for Macroeconomics and Development, em Washington.

Um índice construído pela Moody's Analytics em parceria com a CNN Business para os Estados Unidos mostra que a economia americana está perto de 80% do seu nível pré-crise. Uma análise do Financial Times aponta para resultado parecido na China.

Em ambos os casos, os patamares encontrados estão abaixo dos níveis aferidos pelo PET, da Luohan Academy. Apesar das diferenças, os três indicadores parecem confirmar que o mundo se encontra em um quadro descrito pela revista The Economist, em abril, como "economia a 90%".

"Em muitas coisas 90% está bem; em uma economia [esse percentual] é miserável", dizia reportagem de capa da publicação.

O problema, ressaltava a revista britânica, é o que está por trás dos pedaços que faltam para que os 100% sejam atingidos novamente.

A lista, no caso da crise atual, parece encabeçada por um fator que representa uma espécie de bicho-papão da economia: a incerteza.

O medo do contágio pelo vírus faz com que, mesmo com o arrefecimento de sua disseminação e a gradual reabertura das economias, muitos preferam manter certo distanciamento social.

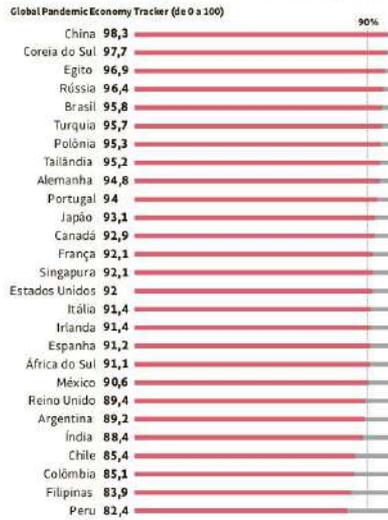
Até na Ásia, que foi atingida primeiro pelo coronavírus e conseguiu conter sua disseminação com relativa velocidade, os níveis de mobilidade urbana permanecem menores do que antes da pandemia.

O temor de que aumentos pontuais no número de casos — após o arrefecimento inicial do contágio — representem o início de uma segunda onda da epidemia parece explicar parte dessa retração. Especialistas dizem que, até surgir uma vacina, dificilmente isso mudará.

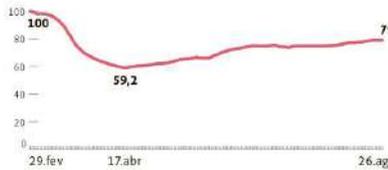
Mudanças mais profundas de hábitos também podem estar ocorrendo. O consumo online ganhou força, enquanto as lojas estavam fechadas, e, entre analistas, há uma impressão de que essa tendência de substituição do presencial pelo virtual continue.

Índice que rastreia o retorno da atividade ao nível anterior à crise reflete o cenário batizado de "economia a 90%" pela revista The Economist

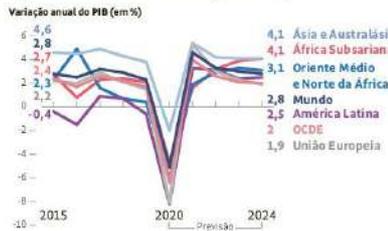
Criado pela Luohan Academy, o indicador se baseia em dados da evolução da epidemia e de mobilidade nos países



Índice da Moody's Analytics e da CNN Business mostra distância ainda maior da atividade em relação ao nível pré-crise no caso dos EUA\*



Fora a Ásia, nenhuma região recuperará em 2021 o crescimento perdido neste ano, segundo a EIU (Economist Intelligence Unit)



Quase quatro em cada dez CEOs de multinacionais disseram em agosto que cortarão vagas, segundo o The Conference Board\*\*

Table showing plans for job cuts and investment revisions. 13% plan to increase jobs above 3%, while 38% plan to reduce jobs. 7% expect investment revisions above 10%.

No Brasil, incerteza em relação a desempenho da economia atingiu nível recorde nos últimos meses

Embora tenha recuado, o desvio padrão das projeções do mercado para a variação do PIB permanece em nível alto para padrões históricos\*\*\*



\*O índice, criado para acompanhar a trajetória de recuperação da economia americana em meio à crise atual, combina 37 indicadores — incluindo estatísticas do governo e dados de empresas privadas — e é calculado tanto para os EUA como um todo quanto para os estados do país individualmente, em tempo real. \*\*Pesquisa feita trimestralmente pelo The Conference Board em parceria com a The Business Council que avalia a percepção de CEOs sobre as expectativas e planos das principais multinacionais de vários setores sobre suas expectativas e planos econômicos em meio à crise atual, com base em 37 indicadores — incluindo estatísticas do governo e dados de empresas privadas — e é calculado tanto para os EUA como um todo quanto para os estados do país individualmente, em tempo real. \*\*\*O índice, criado para acompanhar a trajetória de recuperação da economia americana em meio à crise atual, combina 37 indicadores — incluindo estatísticas do governo e dados de empresas privadas — e é calculado tanto para os EUA como um todo quanto para os estados do país individualmente, em tempo real. (calculado pela CNN Business e a Moody's Analytics); BCB (Banco Central do Brasil)

Advertisement for 'Empreendedor Social do Ano 2020' award. It features a photo of a woman and text describing the award's focus on social impact and recognition. It includes a call to action to register at folha.com.br/empreendedor-social and lists various partner organizations like FOLHA, ambev, Sesi, SENAI, etc.

# Insegurança com o futuro freia o consumo e segura os investimentos

Pesquisa aponta que 4 em cada 10 presidentes de multinacionais pretendem cortar empregos ao longo dos próximos 12 meses

SÃO PAULO Levantamento recente feito pelo The Conference Board, respeitado centro de pesquisa, em parceria com o fórum empresarial The Business Council revela que 4 em cada 10 presidentes executivos de multinacionais pretendem fechar vagas ao longo dos próximos 12 meses.

Grandes empresas de setores diversos — como Coca-Cola, Boeing, American Airlines e Estée Lauder — estão entre as que já anunciaram cortes nas últimas semanas.

Por um lado, a incerteza de trabalhadores em relação ao futuro de sua renda os leva a moderar gastos. Por outro, a insegurança de empresários em relação ao futuro do consumo os leva a frear investimentos.

O resultado dessa equação também foi capturado pela pesquisa do The Conference Board. Quase 40% dos cerca de cem presidentes de empresas entrevistados disseram que devem cortar em mais de 10% investimentos planejados anteriormente.

Há setores, no entanto, que têm sido beneficiados pelo maior distanciamento social, o que deverá continuar ocorrendo se algumas mudanças de hábito forem permanentes. Empresas de tecnologia tiveram bons resultados nos últimos meses. A Netflix, por exemplo, ganhou 26 milhões de novos assinantes no primeiro semestre.

Outro segmento que tem esboçado recuperação é a construção civil. Preparadas para passar mais tempo em casa,

muitas famílias resolveram promover pequenas reformas.

Isso pode resultar na geração de novos postos de trabalho nesses segmentos. No caso da construção civil, que é um setor intensivo no uso de mão de obra, a criação de vagas já aparece nos dados oficiais recentes do Brasil.

“É uma tendência positiva porque a construção civil pode absorver mão de obra deslocada de outros setores”, diz Bráulio Borges, economista da consultoria LCA e pesquisador associado do Ibré/FGV.

Porém, em meio a tantas incertezas, as projeções econômicas para o próximo ano são de taxas de crescimento inferiores às contrações estimadas para 2020.

“A pandemia do coronavírus terá um efeito negativo enorme e duradouro sobre a economia global: 2020 e 2021 serão anos perdidos em termos de crescimento”, ressalta um relatório recente da EIU (Economist Intelligence Unit).

As expectativas da consultoria são que apenas a Ásia terá uma expansão em 2021 maior do que a recessão deste ano. Especialistas ressaltam que um dos riscos que esse cenário impõe é uma queda da produtividade, que comprometa o crescimento futuro.

Trabalhadores parados tendem a perder habilidades. Já as máquinas se deterioram.

Além disso, estudos têm revelado que as parcelas mais vulneráveis têm sido as mais prejudicadas com a perda de emprego, o que tende a agravar a iniquidade social.

“

Está claro que uma das consequências desta crise será um aumento das desigualdades que já eram crescentes”, diz o economista Otaviano Canuto, que foi vice-presidente do Banco Mundial.

Borges destaca que isso tem levado a uma redistribuição sobre o papel do Estado.

É possível que o mundo caminhe para um modelo permanentemente de maior proteção à população mais vulnerável.

A questão é como governos mais frágeis fiscalmente — como o Brasil — colocarão esses mecanismos de pé.

“Para o Brasil, esse será um grande desafio. Terão a impressão de que o governo queimou mais cartuchos do que deveria nesses últimos meses”, afirma Borges.

O economista cita como exemplo a transferência de renda emergencial, que, embora tenha chegado aos mais pobres, parece ter beneficiado também famílias que não precisavam do socorro.

“O vultoso pacote adotado pelo governo tem contribuído para a retomada da economia, mas piorou a situação fiscal. Tanto no Brasil quanto no resto do mundo — até mesmo nos países ricos — chegará o momento em que a retirada dos estímulos emergenciais se tornará inevitável.”

Resta saber que governos convencerão o setor privado a retomar seus planos de investimentos para garantir que a recuperação atual não perca força e as economias retornem ao seu nível pré-crise. **Érica Fraga**

“

Há empresas que até chegaram a conseguir crédito no início da crise, mas cujos recursos já acabaram. E em cada 4 ainda usa o cheque especial para honrar compromissos

Joseph Couri presidente do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria)

compromissos, queda de dois pontos percentuais em relação ao levantamento anterior.

Os dados mais recentes do Banco Central, referentes a julho, apontam que o saldo existente no mercado financeiro para empréstimos de cheque especial corporativo alcançou R\$ 6,8 bilhões, o menor patamar da série, iniciada em 2007.

“É importante observar que, apesar de o cheque especial ser uma modalidade que caiu bastante para pessoas jurídicas, é o único produto em que é possível perceber uma ascensão significativa de inadimplência desde o início do coronavírus”, afirmou Eduardo Tambellini, consultor de negócios da Fico.

Ainda segundo o BC, a inadimplência da modalidade nos empréstimos para empresas ficou em 22,6% em julho, o maior patamar desde os 27,3% de janeiro de 2016. Nesse sentido, a falta de acesso ao crédito pode ser o início de um ciclo de dívidas para as empresas que não tiveram cuidado, afirma Maurício Godói, professor da Saint Paul Escola de Negócios.

“A situação entre outubro e novembro pode ser crítica, já que, além da taxa de juros gigantesca do cheque especial, é um período que coincidirá com início de cobrança das parcelas que foram adiantadas no primeiro semestre, com a folha de pagamentos que foi cortada ou suspensa e também com os tributos que foram adiados pelo governo.”

No início do ano, os grandes bancos do país e o gover-

no federal tomaram diversas medidas como forma de conter o avanço da crise do coronavírus. Dentre as ações, estavam a liberação de novas linhas de crédito, a possibilidade de suspensão ou corte de salário e jornada e o adiamento e renegociação de dívidas com vencimento no período.

Os juros do cheque especial ficaram em 295,5% ao ano — o equivalente a 12,13% ao mês.

“Também é preciso cuidar porque até agora a economia não recuperou o suficiente para que, em caso de necessidade, haja a possibilidade de uma linha de antecipação de recebíveis”, disse Godói.

Para o gerente-executivo de política industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), João Emílio Gonçalves, a demanda por capital de giro ainda é muito grande, e, apesar da espera por mais recursos via Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) — programa de crédito do governo —, a expectativa é que ainda haja uma recuperação desconectada na indústria.

“Na hora da recuperação, não volta todo o mundo ao mesmo tempo. Pode ser que algumas empresas se levantem antes, mas sem a demanda que tinham no pré-pandemia ou antes que seus fornecedores consigam acompanhar o ritmo de crescimento por falta de capital de giro. Vemos recuperação, o que é um bom sinal, mas ainda tem muita coisa a ser feita e muitas medidas que precisam perdurar.”

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painel@grupofolha.com.br

## Abre espaço

Quase metade dos 59 mil metros quadrados de locação devolvidos por escritórios comerciais de alto padrão na capital paulista no segundo trimestre veio de empresas de serviços, principalmente de tecnologia, segundo a Newmark Knight Frank, que fez o estudo. A devolução superou as novas locações em 24 mil metros quadrados. A consultoria diz que grandes empresas juntaram vários escritórios em uma só unidade ou abriram mão de áreas para possíveis expansões.

**CARDÁPIO** A pandemia parece ter levado aos restaurantes uma mudança que o varejo de moda já vinha sentindo no comportamento do consumidor. A permanência dos clientes nos estabelecimentos anda mais objetiva, ou seja, ele entra sabendo o que quer, faz a compra e vai embora.

**BANDEJA** “O giro das mesas está bom, o que permite faturar bem, mesmo com a oferta menor de clientes, lembrando que as restrições dos protocolos sanitários reduziram a capacidade máxima”, diz Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (associação do setor).

**FOME** Segundo ele, mais de 30% dos estabelecimentos também estão com tiquete médio mais alto do que tinham antes da pandemia.

**VIOLA** Restaurantes e bares do Rio estão pedindo à prefeitura que libere o retorno da música ao vivo. “Qual a diferença entre a música mecânica e o ao vivo se o local respeitar as normas?”, diz Fernando Blower, diretor-executivo da ANR (Associação Nacional de Restaurantes).

**MUVUCA** Aglomerações nas ruas boêmias da Vila Madalena, em São Paulo, e do Leblon, no Rio, preocupam o setor, que entende que um segundo fechamento comercial geraria uma quebra ainda maior. “Dentro dos estabelecimentos está organizado, mas é difícil controlar o espaço público”, diz Blower.

**RUA** Os seis meses de pandemia resultaram em queda mensal média de 54% nas vendas do comércio de rua paulista, segundo a ACSP (Associação Comercial de São Paulo), que comparou dados de março a agosto deste ano com o mesmo período de 2019.

**BALCÃO** Maio foi o mês com maiores perdas para os varejistas, com a liberação de 67% nas vendas. Em agosto, com a reabertura, o recuo foi de 33,6%.

**PÁTRIA** A procura no Google pela Semana do Brasil, evento de promoção criado pelo governo para aquecer o comércio em setembro, está cerca de 40% menor em 2020 do que o registrado no ano passado.

com Filipe Oliveira e Paula Soprano

## INDICADORES



## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto\*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 8.101,06	20%	R\$ 1.220,21	

**MEI (Microempresário)**  
Valor mín. R\$ 164,58 5% R\$ 82,29

**Assalariado**  
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%  
De R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,60 9%  
De R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40 12%  
De R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06 14%  
\*O prazo para a competência de agosto vence em 21 set. para as empresas; para as pessoas físicas, vence em 31 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

## IMPOSTO DE RENDA

R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 2.903,98	Isento	
De 2.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o plano de capital e o índice SP

	Alíquota	Mínimo	Máximo
		em R\$	em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04	713,09
	a 14%		
Empregador	20%	250,50	1.220,21

\*O prazo para o patrão da doméstica vencer em 4 set. A guia de pagamento dos patríos inclui a contribuição ao INSS, do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

# 8 em cada 10 micro e pequenas indústrias estão sem acesso ao crédito, aponta pesquisa

Isabela Bolzani

SÃO PAULO A falta de acesso ao crédito ainda afeta 81% das micro e pequenas indústrias, apontou o 10º boletim de tendências do setor feito pelo Datafolha a pedido do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria).

O número caiu em relação ao levantamento anterior —feito de 6 a 14 de agosto e que apontava que 83% dessas empresas não conseguiram empréstimos—, mas ainda mostra piora ante os meses anteriores, quando essa porcentagem alcançou 79% na última quinzena de junho e chegou a cair para 76% no fim de julho.

“A pesquisa aponta que houve uma melhora em relação à situação financeira dessas companhias com a reabertura da economia, mas existem alguns números que ainda são preocupantes. Há empresas que até chegaram a conseguir crédito no início da crise, mas cujos recursos já acabaram. E 1 em cada 4 ainda usa o cheque especial para honrar compromissos”, afirmou o presidente do Simpi, Joseph Couri.

Dos entrevistados, 41% afirmaram que a situação financeira da empresa está regular (mesmo percentual da pesquisa anterior), enquanto outros 34% disseram estar boa ou ótima (ante 30%). Já o número de empresas que consideram a situação ruim ou péssima caiu de 29% para 25%.

A pesquisa mostra também que 23% das micro e pequenas indústrias estão usando o cheque especial para honrar seus

## mercado

# Estabilidade de servidor pouco muda em 5 Cartas desde 1934

Tentativa mais recente de alterar regra, feita por FHC, não foi para a frente

Bernardo Caram

BRASÍLIA Alvo da reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro, a estabilidade do servidor público está na Constituição — em suas diversas versões — desde 1934. Ao longo das décadas, o dispositivo que protege os trabalhadores que servem ao Estado pouco mudou. A tentativa mais recente, capitaneada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não gerou efeito prático.

A proposta apresentada pela equipe econômica na semana passada prevê que a estabilidade será mantida nos moldes atuais só para as carreiras típicas de Estado, funções consideradas estratégicas para a administração pública e que não encontram paralelo no setor privado. O governo, no entanto, deixou a definição exata dessas carreiras para um segundo momento.

O texto cria outras modalidades de contratação sem estabilidade, o que, na prática, acaba com o regime jurídico único existente hoje no serviço público. A extinção desse regime foi proposta e aprovada por FHC, mas a medida acabou derrubada na Justiça.

Em 1967, a Carta Magna passou a prever que, a partir daquele ano, ninguém poderia adquirir a estabilidade sem prestar concurso.

Finalmente, na Constituição de 1988, em vigor até hoje, foi definido que a estabilidade seria obtida após dois anos de atividade de dois servidores nomeados após concurso. Ficou mantida a regra que previa perda do cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo no qual seja garantida ampla defesa.

"Antes da Constituição de 1988, apenas algumas carreiras tinham a estabilidade. E havia outros regimes jurídicos. A grande maioria dos servidores nessa época era submeteria à CLT", disse Marconi.

Dez anos depois, a reforma de FHC aprovou emenda à Constituição para prever a possibilidade de demissão de servidores também por mau desempenho. Na época, Marconi era diretor da política de Recursos Humanos do governo.

A regra aprovada em 1998, na gestão FHC, define que o servidor poderá perder o cargo "mediante procedimento de avaliação periódica de



Guedes, Tereza Cristina, Eduardo Pazuelo e Fábio Faria no 7 de Setembro Paulo Jacobi/Agência O Globo

1937 manteve redação similar. O texto de 1946 estabeleceu a definição do funcionário público "estável". A medida manteve a previsão de dois anos de atividade até o concurso para receber essa proteção. Para as pessoas sem concurso, o tempo exigido de atuação na máquina pública caiu de dez para cinco anos.

Em 1967, a Carta Magna passou a prever que, a partir daquele ano, ninguém poderia adquirir a estabilidade sem prestar concurso.

Finalmente, na Constituição de 1988, em vigor até hoje, foi definido que a estabilidade seria obtida após dois anos de atividade de dois servidores nomeados após concurso. Ficou mantida a regra que previa perda do cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo no qual seja garantida ampla defesa.

"Antes da Constituição de 1988, apenas algumas carreiras tinham a estabilidade. E havia outros regimes jurídicos. A grande maioria dos servidores nessa época era submetida à CLT", disse Marconi.

Dez anos depois, a reforma de FHC aprovou emenda à Constituição para prever a possibilidade de demissão de servidores também por mau desempenho. Na época, Marconi era diretor da política de Recursos Humanos do governo.

A regra aprovada em 1998, na gestão FHC, define que o servidor poderá perder o cargo "mediante procedimento de avaliação periódica de

desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa". Apresentada na época pelo então presidente, o projeto de lei complementar nunca foi aprovado pelo Congresso, o que impede a aplicação prática da regra.

"O governo errou naquela época porque o projeto especificava que o critério para admitir servidores seria diferente para as carreiras exclusivas de Estado. E o governo restringiu muito essas carreiras. O projeto foi para o Congresso e sofreu resistência muito grande, claro", disse.

Também na reforma de FHC, o estágio probatório foi ampliado de dois para três anos. O governo ainda aprovou a extinção do regime jurídico único, o que abriu caminho para contratações sem estabilidade. No entanto, o artigo que abarcava esse dispositivo teve seu trecho principal rejeitado. Com isso, a extinção do regime acabou invalidada pelo Supremo.

Nas últimas décadas, o governo passou a usar contratos temporários, mas só em situações específicas, como na realização do Censo.

Com o tempo, a administração pública também ampliou as contratações de empresas terceirizadas para serviços considerados menos especializados, como de limpeza e segurança.

Na proposta agora apresentada ao Congresso, o governo pretende criar uma forma de contratação por meio de concurso, mas sem estabilidade.

## Reformas podem ser moeda de troca contra veto à desoneração

BRASÍLIA Líderes partidários que apoiam Jair Bolsonaro no Senado dizem que vão apresentar uma proposta em que aceitam a derrubada do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores em troca da garantia de que o Congresso vote neste ano as propostas de reforma tributária e administrativa.

O tema seria debatido amanhã desta terça (8), mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), cancelou o encontro de líderes marcado e a sessão do Congresso, que seria realizada na quarta (9), sob o argumento de que os parlamentares estarão ocupados com convenções partidárias.

A desoneração, que beneficia 17 setores até o fim de 2021, foi barrada por Bolsonaro. O benefício permite que as empresas possam substituir alíquota de 20% sobre os salários por valores que vão de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Embora Bolsonaro tenha vetado a prorrogação, a palavra final cabe ao Congresso, que pode derrubar a decisão presidencial.

"Nós entendemos que esses 17 setores são importantes para a manutenção do emprego neste momento que o Brasil precisa", disse em entrevista à Globo News o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). **Tara Lemos**

## O que muda com a reforma administrativa

### ENTRADA NO SERVIÇO PÚBLICO

- Como é hoje**
- Todos os servidores estatutários têm direito a **estabilidade** no cargo
  - Para isso, passam por um **estágio probatório** de três anos
  - Apenas 0,4% dos servidores são desligados durante esse estágio
  - Não há demissão por **mau desempenho**
  - Em média, servidor permanece 28 anos no serviço, tem 20 anos de aposentadoria, mais 11 anos de pensão
  - Há a possibilidade de contratações temporárias, mas são restritas

### Como fica

- Proposta cria diferentes tipos de vínculo
- **Estabilidade** ficará restrita a um **dele cargo típico de Estado**
- As carreiras com esse direito ainda serão definidas. Precisam de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada
- É criada a possibilidade de **cargo por tempo indeterminado**
- **Ideia é deixar funções estratégicas com estabilidade e atividades operacionais sem esse direito**
- Governo quer **avaliar o servidor** antes de assumir o cargo público efetivo
- **Aprovado em concurso** passará por **dois anos de experiência** sem garantia de contratação. Terá ainda um ano de estágio probatório antes de ser efetivamente nomeado
- **Proposta impede demissões** por questões partidárias
- **Sem concurso**, há a previsão de duas possibilidades: cargo com prazo determinado e cargo de liderança e assessoramento (nos moldes do atual DAS, conhecido como cargo de confiança)

### Atuais servidores

Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas **não serão impactados**. Eles manterão a **estabilidade**, os **níveis salariais** e os **benefícios** adquiridos antes da nova regra.

Apenas a **demissão por insuficiência**, que ainda deve ser regulamentada pelo governo, e **avaliação de desempenho** atingirão esses profissionais

### A ESTABILIDADE NAS CONSTITUIÇÕES

**1934**  
Art 169 - Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em geral, depois de dez anos de efetivo exercício, só poderão ser destituídos em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, e, no qual lhes será assegurada plena defesa

**1937**  
Art 169 - Os funcionários públicos, depois de dois anos, quando nomeados em virtude de concurso de provas, e, em todos os casos, depois de dez anos de exercício, só poderão ser exonerados em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, em que sejam ouvidos e possam defender-se

**1946**  
Art 188 - São estáveis: I - depois de dois anos de exercício, os funcionários nomeados por concurso; II - depois de cinco anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados sem concurso.  
Art 189 - Os funcionários públicos perderão o cargo: I - quando vitalícios, somente em virtude de sentença judiciária; II - quando estáveis, no caso do número anterior, no de se extinguir o cargo ou no de serem demitidos mediante processo administrativo, com direito a ampla defesa

**1967**  
Art 99 - São estáveis, após dois anos, os funcionários, quando nomeados por concurso § 1º - Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não prestar concurso

**1988**  
Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público § 1º - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo

**1998 (emenda)**  
Incluiu dispositivo para permitir demissão "mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa", mas a lei regulamentadora nunca foi aprovada. Ampliou o período de estágio probatório de dois para três anos

# Equipe econômica recomenda barrar perdão de R\$ 1 bi a igrejas

BRASÍLIA A equipe econômica recomendou veto a uma proposta de lei que concede anistia em tributos a serem pagos por igrejas, que têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas com a União, segundo levantamentos do governo. A decisão final é do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta que beneficia entidades religiosas foi criada pelo deputado David Soares (DEM-SP) e inserida em um projeto de lei sobre a resolução de litígios com a União. Ele é filho do pastor R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus (entre as principais devedoras).

O texto altera a lei de 1988 que instituiu a CSL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) para remover templos da lista de pessoas jurídicas consideradas pagadoras do tributo, além de anular autuações que descrescem a premissa. A justificativa é que a Constituição dá proteção tributária às igrejas, mas o argu-

mento é contestado. Em outro trecho, o projeto concede anistia retroativa à cobrança de impostos previdenciários nas remunerações pagas a membros religiosos (como os pastores). A proposta busca aplicar o entendimento de que os valores não são remunerações.

Na visão de membros do fisco, as igrejas muitas vezes pagam salários a um grande número de pessoas, de empregados a pastores, e classificam os repasses com outros nomes (doações, por exemplo).

Como muitas vezes as igrejas têm um grande número de empregados, a União deixa de recolher um volume significativo de recursos em Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.

Nem toda igreja segue a prática. Auditores afirmam que há casos em que os empregados e pastores são registrados conforme regra a lei, inclusive sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Em um primeiro momento, a proposta havia sido rejeitada na Câmara. O deputado Fábio Trad (PSD-MS), relator, afirmou que estava se tentando estabelecer algo que a Constituição não diz. A imunidade constitucional restringe a impostos, não alcançando as contribuições sociais.

Sobre o segundo ponto, acerca dos valores recebidos por pastores, Trad considerou a norma desnecessária. Mesmo assim, os trechos foram inseridos no projeto de lei, que foi aprovado e seguiu ao Senado.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) tentou retirar os trechos por considerá-los estranhos ao texto original. "Não cabe a este projeto de lei decidir sobre os contenciosos em curso, mas apenas definir as regras para o estabelecimento de acordos para solução desses conflitos."

No fim, a proposta foi aprovada e agora está à espera de uma decisão de Bolsonaro por vetar ou sancionar. O Planalto

aciona ministérios como o da Economia para pareceres técnicos acerca de uma decisão.

Na equipe econômica, dois pareceres já recomendam veto aos trechos que beneficiam as igrejas. Entre os argumentos, está o impacto fiscal da medida.

Conforme já mostrou a Folha, somente na Receita o total de débitos pendentes de entidades religiosas é de cerca de R\$ 1 bilhão, de acordo com informação colhida pelos auditores a pedido do Congresso em meados do ano passado.

Na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), havia na mesma época outros R\$ 462 milhões em dívidas registradas.

A Receita Federal já foi acionada por Bolsonaro para analisar pleitos de lideranças evangélicas, que querem uma solução para deixar de pagar dívidas cobradas pela União. Os evangélicos representam um dos principais grupos de apoio de Bolsonaro.

Em abril, o secretário da Receita, José Barroso Tostes Neto, foi chamado por Bolsonaro para uma reunião no Palácio do Planalto com o deputado Soares. Durante a reunião, foi solicitada à Receita uma análise sobre as dívidas tributárias de igrejas. Uma das queixas das organizações religiosas são autuações sofridas nos últimos anos.

Apesar de membros da Receita afirmarem que não houve pressão no encontro com Bolsonaro e que nada será feito de forma irregular, o Sindicato (entidade que representa auditores) viu no episódio um atropelo de Bolsonaro nas leis para beneficiar certos contribuintes.

"É com espanto que vemos essa investida do presidente da República, que atropela as leis para, em benefício de alguns contribuintes, atentar contra a administração pública e o equilíbrio do sistema tributário", afirmou a entidade, em nota, na época.

Os pedidos ao governo de medidas no âmbito tributário para as igrejas ocorreram desde, pelo menos, a gestão do então secretário especial da Receita, Marcos Cintra, que deixou o cargo em setembro de 2019.

Em junho do ano passado, duas normas foram publicadas no Diário Oficial da União para atender templos após pedidos de pastores. Uma delas estabeleceu que organizações religiosas que arrecadam abaixo de R\$ 4,8 milhões sejam dispensadas de apresentar Escrituração Contábil Digital (ECD), um sistema de envio de dados à Receita. Antes, esse teto era de R\$ 1,2 milhão.

Guedes também já foi chamado para reuniões no Planalto com a presença de Cintra e líderes religiosos como o pastor Silas Malafaia. Em agosto de 2019, um desses encontros tratou de "questões afetas àquele segmento da sociedade" (nas palavras do Ministério da Economia).

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 — Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Governo sem foco

Bolsonaro e Paulo Guedes desperdiçam boa vontade de Congresso com apetite reformista

Desde setembro de 2019, o Congresso aprovou a nova lei geral de telecomunicações, a reforma da Previdência e a lei do saneamento. Está à beira de passar mudanças na regulação do setor de gás e das falências. Os parlamentares também estão dando mais celeridade à reforma tributária do que Jair Bolsonaro (sem partido).

Para quem desdenha do Parlamento, nota-se que em pouco tempo se fizeram mudanças consideráveis em leis que regulam a vida econômica. Trata-se também de índice forte de que existe propensão reformista no Congresso.

O governo que se diz liberalizante, porém, não tira proveito dessa boa vontade. Ao contrário, não tem clareza de objetivos e retarda o envio de projetos relevantes. Quando o faz, deixa que peguem poeira nos escaninhos legislativos ou cria conflitos contraproducentes.

A reforma tributária é um exemplo gritante da desorganização executiva, da indefinição de prioridades e da incapacidade política.

Apenas depois de passado 40% do tempo de mandato, Jair Bolsonaro enviou um projeto parcial, tímido e mal negociado de alteração do sistema. Seu ministro da Economia ainda insiste em um plano que causa aversão aos parlamentares e, mais espantoso, ao próprio presidente, o da nova CMPE.

Em novembro do ano passado, o governo enviou ao Congresso um

grande pacote de reformas fiscais, uma delas até chamada de "emergencial", como a proposta de emenda constitucional que pode sustentar o teto de gastos. Mas deixou tais projetos ao relento e até agora não definiu seu programa fiscal de modo objetivo. Para piorar, aumentou a confusão ao enviar uma reforma administrativa que pode até dificultar a contenção de gastos com servidores, de imediato.

As leis do saneamento e do gás dependem de negociações com estados, pois as estatais estaduais podem criar empecilhos à liberalização. Bolsonaro e Paulo Guedes teriam de liderar outras negociações a fim de implementar as mudanças.

Mas o governo é incapaz de elencar prioridades legislativas ou de evitar embates que não sejam por uma boa causa. Tem ainda dificuldade de lidar com os governadores, quando não os insulta.

Bolsonaro, ele mesmo, não tem convicção reformista; Guedes é atrabiliário e cria conflitos. Sua equipe carece ainda de boa capacidade executiva, evidente na sua lentidão desordenada e na baixa qualidade técnica e legislativa de várias de suas propostas, por isso muita vez rejeitadas pelo Judiciário e pelo Legislativo.

Em suma, são inegáveis os índices de que o ambiente é favorável às reformas; a liderança parlamentar é reformista. O governo não tem se mostrado à altura.

## PT no fundo do poço

Com Jilmar Tatto candidato a prefeito, partido perde apoios e pode ficar fora do segundo turno

Três vezes administrado pelo PT, o município de São Paulo sempre foi fundamental para as pretensões nacionais do partido. A vitória de Marta Suplicy em 2000, por exemplo, ajudou a pavimentar a eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva dois anos mais tarde.

É bastante simbólica da redução da força nacional do partido, por tanto, a situação melancólica em que o PT se encontra atualmente na maior cidade do país.

Seu candidato a prefeito, o ex-deputado federal Jilmar Tatto, é conhecido mais por ser um representante da velha política clientelista, sobretudo em seu reduto da Capela do Socorro (zona sul), do que por ter ideias inovadoras para resolver os problemas da cidade.

Sua campanha, ao menos por enquanto, não inspira nem mesmo a audiência cativa petista. O partido sempre ganhou suas eleições na cidade partindo de uma base sólida entre o eleitorado de perfil progressista, que foi sendo ampliada aos poucos para atrair redutos da classe média.

Agora, Tatto tem concorrente de peso na esquadra paulistana, representado por Guilherme Boulos (PSOL), líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Ex-presidência, com expres-

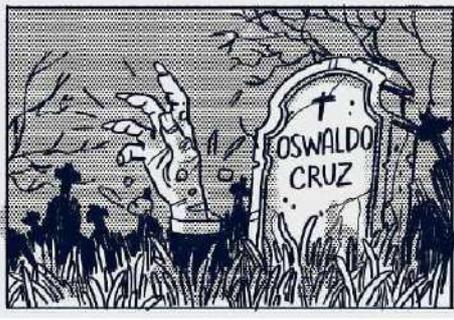
são nacional e proximidade junto a segmentos da intelectualidade e do setor cultural, Boulos vem correndo parte do apoio que tradicionalmente foi dado ao PT.

Muitos dos que se bandearam para o lado do psolista são próximos do próprio Lula, como seu ex-chanceler, Celso Amorim, e sua ex-porta-voz André Singer.

O ex-presidente, que mantém relação política e pessoal próxima com Boulos, vê-se em meio a um dilema. Tentou convencer o ex-prefeito Fernando Haddad a uma candidatura quixotesca, para pelo menos preservar a força do PT e tentar chegar ao segundo turno. Sem sucesso, está agora obrigado a apoiar Tatto, apesar de todos os sinais de malogro.

A vitória na atual circunstância, ainda num momento de forte sentimento antipetista e com reflexos duradouros da onda conservadora que elegeu Jair Bolsonaro em 2018, é considerada pouco realista.

O principal temor agora não é nem ser excluído do segundo turno, mas ficar atrás do candidato do PSOL, partido que nasceu de uma dissidência petista, em 2005. Precipitou-se quem achava que o PT paulistano havia atingido o fundo do poço em 2016 ao ser liquidado por João Dória (PSDB).



João Montanaro

## A vitória do pântano

Catarina Rochamonte

FORTALEZA O quadro jurídico-político do nosso país é desolador. Estamos imersos em um pântano de mentiras, interesses escusos, cegueira ideológica, fanatismo e inversão de valores. Os esperançosos acenos para uma nova política naufragaram nas práticas fisiológicas da aliança de Bolsonaro com o centrão. Na relação dos Poderes, rege agora, como dantes, a lei da acomodação de interesses, o toma lá dá cá, uma mão lava a outra. Em todos os Poderes desse arremedo de República, acordos indecorosos são feitos no interesse dos poderosos e na blindagem dos que protagonizam a peça trágico-cômica da política brasileira.

Na Câmara, o presidente Maia senta em cima de quantos aliados e processos incômodos seus aliados; no Senado, o presidente Alckolbre segura pedidos de impeachment de ministros do STF e impede a CPI da Lava Toga enquanto espera que esse mesmo STF avalize sua indecente pretensão a uma reeleição inconstitucional.

No STF Dias Toffoli —aquele que favoreceu a traficância do colarinho

branco na decisão sobre o Coaf e instaurou o ilegal inquérito das fake news—despediu-se da presidência desqualificando a Lava Jato. Já o suspeito Gilmar Mendes, que trama a suspensão de Sergio Moro, revogou a decisão que suspendia o processo movido por Benam Calheiros contra Deltan Dallagnol.

Aras, o PGR cavalo de Troia, foi te naz na persecução ao procurador, agora afastado do comando da força tarefa de Curitiba. Dallagnol cumpriu seu dever com eficiência e dedicação, tendo, por isso mesmo, atraído contra si a fúria dos poderosos interessados na impunidade.

Apesar de tudo, há resistência, embora difusa e desarticulada. O grupo Muda Senado, por exemplo, tem sido espinho na garganta dos defensores de corruptos e, na Câmara, resistem uns poucos e destemidos deputados.

É ver agora se a sociedade reage contra quem ergueu falsamente a bandeira da defesa da Lava Jato para, em seguida, entregá-la de bandeja aos lobos vorazes que anseiam pela sua destruição.

## 'A gente é negro'

Ana Cristina Rosa

BRASÍLIA O diálogo é curto, mas capaz de ilustrar com clareza o que é ser negro no Brasil do século 21.

—Que! Eu não sabia que tu é (sic) importante!

—Como não sabia? Claro que sou importante, sou tua mãe.

—Não tô (sic) falando importante pra mim. Isso eu sei. Tô (sic) falando importante para um jornal querer saber a tua opinião sobre as coisas.

—Sério, filho?

—Ah, mãe! Tu sabe (sic), né. A gente é negro.

A manifestação de surpresa saiu da boca de uma criança de 12 anos que não escondeu o espanto ao saber que a mãe, uma mulher negra, havia sido convidada a integrar o time de colunistas da Folha e, assim, poderia manifestar regularmente sua opinião em espaço nobre da imprensa nacional.

As palavras ecoaram na cabeça. Naquele momento, veio um aperto no peito, angústia, sensação de fracasso. E uma espécie de dor aguda se apoderou da minha alma. Poucas, curtas e simples sentenças expuseram toda a rudeza da missão de fo-

mentar a autoestima de quem nasceu em uma sociedade alicerçada na desigualdade, especialmente a racial.

Apesar de estar crescendo em uma família de classe média, de ter o privilégio de estudar em boas escolas, de ter acesso à cultura e lazer, meu filho não me vê —e, o que é ainda mais grave, também não se vê— como parte de um grupo de pessoas merecedor de reconhecimento ou de respeito a suas ideias.

Uma década de orientação e de informação sobre a contribuição social dos negros para a construção da sociedade brasileira, além do constante estímulo à valorização das pessoas pelo que são —não pelo que aparentam ou possuem—, não é nada frente a séculos de opressão. Difícil escapar da máquina de inferiorização.

O diálogo lá do começo revela muito sobre pertencimento. Sobre déficit de representatividade. E sobre os efeitos vis e perversos do racismo no Brasil. Algo capaz de minar a confiança e a auto estima de uma maneira implacável. Sem dó ou piedade. Independentemente de idade.

## Fim do mistério

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Solicitado além da conta pelas mesquinhas do Aquém, tive de me dedicar também nos últimos anos a certas intervenções do Além. Refiro-me aos fenômenos ocorridos recentemente num apartamento de Ipanema onde, por 50 anos, mantive seu estúdio um amador jornalista, escritor, cartunista, dramaturgo e pensador. A histagem dessas categorias e o fato de ser um personagem de Ipanema podiam levar à sua imediata identificação — Millôr Fernandes, claro—, mas mantive seu nome em segredo na primeira vez que escrevi sobre o caso ("Abraço a este mundo", 31/5/2017).

Millôr morreu havia cinco anos, em 2012. Seu acervo já tinha sido levado e o apartamento estava passando por reforma para ser alugado. Mas a obra se arrastava porque nenhuma turma de operários durava muito tempo. Móveis, ferramentas e apetrechos pesados anoiçavam num lugar e amanhaciam em outro, sem que ninguém entrasse lá de madrugada. Coisas assim. E, a

qualquer hora, ouviam-se suspiros vindos de aposentos vazios.

A custo a reforma terminou e um americano alugou o apartamento para morar. Era fá de Millôr; mas nem isso impediu que o inexplicável continuasse a acontecer, como lâmpadas acendendo e apagando como numa coreografia e livros se pondo de cabeça para baixo quando ninguém estava olhando. O americano também deu no pé e, já autorizado a dizer o nome, escrevi que, pelo visto, Millôr não se empolgara com o outro mundo.

Em fins do ano passado, o apartamento foi alugado de novo. Mas algo benigno deve ter rompido a cadeia de mistério, porque, desde então, ele nunca mais foi palco do insondável. Suas atuais inquilinas vivem lá tranquilamente com seu cachorrinho, a que deram o nome de Millôr.

Trata-se de um shih tzu, originário da China, com mil anos de linhagem e considerado sagrado. Só pode ser isso.

## Farinha e bicharéis

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Em "Sobrados e Mocambos" (1936), Gilberto Freyre menciona um senador do Império que propunha que se marcassem para o Pará "carne, farinha e bicharéis".

Freyre acrescentava que o imperador depositava mais confiança "nos bicharéis que administrassem juridicamente as províncias e distribuissem corretamente a justiça do que em socorros de carne e farinha aos povos oprimidos". Os socorros eram "precrios e efêmeros"; os bicharéis teriam efeito sustentável.

—cujo nascimento ocorreu há exatos 120 anos— estava certo. Freyre lembra também que obacharel aparecera antes. Foram os jesuítas "que tinham dado à colônia ainda sombra de Mato Grosso —a terra inteira por desbravar, índios nus quase dentro das igrejas, de olhos arregalados para os padres que diziam missas; cobras caindo do telhado por cima das camas ou enrocandose nas botas dos colonos— os primeiros bicharéis".

Muitos estavam na Europa e, ao voltar, formaram o que chamou "uma aristocracia da toga"; e isso em condições inusitadas: "a sombra de mangueiras de sítio e entre macacos amansados".

O bacharel teria consigo o Estado para onde este inexistia; instituições para o Estado da natureza; o auditório contra a violência, o arbitrio e o mandonismo local.

São duas as grandes questões que o país enfrentava e ainda o faz: pobreza e oprimido da lei. Mas esta última era vista como pré-condição da eliminação sustentada da primeira: ali e seus agentes criam condições para a prosperidade e a liberdade. Esta é a conclusão a que chegam também Daron Acemoglu e James Robinson, em "The Narrow Corridor"; a análise recente mais instigante sobre o assunto.

As razões do fracasso histórico do projeto de regime igualitário baseado no império da lei —"administração e distribuição correta da justiça", diria Freyre— são tema vasto que não pode ser tratado aqui. Mas o progresso ocorrido desde 1988 tem sido importante: as instituições judiciais e seus agentes passaram a desfrutar de autonomia e independência inéditas. E nunca tantos foram punidos por desmandos. Nem tudo é positivo, mas o saldo líquido de sua atuação em um quadro sistêmico de predação é francamente positivo.

Os governos nas últimas décadas têm entregue "carne e farinha"—na forma contemporânea de programas de transferência de renda. Eles importam muito, mas a chave para a criação de uma sociedade próspera e inclusiva continua sendo de ordem institucional.

O combate aos desmandos e à corrupção tem sofrido reverses. O arranjo tenebroso em curso, pelo qual há um "trade off" entre a expansão de tais programas e interrupção no combate à corrupção, é retrocesso grave.

# 'Porta giratória' volta após banco contratar ex-assessor de Guedes

Especialistas apontam riscos de informação privilegiada em contratação rápida de gestores públicos pela iniciativa privada

Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA O Ministério da Economia perdeu recentemente dois membros de alto escalão para bancos privados, em mais uma rodada da chamada "porta giratória" do governo. O fenômeno ocorre quando membros do governo passam a trabalhar para empresas em área análoga à anterior, o que gera riscos, na visão de especialistas em administração pública.

O caso mais recente é de Caio Megale, ex-assessor especial do ministro Paulo Guedes (Economia) e ex-diretor de programa da pasta. Ele pediu demissão em julho, foi dispensado de cumprir quarentena e, há cerca de uma semana, foi anunciado como novo economista-chefe da XP Investimentos.

O exemplo de Megale não é o único. O ex-secretário do Tesouro Nacional Mansueto Almeida pediu demissão em junho e será o novo sócio-economista-chefe do BTG. Nesse caso, ele cumpre um período de quarentena e só passará a trabalhar para o banco em janeiro de 2021.

Há inúmeros outros exemplos de membros da equipe econômica atualmente em iniciativa privada, principalmente em bancos. Eduardo Guardia, que foi ministro da Fazenda no governo de Michel Temer, é sócio do BTG Pactual e responsável pela área de gestão de ativos do banco.

Ana Paula Vescovi (ex-secretária do Tesouro) é hoje economista-chefe do Santander Brasil. Ilan Goldfajn (ex-presidente do Banco Central) é presidente do conselho do Credit Suisse no Brasil.

Para especialistas, o movimento gera atenção. André Luiz Marques, coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, afirma que o profissional demissionário do setor público carrega consigo um arcabouço de informações, inclusive estratégicas, que podem ser usadas pela empresa privada.

"Quando a gente fala de setor público, há uma série de decisões que afetam pessoas e segmentos, então daro que há um nível de sensibilidade nas informações."

"Por exemplo, eu estou no governo e sei que está em estudo a alteração em um imposto, ou a flexibilização de alguma regra. Se tenho essa informação, posso operar com ela."

"Por mais que você blinde para que a pessoa não leve documentos, por exemplo, não dá para arrancar o cérebro dela. O setor público tem que tomar esse cuidado", afirma.

Ele diz que a exigência da quarentena pode mitigar esse risco, mas que a aplicação dessa regra varia de caso a caso. Em algumas situações, seis meses de resguardo pode ser um período curto demais, mas em outras pode ser excessivo.

Por isso, Marques diz que a dispensa antecipada da quarentena pode elevar os riscos, mas não necessariamente é prejudicial ao setor público se passar por uma análise bem fundamentada. "Se tiver rigor, não vejo como tão prejudicial."

Ele também diz que a troca pode ser benéfica ao oxigenar os gestores do setor público com métodos da iniciativa privada. Mas, mesmo assim, considera que o tema deve ser discutido. "A gente tem que se resguardar para tudo, por que sempre tem vários exem-

## A porta giratória da Economia

### EQUIPE DE PAULO GUEDES



**Caio Megale**  
Cargo anterior: assessor especial do Ministério da Economia  
Cargo que ocupará: economista-chefe da XP Investimentos



**Mansueto Almeida**  
Cargo anterior: secretário do Tesouro Nacional  
Cargo que ocupará: sócio e economista-chefe do BTG Pactual

### EQUIPE ECONÔMICA ANTERIOR



**Eduardo Guardia**  
Cargo anterior: ministro da Fazenda  
Cargo atual: sócio do BTG Pactual e responsável pela área de gestão de ativos do banco



**Ilan Goldfajn**  
Cargo anterior: presidente do BC  
Cargo atual: presidente do conselho do Credit Suisse no Brasil



**Ana Paula Vescovi**  
Cargos anteriores: secretária do Tesouro Nacional e secretária-executiva do Ministério da Fazenda  
Cargo atual: economista do Santander

plos desse tipo de subterfúgio." Wesley Mendes da Silva, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, estuda a composição de conselhos de empresas e diz ser comum a presença de ex-membros do governo nessas cadeiras.

"Há, sim, uma preocupação em trazer pessoas que têm algum tipo de trânsito no governo", diz. "Empresas e governos deveriam ter um distanciamento, serem desvinculados, o que não se verifica no Brasil."

Para o pesquisador, a disposição que já integram a máquina pública existe porque as empresas brasileiras são mais dependentes do governo do que em outros países.

"Ou ela faz isso ou ela morre. Um banco, por exemplo, trazer uma pessoa que foi do Ministério da Economia é uma forma de sobrevivência", aponta. "[Mas] é uma certa promiscuidade nas relações, algo muito ruim que traz ineficiências e ruídos."

O professor diz que esse tipo de estratégia pode representar um tipo de lobby, que é reconhecido nos EUA, mas não tem regulamentação no Brasil. Segundo ele, essas relações trazem riscos para o governo e não são garantia de sucesso para o mundo corporativo.

"É arriscado para as empresas depender de contato com o governo. As circunstâncias mudam no governo, e os planos da empresa podem dar errado. Essa relação de dependência é muito nociva", afirma. Para Silva, mecanismos existentes hoje para mitigar riscos, como a quarentena, são apenas paliativos e não eliminam o problema, que só seria resolvido com uma mudança cultural no país.

A lei exige que a Comissão de Ética Pública do governo deve ser ouvida sobre a necessidade de cumprimento de quarentena de ex-ocupantes de cargos de ministro de Estado e de natureza especial, além de presidente, vice-presidente e diretor de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista e ainda de cargos de comissão superior.

Toda autoridade que estiver deixando um desses cargos e que pretenda exercer atividade de privada deve formular a consulta. Caso não seja dispensada, deverá permanecer em quarentena de seis meses (período em que continuam recebendo salários).

## Empresas afirmam que obedecem à legislação em vigor

Procurado, o BTG Pactual afirma que está sempre em busca dos melhores profissionais para integrar a instituição, independentemente de sua atuação prévia ter sido na iniciativa pública ou privada e que, ao contratar ex-servidores, obedece à legislação.

"Mansueto cumprirá integralmente seu período de quarentena sem nenhum vínculo com o BTG Pactual e só passará a atuar como economista-chefe global a partir de 18 de janeiro", diz o banco, em nota. Já a XP informou que "segue rigorosamente a legislação prevista para a contratação de ex-servidores públicos". Megale e Mansueto não quiseram se manifestar.

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelisa@grupofolha.com.br

## Braço cruzado

Parados há três semanas, trabalhadores dos Correios organizam para esta terça-feira (8) um ato estadual em São Paulo com sindicatos de sete cidades para pressionar a estatal a chegar a um acordo com a categoria. Iniciada em 17 de agosto, a greve reúne 70% do quadro operacional da empresa em São Paulo. Os empregados se opõem à exclusão de cláusulas trabalhistas pelos Correios após a expiração do acordo coletivo de 2019, e pedem a extensão do dissídio até 2021.

**DELONGA** O ato será no edifício dos Correios da Vila Leopoldina, na capital. A categoria programa carreatas nos dias seguintes para chamar a atenção da população para a greve. Sem previsão para terminar, o impasse depende de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho, que ainda não marcou uma data.

**PLEITO** A reivindicação não é por aumento, mas por manutenção do acordo, segundo a Fentec (federação que reúne entidades da categoria). No contexto da pandemia, os Correios excluíram 70 cláusulas trabalhistas do acordo encerrado em agosto, como licença maternidade de 180 dias, pagamento de adicional noturno e auxílio-creche.

**MORNO** Os Correios já conseguiram liminar favorável no STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu a duração do acordo em 2022. Segundo a estatal, a adesão ao movimento paredista é baixa.

**DESVIO** Aplicativos de transporte como Uber, 99 e Cabify estão no radar da CPI da Evasão Fiscal, da Câmara de Vereadores de São Paulo. Na sexta (4), a comissão, presidida por Ricardo Nunes (PMDB), aprovou requerimento solicitando documentos das empresas.

**OLHO MÁGICO** O grupo quer analisar dados contábeis, fiscais, trabalhistas e contratos de locação de imóveis. A CPI investiga a existência de escritórios de fachada fora da capital cujo propósito seria reduzir o pagamento de impostos.

**OUTRO LADO** A Cabify afirma que analisa os pedidos e que cumpre a legislação fiscal de São Paulo, onde está sediada. A 99 diz que paga o ISS conforme previsto na lei, recolhendo o imposto em São Paulo. A Uber não respondeu.

**ARTE** O conselho do MuBe (Museu Brasileiro da Escultura) se reúne nesta terça (8) para tratar das contas de projetos incentivados. Entre eles estão iniciativas antigas feitas por meio do Proac (programa de ação cultural do estado), de 2012 e 2013. A Secretaria de Cultura diz que a prestação de contas está em análise.

**ESSA É AMISTURA...** As exportações brasileiras para o Egito cresceram mais de 20% desde que o acordo de livre-comércio entre o país e o Mercosul entrou em vigor, em setembro de 2017, segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Já as importações subiram 75%.

**...DO BRASIL COM O EGITO** Mais de 2.000 produtos tiveram as tarifas de importação eliminadas no acordo. Tijolos e ladrilhos são alguns dos mais exportados ao Egito. Plantas, sementes e frutos para perfumarias são os mais importados pelo Brasil. A partir de setembro, outros 463 itens do Mercosul enviados ao país africano, e 719 importados pelo bloco, terão isenção, diz a CNI.

**ACOSTAMENTO** Antes do feriado de 7 de Setembro, que lotou praias e estradas, o movimento já superava o Pêlo-pandemia, segundo a Veloe, empresa de pagamento automatizado em pedágios e estacionamentos.

**PISTA** Na última semana de agosto, o tráfego foi 41% maior do que nos dias de 15 a 22 de março, imediatamente antes do início da quarentena, diz a Veloe. Nos estacionamentos, a movimentação vem retomando, mas ainda está menor. Hoje, representa 82% do registrado antes do coronavírus.

**FIBRA** A pandemia expandiu o faturamento dos provedores de internet regionais. Mais de 70% das operadoras ligadas à TelComp, associação que reúne 70 empresas do setor, afirmam que houve forte expansão dos investimentos em infraestrutura no primeiro semestre de 2020.

**BANDA LARGA** Para 60% das empresas, o avanço do faturamento foi superior a 10% no semestre. A expectativa de 77% dos provedores é de superação dessa marca em 2021.

**BOLSO** O número de investidores em ações cresceu 66% na Easyinvest desde o início da pandemia, segundo comparação entre os dados do final de fevereiro e os de agosto. A quantidade de pessoas que aplicam em renda variável pelo serviço subiu 247% em um ano, segundo a corretora.

Com Filipe Oliveira, Paula Soprana e Mariana Grazini

## AHORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



opinião

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PUBLISHER** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

### Defender o teto

Mecanismo de controle do gasto permitiu estabilizar dívida pública e mantém juros historicamente baixos

Nem tanto por mérito próprio, e certamente não pelas realizações até aqui do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil faz parte hoje de um grupo de economias que exibem as menores taxas de juro da história.

Em um movimento agora acentuado pela pandemia da Covid-19, muitos países já vinham adotando ações excepcionais para sustentar suas economias desde a crise financeira global de uma década atrás.

Nas nações ricas, os bancos centrais injetaram valores trilionários no mercado e mantiveram no chão os juros que remuneram investidores e oneram empréstimos ao setor produtivo. O duplo objetivo vinha sendo estimular poupadores a gastar e as empresas, a investir.

Enquanto esse movimento percorreu, nesta década, quase todos os países relevantes, o Brasil tomou a direção oposta: o Banco Central iniciou, em 2013, uma escalada em sua taxa básica de juros.

Naquele momento, não só a inflação ganhava ímpeto, obrigando a um esfriamento da economia, como a dívida pública nacional saía do controle. Era a conta que chegava após um período de gastos excessivos sem lastro na arrecadação, acentuando uma tendência que já ocorria havia muitos anos.

Entre 2013 e 2016, a dívida pública saltaria quase 20 pontos, atingindo 75% como proporção do PIB (Produto Interno Bruto), e a inflação alcançaria dois dígitos em 2015.

A fim de conter a disparada dos preços e continuar atraído investidores para financiar rombos crescentes, o Banco Central praticamente dobrou a Selic, o juro básico do país, para 14,2% ao ano. Combinado à enorme desconfiança que existia sobre a solvência das contas públicas, o resultado foi uma das maiores recessões da história: o PIB encolheria -3,5% em 2015 e outros -3,3% em 2016.

A confiança só seria retomada, permitindo a queda dos juros, após a aprovação, ao fim de 2016 e no governo Michel Temer, da Proposta de Emenda à Constituição que instituiu o chamado teto de gastos. O mecanismo, válido para todos os níveis de governo e que limita a despesa ao Orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação, pôs fim a um longo período de descontrolo no gasto público. A partir do teto, a despesa primária do governo central crescerá 1,2% ao ano, menos de um quinto do que ocorria entre 1997 e 2014.

Com o teto agindo como uma âncora nas expectativas dos agentes económicos, já que as despesas agora tinham um limitador, o Banco Central pôde cortar os juros, até a Selic cair aos 2% ao ano atuais, mantendo a inflação sob controlo.

O resultado foi uma significativa redução no custo de rolagem do endividamento, e a dívida pública manteve-se estável nos últimos dois anos ao redor de 76% do PIB.

Mas, se esse já era um patamar elevado para um país emergente como o Brasil, a chegada da pandemia fez disparar novamente o endividamento, com as medidas

**Brasil**

Entre 2014 e 2020\*



\*Previsão - Fonte: Banco Central e IBGE

emergenciais adotadas elevando o indicador a quase 100% do PIB.

Na prática, quase todas as economias do mundo terminarão 2020 mais endividadas, entre 15 e 25 pontos. Relativamente, portanto, o Brasil não estará em pior posição do que antes da pandemia.

Antes da chegada do vírus, outros países já tinham inclusive a relação dívida/PIB maior que a brasileira. Ela ultrapassava 230% no Japão e ronda os 100% nos EUA. No conjunto da zona do euro, o indicador pode exceder 110% neste ano.

A diferença é que, além de terem renda elevada e moedas consideradas reserva de valor, para as quais investidores correm em crises, esses países têm mantido estável a relação entre a dívida e o PIB há muitos anos, coisa que o Brasil só conseguiu fazer no biênio 2018-2019.

Agora, além do salto no endividamento, dúvidas sobre o compromisso de Jair Bolsonaro em relação ao teto aumentam a pressão por mais gastos, obrigando o Tesouro Nacional a encurtar perigosamente os prazos de vencimento da dívida para poder refinanciá-la com juros entre 2% e 3% ao ano.

Para rolá-la em prazos maiores, o mercado, desconfiado, já exige taxas acima de 7% ao ano, o que elevaria muito o custo de refinanciamento e, novamente, a dívida —instaurando um círculo vicioso.

O que a história económica recente do Brasil revela é que o teto de gastos continua sendo fundamental para manter o controlo orçamentário. Mas, diante de gastos crescentes, tornou-se imperativo também que Executivo e Congresso levem adiante a aprovação da chamada PEC Emergencial, que institui gatilhos previstos no teto para cortar despesas de pessoal quando ele estiver ameaçado.

Esse é hoje o caminho mais seguro para que o país siga desfrutando dos benefícios do ambiente global de menores juros da história.



### Cidades ficarão vazias?

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO A pandemia pôs os ricos para correr das grandes cidades. A procura por propriedades mais espaçosas nas imediações de megacidades aumentou em vários lugares. Em Nova York, registraram-se até filas para visitar casas à venda nos subúrbios. Os preços, é claro, acompanharam. Quem tem os meios não resiste à tentação de, de uma só vez, obter mais conforto e segurança para a família. Já há até quem prognostique o esvaziamento das megacidades.

Sou cético em relação à ideia de que a Covid-19 provocará profundas e duradouras mudanças comportamentais. No caso das grandes cidades, estou até disposto a apostar algum dinheiro na tese de que elas conservarão seus atributos e sua pujança.

Quem mata a charada é Bryan Caplan, quando observa que até misantropos preferem morar numa cidade apinhada de gente como Nova York, com 8 milhões de habitantes, a habitar um lugarejo como Hays, Kansas, com 20 mil viventes. E não é uma preferência casual. O misan-

tropo, que, por definição, odeia pessoas, paga vários milhares de dólares a mais para estar na superpovoada Manhattan do que gastaria fixando-se na erma Hays. Por quê?

A resposta são as escolhas. Em Hays, o misantropo logo esgotaria suas opções. Teria de encomendar sempre a mesma pizza, comprar nas mesmas lojas, ver os mesmos rostos. Alguns até ousariam falar com ele. O que torna Nova York atraente é que ela traz possibilidades quase inesgotáveis. E o que assegura o dinamismo, e a riqueza, de uma metrópole é o que o misantropo odeia: pessoas. Só existem tantas escolhas em Nova York porque há um mar de gente para oferecer bens e serviços e para consumi-los.

Passada a pior fase da epidemia, misantropos e filantropos voltarão a aglomerar-se em cidades, como a humanidade tem feito desde o advento da agricultura. Se germes muito mais letais como os da peste e da varíola não mataram as cidades, não será a Covid-19 que o fará.

helio@uol.com.br

### Toffoli absolveu Bolsonaro

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Na última semana, Jair Bolsonaro e Dias Toffoli fizeram uma dobradinha. Questionado sobre declarações de ministros do STF sobre seus ataques à democracia, o presidente protestou. "Eu queria que essas pessoas passassem um ato meu, uma ação antidemocrática. Só isso, mais nada", disse, na quinta-feira (3).

"Quando é que eu terei censura a mídia?", emendou Bolsonaro. Ele deve se lembrar do dia em que disse ter vontade de encher de porra-da a boca de um repórter que perguntou o motivo dos depósitos de R\$ 89 mil na conta da primeira-dama, mas essa é outra história.

Horas depois, Toffoli decidiu absolver o colega do Planalto. Ao fazer um balanço de sua gestão, na manhã seguinte, o presidente do Supremo disse nunca ter visto "nenhuma atitude contra a democracia" partindo de Bolsonaro e seus ministros.

Toffoli poderia ter ficado no papo do equilíbrio institucional ou até ter repetido a propaganda sobre seus esforços para reduzir a tensão entre os Poderes. Mas o chefe do Judici-

ário preferiu passar um verniz democrático numa conduta delincente.

Bolsonaro é o presidente que, irritado com um punhado de decisões do STF, passou a divulgar uma teoria segundo a qual as Forças Armadas poderiam fechar o tribunal.

Ele também já ameaçou descumprir decisão da corte e disse que não aceitaria determinações de seus ministros. "Acabou, porra!", gritou o democrata depois que a Polícia Federal acordou extremistas que apoiam o governo nas redes sociais.

Quanto aos ministros do governo, Toffoli deve ter esquecido que a Esplanada tem integrantes que falam com despreocupação sobre a edição de um novo AI-5 e gente que promete "consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional" quando se vê sob a mira do tribunal.

Com certo orgulho, Toffoli afirmou ter feito o presidente "compreender que cabe ao Supremo declarar inconstitucionais determinadas normas". Só faltou oferecer um troféu a Bolsonaro por ainda não ter dado um golpe de Estado.

### Gênio apesar da droga

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Charlie Parker —Bird, para todo mundo—, um dos três ou quatro maiores nomes do jazz, teria completado 100 anos no dia 29 último. Impossível avaliar as alturas que atingiria musicalmente se não tivesse morrido em 1955, aos 34, o que só surpreendeu os amigos por não ter acontecido mais cedo. A droga e o álcool o tinham tomado violento, desleal, insuportável, alguém a ser mantido longe até pelos músicos e agentes que lhe deviam tudo —estava barrado na própria boate que batizava, a Birdland, na rua 52. Chegou a ser preso e internado, mas nunca o trataram da dependência.

No começo havia a ideia de que Parker devia à heroína suas revolucionárias improvisações. Hoje se sabe que, ao contrário, ele foi um gênio apesar da droga. Basta somar as horas que lhe dedicava, tanto para comprá-la quanto para se esconder dos traficantes por diversas vezes. E havia a lei, que o impediu por anos de tocar nas boates de Nova York, sem falar das crises de absti-

nência e da devastação que as substâncias lhe provocaram, a ponto de o médico que atendeu sua morte lhe dar 60 anos.

Os conservadores o acusavam de tocar bebop, "não jazz", e se revoltavam ao ver o sax-alto, seu instrumento, apertar o clarinete, indispensável ao jazz tradicional. De fato, depois de Parker, nunca mais surgiram clarinetistas como Johnny Dodds, Jimmie Noone e Sidney Bechet, ou Benny Goodman e Artie Shaw. Quase todos os grandes nomes do futuro seriam saxofonistas.

Parker ficou mais admirado do que ouvido pelos jazzófilos. Suas faixas dos anos 40 são alucinantes, mas soam hoje como rascunhos para o que ele inevitavelmente teria produzido depois. Mas não houve esse depois. Já as gravadas com orquestras de cordas, concebidas por Norman Granz e muito mais acessíveis, tocam até em elevadores.

Os radicais desprezam essa fase. Outros, como eu, deixam o elevador subir e descer até a faixa acabar.

### Manifestos

Marcos Lisboa

Presidente do Inspec, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

Recentemente, assistimos a dois manifestos de economistas, um defendendo o teto de gastos, outro atacando o. O problema, porém, é mais sutil do que manter ou abolir o teto.

O primeiro propõe diminuir o piso de gastos para equilibrar as contas públicas. Em outros países, a gestão usual do orçamento permite aumentar as despesas e depois reduzi-las. Por aqui é diferente.

Quase todos os gastos são determinados no teto. Remunerações de servidores estão protegidas pela interpretação sobre direito adquirido dada pelo Supremo. O governo não dispõe de métodos de gestão para assegurar a sua eficácia, como demitir os pouco engajados.

Existem regras antigas e recentes, como o novo Fundeb, que obrigam o aumento dos gastos públicos. Há ainda o descontrolo das despesas com pessoal em estados e municípios, o que agravará a crise fiscal nos próximos anos.

Podem ser feitas reformas que reduzam o crescimento dos gastos obrigatórios e que cancelem alguns, poucos, programas ineficientes. Superar a disfuncionalidade do Estado brasileiro, porém, requer reverter a jurisprudência sobre direito adquirido.

O segundo manifesto afirma que uma narrativa foi criada a partir de 2015 para atribuir a recessão ao desequilíbrio fiscal. Não é verdade. Desde 2012, economistas como Armando Castelar, Fabio Giambiagi e Samuel Pessoa têm apontado os efeitos negativos sobre a economia do descontrolo dos gastos públicos e da política desastrosa de intervenções setoriais.

"(Essas) soluções oportunistas podem postergar o enfrentamento das dificuldades existentes, porém adicionam novos e crescentes problemas e, progressivamente, nos condenam de volta à mediocridade", escrevi em maio de 2013.

O gráfico apresenta a queda das taxas de formação de capital fixo e de lucratividade das empresas abertas a partir de 2010, em grande medida resultado das políticas adotadas naquele período, como documentou Carlos Rocca (2015). Ao mesmo tempo, ocorreu a queda do crescimento económico, brevemente interrompida entre meados de 2012 e 2013.



Não há ruptura a partir de 2015. A crise parece ter sido o desfecho previsível da trajetória iniciada anos antes.



Jair Bolsonaro entre os ministros Braga Netto (Casa Civil, à esq.) e Rogério Marinho (Des. Regional) Pedro Ladeira - 25.ago.20/Folhapress

## Por Pró-Brasil, governo terá de tirar verba de ministérios

Objetivo é reunir recursos para bancar R\$ 6,5 bilhões em empreendimentos

Thiago Resende e Fábio Pupo

**BRÁSILIA** Para tentar bancar obras com dinheiro público neste ano, o governo decidiu fazer um pente-fino no orçamento de diferentes ministérios. O objetivo é estudar que recursos poderiam ser redirecionados para as pastas da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional.

Na busca por R\$ 6,5 bilhões para os dois ministérios, a equipe econômica vai precisar remanejar o dinheiro atualmente reservado para outras áreas, mas que ainda não foi usado.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse nesta sexta-feira (4) que serão usados recursos remanejados.

"A destinação para obras virá de outra fonte, muito pro-

vavelmente de cancelamento [de outras ações]. Isso está sendo tratado", afirmou.

Segundo ele, eventuais sobras de créditos extraordinários (que ficam de fora do teto de gastos) em 2020 devem ir para atos ligados à Covid-19, até mesmo para justificar o uso do instrumento.

Técnicos da área de Orçamento fazem uma varredura nas programações de gastos para identificar quanto cada ministério poderia perder. A ideia é dividir o ônus entre vários setores, e até a verba da Presidência pode ser cortada.

O governo já espera uma forte reação pela Esplanada dos Ministérios. Um primeiro exemplo citado por membros do Executivo foi a comunicação de retirada de recursos do Ministério do Meio Ambiente.

O titular da pasta, Ricardo Salles, anunciou que os cortes paralisariam as atividades do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) de combate a incêndios. Mas logo teve de voltar atrás diante da reação negativa, inclusive de colegas do governo.

De olho na projeção política, alguns ministros do governo defendem a ampliação do investimento público, como recursos para rodovias e combate à seca no Nordeste. O plano contrariou o ministro Paulo Guedes (Economia), que impediu um volume maior de recursos.

Mesmo assim, Guedes teve de ceder para a criação do programa Pró-Brasil, que agora foi repensado para conter também uma série de iniciativas como mudanças regulatórias.

A varredura por dinheiro no Orçamento também não poupou o Ministério da Educação. Técnicos identificaram que parte da verba educacional não deverá ser usada por causa da redução das atividades durante a pandemia da Covid-19.

Os gastos com educação estão acima do piso instituído na Constituição, que atualmente está um pouco abaixo de R\$ 55 bilhões. O objetivo do governo é remanejar recursos que, segundo técnicos, ficarão "empossados", ou seja, que a máquina pública não conseguirá usar até o fim do ano.

O Ministério da Cidadania, que cuida de programas sociais, e o orçamento da Cultura também estão na mira.

O ministro Onyx Lorenzoni (Cidadania) recebeu verba extra neste ano por cau-

sa da crise do coronavírus e, por isso, de acordo com integrantes do Ministério da Economia, seria possível destinar uma parcela para obras.

No caso do Ministério da Saúde, há também a possibilidade de retirada de recursos, já que o piso constitucional da área (cerca de R\$ 121 bilhões) será superado diante da pandemia.

Os técnicos, porém, ainda vão decidir como será feita a distribuição do corte para conseguir os R\$ 6,5 bilhões do plano de infraestrutura, prometidos à ala do governo favorável a obras e ao Congresso Nacional.

As trocas no Orçamento terão de ser aprovadas em um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso. Portanto, a ideia é encontrar verbas pouco sensíveis politicamente (que estavam programadas para gastos de baixo impacto social).

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem se beneficiado politicamente do pagamento do auxílio emergencial e de conclusão de obras, principalmente na região Nordeste, onde a popularidade dele foi mais baixa nas eleições.

Liderado pelo ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), parte do governo tentou usar brechas no Orçamento, por causa da pandemia, para conseguir mais dinheiro para obras.

O teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas públicas — foi o principal alvo. Mas Guedes, com apoio do TCU (Tribunal de Contas da União) e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conseguiu conter as pressões.

A ala pró-obras queria usar o argumento de que projetos de combate à seca e de habitação popular, por exemplo, eram urgentes e necessários para o enfrentamento da Covid. Assim, o dinheiro ficaria livre da limitação do teto — como foi feito para o auxílio emergencial, com término previsto para este ano.

Contrária a essa tese, pois as obras seriam encerradas após o período de calamidade pública (31 de dezembro de 2020), a equipe econômica se mobilizou para derrubar a articulação encabeçada por Marinho.

Resultado foi um plano de obras mais enxuto e que não burla o teto de gastos. Uma derrota para o ministro do

Desenvolvimento Regional, que também tentou articular no Congresso propostas para aumentar os recursos em suas áreas.

Inicialmente, seriam destinados R\$ 5 bilhões para o Pró-Brasil por meio desse projeto de lei com mudanças no Orçamento. Mas Bolsonaro cedeu à pressão de ministros e do Congresso, e o valor subiu para R\$ 6,5 bilhões.

O dinheiro será repartido entre projetos selecionados por Marinho, por Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e também por congressistas.

A equipe de Guedes afirma que, se o Pró-Brasil furasse o teto de gastos, seria uma sinalização ruim para investidores sobre o controle das despesas públicas e, por isso, uma tímida ampliação nas obras públicas poderia afastar o capital privado do Brasil, aposta do ministro para a retomada da economia.

### ➤ O passo a passo da disputa pelo Orçamento

- 1 Ministros da área de infraestrutura e do Palácio do Planalto elaboram plano para estimular projetos com dinheiro público, chamado Pró-Brasil
- 2 Guedes é escanteado das discussões iniciais
- 3 Discussão gera racha entre Guedes e Marinho
- 4 Equipe econômica consegue adiar e desidratar o plano
- 5 Ala de Marinho começa a buscar formas de conseguir verba
- 6 Principal alvo é o teto de gastos, que limita despesas públicas
- 7 Marinho e ala militar estudam colocar obras fora do teto
- 8 Guedes consegue derrubar ideia
- 9 Núcleo pró-obras começa a articular com o Congresso como ter dinheiro fora do teto
- 10 Depois avaliam consultar TCU sobre manobra
- 11 Proposta era considerar obras de infraestrutura urgentes diante da pandemia e colocá-las fora do teto
- 12 Guedes vence mais uma vez
- 13 Plano fica em R\$ 6,5 bilhões, e dinheiro terá que sair do orçamento de outros ministérios

## Planalto injetará R\$ 1,8 bi em ferrovias para atrair investimento

Júlio Wiziack e Fábio Pupo

**BRÁSILIA** O Pró-Brasil deverá contar com investimentos públicos de, ao menos, R\$ 1,8 bilhão no projeto de duas ferrovias, a Fico (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste) e a Fiol (Ferrovia de Integração Oeste-Leste). Com isso, espera atrair R\$ 15,5 bilhões em investimentos privados até 2023.

Mantido em sigilo pela Casa Civil, o plano terá como pilares obras públicas e privadas e mudanças legais levadas adiante primordialmente pelos ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional. A Folha teve acesso a parte do material que será apresentado por Bolsonaro no lançamento do programa, ainda sem data definida.

O investimento público em ferrovias consta com carro-chefe para a criação de um novo corredor logístico no país — o que o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) considera uma herança de sua gestão.

Para viabilizá-lo, precisa concluir a construção de um dos trechos da Fiol e financiar o projeto executivo da Fico. Esse mecanismo de investimento cruzado está previsto em lei de 2017, mas sua regulamentação só saiu em 2019.

Tarcísio, que ajudou nesse projeto de lei quando atuava pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) na ges-

ção Temer (MDB), foi o grande defensor da regulamentação como ministro de Bolsonaro.

O primeiro caso a usar o mecanismo de investimento cruzado deverá ser o da Fico, cujo projeto de seu primeiro trecho foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União em agosto.

A construção da Fico será uma exigência de investimento do governo pela renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas, administrada pela Vale.

Cerca de R\$ 4 bilhões do total da outorga a ser cobrada pela prorrogação serão parcialmente usados como investimentos na construção da ferrovia, que, estima-se, deve ficar pronta em até cinco anos.

Quando for entregue, a União poderá preparar um leilão e concedê-la à iniciativa privada. Caso tenha interesse, a Vale poderá entrar na disputa.

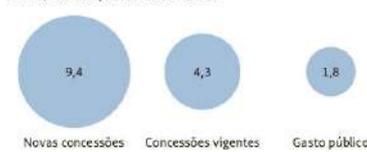
Espera-se que a concessionária tenha de pagar algum valor ao governo, dinheiro que deverá ser usado na conclusão do trecho da Fiol que liga Cacititê a Barreiras, na Bahia.

O governo espera contar com ao menos R\$ 1 bilhão vindos da prorrogação de contratos.

Os demais trechos devem ser construídos pela concessionária da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica), controlada pela Vale, como contrapartida pela prorrogação antecipada de seu contrato. Parte desse tre-

### Como será a entrada de recursos

Em R\$ bilhões, entre 2020-2023



### R\$ 83,5 bilhões

É o investimento previsto pelo governo em ferrovias, dos quais R\$ 15,5 bilhões devem ser realizados entre 2020-2023

### 350 mil

É o total de empregos diretos estimados com a entrada desses investimentos

### A União tem vantagem nisso?

O governo considera que sim. Como não tem recursos suficientes para levar adiante projetos tão grandiosos, preferiu destinar recursos da iniciativa privada como contrapartida. Quando as obras ficarem prontas, a União faz leilão e concede a ferrovia.

### Há restrições?

O TCU (Tribunal de Contas da União) deu aval para esse projeto no caso da prorrogação antecipada da Estrada de Ferro Vitória-Minas

Fonte: Programa Pró-Brasil

cho já está pronta. Até o momento, as obras foram conduzidas com recursos da Valec, estatal que constrói ferrovias.

No documento a que a Folha teve acesso, o governo informa que o país ocupa uma posição ruim na lista dos países com a melhor malha de infraestrutura e "que ampliar e modernizar a malha ferroviária é uma prioridade do programa Pró-Brasil".

Com as obras e mudanças de regras regulatórias, o governo pretende atrair até R\$ 83 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 15,5 bilhões sob o comando de Bolsonaro.

Ainda segundo o governo, as principais cargas movimentadas por ferrovias no país são de ferro (70%) e grãos (15%), além de outros produtos como combustíveis, fertilizantes e contêineres, mas nem todas as regiões produtoras são plenamente atendidas por ferrovias — como no norte e meio-nordeste de Mato Grosso (grãos) e oeste da Bahia (reservas de minério).

Com a implementação da Ferrogrão, Fico, Fiol e Ferroeste, o país terá novos corredores logísticos, aumentando a relevância nas exportações do Matopiba (região com áreas de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e de Mato Grosso dos atuais 36% para 72%, além de viabilizar a exploração de novas minas de ferro na Bahia.

O plano também prevê prorrogação antecipada da Malha Central e da Malha Norte. A renovação antecipada da Malha Paulista, controlada pela Rumo, foi assinada em maio.

Há ainda investimentos remanescentes de concessões vigentes, de R\$ 4,3 bilhões.

Para a criação dos corredores logísticos, o governo pretende alterar, basicamente, duas leis: a da cabotagem e a de dois portos. A primeira já foi enviada ao Congresso, mas há resistência na Câmara por que, ao abrir o mercado de navegação, prevê a preferência dos rios em vez das rodovias, o que deve derrubar o preço do frete dos caminhoneiros.

Já nos portos, as mudanças tornam mais claras as novas regras que, ao menos em Santos (SP), já causam conflitos entre donos de armazéns e administração portuária.

Inicialmente pensado como um grande programa de obras públicas, o Pró-Brasil passou a ser um misto de investimentos do Tesouro com diversas iniciativas regulatórias. Também são discutidas possíveis alterações em telecomunicações e energia.

Procurado, o Ministério da Infraestrutura disse que o Pró-Brasil está sob a tutela da Casa Civil e que subsidia a pasta na concepção do portfólio de investimentos públicos, privados e na reforma do ambiente de negócios para o setor.

# Rogério Marinho Obra no Nordeste não é eleitoreira, é emancipatória

Ministro diz que não é favor do gasto irresponsável, mas de obras que reduzam a desigualdade, como as de saneamento

Eduardo Cuccolo  
e Alexa Salomão

SÃO PAULO O governo está unido em torno do objetivo de mudar a Constituição para permitir o aumento dos investimentos sem acabar com o teto de gastos, segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

O ministro minimiza as discordâncias com a equipe econômica, afirma não estar defendendo gastos públicos de maneira irresponsável e diz trabalhar para atrair o capital privado para bons projetos públicos.

"Quando se fala que nós temos visões diferentes, temos. Eu sou do Nordeste brasileiro. Sou uma pessoa que sou do Parlamento brasileiro, eu acredito na política, na negociação, na transigência. Acredito no país, em política de Estado, e tenho tido o respaldo do presidente para fazer o que eu estou fazendo", afirma.

O governo atualmente está dividido. O Ministério da Economia está preocupado com o Teto de Gastos, com o ajuste fiscal. Outra parte acha que tem de ter investimentos em obras para fazer a economia rodar. O senhor está desse lado? Eu sou ministro, mas, como parlamentar, participei de forma muito ativa das mudanças macroeconômicas que foram iniciadas em 2016. Acredito até hoje que era necessária uma sinalização para a sociedade de que o Estado brasileiro continuaria solvente, em função da exposição da dívida pública e dos equívocos que haviam sido cometidos nos governos anteriores, mas sabíamos da necessidade de dar passos subsequentes. De lá para cá, o teto tem colocado a seguinte consideração: as despesas obrigatórias têm subido acima da inflação e as despesas de investimento têm caído em função da sua discricionariedade e do regramento do teto.

Por isso, o governo entende — e aí não há divisão — que há necessidade de se trabalhar a legislação para permitir que haja espaço para investimento. O ministro Paulo Guedes [Economia] inclusive defende que ocorra a desindexação do Orçamento, para permitir que haja espaço fiscal no próximo ano, que haja desvinculação de receitas constitucionais, que haja desobrigações. Estamos trabalhando a implosão, a flexibilização do piso para permitir que tenhamos no próximo ano espaço para fazer mais investimentos, manter ações importantes e ao mesmo tempo corrigir desequilíbrios regionais e investir na infraestrutura e logística do país, com recursos públicos, em parceria com a iniciativa privada.

O senhor citou a questão em que o governo não está dividido. Em que pontos está dividido? Temos visões que são absolutamente normais de como os objetivos têm de ser alcançados, como em qualquer equipe, mas são discussões que precisam ficar no âmbito do governo. Não é saudável

quando essa discussão, antes de estar amadurecida e com o martelo batido, se torne pública. Agora, alguém arbitra opiniões distintas para sair com uma posição, e a posição do governo quem arbitra é o presidente da República.

Qual a sua opinião sobre o programa Pró Brasil? Deixa ele ser lançado. Quando for lançado eu posso opinar a respeito dele. O que eu posso falar é que a atuação coordenada pelo ministro Braga Netto [Casa Civil], conversando hoje de uma forma mais estreita com o ministro Paulo Guedes, em que vão ser definidas estratégias de retomada de crescimento, levando em consideração a Parceria Pública Privada e também a condição que o Estado brasileiro tem de fazer frente a esse desafio que é do país como um todo, inclusive com modernização de marcos regulatórios, alterações legislativas. Vamos aguardar.

Quais obras, na visão do governo, são importantes hoje? Eu tenho falado muito da necessidade de tratarmos as nossas bacias hidrográficas como prioridade. Nós somos o ministério das águas e esse, sem dúvida, é o insumo mais importante do desenvolvimento e do crescimento populacional e humano com qualidade. Somos um país que tem regiões deprimidas economicamente por falta de segurança hídrica.

As pessoas falam muito de Amazônia e esquecem que temos uma caatinga, um cerrado. As pessoas esquecem que o Nordeste brasileiro é o acmetido há 600 anos por um fenômeno climático [a seca] que deprime economicamente uma região. Outras regiões do mundo resolveram o problema, com inovação tecnológica, vontade política, com pactos nacionais para resolver o problema. Essa é uma situação que nós não vamos varrer para debaixo do tapete.

Quando a gente fala de não parar obras hídricas importantes do Nordeste, não significa uma obra eleitoreira, significa uma obra emancipatória. Não estamos defendendo gasto público de maneira irresponsável. Estamos defendendo políticas emancipatórias e estruturantes para diminuir desigualdades regionais. Quem especulava com o capital está verificando que só há uma maneira de ganhar dinheiro, investir em ações produtivas. Essa mudança, nós temos de surfar nela.

Mais do que ninguém, eu estou preocupado com isso e estou trabalhando para que isso aconteça. Quando se fala que nós temos visões diferentes, temos. Eu sou do Nordeste brasileiro. Sou uma pessoa que sou do Parlamento brasileiro, eu acredito na política, na negociação, na transigência. Acredito no país, em política de Estado, e tenho tido o respaldo do presidente para fazer o que eu estou fazendo.

O senhor falou que as obras não são eleitoreiras, e isso é uma referência aos incentivos de que essa preocupação maior com o Nordeste, de alguma maneira, vai beneficiar



Rogério Marinho, 56, Natural de Natal (RN) e formado em economia, é neto do ex-deputado federal Djalmir Marinho e tem uma longa trajetória política. Foi vereador, secretário municipal de Planejamento e secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, antes dos três mandatos como deputado federal, quando atuou como relator da reforma trabalhista e articulou a aprovação da reforma da Previdência. No atual governo, foi secretário especial de Previdência antes de assumir, em fevereiro deste ano, o posto de ministro do Desenvolvimento Regional.

ciar Bolsonaro. Então teria, sim, um conteúdo eleitoreiro, não? Qualquer ação do governo tem uma implicação diante do eleitorado que o elegeu e acompanha, supervisiona e fiscaliza o mandato do presidente da República e dos seus ministros. A alternativa é a seguinte: fazer o que precisa ser feito, porque temos responsabilidade como Estado e como governante, ou deixar de fazer porque pode dar uma conotação eleitoral. Eu particularmente acho que não há dúvida, a gente tem de fazer.

Alguns economistas, quando se fala em investimento público, argumentam que os projetos não são bons, obras ficam pela metade e as escolhas não seguem critérios técnicos. Qual a sua visão sobre isso? Essa também é a minha preocupação. Tanto que nós contratamos o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para fazer uma redefinição da atuação da carteira do ministério.

Estamos também com uma proposta, que queremos levar em breve ao Parlamento, de redefinição do papel dos nossos fundos de desenvolvimento regionais. Não adianta trazer recursos públicos ou privados para um projeto que não se ponha de pé, que não tenha uma consistência técnica e sustentável.

Temos hoje dois players que fazem estruturação de projetos para o setor público, o BNDES e a Caixa, que não têm pernas para atender à demanda. Queremos permitir que esses recursos que estão empilhados sejam utilizados na estruturação de projetos. São cerca de R\$ 5 bilhões dos fundos e mais uma carteira que eu posso securitizar e chegar a R\$ 8 bilhões no total.

Não estamos defendendo gasto público irresponsável. Estamos defendendo políticas emancipatórias e estruturantes para diminuir desigualdades regionais. Levando em consideração, evidentemente, todo esse arcabouço de responsabilização fiscal que permitiu que o Brasil tivesse hoje um juro de 2% ao ano.

Vocês recebem no ministério representantes da iniciativa privada interessados em investir no Brasil? Estive pessoalmente com representantes de 12 países, tratando com embaixadores e encarregados de negócios, querendo investir no país, principalmente na área de saneamento. Temos uma preocupação de tratar a nossa ação sempre com uma pegada verde, de sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, governança. Assinamos na segunda feira [31] um termo de cooperação com a CBI (ONG inglesa Climate Bond Initiative). Até dezembro toda a nossa carteira vai estar certificada e vamos publicar um plano de trabalho.

Muita gente falou que na redefinição do programa Minha Casa, Minha Vida, para Casa Verde e Amarela, só mudou o nome. É uma injustiça? Sim. O programa é uma necessidade. Só que estamos em um momento em que há restrições orçamentárias. Não podemos iniciar um programa sem concluir as obras que estão em carteira do caixa 1. São mais de 200 mil unidades em carteira que deverão ser entregues até o final do mandato [2022]. Temos mais de 100 mil [unidades] que estavam paralisadas e estamos gradativamente dando ordem de retomada.

Dizem que o senhor quer ser governador do Rio Grande do Norte. É verdade? Não. Eu quero ser um bom ministro, continuar a fazer as entregas e desempenhar bem a missão que me foi dada pelo presidente, de abraçar o Nordeste, a região Norte e combater as desigualdades regionais e ter uma política pública consistente, eficaz que tenha sustentabilidade na área de recursos hídricos, de habitação, de mobilidade urbana.

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
panela@grupofofha.com.br

# Patrick Mendes Accor quer colocar sua marca em hotéis independentes no pós-crise

SÃO PAULO Oferido de 7 de Setembro e os últimos finais de semana levaram otimismo à hotelaria, mas a situação ainda é delicada, segundo Patrick Mendes, presidente da Accor América do Sul.

Ele avalia que o setor ainda pode levar 12 meses para superar a pandemia, mas depois terá oportunidades. A rede, que é dona de marcas como Ibis e Mercure, estuda converter hotéis independentes em suas bandeiras nos pós crise.

Como está a ocupação hoje? Quanto deveria estar nessa época do ano? Está na faixa de 20%. Deveria estar 60% mais ou menos. Alguns hotéis no Nordeste, no Norte, no Rio, no Sul, estão com bons finais de semana. Mas a realidade é que o turismo ainda está em situação delicada e vai precisar, nos próximos 6 a 12 meses, de uma ajuda com isenção de encargos, linhas de crédito facilitadas e desoneração da folha de pagamento.

Como está a retomada do mercado hoteleiro? Agora 80% dos hotéis estão abertos. É uma fase mais otimista. O fecho [7 de Setembro] está dando bons resultados. Muitos hotéis estão chegando na lotação máxima autorizada, que é de mais ou menos 50%.

Por outro lado, ainda estamos cautelosos. Muitos clientes ainda estão na dúvida sobre viajar. Temos nos esforçado para explicar os protocolos de sanitização e mostrar que é seguro se hospedar. Esse protocolo, uma vez que se habitua a ele, é tranquilo.

As pessoas vão ter de se acostumar porque vai demorar. Não vai parar daqui a cinco meses. Temos de aceitar. Vamos ter de conviver com máscaras e distanciamento mesmo que a vacina chegue no fim do ano. Antes de termos todas as pessoas protegidas, vai demorar 12 ou 14 meses.

Qual área está voltando melhor? A de viagens a lazer ou negócios? O lazer está voltando com mais força e não tem viajante internacional. No Brasil, quase 100% do turismo é local, então, não é dramático. A taxa de internacional no Brasil já é muito baixa.

Eu prefiro estimular os brasileiros que costumavam viajar para fora, Miami e Paris, gastando bastante dinheiro.

Essas pessoas não vão poder viajar para fora, ou porque o câmbio ficou caro ou porque não vão querer correr risco de viajar e ficar bloqueadas em procedimentos por causa do coronavírus. Esse novo lazer pode impulsionar o turismo brasileiro.

E as viagens de negócios? O que não está voltando com força é o corporativo. Esse vai demorar um pouco e vai ser substituído parcialmente por esse lazer que está voltando. Mesmo que em algumas cidades tenhamos agropecuária, óleo e gás já retomando, o volume ainda é mais baixo.

No começo da pandemia vocês lançaram alternativas como o room office. Como foi o desempenho? A pandemia nos obrigou a achar novas alternativas para os nossos hotéis. Retiramos a cama e colocamos mesa de trabalho em alguns dos quartos. Decidimos expandir isso. Hoje, temos mais de 80 hotéis no Brasil com o room office e vamos continuar fazendo.

E a participação disso no faturamento da empresa é relevante? Por enquanto é o início. Só agora estamos reabrindo a maioria dos hotéis. Em um hotel de 200 quartos, dá 5% a 7% do volume transformado em escritório. Mas acho que não é temporário. Para os próximos anos, podemos imaginar que os hotéis terão, além dos quartos, alguns escritórios e espaços de coworking. Quem sabe, 15% a 20% da receita de um hotel virá de outra coisa que não existia no passado.

Vocês estão negociando com os governos para pedir? Estamos com um movimento bastante forte, com as associações que nos representam, e eu próprio estou bastante ativo para explicar que isso está acontecendo no resto do mundo inteiro.

Está se chegando a 30% ou 40% de ocupação e não voltou completamente. Nós somos otimistas. Depois do remédio, da vacina, vai voltar com muita força. Mas para passar a fase mais difícil, vamos precisar de ajuda.

Algum hotel de vocês vai ser fechado definitivamente por causa dessa crise? Alguns hotéis já estavam com dificuldade, no limite de virar apartamentos. A pandemia acelerou o processo. Mas todos os hotéis importantes do grupo continuam. Fechamos, colocamos as pessoas em suspensão, tivemos que desligar, infelizmente, alguns colaboradores, mas estamos reabrindo. Estamos, aos poucos, re-contratando de novo as pessoas. Nos hotéis em construção, tivemos alguns atrasos nas obras, mas eles vão abrir daqui a cinco meses, em vez de abrir agora.

Não tenho hotéis significativos que vão fechar. Pelo contrário, a Accor atrai hotéis independentes, que vão precisar de ajuda. Estamos vendo potenciais conversões de hotéis independentes que vão precisar de uma marca, de um programa de fidelidade, e vão se juntar a nós.

Então a Accor espera converter hotéis que vão sair da crise com dificuldade para colocar suas marcas? Temos 50 marcas no mundo. Aqui temos cerca de 20, que vão de super luxo a supereconômico. E tem muitos hotéis sem marca, que são bons, mas que não têm a distribuição e os protocolos operacionais bem estruturados, nem a capacidade de compra que tem a Accor. A crise é violenta, mas nós acreditamos que o país tem potencial e vai voltar com força. Já está acontecendo.



Patrick Mendes

Nasceu na França e estudou no Insead (Instituto Europeu de Administração de Empresas). Possui mestrado em gestão (IUP Chambery) e MBA em gestão e marketing (IAE Aix-en-Provence). Trabalhou na InterContinental, na empresa Edenred e foi vice-presidente de vendas globais e distribuição na Accor

## mercado coronavírus

## Perspectiva para retomada

Estão dadas as condições para uma recuperação mais forte da economia em 2021

Samuel Pessóá

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (IBGE) e do Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

O IBGE divulgou na terça-feira (1º) o resultado da atividade econômica — o Produto Interno Bruto — do segundo trimestre. A economia caiu 11,4% em relação ao 2º trimestre de 2019 e 9,7% em relação ao 1º trimestre do ano. No 1º semestre do ano, rodou 5,9% abaixo do mesmo período de 2019.

Para pensarmos na retomada, é útil olhar a abertura por setores. A queda de 5,9% do 1º semestre divide-se em 1,2 ponto percentual (pp) de redução dos impostos indiretos e 4,7 pp da produção (líquida dos impostos indiretos).

Dos 4,7 pp, a indústria explica 1,2 pp, e os serviços, 3,7 pp. Nos serviços, três subsectores explicam a queda: comércio, outros serviços e serviços da administração pública, respondendo, respectivamente, por 0,8 pp, 2,1 pp e 0,7 pp da queda de 3,7 pp do setor como um todo.

A indústria tem tido recuperação em "V". Em julho, segundo a pesquisa mensal da indústria divulgada na semana passada, o setor rodou 3,1% abaixo do mesmo mês de 2019. Em maio, essa estatística era de 22%. Provavelmente em agosto a indústria já tenha recupe-

rado as perdas da crise. O nível de utilização da capacidade instalada e os estoques já se encontravam, no mês passado, no nível pré-crise, segundo a sondagem da indústria do Ibr.

Assim, uma recuperação mais intensa da economia dependerá da retomada dos serviços. Dos três subsectores que explicam quase a totalidade da queda dos serviços, comércio e administração pública voltarão naturalmente assim que a epidemia arrefecer. As pessoas trocaram compra presencial pela compra eletrônica e, lentamente, retornarão às lojas.

Ebasta as escolas reabrirem e a população voltar às suas consultas normais nos hospitais para que serviços públicos de educação e de saúde retornem.

A recuperação plena da economia dependerá da volta dos outros serviços, subsector que explica aproximadamente 1/3 do recuo total do PIB. Outros serviços correspondem a: serviços pessoais, como manicure, corte de cabelo etc.; alimentação fora de domicílio, isto é, bares e restaurantes; e todo o setor de entretenimento, eventos esportivos e artísticos. É evidente que seja o se-

tor mais afetado pela necessidade de distanciamento social.

Não faltam recursos no setor privado. Como lembrou meu colega do Ibrre Armando Castelar, em sua coluna na sexta-feira (4) no jornal Valor Econômico, a poupança do setor privado subiu muito no primeiro semestre. A poupança doméstica, segundo o IBGE, foi, na primeira metade do ano, quase R\$ 54 bilhões maior do que no 1º semestre do ano passado.

Enquanto a poupança pública — resultado do déficit público líquido do investimento — caiu em R\$ 389 bilhões, a poupança do setor privado nacional subiu uns R\$ 443 bilhões, ou algo como 6% do PIB de 2019.

Esses números batem com a acumulação de depósitos no setor bancário. Segundo o Banco Central, o acúmulo de depósitos pelo setor privado nos bancos em junho de 2020, em comparação ao mesmo mês de 2019, foi da ordem de R\$ 450 bi-

lhões a R\$ 500 bilhões.

Houve forte acumulação de ativos pelo setor privado. Parte dessa poupança deve ter sido de famílias que receberam o auxílio emergencial e, sabedoras de que era transitório, pouparam parte do benefício.

Estão dadas as condições para uma recuperação mais forte da economia em 2021. É possível que parcela significativa da queda de 5% a 5,5% que ocorreu em 2020 seja devolvida em 2021.

Há grande preocupação com a reconstrução dos negócios, das pequenas e médias empresas que fecharam as portas.

Minha avaliação é que a reconstrução do setor produtivo será mais rápida do que se imagina. O choque negativo não resultou de erros de gestão ou mesmo de ilícitos dos empresários. Há interesse de todos, bancos, locatários e rede de fornecedores, em refinar e garantir a reconstrução dos negócios. O empecilho é o vírus.

| DOM. Samuel Pessóá | SEC. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helió Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeldin

## Preconceito com cabelo crespo reduz contratação de negras

Discriminação faz com elas sejam vistas como menos profissionais, diz estudo

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Cabelos crespos reduzem as chances profissionais de mulheres negras, indica pesquisa da Universidade de Duke, nos Estados Unidos.

Segundo o estudo, publicado na revista Social Psychological and Personality Science, candidatas negras com penteados naturais ou tranças afro são percebidas como menos profissionais do que negras com cabelos alisados, principalmente em setores nos quais a cultura é de aparência tradicional.

"O resultado mostra que há preconceitos individuais que precedem práticas racistas nas corporações e perpetuam a discriminação racial", diz a coautora da pesquisa, Ashleigh Shelby Rosette, professora de administração e reitora associada da Escola de Negócios Fuqua, da Duke.

O trabalho mostrou algo que a britânica Arnold sentiu na pele ao ser rejeitada por uma agência de recrutadoras para eventos.

A empresa lhe disse que seria impossível admiti-la se ela mantivesse os dreads (tranças comunitas na comunidade negra de origem jamaicana em Londres), contou ela a pesquisadoras europeias.



Perucas em vitrine de loja em Bruxelas, na Bélgica. Ana Estela de Sousa Pinto/Politypress

Para detectar de forma sistemática o preconceito, os pesquisadores da Duke selecionaram participantes de várias origens e cor de pele e lhes pediram que assumissem o papel de recrutadores. Eles receberam currículos de candidatas a emprego negras e brancas e as avaliaram em categorias como profissionalismo, competência e outros fatores.

Mulheres negras com penteados naturais receberam notas mais baixas em profissionalismo e competência e não foram recomendadas com tanta frequência para entrevistas, na comparação com negras de cabelo alisado e brancas com qualquer tipo de cabelo.

Uma mesma mulher avaliada em dois momentos, um com penteado natural e outro

com cabelos alisados, foi descrita como mais educada, refinada e respeitável quando apareceu de cabelos lisos e recebeu mais recomendações para uma vaga.

Rosette diz que isso reflete o fato de que "os brancos têm sido o grupo social dominante em muitas sociedades ocidentais, e o padrão de aparência profissional é baseado em seus próprios modelos".

Para ultrapassar essa barreira, muitas mulheres submetem a alisamentos "que custam milhares de dólares por ano e causam complicações de saúde", diz a pesquisadora.

Nos salões de cabeleireiro do bairro Matonge, que concentra moradores de origem africana em Bruxelas, escovas e alisamentos custam entre € 30 e € 100 (de cerca de R\$ 180 a mais de R\$ 600), dependendo do comprimento dos fios.

"Quando não posso fazer escova, prendo os cabelos para trabalhar", diz a belga de origem congolês Luciene, funcionária de um banco. "Sempre que apareço com meus cabelos naturais me fazem sentir que não estou agindo profissionalmente", diz ela.

Segundo a cabeleireira senegalesa Michele, ainda há resistência a penteados africanos. "As mulheres que não podem estar alisando sempre acabam usando perucas", diz.

Na African Beauty, loja de perucas e apliques do bairro, quase todos os modelos da vitrine têm cabelos lisos e longos.

Um fornecedor menor numa galeria de Bruxelas expõe adereços de cabelos lisos ou crespos, de vários comprimentos e cores, com preços que partem de € 12 a € 60 (de cerca de R\$ 75 a mais de R\$ 350).

Segundo a vendedora Fifi, a maioria das clientes negras que trabalham em empresas europeias procura "um modelo de aparência mais branca".

Perucas sofisticadas, com fios naturais, podem custar até € 200 (cerca de R\$ 1.300). Além do cabelo afro, o uso do véu islâmico atrai a vida profissional das mulheres na

Europa, diz a chefe de advocacia política da Rede Europeia Contra o Racismo (Enar), Juliana Santos Wahlgren.

Wahlgren, que mora na Bélgica, coordena uma pesquisa sobre o assunto no continente, que mostrou que a aparência étnica também reduz chances de progressão e chega a provocar demissões.

Na pesquisa, Rosette sugere ações como as de "seleção cega", em que informações como nome, idade e foto são eliminadas dos currículos ajudando a contornar preconceitos.

Wahlgren acrescenta que, se a aparência é uma barreira evidente no mercado de trabalho, há outras que não devem ser negligenciadas, como o local de moradia e as escolas cursadas pelos candidatos.

Nos projetos que desenvolve com grandes empresas europeias, como Coca-Cola, Sodexo, Adeka, Ikea e Inditex (donas da Zara), para mitigar o racismo, a Enar sugere seleção ativa em áreas e universidades que tenham maior porcentagem de negros e parceiras com entidades que atuam contra o racismo.

O trabalho americano descobriu ainda que o tipo de cabelo não fez diferença quando as candidatas eram avaliadas para vagas em uma agência de publicidade.

"Isso pode ocorrer porque a publicidade é vista como uma indústria mais criativa do que a consultoria, com normas de vestimenta menos rígidas", segundo Rosette e Christy Zhou Koval, professora assistente da Universidade do Estado de Michigan, que participou da pesquisa.

★ A cigarra aprendeu a não deixar tudo para amanhã. E você não pode deixar esta leitura para depois. Não perca a edição bilingue de "A Cigarra e a Formiga", um clássico de Esopo.

COLEÇÃO FOLHA  
Contos e Fábulas Bilingues

Muito tempo atrás A long time ago

APENAS R\$19,90\* CADA LIVRO

INCLUI ÁUDIO LIVRO EM INGLÊS

NAS BANCAS OU SITE DA COLEÇÃO

ASSINANTE: na compra da coleção completa, ganhe 4 livros e o frete.\*  
Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).  
folha.com.br/contosbilingues

\*Preço de varejo válido para o Estado de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/contosbilingues

FOLHA  
SEU DIA DO NOVO

# IBGE vê 'leve recuperação' do emprego com reabertura

Melhora na oferta de trabalho é considerada fundamental para impulsionar retomada da economia

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Apesar da alta taxa de desemprego ter permanecido em patamar elevado na segunda semana de agosto, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) vê "leve recuperação" do mercado de trabalho após o relaxamento das medidas de isolamento social no país.

A avaliação é baseada em aumentos, ainda que pequenos, na população ocupada e no número de pessoas que voltaram às ruas em busca de emprego, detectados pela pesquisa Pnad Covid, divulgada nesta sexta (4).

Na primeira nota sobre o tema, o instituto havia informado que 1,6 milhão de brasileiros voltaram a pressionar o mercado de trabalho no período. Depois, reduziu o número para 1 milhão e, por fim, corrigiu o que não era possível afirmar que esse contingente estaria pressionando o mercado de trabalho.

A pesquisa concluiu, de fato, que caiu de 28,1 milhões para 27,1 milhões o número de pessoas que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho no período. O grupo dos que gostariam de trabalhar, mas não procuraram vaga devido à pandemia caiu de 18,3 milhões para 17,7 milhões.

A crise desencadeada pela paralisação da economia começou com os fechamentos comerciais e as medidas de isolamento. No dia 17 de março, com a morte da primeira pessoa, o país começou a parar. Segundo o IBGE, parte desse contingente pode ter conseguido uma ocupação com a reabertura da economia e parte, retomado à fila do emprego. Mas o país ainda tem cerca de 40 milhões de pessoas com vontade de trabalhar.

A percepção é reforçada pelo aumento na população ocupada, que subiu de 81,6 milhões para 82,1 milhões de pessoas entre a primeira e a segunda semana de agosto.

Isso sugere, como já tínhamos observado na semana passada, uma leve retomada das atividades econômicas e da recuperação do emprego", afirmou ela. A reversão da crise no mercado de trabalho é vista como fundamental para acelerar a recuperação do país após a pandemia.

Vieira citou ainda o dado de informalidade para reforçar a ideia de recuperação. Após um período de queda, o total de pessoas que estavam trabalhando dessa forma teve pequena alta, de 27,9 milhões para 28 milhões de pessoas. Os informais foram os mais atingidos pela crise.

A população fora da força de trabalho — que não trabalham nem procuram — também registrou leve melhora, passando de 76,1 milhões para 75,5 milhões de pessoas.

Com maior pressão da Bolsa Família para receber o valor do programa de transferência de renda mais um valor residual de auxílio emergencial para chegar aos R\$ 300 programados. Antes, o governo pagava a esse público todo o valor a título de auxílio emergencial, o que elevava o custo do programa.

A expectativa do mercado é que a taxa de desemprego cresça à medida em que as pessoas voltam às ruas em busca de vagas, já que o indicador considera apenas aqueles brasileiros que procuraram emprego na semana de referência da pesquisa.

A população ocupada não afastada do trabalho ficou em 75,1 milhões de pessoas na segunda semana de agosto, contra 74,7 milhões na semana anterior. Já se vê avanços com relação ao início de maio, quando a pesquisa começou a ser feita e o Brasil tinha 63,9 milhões de ocupados.

Cerca de 4,3 milhões estavam afastados do trabalho devido ao distanciamento social. Esse contingente ficou numericamente estável frente à semana anterior e é bem menor do que os 16,6 milhões da primeira semana de maio. Entre os ocupados, 8,3 milhões trabalham remotamente, número estável frente à semana anterior (8,6 milhões).

## Custo das medidas anticrise chega a R\$ 605 bilhões

Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Subiu para R\$ 605 bilhões o custo das medidas federais para o enfrentamento da crise do coronavírus. Com isso, a previsão de rombo no resultado primário do governo em 2020 também foi elevada, para um déficit de R\$ 866,4 bilhões (ou 12,4% do PIB).

Os números foram divulgados nesta sexta-feira (4) pelo Ministério da Economia e elevam as previsões oficiais calculadas há cerca de um mês. Até então, o governo estimava um impacto de R\$ 526 bilhões com as medidas e um déficit de R\$ 787 bilhões (11% do PIB).

Com isso, fica ainda mais forte a perspectiva do pior resultado primário da história em 2020. Até hoje, o maior rombo foi registrado em 2016, quando o déficit foi de R\$ 155,4 bilhões (em valores correntes), o que correspondeu a 2,5% do PIB.

A maior parte das medidas estão no lado das despesas, que demandam R\$ 584,3 bilhões em recursos. A mais cara é o auxílio emergencial, que de agora em diante custa R\$ 321,8 bilhões após ser prorrogado por mais quatro meses.

O valor mensal com o auxílio emergencial foi reduzido em relação aos R\$ 50 bilhões observados nos meses anteriores por três principais motivos. O primeiro é que o valor caiu de R\$ 600 para R\$ 300. Além disso, houve corte no público beneficiado (presos, por exemplo, não podem receber).

Além disso, o público do Bolsa Família passará a receber o valor do programa de transferência de renda mais um valor residual de auxílio emergencial para chegar aos R\$ 300 programados. Antes, o governo pagava a esse público todo o valor a título de auxílio emergencial, o que elevava o custo do programa.

## vivo

### Comunicado

A **Telefônica Brasil S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano Alternativo de Serviço - PA nº122 "Vivo Meu Menos R\$ Todo Dia", na modalidade de longo distância nacional, designado em terminais fixos, em sua área de concessão, no setor 31 da Região III (Estado de São Paulo) do PGG, que utilizam o "15" como Código de Seleção de Prestadores (CSP) e destinadas a terminais fixos e móveis dentro do território nacional, vigentes a partir de 07/09/2020.

MEUS MINUTOS SP TODO DIA	Homologado		Promocional	
	Mensalidade	Minuto Excedente	Mensalidade	Minuto Excedente
Franquia 30 Minutos	R\$ 31,35	1.16394	R\$ 16,40	0,88900
Franquia 60 Minutos	R\$ 60,78	1.13821	R\$ 18,79	0,34678
Franquia 90 Minutos	R\$ 90,70	1.10049	R\$ 19,94	0,83221
Franquia 120 Minutos	R\$ 60,78	1.13821	R\$ 23,05	0,34678
Franquia 240 Minutos (bônus de 15.000 minutos totalizando 15.240) *	R\$ 219,10	1.02515	R\$ 20,50	0,64010
Franquia 360 Minutos	R\$ 169,78	1.05309	R\$ 23,09	0,79447
Franquia 420 Minutos	R\$ 369,53	0,96994	R\$ 23,09	0,16336
Franquia 900 Minutos	R\$ 683,94	0,94222	R\$ 26,26	0,45837
Franquia 900 Minutos (bônus de 24.200 minutos totalizando 25.000)	R\$ 683,94	0,94222	R\$ 31,49	0,45837

PLANO ALTERNATIVO 122 - MEUS MINUTOS BRASIL							
Prestações de STFC de origem		Prestações do SMP Destino		Homologado		Promocional	
				Normal	Reduzido	Normal	Reduzido
SNP	Chamada VC 2	Qualquer operadora	2.20369	1.84267	1.44874	0,98551	
	Chamada VC 3	Qualquer operadora	2.58777	1.81140	1.607440	1,15470	
SME	Chamada VC 2	Qualquer operadora	2.11570	1.47384	1.44874	0,98551	
	Chamada VC 3	Qualquer operadora	2.50488	1.74757	1.687440	1,15470	

**MODIFICAÇÃO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA**  
**Taxa de Dia**  
 Segunda a domingo, inclusive feriados, a dia todo.  
 As ligações realizadas neste período serão debitadas dos minutos contratados pelo cliente, ou cobradas como excedentes, se for o caso.

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
 Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se praticados novos valores promocionais.  
 Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
 Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de Junho de 2019 para chamadas fixo-fixo e fixo-móvel (SME) e Junho para chamadas fixo-móvel (SNP) para base de cálculo futuro.  
 Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10115. Pessoas com necessidades especiais de fala/ audição, ligue 142. Para saber qual a taxa VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

## vivo

### Comunicado

A **Telefônica Brasil S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano Alternativo de Serviço - PA nº384 "PALE VONTADE LOC DENTRO REDE TELEF", na modalidade local, em sua área de concessão, no setor 31 da Região III do PGG, vigentes a partir de 07/09/2020.

Plano Alternativo 188 PALE VONTADE LOC DENTRO REDE TELEF			
TARIFAS EVENTUAIS	Homologado		Promocional
Habilitação	R\$187,88		R\$119,43
Mudança de Endereço	R\$156,34		R\$97,10

TARIFAS MENSUAIS	Homologado		Promocional
Mensalidade	R\$189,88		R\$89,03

**TARIFAS USO FIXO-FIXO LOCAL**

Homologado R\$			
Minuto Fixo Local Horário Normal (fora da rede Vivo)	0,16550		
Valor por Chamada Atendida (VCA) - Horário Simples (fora da rede Vivo)	0,30786		

FIXO-MÓVEL (SNP) LOCAL	Homologado R\$				Promocional R\$			
	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
VIVO S.A. - SP	0,51708	0,36194	-	-	-	-	-	-
CLARO S.A. - CAPITAL (AR 11)	0,56597	0,39618	-	-	-	-	-	-
CLARO S.A. - SP INTERIORE (AR 11)	0,43931	0,30750	-	-	-	-	-	-
VIVO S.A. - SP INTERIORE (ex Ceterp)	0,50958	0,35668	-	-	-	-	-	-
CTBC BRASIL CENTRAL	0,72762	0,50933	-	-	-	-	-	-
TIM CELULAR S.A. - REGIÃO III	0,51239	0,35867	-	-	-	-	-	-
OI (The Tele Norte Leste)	0,51457	0,36020	-	-	-	-	-	-
NETCEL SMP	0,56205	0,39343	-	-	-	-	-	-
FONTE SEGURO	0,46075	0,32252	-	-	-	-	-	-
BATORA	0,46075	0,32252	-	-	-	-	-	-

FIXO-MÓVEL (SME) LOCAL	Homologado R\$				Promocional R\$			
	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
VC-1	0,99832	0,69878	0,99482	0,69634	-	-	-	-

**MODIFICAÇÃO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA**  
**Fixo-Fixo Local**  
 Horário Normal (tarifação por tempo de utilização): segunda-feira a sexta-feira, das 6h às 24h e sábado das 6h às 14h.  
 Horário Simples (tarifação por tempo de utilização): segunda-feira a sexta-feira, das 6h às 24h e sábado das 6h às 14h, aos sábados de 0h às 6h e das 14h às 24h e segunda-feira a sexta-feira das 0h às 6h.  
 Unidade tarifação: 6 (seis) segundos.  
 Tarifação mínima: 30 (trinta) segundos.  
 Somente são efetuadas chamadas com duração superior a 3 (três) segundos.  
 Chamadas a cobrar somente são efetuadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa.

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
 Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se praticados novos valores promocionais.  
 Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
 Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de JUNHO de 2018 para base de cálculo.  
 Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10115. Pessoas com necessidades especiais de fala/ audição, ligue 142. Para saber qual a taxa VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

## vivo

### Comunicado

A **Telefônica Brasil S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano Alternativo de Serviço - PA nº 270 "Vivo Fixo Mais Minutos Local", válidos para chamadas locais originadas em terminais fixos e móveis e destinadas a terminais fixos em sua área de concessão, no setor 31 da Região III do PGG, vigentes a partir de 07/09/2020.

PLANO ALTERNATIVO 270 - VIVO FIXO MAIS MINUTOS LOCAL			
TARIFAS EVENTUAIS	Homologado R\$		Promocional
Habilitação	R\$160,13		R\$119,43
Mudança de Endereço	R\$124,15		R\$97,10

TARIFAS MENSUAIS	Homologado R\$		Promocional
Assinatura mensal	R\$47,48		R\$44,27

**TARIFAS USO FIXO-FIXO LOCAL**

	Homologado R\$		Promocional R\$	
	Mensalidade	Minuto Excedente	Mensalidade	Minuto Excedente
Franquia 500 Minutos	12,72	0,28515	7,05	0,16548
Franquia 700 Minutos	20,14	0,28515	8,20	0,16548
Franquia 1.000 Minutos	28,79	0,28515	25,44	0,16548
Franquia 1.200 Minutos	36,73	0,28515	33,99	0,16548
Franquia 1.500 Minutos	43,20	0,28515	40,57	0,16548
Franquia 2.000 Minutos	57,61	0,28515	44,04	0,16548

FIXO-MÓVEL (SNP) LOCAL	Homologado R\$		Promocional R\$	
	Mensalidade	Minuto Excedente	Mensalidade	Minuto Excedente
Franquia 30 Minutos	6,02	0,55196	5,13	--
Franquia 20 Minutos	12,07	0,55196	6,26	--
Franquia 50 Minutos	32,12	0,55196	27,13	--
Franquia 80 Minutos	48,35	0,55196	37,56	--
Franquia 150 Minutos	90,68	0,55196	48,00	--
Franquia 300 Minutos	151,16	0,55196	70,96	--

FIXO-MÓVEL (SME) LOCAL	Homologado R\$		Promocional R\$	
	Minuto Excedente	Minuto Excedente	Minuto Excedente	Minuto Excedente
Minuto qualquer operadora - SME	0,66959	0,66959	0,65358	0,65358

**Fixo-Fixo Local**  
 Horário Normal (tarifação por tempo de utilização): segunda-feira a sexta-feira, das 6h às 24h e sábado das 6h às 14h.  
 Horário Simples (tarifação por tempo de utilização): segunda-feira a sexta-feira, das 6h às 24h e sábado das 6h às 14h, aos sábados de 0h às 6h e das 14h às 24h e segunda-feira a sexta-feira das 0h às 6h.  
 Unidade tarifação: 6 (seis) segundos.  
 Tarifação mínima: 30 (trinta) segundos.  
 Somente são efetuadas chamadas com duração superior a 3 (três) segundos.  
 Chamadas a cobrar somente são efetuadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa.

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
 Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se praticados novos valores promocionais.  
 Chamadas fixo-fixo: Cobrança dos Fatos Fixos as chamadas serão tarifadas por minuto, independentemente do horário de início (normal ou simples).  
 Chamadas fixo-móvel: Cobrança dos Fatos Fixos as chamadas serão tarifadas por minuto, independentemente do horário de início (normal ou reduzido).  
 Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
 Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de outubro de 2018 para base de cálculo futuro.  
 Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10115. Pessoas com necessidades especiais de fala/ audição, ligue 142. Para saber qual a taxa VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

vivo

Comunicado

A **Telefônica Brasil S.A.**, conhecida aos seus clientes residenciais, não-residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores promocionais das FUC listadas abaixo, em sua área de Autorização nas Regiões I, II e setor 13 da Região III e na área de concessão, setor 31 da Região III de FGO, vigentes a partir de 07/09/2020.

Descrição do Serviço	FUC	Mínimo Homologado		Promocional	
		ATVFC	Monofásico	ATVFC	Monofásico
Bloqueio Programado	FUC 150	-	R\$ 84,34	-	R\$ 27,97
Conversa a Teto Nacional	FUC 116	R\$ 108,68	R\$ 151,81	-	R\$ 8,10
Identificadores de Chamadas	FUC 039	R\$ 10,40	R\$ 22,73	-	R\$ 29,21
Ligação Simultânea	FUC 046	R\$ 10,40	R\$ 9,11	-	R\$ 8,10
Ligue Simples	FUC 186	R\$ 75,61	R\$ 30,24	-	-
Saque Secretária Eletrônica	FUC 176	R\$ 6,61	R\$ 6,60	-	R\$ 6,39
Siga-Me	FUC 016	R\$ 168,68	R\$ 151,81	-	R\$ 8,10
Sigilo Assinado	FUC 196	R\$ 84,34	R\$ 84,24	-	-
Escolha de Número Especial	FUC 190	-	R\$ 188,34	-	R\$ 51,18
Escolha de Número Personalizado	FUC 196	-	R\$ 374,68	-	R\$ 28,59
Escolha de Número Notável	FUC 196	-	R\$ 245,37	-	R\$ 51,18
Troca de Número Telefônico	FUC 206	-	R\$ 188,34	-	R\$ 26,50

Descrição do Serviço	FUC	Valor Máximo Homologado (R\$)	Valor Promocional (R\$) Clientes Residenciais	Valor Promocional (R\$) Clientes não Residenciais
Telefone Fixo	FUC 096	R\$ 19,31	-	R\$ 8,10

Os valores acima são expressos em reais, incluem tributos conforme a legislação. Os reajustes dos valores das tarifas podem ser realizados em prazos não inferiores a 12 (doze) meses, 01 de junho 2021.

Os valores promocionais mencionados acima não são válidos até a publicação de um novo comunicado, porém terão vigência mínima até 31/01/2021. Após o período de vigência dos valores promocionais os clientes retornam para as condições previstas na respectiva FUC ou serão devidamente comunicados se praticados novos valores promocionais.

Outras informações podem ser obtidas acessando o nosso site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou através do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315, que funciona 24 horas, nos sete dias da semana. Para pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

vivo

Comunicado

A **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e as novas valores promocionais do Plano Alternativo de Serviço - PA nº 266 "Limitado Fixo Local", válidos para chamadas locais originadas em terminais fixos pós-pagos e destinados a terminais fixos em sua área de concessão, no setor 31 da Região III de FGO, vigentes a partir de 07/09/2020.

TARIFAS EVENTUAIS	Homologado	Promocional
Habilitação	140,11	119,63
Mudança de Endereço	108,64	97,10

TARIFAS MENSAIS	Homologado	Promocional
Assinatura mensal	54,57	49,99
Pacote Fixo Limitado Local	91,32	23,57

TARIFAS USO	Homologado R\$		Promocional R\$	
<b>FIXO-FIXO LOCAL</b>	0,31997		Promoção pacote limitado de minutos para qualquer operadora em qualquer dia e horário	
Minuto qualquer horário	-		-	
<b>FIXO-MÓVEL LOCAL</b>	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Simples
Minuto qualquer horário - SMP	0,40149	0,28102	-	-
Minuto qualquer horário - SME	0,48756	0,34120	-	-

MODULAÇÃO HORÁRIA	Fixo-Fixo Local	Fixo-Móvel Local
Horário Normal - Das 06h às 24h / Sáb: 6 às 16h	Horário Normal - segunda-feira e sáb: 7 às 21h	
Horário Simples - Das 06h às 08h / Sáb: 0 às 6 e 14 às 24h / Dom e Fer.Nac: 0 às 24h	Horário Reduzido - segunda-feira e sáb: 0 às 7h e 21 às 24h / Dom e Fer.Nac: 0 às 24h	

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
 Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornam para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se praticados novos valores promocionais.  
 Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
 Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrem em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de julho de 2018 para base de cálculo.  
 Os seguintes tipos de ligações são considerados como ligações excedentes, isto é, não serão descontadas da franquia e serão cobradas: ligações para provisionamento de internet discada, ligações recebidas e cobradas, ligações, conexões a 3, portais de voz, chamadas destinadas a código de três dígitos, entre outras.  
 Mais informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

vivo

Comunicado

A **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais da promoção "Limitado Fixo Brasil e Móvel Local" em sua área de concessão, setor 31 da Região III de FGO, vigentes a partir de 07/09/2020.

A promoção é composta pelas faixas:  
 Plano Alternativo nº 122 - Vivo Fixo Não-Minutos BR Teto Dia  
 Plano Alternativo nº 265 - Teto Sempre Vivo Móvel Vivo Local e  
 Plano Alternativo nº 266 - Limitado Fixo Local

PROMOÇÃO LIMITADO BRASIL E FIXO E MÓVEL LOCAL - PA 266 e 265 e 122	Homologado R\$	Promocional
<b>Franquia de Minutos</b>		
PA256 - Pacote Fixo Limitado Local	91,32	23,57
PA265 - Pacote de 50 minutos para chamadas locais Fixo-Móvel Destino Vivo	35,81	-
PA122 - Pacote de 240 minutos para chamadas longa distância nacional Fixo-Fixo Destino qualquer operadora (assim CSF 13)	228,73	Franquia de Minutos Limitado Fixo-Fixo Local, Franquia de Minutos Limitado Fixo-Móvel Local assente destinado a Vivo e Franquia de Minutos Limitado Vivo Local Longa Distância para qualquer operadora.

PLANO ALTERNATIVO 266 - LIMITADO FIXO LOCAL	Homologado R\$	Promocional
<b>TARIFAS EVENTUAIS</b>		
Habilitação	140,11	119,63
Mudança de Endereço	108,64	97,10
<b>TARIFAS MENSAIS</b>		
Assinatura mensal	54,57	R\$49,99

TARIFAS USO	Homologado R\$	Promocional R\$
<b>FIXO-FIXO LOCAL</b>		
- Valor do Minuto Fixo-Fixo em qualquer horário	0,31770	Promoção pacote limitado de minutos para qualquer operadora em qualquer dia e horário

PLANO ALTERNATIVO 265 - PÁSE SEMPRE FIXO MÓVEL VIVO LOCAL	Homologado R\$		Promocional R\$	
<b>FIXO-MÓVEL (SMP) LOCAL</b>	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
VIVO S.A. - SP Interior (ex Ceterp)	0,34439	0,24105	Promoção pacote limitado de minutos para qualquer operadora em qualquer dia e horário	Promoção pacote limitado de minutos para operadora Vivo em qualquer dia e horário
VIVO S.A. - SP	0,34439	0,24105	-	-
TEL PCS S/A	0,33572	0,23499	-	-
TIM Getzar S/A	0,33174	0,23221	-	-
CTBC Celular S/A	0,32895	0,23003	-	-
Claro S/A - Capital (AR11)	0,37023	0,25915	0,45150	0,31604
Claro S/A - Interior	0,37023	0,25915	-	-
Norcel Telecomunicações LTDA	0,56486	0,39524	-	-
Pacto Seguro Telecom S/A	0,46200	0,32338	-	-
Datasa Telecomunicações LTDA	0,46200	0,32338	-	-
Minuto qualquer operadora - SME	0,74834	0,52382	0,8326	0,43766

PLANO ALTERNATIVO 122 - MÍNUTOS BRASIL	Homologado R\$	Promocional R\$		
<b>FIXO LONGA DISTÂNCIA DDD</b>				
Distância Cidade Operadora VIVO (15)				
Minuto qualquer horário	1,00606	Promoção pacote limitado de minutos para qualquer operadora em qualquer dia e horário		
<b>MÓVEL LONGA DISTÂNCIA DDD</b>				
Distância Cidade Operadora VIVO (15)				
Chamadas WC - SMP SNE	2,01752	1,41227	1,08708	0,76094
Chamadas WC - SMP SNE	2,38880	1,67201	1,29798	0,91362

MODULAÇÃO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA	Fixo-Fixo Local	Fixo-Móvel Local
Todas as chamadas serão tarifadas por minuto independente do horário.	Horário Normal - segunda-feira e sáb: 7 às 21h Horário Reduzido - segunda-feira e sáb: 0 às 7h e 21 às 24h / Dom e Fer.Nac: 0 às 24h	

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
 Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornam para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se praticados novos valores promocionais.  
 Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
 Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrem em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de julho 2018 para base de cálculo.  
 Os seguintes tipos de ligações são considerados como ligações excedentes, isto é, não serão descontadas da franquia e serão cobradas: ligações para provisionamento de internet discada, ligações recebidas e cobradas, ligações, conexões a 3, portais de voz, chamadas destinadas a código de três dígitos, entre outras.  
 Mais informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

# Crescimento só virá com menos Estado, afirma novo secretário

Substituto de Salim Mattar na Desestatização, Diogo Mac Cord diz que gestão de R\$ 1 tri em imóveis é desafio

Fernanda Brigatti

**SÃO PAULO** O novo secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, disse na quinta (3) que somente a inclusão da iniciativa privada no fluxo de investimentos e a redução da participação do Estado permitirão a geração de crescimento econômico e desenvolvimento para o Brasil.

Há uma semana no cargo, Mac Cord afirmou que o desafio da pasta é a gestão de "mais de R\$ 1 trilhão em imóveis e na supervisão das estatais que hoje somam ativos de quase R\$ 5 trilhões".

Para o novo secretário, a redução do estoque de estatais — terá efeitos não apenas para o tamanho da máquina pública e de gastos.

"Uma vez que a gente reduz as despesas, a gente tem, na sequência, que trabalhar para a redução de impostos", afirmou.

"E o ativo que se encontra hoje subutilizado, vender, trazer a iniciativa privada para dentro do jogo e, com isso, multiplicar o capital", afirmou o secretário.

Diogo Mac Cord disse também que o governo está buscando um tratamento mais racional para reduzir o estoque de imóveis, por meio de seis frentes de atuação, que incluem modelos de regularização de áreas públicas para atendimento de habitação de interesse social, leis-lôas via internet em dois dias da semana e um novo tipo de venda, a que o secretário chamou de "inversão dialógica".

Nesse tipo de comercialização, segundo ele, os interessados em comprar áreas públicas apresentariam um laudo de viabilidade do governo que, se considerar viável, abre a licitação para comercialização. Nesse caso, o proponente teria prioridade na compra desse imóvel.

# Sem liberdade de imprensa não há democracia



ASSINE A  
**FOLHA**  
 folha.com/assine

**vivo**

**Comunicado**

A TELEFÔNICA BRASIL S.A., denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e dos novos valores promocionais do Plano Alternativo de Serviço - PA nº 175 "Plano Ilimitado Vivo Brasil", na modalidade Longa Distância Nacional, válidos para chamadas originadas em terminais fixo pré-pago, em sua área de concessão, no setor 31 da Região III (Estado do Rio de Janeiro) do PGG, que utilizem o "15" como Código de Seleção de Prestadora (CSP) e destinadas a terminais fixos e móveis dentro do território nacional vigência a partir de 07/09/2020.

TARIFAS EVENTUAIS	Homologado R\$	Promocional R\$
Franquia de Minutos	Homologado R\$	Promocional R\$
Pacote de 3.000 minutos para chamadas longa distância nacional Fixo-Fixo destino qualquer operadora (estado CSP 15)	R\$ 240,36	R\$ 20,99 (Minutos Ilimitados para chamadas Fixo-Fixo de longa distância nacional, destino qualquer operadora (estado CSP 15))

TARIFAS USO	Homologado R\$	Promocional R\$		
FIXO-FIXO LOCAL	Homologado R\$	Promocional R\$		
Minuto qualquer horário	0,36855	Promoção pacote ilimitado de minutos para qualquer operadora em qualquer dia e horário		
FIXO-MÓVEL LOCAL	Homologado R\$	Promocional R\$		
	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
Chamadas VC2 - SME	0,97072	0,67959	1,09002	0,67232
Chamadas VC3 - SME	1,18592	0,82744	1,30146	0,91610
Chamadas VC2 - SMP	0,99398	0,69578	1,09002	0,67232
Chamadas VC3 - SMP	1,20533	0,84372	1,30146	0,91610

MODULAÇÃO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA	Fixo-Móvel Local
Todas as chamadas serão tarifadas por minuto independente do horário.	Horário Normal - segunda-feira a sábado, das 7 às 21h Horário Reduzido - segunda-feira a sábado: 0 às 7h e 21 às 24h / Dom e Fer.Nac: 0 às 24h

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicadas aos clientes via canais de atendimento, pessoalmente ou por meio de mensagens de texto.  
Atenas, para os clientes que já possuem ou que venham a adquirir um dos planos fixos participantes acima e que se cadastrarem no plano "Ilimitado Vivo Brasil", será concedido, além do benefício adicional de mensalidade mencionada na tabela acima e durante o período de vigência da promoção, uma franquia de minutos ilimitados promocional para ser utilizada em chamadas fixo-fixo de longa distância nacional, destinadas a qualquer operadora em qualquer horário.  
Para aderir a este Plano Alternativo e usufruir suas vantagens é obrigatório que o Assinante solicite o cadastramento de seu terminal no Plano, junto a Vivo.

Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
Os seguintes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o ISF de maio de 2019 para base de cálculo.  
Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, Ligue 142. Para saber qual o plano Vivo mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

**vivo**

**Comunicado**

A TELEFÔNICA BRASIL S.A., denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano Alternativo de Serviço - PA nº 196 "VIVO FIXO ILIMITADO", na modalidade local, em sua área de concessão, no setor 31 da Região III do PGG, vigência a partir de 07/09/2020.

TARIFAS EVENTUAIS	Homologado R\$	Promocional R\$
Habilitação	R\$292,86	R\$119,43
Mudança de Endereço	R\$188,63	R\$97,10

TARIFAS MENSAIS	Homologado R\$	Promocional R\$
Mensalidade	R\$139,33	R\$67,98

TARIFAS USO	Homologado R\$	Promocional R\$		
FIXO-FIXO LOCAL	Homologado R\$	Promocional R\$		
Minuto fixo local fora do plano VIVO	0,14360			
FIXO-MÓVEL LOCAL	Homologado R\$	Promocional R\$		
	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
VIVO S.A. - SP	0,52979	0,37083	-	-
CLARO S.A. - CAPITAL (AR 11)	0,57074	0,40581	-	-
CLARO S.A. - SP INTERIOR (AR 11)	0,45161	0,31612	-	-
VIVO S.A. - SP Interior (ex Goteop)	0,52215	0,36549	-	-
TIM BRASIL CENTRAL	0,74562	0,51912	-	-
TIM CELULAR S.A. - REGIÃO III	0,52554	0,36787	-	-
OI (Incl. Tolo Norte Leste)	0,51571	0,36059	-	-
NEXTEL SMP	0,56326	0,39428	-	-
PORTO SEGURO	0,46182	0,32326	-	-
DATORA	0,46182	0,32326	-	-
FIXO-MÓVEL (SME) LOCAL	Homologado R\$	Promocional R\$		
	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
VC-1	1,00614	0,70426	0,81280	0,65358

MODULAÇÃO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA	Fixo-Móvel Local
Horário de Tempo de Tarifação: 30 segundos	As chamadas destinadas a serviços móveis são tarifadas por tempo de utilização
Tempo Tarifado mínimo: 60 segundos	
Chamadas tarifadas: Todas as chamadas a partir do instante de seu completamento.	Modulação Horário Fixo-Móvel
As chamadas fora da Rede Telefônica, serão tarifadas por minuto independente do horário (incluindo normal ou reduzido).	Horário Normal - segunda-feira a sábado: 7 às 21h Horário Reduzido - segunda-feira a sábado: 0 às 7h e 21 às 24h / Dom e Fer.Nac: 0 às 24h

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicadas aos clientes via canais de atendimento, pessoalmente ou por meio de mensagens de texto.  
Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
Os seguintes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o ISF de julho de 2019 para base de cálculo.  
Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, Ligue 142. Para saber qual o plano Vivo mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

**vivo**

**Comunicado**

A TELEFÔNICA BRASIL S.A., comunica aos seus clientes e usuários da classe residencial o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano de Serviço Local PA nº 193 "Plano Ilimitado Local", válidos para chamadas locais originadas de terminais fixo pré-pago e destinadas a terminais fixos e móveis, em sua área de concessão, no setor 31 da Região III do Plano Geral de Outorgas (PGO), vigência a partir do zero hora do dia 07/09/2020.

PROMOÇÃO VIVO FIXO ILIMITADO LOCAL - Plano Alternativo 283	Homologado R\$	Promocional R\$
Franquia de Minutos	R\$86,78	R\$ 66,70 1P
PA283 - Franquia Local Ilimitada Fixo-Fixo		R\$ 51,99 no 2º REG (combo voz com Banda Larga Popular)
PA283 - Franquia Local Ilimitada Fixo-Móvel em Rede Distante Vivo (*)	R\$42,93	R\$ 43,19 no 2º PZ (combo voz com as demais bandas largas) + tv)

TARIFAS EVENTUAIS	Homologado R\$	Promocional R\$
Habilitação	R\$187,66	R\$119,43
Mudança de Endereço	R\$113,75	Gratuito

TARIFAS DE USO FIXO-FIXO LOCAL (Valores por Minuto)	Homologado R\$	Promocional R\$
Valor do minuto para chamadas locais "realizadas" de fixo para fixo destino qualquer operadora		Chamadas Ilimitadas
Valor do minuto para chamadas locais "recebidas a cobrar" de fixo de qualquer operadora	R\$0,31624	R\$0,30822

TARIFAS USO FIXO-MÓVEL LOCAL - PLANO ALTERNATIVO 283	Homologado R\$	Promocional R\$		
FIXO-MÓVEL LOCAL (Valores por Minuto)	Horário Normal	Horário Reduzido	Horário Normal	Horário Reduzido
Chamadas Originadas de Vivo On Net SMP				
Chamadas Recebidas a Cobrar de Vivo On Net SMP e Chamadas especiais Originadas e Recebidas a Cobrar	R\$0,42713	R\$0,31526	R\$0,39005	R\$0,31624
Chamadas Originadas para Outras Operadoras (OF Net SMP e Recebidas a Cobrar de Outras Operadoras OF Net SMP	R\$0,42713	R\$0,31526	R\$0,42845	R\$0,31624
Chamadas Originadas para Outras Operadoras (OF Net SMP e Recebidas a Cobrar de para Outras Operadoras OF Net SMP	R\$0,59224	0,40153	R\$0,59508	R\$0,39905

MODULAÇÃO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA	Fixo-Móvel Local
Todas as chamadas serão tarifadas por minuto independente do horário.	Horário Normal - segunda-feira a sábado, das 7 às 21h Horário Reduzido - segunda a sábado das 0 às 7h e 21 às 24h e domingos e feriados nacionais das 0 às 24h

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
Promocionalmente, a migração da linha é gratuita.  
(\*) Esta promoção não contempla a contratação de pacote para chamadas locais fixo-móvel com outras operadoras.  
Os novos valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período de vigência os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicadas aos clientes via canais de atendimento, pessoalmente ou por meio de mensagens de texto.  
Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável.  
Os seguintes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o ISF de maio de 2019 para base de cálculo.  
Os seguintes tipos de ligações são considerados como ligações excedentes, isto é, não serão descontadas da franquia e serão cobradas: ligações para provedores de internet fixada, ligações recebidas a cobrar, sig tel, cobertura e 3, portais de voz, chamadas destinadas a código de três dígitos, entre outras.  
Maiores informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, Ligue 142. Para saber qual o plano Vivo mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

# Poupança tem menor captação desde o início da pandemia

Com flexibilização do distanciamento, população consome e saca mais recursos; em abril, saldo fora recorde

Larissa Garcia

BRASÍLIA Os depósitos em caderneta poupança superaram os saques em R\$ 11,4 bilhões em agosto, segundo dados divulgados na sexta-feira (4) pelo Banco Central. Esse é o menor valor desde a chegada do novo coronavírus ao Brasil, em março.

Desde o início da crise sanitária, a caderneta tem registrado valores elevados em captação líquida (diferença entre depósitos e saques), na comparação com o restante da série. Benefícios do governo, como saque do FGTS (Fundos de Garantia do Tempo de Serviço) e o auxílio emergencial, podem explicar o movimento de alta nos depósitos durante a pandemia, já que são pagos por meio de conta-poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

Em agosto, o número caiu quase 66% em relação a julho. O resultado, entretanto, ainda está em patamar superior ao observado no mês em outros anos. No mesmo período de 2019, a captação líquida foi de R\$ 1,3 bilhão, e em 2018, de R\$ 5,8 bilhões.

No ápice da crise, em abril, a poupança bateu recorde, com captação de R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora, iniciada em janeiro de 1995. Em junho, a diferença entre depósitos e saques foi de R\$ 20,5 bilhões, e, em julho, de R\$ 28,4 bilhões, níveis ainda elevados na comparação com os outros anos. O saldo total aplicado na modalidade é de R\$ 986 bilhões em agosto, o maior da série.

Os brasileiros depositaram R\$ 284 bilhões na poupança, pouco menos do que o registrado no mês anterior, de R\$ 294 bilhões (o maior da série).

Além do menor valor em depósitos, com a flexibilização do distanciamento social e a reabertura dos comércios, as pessoas voltaram a consumir e, por isso, sacaram mais recursos da poupança, o que também contribuiu para a queda da captação líquida. No mês, os brasileiros retiraram R\$ 272 bilhões da poupança, maior volume da série. A poupança rende a Taxa Referencial (TR), hoje zerada, mais 70% da Selic, que está em 2% ao ano.

A regra prevê que, quando a taxa básica de juros estiver acima de 8,5% ao ano, o rendimento da poupança será 0,50% ao mês, mais TR. Caso a taxa Selic esteja menor ou igual a 8,5% ao ano, o investimento é remunerado a 70% da Selic, acrescida da TR.

Autonomia do BC é caso raro de almoço grátis, diz diretor

Larissa Garcia

BRASÍLIA O diretor de Política Econômica do Banco Central, Fábio Kanczuk, afirmou, na sexta-feira (4), que o projeto de autonomia da autarquia, em tramitação no Congresso, é um dos poucos casos em que o almoço é grátis, em referência à expressão utilizada por economistas.

"Enquanto professor, sempre reforçei aos meus alunos que, na economia, não existe almoço grátis. Se tem um benefício em 1995, em junho, a diferença entre depósitos e saques foi de R\$ 20,5 bilhões, e, em julho, de R\$ 28,4 bilhões, níveis ainda elevados na comparação com os outros anos. O saldo total aplicado na modalidade é de R\$ 986 bilhões em agosto, o maior da série.

Os brasileiros depositaram R\$ 284 bilhões na poupança, pouco menos do que o registrado no mês anterior, de R\$ 294 bilhões (o maior da série). Além do menor valor em depósitos, com a flexibilização do distanciamento social e a reabertura dos comércios, as pessoas voltaram a consumir e, por isso, sacaram mais recursos da poupança, o que também contribuiu para a queda da captação líquida. No mês, os brasileiros retiraram R\$ 272 bilhões da poupança, maior volume da série. A poupança rende a Taxa Referencial (TR), hoje zerada, mais 70% da Selic, que está em 2% ao ano.

**vivo**

**Comunicado**

A Telefônica Brasil S.A., comunica aos seus clientes e aos usuários da classe residencial os novos valores promocionais das Facilidades das Facilidades das Facilidades, conforme tabela abaixo, em sua área de concessão, no setor 31 da Região III do PGO (Plano Geral de Outorgas), vigência a partir de 07/09/2020.

	Valor Promocional do R\$ (R\$)
Kit Mini*	5,16
Kit Básico*	7,63
Kit Avançado*	12,45
Kit Ultra*	18,87

\*Os serviços que fazem parte da composição do Kit fazem jus a disponibilidade de rede.

Os valores acima são expressos em reais, incluem tributos conforme a legislação e taxa sobre taxa-base junho de 2019.  
Os valores promocionais mencionados acima são válidos até 31/01/2021. Após o período de vigência os valores promocionais retornarão para as condições previstas nas respectivas PGO (Facilidades) ou serão devidamente comunicadas aos clientes via canais de atendimento, pessoalmente ou por meio de mensagens de texto.  
Outras informações podem ser obtidas acessando o novo site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou através do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315, que funciona 24 horas, nos sete dias da semana. Para pessoas com necessidades especiais de fala/audição Ligue 142. Para saber qual o plano Vivo mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

# Assembleia de MG aprova reforma da Previdência

Alíquotas e cálculo de contribuição estão entre as mudanças principais feitas na proposta de Romeu Zema

Fernanda Canofre

**BELOHORIZONTE** Com modificações no texto original para alíquotas de contribuição e rejeição da proposta de cobrança de contribuição extraordinária em caso de déficit, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou nesta sexta-feira (4) a reforma da previdência estadual.

Após promulgado, o texto segue para a sanção do governador Romeu Zema (Novo). Minas foi um dos últimos estados a encaminhar reforma para se adequar às novas regras da União. O projeto, que atinge cerca de 470 mil servidores ativos, inativos e pensionistas, foi apresentado em junho ao Legislativo.

Apesar da aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) com placar de 52 votos a favor e 21 contra, o projeto apresentado pelo governo, que incluía ainda um PLC (Projeto de Lei Complementar), sofreu mudanças importantes no Parlamento.

Entre elas, o que é previsto para as alíquotas de contribuição. Os deputados mantiveram sistema de alíquotas progressivas, mas reduziram o percentual para taxas entre 11 e 16%, previstas em sete faixas salariais. O projeto original de Zema previa quatro faixas salariais, com alíquotas entre 13 e 19%.

O cálculo para fixação do valor da aposentadoria, que o governo propunha ser feito em cima da média de salários de toda a carreira, foi mantido na regra atual: em cima das 80% das maiores remunerações. Para novos servidores, será aplicado percentual de 60% em cima dessa média, mais 2% ao ano para cada ano que passar dos 20 de contribuição.

Houve também alteração para o regime de servidores civis da segurança, como policiais civis e legislativos e agentes penitenciários. No texto original, o governo previa regras próprias para a categoria, que agora segue as mesmas válidas para os militares, aprovadas a nível federal em 2019.

As regras de transição também tiveram mudanças. O texto aprovado reduziu de 20 anos para 10 anos o tempo mínimo em cargo público, mantendo a legislação atual.

As idades mínimas gerais passam a ser de 65 anos para homens e 62 para mulheres, como no sistema federal, mas são válidas apenas para quem ingressar a partir do período que a lei começar a valer (90 dias após sanção).

Para professores, são de 60 para homens e 57 para mulheres, com tempo de contribuição de 25 anos de exercício efetivo do magistério. Para servidores que já estão no serviço público, há duas propostas de transição: aposentar com o somatório de idade e tempo de contribuição ou com o chamado pedágio, contribuindo com 50% do tempo faltante para a aposentadoria. A proposta inicial era que esse período que o trabalhador da ativa teria que trabalhar a mais para se aposentar pelas novas regras fosse de 100%.

A Assembleia também subiu a taxa de inativos e pensionistas para quem ga-

nhá a partir de R\$ 3.335 — o governo queria cobrança a partir de um salário mínimo.

Os deputados suprimiram a proposta do governador que permitia ao Executivo acionar alíquota de contribuição extraordinária, caso o déficit do sistema previdenciário se mantivesse mesmo após a reforma. A proposta previa cobrança suplementar à contribuição normal para ativos, inativos e pensionistas em valor a ser definido.

O texto de criação de uma nova autarquia para gerir a previdência, a MGPrev, presente no PLC que integra a reforma, foi outro ponto rejeitado, mantendo a competência do atual Ipsem (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais). A proposta era que o instituto ficasse apenas com questões de saúde.

Em redes sociais, Zema comemorou a reforma, sem comentar as mudanças encaminhadas pelo Legislativo. Segundo ele, a aprovação significa que os mineiros terão um Estado viável e sustentável a longo prazo.

O déficit projetado pelo estado para o próximo ano é quase o dobro daquele registrado em 2019, chegando a R\$ 17,2 bilhões, segundo a previsão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com relação a 2020, o crescimento deve ser de 29,5%. Segundo a gestão Zema, um dos fatores que contribuiu para os números é o déficit previdenciário, que deve chegar a R\$ 20,8 bilhões negativos em 2021, em valores nominais de receitas e despesas.

Um cálculo do governo aponta que entre 2013 e 2020 o déficit previdenciário dos servidores civis chegou a R\$ 85,8 bilhões.

O deputado Gustavo Valadares (PSDB), que deixou a liderança de governo no início do ano, mas segue líder do bloco governista na Assembleia, qualificou a matéria como uma das mais importantes dos últimos anos.

"O que estamos fazendo agora é dando segurança aos servidores de que receberão valor justo e a certeza que receberão esses valores, sem ter risco de que o estado não tenha condições de pagá-los", afirmou, na sessão que aprovou a reforma.

Para a oposição, o texto que passou nesta sexta foi uma redução de danos diante do que havia sido proposto inicialmente pelo governo, graças às emendas apresentadas.

"O governador Zema encaminhou o projeto no meio de uma pandemia, sem discussão e participação e a companhia pessoal dos servidores e suas entidades", declarou à Folha André Quintão (PT), líder do bloco de oposição.

Denise Romano, coordenadora-geral do Sind-UTE (sindicato dos trabalhadores de educação do estado), avalia que não há nada a comemorar. "O governo do estado de Minas Gerais hoje ficou marcado como governo que retira da professora e concede incentivos fiscais para os grandes empresários", diz.

vivo

Comunicado

A TELEFÔNICA BRASIL S.A., comunica aos seus clientes e usuários da classe residencial o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano de Serviço de LIGA PA nº 284 - "Linha Distância Brasil Tudo", na modalidade Linha Distância Nacional, válido para chamadas de longa distância nacional originadas de terminais fixos e destinadas a terminais fixos e móveis em toda a área de concessão, setor 31 da Região III do Plano Geral de Distrito (PGD) que utiliza o CSP 15 como código de seleção da Prestadora, a partir do zero-hora do dia 07/09/2020.

Linha Distância Brasil Tudo - Plano Alternativo 284	
<b>Fransquia de Minutos</b>	<b>Homologado R\$</b>
PA204 - 1.000 Minutos de Fransquia Linha Distância Nacional Fixo-Fixo	R\$255,29
PA204 - 35 Minutos de Fransquia Linha Distância Nacional Móvel (destino Vivo On Net)	R\$42,92
PA204 - 35 Minutos de Fransquia Linha Distância Fixo-Móvel (destino Operadoras OII)	R\$42,92

TARIFAS USO PLANOS ALTERNATIVO 284		
<b>TARIFAS DE USO FIXO-FIXO (Valores por Minuto)</b>	<b>Homologado R\$</b>	<b>Promocional R\$</b>
PA204 - Valor do minuto credenciado para chamadas longa distância "residenciais" de fixo para fixo durante qualquer operação	R\$0,35779	Chamadas Limitadas Promocionais
PA204 - Valor do minuto para chamadas longa distância "residenciais e cobran" de fixo de qualquer operadora	R\$0,35779	

TARIFAS USO FIXO-MÓVEL LONGA DISTÂNCIA - PLANO ALTERNATIVO 284						
<b>FIXO-MÓVEL LONGA DISTÂNCIA (Valores por Minuto)</b>	<b>Homologado R\$</b>			<b>Promocional R\$</b>		
	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Reduzido</b>	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Reduzido</b>	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Reduzido</b>
Chamadas Originadas para Vivo On Net SMP	R\$1,05228	R\$0,72961	R\$1,30250	R\$0,90618	R\$ 0,00 (Limitado Promocional)	
Chamadas Recebidas a Cobrar de Vivo On Net SMP	R\$1,05228	R\$0,72961	R\$1,30250	R\$0,90618		R\$1,29798
Chamadas Originadas para Outras Operadoras OII Net SMP	R\$1,05228	R\$0,72961	R\$1,30250	R\$0,90618	R\$ 0,00 (Limitado Promocional)	
Chamadas Recebidas a Cobrar de Outras Operadoras OII Net SMP	R\$1,05228	R\$0,72961	R\$1,30250	R\$0,90618		R\$1,29798
Chamadas Originadas para Outras Operadoras OII Net SMP e Recebidas a Cobrar de Outras Operadoras OII Net SMP	R\$1,16641	R\$0,81649	R\$1,33126	R\$0,93187	R\$1,11669	R\$0,78167
						R\$1,27060
						R\$0,88942

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
Os novos valores promocionais serão válidos até 31/01/2021. Após este período de vigência os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se pactuados novos valores promocionais. Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável. Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de março de 2010 para base de cálculo. Mais informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

vivo

Comunicado

A TELEFÔNICA BRASIL S.A., denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais e usuários em geral, o reajuste dos valores máximos homologados e os novos valores promocionais do Plano Alameda do Serviço - PA nº 107 "VIVO FIXO CLÁSSICA MEUS MINUTOS", na modalidade local, em sua área de concessão, setor 31 da Região III do PGD, a partir de 07/09/2020.

TARIFAS EVENTUAIS		
<b>Habilitação</b>	<b>Homologado</b>	<b>Promocional</b>
Habilitação	R\$219,74	R\$119,43
Mudança de Endereço	R\$182,83	R\$97,10
Adesto / Migração	R\$296,59	Gratuito

TARIFAS MENSAL		
<b>Fransquia 250 Minutos</b>	<b>Homologado</b>	<b>Promocional</b>
Fransquia 250 Minutos	R\$145,13	R\$73,00
Fransquia 350 Minutos	R\$163,08	R\$76,79
Fransquia 350 Minutos (promocional 350 minutos de bônus, totalizando 700 minutos)	R\$163,08	R\$66,24
Fransquia 450 Minutos	R\$184,97	R\$88,44
Fransquia 450 Minutos (promocional 450 minutos de bônus, totalizando 900 minutos)	R\$184,97	R\$84,44
Fransquia 550 Minutos	R\$202,95	R\$118,07
Fransquia 550 Minutos (promocional 550 minutos de bônus, totalizando 1.100 minutos)	R\$202,95	R\$99,48
Fransquia 650 Minutos	R\$212,89	R\$126,65
Fransquia 650 Minutos (promocional 650 minutos de bônus, totalizando 1.300 minutos)	R\$212,89	R\$102,24
Fransquia 800 Minutos	R\$250,74	R\$156,08
Fransquia 800 Minutos (promocional 800 minutos de bônus, totalizando 1.600 minutos)	R\$250,74	R\$132,26
Fransquia 1.000 Minutos	R\$250,74	R\$174,16
Fransquia 1.200 Minutos	R\$326,44	R\$266,34
Fransquia 1.200 Minutos (promocional 1.200 minutos de bônus, totalizando 2.400 minutos)	R\$326,44	R\$210,26
Fransquia 1.400 Minutos	R\$326,44	R\$270,26
Fransquia 1.400 Minutos (promocional 1.400 minutos de bônus, totalizando 2.800 minutos)	R\$326,44	R\$210,26
Fransquia 1.600 Minutos	R\$326,44	R\$326,44
Fransquia 1.600 Minutos (promocional 1.600 minutos de bônus, totalizando 3.200 minutos)	R\$326,44	R\$266,34

TARIFAS USO FIXO-FIXO LOCAL		
<b>Valor do minuto Excedente</b>	<b>Homologado R\$</b>	<b>Promocional R\$</b>
Fransquia 250 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,35805	0,33817
Fransquia 350 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,35805	0,33817
Fransquia 450 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,33817	0,33817
Fransquia 550 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,33817	0,33817
Fransquia 650 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,33817	0,33817
Fransquia 800 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,29837	0,33817
Fransquia 1.000 Minutos	<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Simples</b>
	0,27846	0,31790

FIXO-MÓVEL (SMP) LOCAL		
(Valores para clientes que não contrataram o módulo de fixo móvel)		
<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Reduzido</b>	
VIVO S.A. - SP	0,59086	0,41359
CLARO S.A. - CAPITAL (AR 11)	0,44642	0,45247
CLARO S.A. - SP INTERIOR (AR 11)	0,50703	0,35491
VIVO S.A. - SP Interior (ex Cater) /	0,58254	0,40777
CTBC BRASIL CENTRAL	0,81847	0,57292
TIM CELULAR S.A. - REGIÃO III	0,58748	0,41123
OII (Tel. Meu Next Lasta)	0,50581	0,35406
NETTEL SMP	0,59900	0,41928
FIBRO SEGURO	0,49120	0,34383
BATURÁ	0,43120	0,34383

FIXO-MÓVEL (SME) LOCAL	
<b>Horário Normal</b>	<b>Horário Reduzido</b>
VC-1	1,16015
	0,81209
	1,1024
	0,77162

MÓDULO FIXO - MÓVEL (VCI)		
<b>Mensalidade</b>	<b>Homologado</b>	<b>Promocional</b>
	<b>Minutos Excedentes</b>	<b>Minutos Excedentes</b>
Fransquia 30 Minutos	R\$55,92	0,90776
Fransquia 50 Minutos	R\$59,93	0,90776
Fransquia 100 Minutos	R\$119,92	0,90776
Fransquia 150 Minutos	R\$179,89	0,90776
Fransquia 250 Minutos	R\$299,91	0,90776
Fransquia 400 Minutos	R\$479,08	0,90776

**REGULAMENTO HORÁRIA E CRITÉRIOS DE COBRANÇA**  
**Fixo-Fixo Local**  
Horário Normal (dias úteis, das 6 às 24h e sábados das 6 às 14h)  
Horário Simples (santiga Horário Reduzido) (dias úteis, de 0h às 6h, aos sábados, 0h às 6h e das 14 às 24h, Aos domingos e feriados nacionais, de 0h às 24h)  
Cobrança inicial de 40 (quarenta) segundos  
Tempo de utilização adicional tarifado a cada 30 (trinta) segundos.  
Horário Simples (santiga Horário Reduzido): cobrado por chamada.  
Chamadas Retardadas: Todas as chamadas a partir de instante do seu completamento.  
**Fixo-Móvel Local**  
Horário Normal - segunda-feira e seis: 7 às 21h  
Horário Reduzido - segunda-feira e seis: 0 às 7h e 21 às 24h / Dom e Férias: 0 às 24h  
Tempo de utilização adicional tarifado a cada 30 segundos  
Tarifação inicial mínima: 30 segundos  
Unidade de tarifação subsequente: cada 6 segundos

**OBSERVAÇÕES GERAIS**  
Os valores promocionais são válidos até 31/01/2021. Após este período os valores promocionais retornarão para as condições previstas no respectivo Plano Alternativo ou serão devidamente comunicados se pactuados novos valores promocionais. Os valores acima são expressos em reais e incluem impostos, conforme a legislação aplicável. Os reajustes tarifários dos valores máximos homologados ocorrerão em prazo não inferior a 12 meses, tomando-se como referência o IGP de junho para chamadas fixo-fixo e fixo-móvel (SMP/SME); janeiro de 2010 para base de cálculo. Mais informações podem ser obtidas acessando o regulamento da Promoção no site [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br) ou Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) 10315, que funciona 24 horas, nos sete dias da semana. Pessoas com necessidades especiais de fala/audição ligue 142. Para saber qual a loja VIVO mais perto você, acesse [www.vivo.com.br](http://www.vivo.com.br).

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## O Senado deve aprovar a proposta de abrir o mercado de gás para a iniciativa privada?

### Sim Só um mercado de gás competitivo garante benefícios ao país

Concorrência atrairá investimentos e reduzirá custos de produção industrial

**Clarissa Lins e Luiz Costamilan**

Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)

Secretário-executivo de Gás Natural do IBP

A sociedade brasileira tem uma oportunidade ímpar para transformar o setor de energia com grande repercussão positiva na economia e em diversos setores: a abertura do mercado de gás natural, em debate no Congresso Nacional. A palavra-chave dessa grande mudança é a competição. Com o fim da situação atual de um único fornecedor, o insumo ficará mais acessível, impulsionando o desenvolvimento e a reindustrialização do país.

Sem reservas de mercado e eventuais subsídios, o gás natural a preços competitivos atrairá mais investimentos, gerará mais empregos e reduzirá o custo de produção de um número imenso de produtos — com benefícios para todos os consumidores brasileiros.

Por esses motivos, há uma expectativa em diversos segmentos industriais, especialistas e governo de que o Senado, após análise e deliberação, confirme a aprovação ocorrida na terça-feira (1º), na Câmara, do projeto de lei 6.427/13, conhecido como "Nova Lei do Gás". A convergência em torno do texto aprovado foi construída ao longo de quatro anos de profundas discussões.

Com a abertura do mercado, o Brasil passará a contar com mais de uma dezena de fornecedores de gás natural. O projeto de lei é revolucionário, pois abre caminho para que novos agentes ofertem, transportem e comercializem o gás. As novas regras vão estimular ainda a produção das reservas do pré-sal, convertendo-as mais rapidamente em riqueza para

o país, com ganhos na arrecadação para União, estados e municípios.

O gás natural é também uma peça-chave na transição energética e fundamental para descarbonização da economia, pois é o combustível que menos emite entre as alternativas de origem fóssil, usadas na geração de energia e pela indústria.

Matéria-prima ou combustível para fertilizantes, indústria química, siderurgia, vidro e cerâmica, entre outros, o gás natural em bases competitivas atrairá novas fábricas desses e de outros setores industriais para o país.

No setor elétrico, térmicas a gás natural são imprescindíveis para o equilíbrio e a complementaridade do sistema elétrico brasileiro, centrado em fontes renováveis que não geram energia de forma contínua.

Mas, para que todos esses benefi-

cios se materializem, é indispensável assegurar a promoção da concorrência, ponto fundamental do projeto. Assim, se o acesso livre e não discriminatório às redes de transporte e de distribuição, garantindo ao grande consumidor a escolha de seu fornecedor de gás natural — além da desverticalização do segmento, com diferentes setores atuando em cada elo da cadeia.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) sinalizou o caminho nesse sentido, com o acordo firmado (TCC) para a Petrobras vender seus ativos de transporte e distribuição.

Com a melhoria do ambiente de negócios e a segurança jurídica que a proposta traz, investimentos em termelétricas e gasodutos acontecerão para atender à demanda crescente — sem subsídios para a instalação de infraestrutura, que sempre oneram a tarifa e o bolso dos consumidores.

Outra virtude dessa iniciativa legislativa é preservar a hegemonia das unidades da Federação com relação aos serviços locais de gás canalizado. Cada estado estabelecerá suas regras, mas é importante ressaltar que tendem a sair na frente aqueles que regulamentarem a figura do consumidor livre, fundamental para estimular a concorrência na oferta de gás.

Esse novo arcabouço regulatório recupera o arabe de mais de uma década no desenvolvimento do setor de gás natural e explicita as vantagens de uma competição saudável — um valor cada vez mais percebido pela sociedade.

[...]

**É indispensável assegurar a promoção da concorrência, ponto fundamental do projeto. Assim, se o acesso livre e não discriminatório às redes de transporte e de distribuição, garantindo ao grande consumidor a escolha de seu fornecedor de gás natural**

## Não Nova lei não vai garantir a retomada do crescimento

Sem projeto de infraestrutura robusto, governo ignora as limitações logísticas

**Carlos Zarattini**

Economista formado pela USP e deputado federal (PT-SP) e líder da minoria no Congresso

O Brasil tem grandes reservas de gás natural e produção suficiente para atender todo o mercado nacional. Entretanto, importamos gás liquefeito da Bolívia e de outros países porque não temos estrutura de escoamento nas plataformas e gasodutos para transporte, especialmente no interior do país. Hoje, quase 52% da nossa produção em poços de exploração do pré-sal é reinjetada no subsolo. Ou seja, a produção nacional é descartada por falta de infraestrutura de escoamento sem gerar arrecadação e royalties.

Todo mundo sabe que a exploração do gás natural tanto no sistema offshore (alto-mar nas camadas do pré-sal) como onshore (exploração em terra) é importante para o desenvolvimento econômico do Brasil e pode gerar emprego e renda. Mas seguimos importando gás e desperdiçando uma riqueza extraordinária por falta de uma política nacional de desenvolvimento.

Na contramão das necessidades do setor de gás, o desgoverno Bolsonaro privatizou a nossa já escassa rede de gasodutos (só falta um gasoduto ser vendido) e agora aprovou na Câmara dos Deputados a falaciosa "Nova Lei do Gás" como solução para os problemas. A proposta que tramita no Congresso prevê o fim do monopólio das distribuidoras de gás nos estados e joga para a iniciativa privada a infraestrutura de transporte. Porém, até hoje, só quem investiu na construção de gasodutos foi a Petrobras, ou seja, investimento

estatal. Com dimensões continentais, o Brasil tem apenas 9.400 km de dutos, enquanto a Argentina, por exemplo, tem 16 mil km.

Desde que assumiu como ministro da Economia, Paulo Guedes repetiu o mantra de que a iniciativa privada iria assumir as obras de infraestrutura no Brasil, onde, sob a gestão de um ultraliberal, os investimentos jorriam. Mas a verdade é que o governo até agora foi incapaz de atrair o setor privado.

Concessões seguem paradas diante da incapacidade do governo de articular e promover propostas atraentes, fora a crise política constante, que afugenta os investidores. Então, por que agora Guedes vai conseguir a façanha de garantir que empresas façam investimentos milionários no

sistema de gás sem qualquer garantia de retorno e de lucro?

Guedes ignora a importância dos gasodutos e ainda apresenta mais uma das suas ideias mirabolantes sem qualquer estudo técnico sério: transportar o gás pelas ferrovias e caminhões. Mais uma vez o ministro se enche de discurso vazio.

Para garantir apoio no Congresso, o governo comercializa a ideia de que a nova legislação vai gerar R\$ 60 bilhões em investimentos, quatro milhões de empregos, gás mais barato para a indústria e botijão a preço melhor para o consumidor final. Mas tudo isso é conversa mole.

A verdade é que a Lei do Gás não responde como será solucionado o problema de falta de gasoduto de transporte e a ausência de estrutura de escoamento nas plataformas e não traz, também, uma política de desenvolvimento no médio e longo prazo para o setor. A proposta apenas vende a falsa sensação de que uma nova legislação vai garantir retomada do crescimento e investimentos privados. Mas não existe no projeto nenhuma política pública que incentive a universalização do gás.

Esse é mais um discurso mentiroso da dupla Guedes e Bolsonaro e que precisa ser combatido. A Lei do Gás é mais do mesmo e não resolve nenhum dos problemas do setor. Só com um projeto de infraestrutura robusto seremos capazes de colocar fim às limitações logísticas e usufruir dessa riqueza nacional tão abundante.

[...]

**A verdade é que a Lei do Gás não responde como será solucionado o problema de falta de gasoduto de transporte e a ausência de estrutura de escoamento nas plataformas; e não traz, também, uma política de desenvolvimento no médio e longo prazo para o setor**

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para: Al. Barão de Limeira, 425 - São Paulo, CEP 01203-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

### Patriotismo...

Constata-se que a bisonha criatura não possui entendimento suficiente nem mesmo para compreender o óbvio do óbvio. Que será que entende por patriotismo? Afinal, pedir ao lobo que se apiede do cordeiro é um despatório. Vivemos um tempo pandêmico. Mas a pandemia governativa é a mais pernicioso ("Bolsonaro pede 'patriotismo' de redes de supermercado para evitar alta da cesta básica", Mercado, 4/9).

**Alfredo Azevedo**  
(Campos dos Goytacazes, RJ)

### Lava Jato

Na Itália, os políticos derrotaram os procuradores e juizes que tentaram acabar com a corrupção, assim como os políticos brasileiros. Só não imaginávamos que seria Bolsonaro, ao driblar a lista tríplice e escolher Augusto Aras, que iria acabar com a Lava Jato, sob o selo dos principais partidos políticos. Mais alguns meses e vamos acabar lendo que as empreiteiras e os políticos eram honestos e que os verdadeiros criminosos foram Dallagnol e Sergio Moro ("Lava Jato derrete vítima de sua própria tonalidade política", Opinião, 3/9).

**Igor Cornelien** (São Paulo, SP)

Agora, a cada dia, se revela mais o espetáculo midiático abusivo e contra a lei que foi a Lava Jato. As informações divulgadas pelo site The Intercept Brasil já haviam, na verdade, desmascarado o que estava por trás daquela operação. Se fosse combatido à corrupção, o senhor Sergio Moro não participaria de um governo catastrófico em todos os sentidos (inclusive no combate à corrupção) como este.

**Luís Costa** (São Luís, MA)

### Vacina russa

Fica muito difícil acreditar num país que sempre usou e abusou de drogas para conquistar vitórias esportivas e eliminar adversários. É um sistema ditatorial, e as liberdades civis são cerceadas. O único motivo real que vejo na homestidade dessa vacina é o interesse econômico que possa vir a proporcionar ao seu descobridor, ao laboratório e ao país, mas aguardemos os resultados vindouros ("Vacina russa é promissora, mas cientistas dizem que precisa de mais testes", Saúde, 4/9).

**Alexandre Miquelino Levantez**  
(Campinas/SP)

Eu não participaria de um teste clínico vindo de um país que mente sistematicamente sobre todos os assuntos científicos — e sabendo que isso favorece o regime ou atletas. Já está mais do que provado que laudos russos não valem o papel no qual foram escritos. O país não merece receber o suporte de cobaias brasileiras ("Vacina russa produz imunidade contra novo coronavírus, mostram primeiros dados publicados", Saúde, 4/9).

**Ulrich Peters** (Taboão da Serra, SP)

O preconceito é tão grande que, mesmo com a autenticidade de dados comprovados, os bolsonaristas teimam em desacreditar a ciência, tal qual o seu ídolo inconsequente. Acho que eles acreditam que se forem vacinados vão virar comunistas irremediáveis.

**Alfredo Milton Almeida**  
(Rio de Janeiro, RJ)

Não confio nessa vacina. O país é governado por um ditador magalomaníaco especializado em assassinar seus opositores por envolvimento.

**Isaias Lobão** (Palmas, TO)

Excelente notícia. Respeito, e muito, o presidente Vladimir Putin: o que teria acontecido com a transição da Rússia sem um governo de personalidade? Teria sido dividida em dezenas de republichetas dominadas pelos interesses internacionais.

**Luiz Gomide** (São Carlos, SP)

### Reforma administrativa

Considerando que a reforma previdenciária atingiu todos os contribuintes, que já realizavam suas contribuições mensais ao INSS, a administrativa deveria abranger todos os servidores também, atuais e futuros. O fim dos privilégios de servidores que muitas vezes não prestam bons serviços à população é necessário. A estabilidade deve ser mantida somente para servidores muito bem avaliados, para evitar que sejam desligados para a abertura de vagas a cargos eleitorais a cada nova eleição.

**Alberto Kless** (Passo Fundo, RS)

### Reforma agrária

Vemos inúmeras reformas, mas sem nenhum resultado. Se tivessem feito uma só, a necessária, estaríamos numa situação bem melhor. A reforma agrária já deveria ter sido feita, há muito tempo, nos anos 1960, quando a população rural era proporcionalmente alta e havia muitas terras públicas. Mas estas, na década seguinte, na "reforma" da revolução, foram parar nas mãos de quem já as tinha. Além disso, geraram inúmeros latifúndios. Quando aparecem os nomes dos proprietários, parece que nem cuidamos do Brasil: não há Sousa, Silvas, Oliveira. E olha que o governo derubado tinha mais de 60% de aprovação.

**Raul Moreira Pinto** (Passos, MG)

### Feriado

O vírus continua circulando e matando gente. E a estatística fúnebre de mortos continua subindo ("Com praças liberadas no feriado, litoral norte de SP fará 'blitz sanitária' com medo de Covid-19", Cotidiano, 4/9). Até quando?

**Edmundo Alvares Domingues**  
(Salvador, BA)

### Messi

O Manchester City iria negociar por US\$ 200 milhões a saída de Lionel Messi do Barcelona. Em junho do ano que vem, poderá restar de graça ("Messi desiste de tentar saída e diz que fica no Barcelona", Esporte, 4/9).

**Daniel Raviole** (Fortaleza, CE)

### #UseAmarelo pela Democracia



A imagem acima merece publicação neste Painel do Leitor, na campanha pela democracia, e também pelo mês em curso, o Setembro Amarelo. Ou não merece?

**Páris Piedade Júnior** (São Paulo, SP)

### Candidaturas

A reportagem "Sem diversidade nas cúpulas, partidos derrapam e são vistos como barreiras" (Poder, 4/9) não transmite a realidade. A executiva do PDT municipal de São Paulo tem 50% de mulheres, incluindo três vice-presidentes. O PDT pratica a diversidade racial e de gênero: 49,3% dos candidatos a vereador na capital são negros. Antes de o TSE instituir cotas financeiras para negros, este diretório aprovou um adicional financeiro de 20% para candidaturas de mulheres negras, de 15% para mulheres brancas e de 10% para homens negros já neste ano.

**Alessandro Rodrigues**, secretário-geral do PDT municipal (São Paulo, SP)

**Resposta do repórter Joelmir Tavares** A reportagem em nenhum momento tratou especificamente da composição da executiva municipal do PDT de São Paulo. A informação de que quase 50% dos candidatos a vereador do partido neste ano na capital paulista são pretos e pardos constou do texto.



mercado coronavírus

O que muda com a reforma administrativa

Table with 3 columns: Como é hoje, Como pode ficar, and sub-sections like Entrada no serviço público, Vantagens e benefícios, Poder do presidente, Atuais servidores, and Reforma administrativa será fatiada.

Reforma atinge atual servidor em avaliações e emissões

Três itens das mudanças podem atingir funcionários públicos em atividade

Julia Chaib e Bernardo Caram

BRASÍLIA Apesar da determinação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de que a reforma administrativa atinja apenas futuros membros do serviço público, ao menos dois itens da proposta que altera as normas do funcionalismo, apresenta na mesma semana pelo governo, devem valer para os atuais servidores.

lismo não atingiria os atuais servidores. A PEC foi inclusive desistida por pressão de servidores e políticos do centão para ter um impacto menor nas categorias, como mostrou o Painel.

Embora não fosse necessário esperar a aprovação da PEC para fazer certas alterações, o governo vai aguardar a aprovação da proposta para então regulamentar as demais regras e evitar insegurança jurídica, diz um ministro em cartá, reservado.

Hoje, a demissão somente é feita após a conclusão de todo o processo, com trânsito em julgado. A nova regra permitiria o corte do servidor em etapa anterior, após a primeira decisão colegiada.

Hoje, a demissão somente é feita após a conclusão de todo o processo, com trânsito em julgado. A nova regra permitiria o corte do servidor em etapa anterior, após a primeira decisão colegiada.

Rio ganha prazo para negociar renovação de socorro

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O governo do Rio ganhou prazo de até seis meses para negociar a renovação do regime de recuperação fiscal, plano de socorro federal assinado em 2017 que venceria neste sábado (5).

das de ajuste fiscal no valor de R\$ 21,3 bilhões, R\$ 5,3 bilhões a menos do que o previsto pelo plano. Desse total, R\$ 3,4 bilhões referem-se a medidas de caráter continuado, e R\$ 1,9 bilhão, a medidas pontuais.

de gás canalizado e linhas de ônibus, por exemplo.

O plano prevê ainda a privatização da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto), que está prevista para o fim do ano. Em 2017, tendo como garantidor o Tesouro Nacional, o governo obteve um empréstimo privado de R\$ 2,9 bilhões usando as ações da companhia como contragatantias. A não renovação do plano implicaria a perda dessa fatia.

PERNAMBUCO SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL - SDCI. REFORMA DE LICITAÇÃO. PLANO 2019-CPLE/PROJ.042.020-SEI-SP para futura e eventual contratação de pessoal...

Quis Participações S.A. CNPJ nº 08.041.203/0001-01 - IRRÉ 1.535.039.894. Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29.05.2020.

PREFETURA MUNICIPAL DE ARARAS. INSCRIÇÃO DE LICITANTES. O Município de Araras torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Serviços Municipal...

**cotidiano**

# 42% do orçamento do MEC em 2021 depende de crédito extra

Gov. federal precisa que o Congresso aprove R\$ 48,9 bilhões para a pasta

Paulo Saldaña

**BRASÍLIA** O orçamento de 2021 elaborado pelo governo Jair Bolsonaro condiciona 42% dos recursos do MEC (Ministério da Educação) à aprovação de créditos extras ao longo do ano. Dos R\$ 114,9 bilhões orçados, R\$ 48,9 bilhões não estão garantidos para a pasta.

Sem a garantia dos recursos, a gestão de políticas educacionais fica comprometida, uma vez que as liberações de crédito suplementares costumam ocorrer no meio do ano. O cenário preocupa especialistas e integrantes do MEC.

A situação afeta iniciativas da educação básica à pós-graduação. O impacto é mais contundente nas universidades e institutos federais.

O projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, encaminhado ao Congresso nesta semana, condiciona a liberação desses recursos à aprovação legislativa para contornar a chamada regra de ouro. A regra impede que o governo se endivida para pagar despesas correntes (como salários e custeio), o que só pode ocorrer depois de aprovação dos parlamentares.

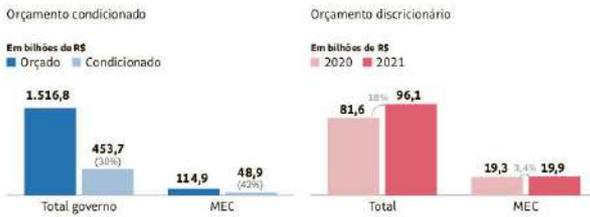
Desde 2019, o Orçamento federal chega ao Congresso com previsão de desrespeito à regra de ouro. A peça de 2021, entretanto, alcançou nível recorde, com 32% do Orçamento sob essa condicionalidade (R\$ 45,3 bilhões).

Além de o cenário no MEC ser mais intenso que o da média do governo, o volume de recursos nessa condição na pasta teve um grande salto na peça de 2020, a primeira vez em que a pasta foi atingida, o percentual era de 13%.

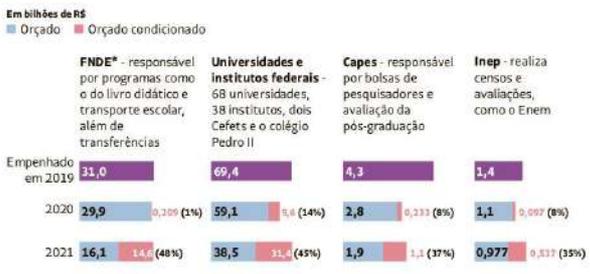
Os recursos vinculados à função educação representam, por exemplo, 10% do total condicionado no Orçamento. Fo-

### Orçamento não garantido

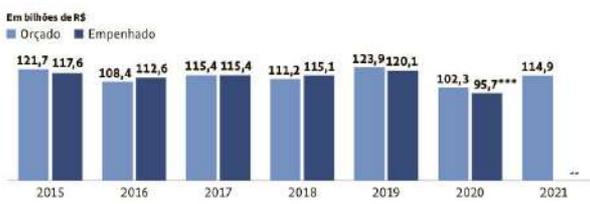
Boa parte do orçamento da Educação depende de nova liberação do Congresso



Por órgãos\*



Gastos MEC\*\*



\*No FNDE, maior parte dos recursos condicionados em 2021 refere-se à complementação de União ao Fundeb  
\*\*Valores até 2019 foram atualizados pela inflação no período  
\*\*\*Em 2020, empenhos realizados até 2/9  
Fonte: RLOA 2021, LOA 2020, Sup. Ministério da Economia

ram 3% neste ano. Só a função Defesa tem percentual maior nesta comparação, chegando a 11% em 2021 —por outro lado, o número é mais próximo do previsto neste ano (de 8%).

O Orçamento ainda pode ser alterado no Congresso. Questionado, o Ministério da Economia não respondeu por que a educação foi mais afetada.

Em nota, a pasta ressaltou o que prevê a regra de ouro. "O aumento de despesas correntes obrigatórias, sem o correspondente aumento de receitas primárias, requer autorização do Poder Legislativo."

O Ministério da Educação não respondeu como planeja lidar com o quadro. A pasta afirma, em nota, que "não indicou a previsão de condicionamento" e que os ajustes na proposta "foram realizados pelo Ministério da Economia".

Para Felipe Poyares, assessor de relações governamentais de Todos Pela Educação, "isso pode ser compreendido como uma menor autonomia orçamentária do governo". Poyares resalta que a situação se agrava ao analisar a baixa execução orçamentária do MEC e a falta de um orçamento para enfrentamento dos efeitos da pandemia na educação.

A Folha analisou as previsões de todos os órgãos vinculados ao MEC. Somente a Ebsert, empresa pública que gerencia os hospitais universitários, tem todo o orçamento garantido, de R\$ 6,1 bilhões. O órgão é comandado pelo general Oswaldo de Jesus Ferreira.

No FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), os recursos condicionados são quase metade do total, sobretudo porque 73% dos R\$ 10,6 bilhões previstos para a complementação da União ao Fundeb estão também sujeitos a crédito extra.

Outras ações do órgão estão comprometidas. Dos R\$ 54,7 milhões previstos para o apoio à manutenção de educação infantil, 58% estão condicionados. Por outro lado, há previsão de R\$ 222 milhões para implantação de creches em 2021 (área com baixa atuação do governo Bolsonaro até agora).

Já no ensino superior federal, 45% do dinheiro de universidades e institutos não está garan-

tido, na média —esse percentual foi de 14% neste ano. Em 17 das 68 universidades, o percentual passa de 50%.

O pesquisador Gregório Grista, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, diz que a lógica de retenção já vem ocorrendo, mas ter um volume tão grande de orçamento condicionado pode engessar as instituições. "Isso precariza muito o planejamento da política de pessoal, inviabiliza nomeações e contratações que são necessárias para substituir quem se aposenta", afirma.

O vice-presidente da Andifes (que reúne os reitores das federais), Marcos David, diz que a demora na liberação desses recursos pode provocar atrasos nos pagamentos de pessoal ou de contratos.

O orçamento total das universidades teve leve alta de 1,6%, mas, por causa do crescimento das despesas obrigatórias, o orçamento discricionário caiu 16%. Isso preocupa ainda mais os reitores, afirma David, que comanda a federal de Jui de Fora. "Estamos em processo de extensão de gastos que vem desde o final de 2014", diz. "Como é um processo contínuo, tem hora que não tem de onde cortar."

Na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), um terço dos R\$ 2 bilhões previstos para pagamento de bolsas de pesquisa depende de novo crédito. O governo já cortou, em 2019, 8% das bolsas.

Um terço do orçamento de R\$ 1,1 bilhão para a realização de exames e avaliações, como o Enem e o Saeb, também está sujeito a nova liberação. Segundo relatos feitos à Folha, o cenário preocupa a equipe do Inep, órgão responsável pelas ações. Contratos para aplicação, por exemplo, são realizados até o meio do ano e dependem de empenhos.

Sob o governo Bolsonaro, o MEC já tem problemas de gestão orçamentária. Até o meio do ano, a maior parte dos gastos da pasta foram de orçamento não usado em 2019. O programa que busca levar internet à escolas não teve nenhum dinheiro previsto para este ano, como a Folha revelou em ambos os casos.

## Sargento do Exército assassinada ia fazer 1º salto de paraquedas

Waleska Borges

**RIO DE JANEIRO** A sargento do Exército Bruna Carlo Borralho Cavalcanti de Araújo, 27, assassinada na noite do último domingo (30), na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, faria seu primeiro salto de paraquedas neste mês de setembro.

Segundo a família da sargento, que era lotada na 2ª Bateria de Artilharia Paraquedista, Bruna sonhava com a chegada deste dia.

"Minha irmã só falava disso. Queria muito receber a boina grená de paraquedista dela. Falava pouco para ela conseguir terminar o curso interno do Exército para ter

a boina", contou a irmã Barbara Borralho.

Conforme informações do CML (Comando Militar do Leste), Bruna havia entrado para o Exército havia pouco mais de dois anos. "Ela era a única militar da família, sentíamos muito orgulho dela", lamentou a irmã.

Os sonhos de Bruna foram interrompidos durante uma atuação criminosos. Ela voltava de um dia na praia de Copacabana, na zona sul, com o seu marido, uma irmã e três sobrinhos, quando o carro da família enguiçou na avenida Presidente Kennedy, em Duque de Caxias.

Segundo a polícia, o marido de Bruna contou a PMs milita-

res do batalhão de Duque de Caxias que desceu do veículo, um Cruze prata, para fazer o conserto. Ele disse ter ouvido a mulher gritando que estava acontecendo um assalto. Em seguida, ouviu dois disparos.

Os três sobrinhos da paraquedista, de 3, 5 e 12 anos e uma das irmãs dela viram Bruna ser atingida.

"Eles [os sobrinhos] estão totalmente abalados. Meu filho, de 12 anos, ficou o tempo todo do lado dela no dia do crime. Eles serão atendidos por psicólogos do estado", contou Barbara.

Bruna era a filha do meio de três irmãs, muito ligada à família e aos pais. Trabalhava desde adolescente e ajuda-

dava a mãe.

"Foi babá, trabalhou em padaria, vendedora de loja e até camelô. Não merecia ter sido vítima de um crime brutal como esse", comentou a irmã.

A família levanta a hipótese de que o latrocínio, roubo seguido de morte, tenha sido forjado. Ao ser rendida, Bruna foi baleada duas vezes na cabeça. Ela não teria oferecido resistência. A paraquedista foi a única atingida pelo criminoso.

Após ser baleada, a militar foi socorrida para uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), mas não resistiu aos ferimentos. Segundo familiares de Bruna, o bandido não levou o celular da sargento, porque ela havia o colocado

no bolso do short, e fugiu no veículo da família. Ele também levou os celulares do sobrinho, da irmã e a carteira de Bruna.

"Eu, de coração, quero que a justiça seja feita. Esse crime precisa ser desvendado e não pode ficar impune", disse Barbara.

A sargento era casada havia 11 meses. Segundo a família, o marido não fez mais contato com parentes dela desde o enterramento. Ela já havia registrado três boletins de ocorrência contra o marido por violência doméstica, o último deles no Dia dos Pais. A reportagem não conseguiu ouvir o marido de Bruna.

O Disque-Denúncia, pelo te-

lefone (21) 2253-1177, oferece recompensa de R\$ 5.000 por informações que ajudem a polícia esclarecer a morte. O anonimato é garantido. Até quinta-feira (3), o serviço havia recebido três informações que foram repassadas às autoridades de segurança do Estado.

Questionada ao longo da semana, a polícia não informou se há pistas dos suspeitos do crime nem se alguém já foi preso ou interrompido. Por email, a Polícia Civil informou apenas que, de acordo com a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, as investigações estão em andamento. "Diligências estão sendo realizadas para esclarecer o caso."

## MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

### Médico pioneiro, tornou-se referência no Oeste Paulista

WILSON MENEGUCI (1933-2020)

Paulo Batistella

**ALVARES MACHADO (SP)** O pneumologista Wilson Meneguci, 86, era frequentador assíduo dos encontros às sextas com médicos de sua área de atuação na Santa Casa de Presidente Prudente (a 356 km de SP) para discutir casos clínicos.

Único cirurgião torácico do Oeste Paulista ao chegar ao hospital, foi quem criou ali o Centro de Estudos Câmara

Lopes, para fomentar, com as reuniões, o desenvolvimento de colegas na região.

Precisou interromper os encontros presenciais devido à pandemia de Covid-19, que o matou na última segunda (31).

Nascido em Pedregulho (a 451 km de SP), segundo de seis irmãos, cresceu brincando em fazendas locais e desenvolveu logo cedo o gosto por leitura.

Formou-se em 1958 na Faculdade de Medicina de Ri-

beirão Preto da USP. Fez dois anos de residência em cirurgia com o renomado Luiz Heraldo Câmara Lopes, com quem aprendeu técnicas então inovadoras e ainda hoje aplicadas de cirurgia de esôfago.

Em 1972, foi convencido a trocar Ribeirão Preto (a 312 km de SP) por Prudente, onde seria pioneiro em cirurgia do tórax, pescoço e cabeça.

Dois anos depois, perdeu a primeira esposa, Maria Bernadete, mãe de seus quatro filhos, em um acidente de carro. Em 1978, casou-se com a enfermeira obstetra Maria Aparecida, hoje internada em uma UTI, com coronavírus.

Meneguci dedicou-se à ci-

rurgia até a virada do século, quando passou a se concentrar em clínica. Antes, ajudou a formar sucessores, como o cirurgião Enio Maia, que cuidou do tutor até ser também acometido pela Covid-19.

Para Maia, a dedicação aos pacientes é marcante no legado do mentor: "Sempre tratava de forma muito humana", impressão compartilhada pelo radiologista Jaime Barbosa, amigo de Meneguci por cinco décadas: "Era responsável com o doente". Na região, protagoniza relatos por ter salvado a vida de pacientes, vindos até de estados vizinhos.

Longe do trabalho, mantinha-se disciplinado e curio-

so, com uma volumosa biblioteca em casa. Gostava ainda de ir para seu sítio e de pescar.

Sem poderem se despedir, familiares e amigos fizeram uma corrente de oração a distância na manhã em que foi sepultado. Os hospitais de Prudente o homenagearam com um minuto de silêncio.

Meneguci deixa, além de esposa e dos filhos, cinco netos e quatro bisnetos, entre eles a recém-nascida Catarina, que

conheceu, já hospitalizado, por chamada de vídeo.

**DIRCEU BONTURI PEREIRA**

Aos 91, viúva de Daria Augusta Galacci. Sexta (4/9), Cemitério Getulândia, Morumbi (SP)

7º DIA

**PROF. DR. FERNANDO JOSÉ BENESI** Neste domingo (6/9) às 17h57, Igreja de São Gabriel, Jardim Paulista (SP)

Procure e Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servico/funerario.  
Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.  
Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 8h para publicação no dia seguinte (9h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3335 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

# O GLOBO

CARLOS  
ANDREAZZA



o.globo.com/opinio  
ca.andrezza@o.globo.com



## Reforma pastel de vento

O governo apresentou a reforma administrativa. Apresentou? Que reforma? Li. Reli. E só achei capa. Ou melhor: só encontrei sumário. Estão lá, enunciados, os capítulos; inclusive os impopulares — que a turma do Ministério da Economia chamou de “politicamente sensíveis”. Há até boas ideias; bons princípios sobre a necessidade de redimensionar um Estado obsoleto, de existência atual não injustamente percebida como para tão somente se autossustentar. Mas é apenas isto o que se anunciou como reforma remetida ao Parlamento: um índice do que virá. Um dia. Porque carne mesmo, matéria — os capítulos do livro: não vieram.

Já sabíamos que a reforma prometida há mais de ano — travada e boicotada pelo próprio presidente corporativista da República — só atingiria os servidores do futuro. Impacto fiscal imediato: zero; e bote década até que algum efeito haja. Ok. Sabia-se. Soubemos na semana passada, porém, que a reforma administrativa prometida há mais de ano, e desde então prontíssima como parte de operosa linha de montagem de projetos — vendida como pujante e revolucionária —, não estava pronta. Ou, se um dia pronta esteve, mais não está.

O governo apresentou uma carta de intenções. O programa de uma reforma administrativa adiada. O Ministério da Economia tem se especializado nisto: em lançar fatia; a primeira sendo sempre mui modesta. Foi assim também com a tributária. Não deixa de ser estratégia politicamente esperta. Mostra-se aquele pedaço miúdo — com a promessa de que o bolo todovirá à mesa. Um dia. E o pessoal engole. Para o funcionamento intestinal do mercado: mata a fome e faz girar.

“Você está sendo muito duro com a proposta” — dirá um leitor. Não estou. (Que proposta, aliás?). “A reforma cria categorias e limita as carreiras que terão mantida a estabilidade” — argumenta-se. Jura? E onde está a lista que discrimina os que serão prejudicados e os protegidos? “Calma. Isso virá numa etapa posterior.” Entendi. “A reforma reduz salários iniciais, define formas para avaliar desempenhos e reestrutura cargos.” Uau! Que capitalista! Regras para mérito e para otimizar funções. E ainda reduz os salários de partida. Onde está isso? Quero ler. “Calma. Apenas numa fatia adiante.” Certo.

Compreendi. Temos a ousada reformavou enfrentar os problemas e tocar em questões delicadas, mas só depois de amanhã; o sumário indicando que, quando (e se) baixar, a lâmina liberal-guedista cortará apenas dos futuros servidores, como médicos e professores, que não compõem carreiras ditas de Estado;



resguardados todos os tipos graúdos, os que ganham mais. Coragem padrão.

Ante toda a propaganda sobre a robustez do que seria um projeto, o que se apresentou foi uma palestra sobre reforma administrativa, destinada a jogar para a galera. Soprou-se o apito. Evidente está que essa é a PEC de um governo que lava as mãos. “Me pressionaram para entregar. Ai está. Fiz a minha parte. Agora é com vocês.” Um movimento narrativo para alimentar a tia do zap.

Uma jogada que, na prática, cria um sistema de travas primoroso. Conforme explicaram os técnicos do ministério: se a primeira fase andar, envia-se a seguinte. Mas como se avançará na aprovação do sumário de um livro sensível, sem que se conheça a íntegra do texto? Quem passa cheque em branco assim? Como se levantam os fundamentos de uma casa sobre terreno pantanoso, se ignorados são os cálculos de engenharia para a construção que virá acima? Difícil fazer progredir o que se desconhece.

Qual é, a propósito, a lógica de não entregar de uma vez os projetos de lei complementar — que regulamentarão o edifício —, senão para ou disfarçar a incompetência (a incapacidade de formular um projeto complexo) ou, tendo dado já o recado para inglês ver e operar, garantir que a coisa

avance lentamente, ou mesmo não avance? Diga-se que gente mui to boa defende que não seria necessária uma PEC para tratar dessa matéria; sendo também certo que, por sua própria natureza, uma PEC exigirá mais tempo...

Mas o governo fez a sua parte, né? Não. Não fez. Sua parte seria entregar um projeto de reforma que não fosse parte acanhada. Há um ano, quando se falava em estoque de projetos e fila para execução imediata, engatando uma reforma na outra, jamais se mencionou que esse desfile seria em fatias. Trata-se de novidade. Algum vigor se perdeu. Alguma baixa hormonal na libido liberal houve. Fato. A realidade se impõe. Essa não é — nunca foi — a agenda do governo. (Mas o governo fez sua parte.)

A única concretude deste manifesto de adiamentos é aquela porção — aquele queijinho (azedo, no caso) caído lá no fundo do pastel de vento — que dá poder ao presidente para manipular, sem o aval do Congresso, autarquias e fundações federais, afilcluídos Banco Central, Cade, agências reguladoras e universidades. Ou seja: o que não é promessa concentra força na mão do Executivo e consiste numa espécie de reforma administrativa liberal a serviço da autocracia.

Menos Brasília. Mais Planalto. Parabéns.

# O GLOBO



PHILIP JACOB

**Equação complicada.** Sem a reforma administrativa, a aposentadoria de servidores e as restrições orçamentárias para novos concursos podem prejudicar a prestação de serviços à população

# SERVIDOR PÚBLICO

## Com 35% perto da aposentadoria, cresce urgência por reforma

MANOEL VENTURA  
[m.ventura@globo.com.br](mailto:m.ventura@globo.com.br)  
 BRASIL

A reforma administrativa, apresentada pelo governo na semana passada, ganha ainda mais relevância diante de um desafio que a gestão pública federal terá que enfrentar nos próximos anos para equilibrar as contas públicas e manter os serviços à popula-

ção de novos servidores para ocupar as vagas dos inativos e não prejudicar os serviços públicos e o atendimento à população. As mudanças propostas na reforma administrativa poderiam facilitar contratações com impacto menor para as contas públicas e sem a rigidez da estabilidade dos concursados atuais.

**QUALIDADE AFETADA**

rios vai somar R\$ 337 bilhões, o equivalente a 4,4% do PIB e a 22,2% do Orçamento total.

A despesa com pessoal só é menor que a da Previdência, e seu crescimento contribui para a crescente restrição orçamentária do governo. Isso tem levado o governo a adiar concursos, mas especialistas alertam para o risco de faltar pessoal para responder às demandas da po-

curso público hoje levar em conta esse longo período.

A reforma administrativa proposta pelo governo busca facilitar a contratação e reduzir os custos de novos servidores. A restrição da estabilidade, o incentivo à promoção por mérito e o estabelecimento de novos regimes jurídicos para o setor público também visam a melhorar a gestão.

### DE SAÍDA

O governo federal tem um grande número de servidores próximos da aposentadoria. Veja a previsão de saída da ativa em três horizontes

Aposentadorias previstas até 2025	
Nível Auxiliar	8.075
Nível Intermediário	57.142
Nível Superior	45.264

sociedade — diz Ortega.

Ele também considera importante levar em conta a organização e a flexibilidade das futuras contratações, de maneira que o Estado consiga responder às novas demandas da sociedade. Hoje há muita rigidez na gestão dos servidores públicos. Há o risco de funções ficarem obsoletas e de, pelas regras atuais, funcionários concursados ficarem sem atividade dentro do governo.

— Também é preciso olhar a questão da eficiência e produtividade desses servidores e dos serviços públicos. Tem uma leva de servidores que podem se aposentar, e, além da questão fiscal, é preciso ver como ficará a prestação dos serviços. É fundamental identificar quais demandas serão necessárias a médio e longo prazos. Nos últimos anos, as demandas por novas vagas não seguiram um trabalho vigoroso de análise de necessidades — avalia Ortega.

### PARA ALÉM DOS GASTOS

A reforma administrativa tenta reduzir os custos de contratações e permitir ao Estado brasileiro voltar a fazer concursos para áreas consideradas estratégicas. As novas contratações passaram de 43,2 mil em 2010 para 13,1 mil no ano passado — destes, a maior parte (10,2 mil) ingressou na rede federal de ensino.

Para integrantes da equipe econômica, se a situação permanecer como está, o espaço para novos concursos ficará próximo de zero, assim como já é hoje o Orçamento para investimentos. Por isso, esses técnicos reforçam a necessidade de modernizar e baratear o serviço público.

Gabriela Lotta, professora da Fundação Getúlio Vargas e estudiosa da burocracia estatal, ressalta que a substituição dos aposentados precisa ser feita olhando para o futuro do Estado.

— Boa parte dos concursos foi feita pós-Constituição de 1988. Essa burocracia está toda se aposentando. Esse problema vai ser gravíssimo, inviabilizando a prestação de

ção: o grande número de servidores perto da aposentadoria. Até 2030, mais de um terço (35%) da força de trabalho do governo federal poderá seguir para a inatividade. Em números absolutos, serão 177.115 funcionários aptos a deixar o serviço público.

A maior parte deles poderá sair num horizonte ainda mais curto. Considerando somente os próximos cinco anos, 22%, ou 110.481, poderão se aposentar.

Os dados, obtidos pelo GLOBO, são parte de um levantamento fechado pelo Ministério da Economia no fim do mês passado. Essa grande quantidade de aposentadorias se dará ainda em um cenário de forte restrição fiscal, que dificulta a contra-

No ano passado, o grande número de aposentadorias no INSS, sem reposição dos servidores na mesma proporção, e problemas nos processos de digitalização do órgão, que deveriam compensar a redução de pessoal, resultaram no acúmulo de mais de um milhão de solicitações do benefício. O governo teve que contratar militares e aposentados do próprio órgão, de forma temporária, para desafogar a fila.

No IBGE, também há queixas sobre falta de servidores para execução e análise de pesquisas. São só dois exemplos de um país que gasta cada vez mais com servidores, mas enfrenta dificuldades para manter e aprimorar os serviços para a população. No ano que vem, o gasto federal com salá-

pulação. Uma aposta do governo é ganhar eficiência por meio de uma ampla digitalização nos próximos anos, o que reduziria a demanda por pessoal.

Técnicos da equipe econômica explicam que o número de aposentadorias projetado leva em conta quem tem o direito de se aposentar no período. Mas, como a aposentadoria no serviço público só é compulsória aos 75 anos, não necessariamente todos esses vão se aposentar. A conta é feita com a idade e o tempo de serviço.

Os técnicos ressaltam que, hoje, um servidor mantém um vínculo médio de 59 anos com o governo, somando atividade, inatividade e pensão. Por isso, a decisão de fazer um

#### AJUDA DA TECNOLOGIA

Daniel Ortega, especialista sênior para o setor público do Banco Mundial, lembra que o servidor, por si só, não pode ter toda a responsabilidade pela prestação dos serviços, e que as instituições e normas precisam fazer parte desse processo. Para ele, é necessário analisar quatro dimensões na hora de contratar novos servidores. Em primeiro lugar, as novas tecnologias.

— Há muito potencial para digitalização dos serviços, big data, onde pode ter ganhos importantes. O segundo ponto é melhorar o planejamento estratégico da força de trabalho. É fundamental ter um planejamento de médio e longo prazos para atrair as pessoas adequadas para as demandas da

**TOTAL**  
Isso significa 22%  
do funcionalismo  
federal

110.481

#### Aposentadorias previstas até 2030

Nível Auxiliar	13.425
Nível Intermediário	85.763
Nível Superior	77.927

**TOTAL**  
Isso significa 35%  
do funcionalismo  
federal

177.115

#### Aposentadorias previstas até 2040

Nível Auxiliar	17.552
Nível Intermediário	108.088
Nível Superior	152.762

**TOTAL**  
Isso significa 54%  
do funcionalismo  
federal

278.402

Fonte: Ministério da Economia

serviços públicos. Temos que ter uma reforma que pense como fazer essa reposição de uma maneira muito mais completa, não só na dimensão dos gastos — afirma.

Ela considera a reforma apresentada pelo governo genérica e abstrata, e as regulamentações que ainda precisarão ser feitas após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) poderão se arrastar por anos:

— Várias organizações estão no limite, como INSS e IBGE, e isso vai estrangulando a nossa capacidade de entrega de serviços públicos. A reforma precisa olhar como selecionar as pessoas, como avaliar no estágio probatório. A avaliação de desempenho no serviço público já é permitida hoje.

## Sob pressão, Alcolumbre adia votação do veto à desoneração da folha

NATÁLIA PORTINARI  
E GABRIEL SHINOHARA  
@economiasb@globo.com.br  
BRASÍLIA

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM-AP), cancelou a sessão do Congresso marcada para quarta-feira em que poderia ser votado o

veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas até o fim de 2021. Líderes do Senado e da Câmara pressionam pela derubada do veto e para que a sessão seja marcada logo, mas o governo quer negociar.

— Como nesta semana tem

um feriado e o presidente Rodrigo Maia (da Câmara) resolveu cancelar a agenda, também não haverá sessão do Congresso. Ficará para a próxima semana — disse o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO).

O senador Otto Alencar (BA), líder do PSD, promete

pressionar Alcolumbre para marcar a sessão esta semana:

— O governo sabe que não tem votos para manter o veto e fica adiando a votação e causando insegurança para as empresas que estão se planejando para 2021. O ministro da Economia é um dos que mais incentivaram a desoneração.

Mudou de opinião?

Hoje, 17 setores intensivos em mão de obra são beneficiados pela desoneração, que acaba no fim do ano. Na MP 936, da redução de jornada e salário, os parlamentares estenderam a desoneração até o fim de 2021, mas Bolsonaro vetou.

Nessa desoneração, a em-

presa não deixa de pagar impostos, apenas adota outro modelo. Troca um percentual sobre a folha por uma parcela do faturamento.

Na semana passada, o governo indicou que poderia prorrogar a medida por seis meses. Segundo o vice-líder do governo no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF), “tudo entra nas negociações”:

— Tem que buscar o entendimento — afirmou.



ARTIGO

## Delenda CPMF

HORACIO LAFER PIVA, PEDRO PASSOS  
E PEDRO WONGTSCHOWSKI

No século II a.C., diante da ameaça de Cartago ao Império Romano, o senador Catão insistia na urgência de combater a cidade fenícia repetindo a frase: “Delenda Cartago!”. A sociedade brasileira tem sido obrigada a lembrar com a mesma ênfase e insistência a nocividade dos impostos sobre transações financeiras, como forma de pôr um ponto final à ideia fixa de ressuscitar a CPMF.

Embora o Ministério da Economia venha tentando rebatizá-la com outro nome, declarações recentes deixam pouca dúvida de que se trata de uma nova CPMF. O montante de recursos que se estima arrecadar — R\$ 120 bilhões — exigiria um conjunto amplo de transações como base de incidência.

Há anos estudos acadêmicos, de organismos internacionais e do próprio Banco Central apontam características que fazem da CPMF um tributo de má qualidade. São enunciadadas, mas o debate atual nos impele a enumerá-las mais uma vez.

É um imposto cumulativo, incidindo em cascata ao longo das cadeias produtivas. Onera o investimento e as exportações, já que os valores pagos não são recuperados. Disso resulta uma penalidade dupla sobre a produção nacional, pois não há incidência equivalente sobre produtos importados.

É também pouco transparente e, ao ser repassado aos preços de bens e serviços, assume caráter regressivo, com incidência efetiva

maior para as pessoas de menor renda.

É ainda um tributo distorcivo, pois afeta a alocação de recursos ao estimular a verticalização das empresas, mesmo quando há perda de eficiência.

Por fim, eleva o custo do crédito e provoca desintermediação financeira. Prejudica o sistema financeiro, especialmente num quadro de baixa taxa de juros como o atual. Estimula a desbancarização, cujo ônus ficou evidente com os problemas na distribuição do auxílio emergencial.

Não bastassem todos esses inconvenientes, como é de esperar que os agentes adotem estratégias para evitar ou minimizar o pagamento, inclusive criptomoedas, o tributo tende a corroer sua própria base de incidência. O poder arrecadatório fica vulnerável ao longo do tempo, apesar da facilidade de recolhimento pelo Fisco. Como resultado, corre-se o risco de altas posteriores nas alíquotas.

Não surpreende que haja no mundo poucas experiências semelhantes. A lista reúne principalmente países latino-americanos, nenhum reconhecido como exemplo de boas práticas tributárias (Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela).

Ainda assim, a intenção de retomar a CPMF não sai do horizonte do governo. Para justificá-la, já foi mobilizada toda sorte de argumento, apesar de proposta formal ainda não haver. Primeiro, foi o combate à sonegação e a taxação da economia informal. Depois a necessidade de desonerar a folha de pagamentos das empresas. Mais recentemente, a adequação do sistema tributário à economia

digital. Se as motivações fossem mais claras, o debate seria mais frutífero.

Vale reconhecer que todos os fatores apontados são meritórios. A busca de maior isonomia tributária frente ao avanço da economia digital, por exemplo, preocupa a maioria dos países e é tema de intenso debate na OCDE, mas não se cogita um imposto como a CPMF.

A informalidade é elevada no Brasil e gera distorções. Deve ser reduzida, porém não mediante instrumento tão nefasto. A simplificação da estrutura tributária pela adoção de um Imposto sobre Valor Adicionado — IVA — pode contribuir para isso, especialmente se acompanhada de fiscalização. A nova CPMF, por incentivar a desintermediação financeira e estimular o uso de papel moeda, pode agravar a informalidade.

Quanto à folha de pagamentos, a substituição do regime atual pela CPMF nos obriga a escolher entre o ruim e o péssimo. Ambas as formas de tributação são indesejadas. Na verdade, provavelmente ficaríamos com as duas, já que a alíquota de 0,4% aventada para a nova CPMF, embora superior à de 0,38% da antiga versão, não seria capaz de desonerar integralmente a folha.

Estamos diante de uma oportunidade de sairmos do nosso sistema tributário. Devemos evitar a todo custo equívocos que nos levaram a lançar mão de mecanismos cumulativos e sabidamente nocivos à economia e à sociedade.



Horacio Lafer Piva, Pedro Passos

e Pedro Wongtschowski são, respectivamente,

membros dos Conselhos de Administração da Klabin, da Natura & Co e da Ultrapar

# O GLOBO

ESTÍMULO DA REFORMA

## SOLUÇÃO PRÓPRIA

### No pós-Covid, gasto com servidor acima de 90% da receita força ajuste nas contas estaduais

#### CONTA CRESCENTE

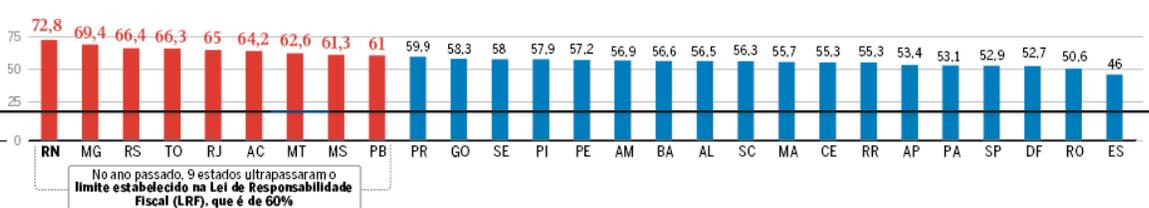
A maior parte dos estados expandiu muito as despesas com pessoal na última década

CRESCIMENTO REAL DA DESPESA BRUTA COM FOLHA DE PAGAMENTOS ENTRE 2011 E 2019, EM %



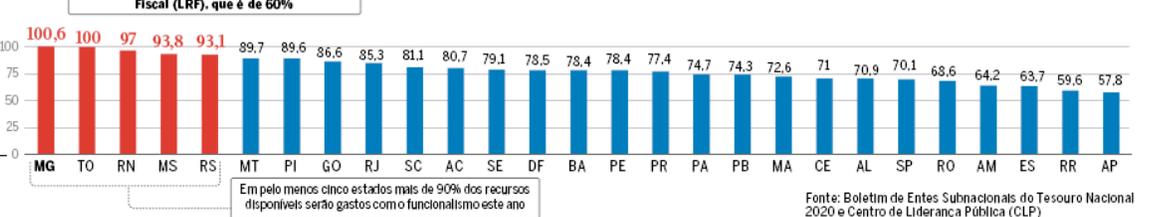
Esse crescimento levou a um aumento da falta de recursos dos cofres estaduais comprometida com o pagamento de salários e benefícios previdenciários de servidores

#### GASTO COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM 2019, EM %



Com a queda na arrecadação e o aumento de despesas para combater o coronavírus, 25 estados deverão superar o limite estabelecido pela LRF em 2020, segundo projeção do CLP

#### GASTO COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTO PARA 2020, EM %



Fonte: Boletim de Entes Subnacionais do Tesouro Nacional 2020 e Centro de Liderança Pública (CLP)

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS  
E PEDRO CAPEITI  
www.o.globo.com.br  
SÃO PAULO

A proposta de reforma administrativa enviada pelo governo federal ao Congresso nesta semana prevê novas regras para o funcionalismo de União, estados e municípios. Na avaliação de especialistas, isso pode criar a oportunidade para que as regras para servidores se tornem homogêneas em todo o país no futuro. Mas, como o projeto não abrange os que estão na ativa, na prática cabe-

ceita é dedicada ao gasto com pessoal: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins. Com o estado de calamidade pública e as ações emergenciais necessárias para combater a pandemia, ingressaram nesse grupo Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte. Mato Grosso e Piauí estão no limite.

Para dar uma dimensão da gravidade do cenário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define que o gasto com servidores não pode ultrapassar 60% da receita. Conside-

todo o Brasil, mas o impacto concreto é somente no regime do futuro. Pena que não olhe o presente. Não elimina a necessidade de uma reforma estadual e não resolve o problema do governo federal hoje.

A reforma liderada por Garcia, encaminhada pelo governo João Dória (PSDB) ao Legislativo estadual, prevê redução de gastos já para 2021 da ordem de R\$ 9 bilhões, ainda insuficiente para cobrir o déficit paulista previsto de R\$ 10,5 bilhões previstos para o ano que vem. O texto inclui, por



“Se não fizerem essas reformas, os estados ficarão numa situação de penúria”

Raul Velloso, especialista em contas públicas

“Uma modificação desse porte, com a criação de vínculo temporário, vai ter

similares aos moldes federais. Os outros 17 aprovaram algo mais tímido — afirma.

A criação de regras homogêneas, segundo André Luiz Resende, economista do Insper, pode criar oportunidades para o ajuste mais amplo em algumas administrações locais. A proposta federal é vista como necessária mesmo por governadores em estados com situação fiscal menos dramática. É o caso do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), cujo estado deve comprometer

crise fiscal não é suficiente para mobilizar legisladores estaduais a aprovarem medidas com impacto imediato:

— Se não fizerem essas reformas, os estados ficarão numa situação de penúria.

Para Maria Paula Bucci, professora de Direito Administrativo da USP, a eventual aprovação de novas categorias para o serviço público, como prevê a proposta do governo, vai exigir regulamentações nos estados, independentemente da aprovação de reformas locais agora:

rá aos governos locais lançar suas próprias iniciativas para ajustar as contas no presente.

A medida ganhou caráter de urgência no momento em que os cofres públicos estão mais pressionados pela queda de arrecadação e o aumento de gastos para enfrentar a pandemia. Nos estados, que já enfrentavam crises fiscais, a situação é ainda mais crítica.

Segundo levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP) com dados do Tesouro Nacional, no cenário pós-Covid-19, ao menos cinco unidades da federação comprometem mais de 90% da receita corrente líquida (a disponível para gastar) com pessoal este ano.

Antes da crise do novo coronavírus, três estados já enfrentavam um quadro em que quase a integralidade da re-

rando apenas este parâmetro, nove estados descumpriram a regra em 2019. Este ano, o CLP projeta que praticamente todos, exceto Amapá e Roraima, ficarão acima deste patamar.

#### EM MINAS, PATAMAR DE 100%

Para equilibrar as contas públicas e garantir recursos para a prestação de serviços à população no futuro, parte dos governadores tem buscado aprovar reformas administrativas para conter os gastos com servidores.

Rodrigo Garcia (DEM), vice-governador de São Paulo, diz que a proposta federal era esperada pelos estados há pelo menos um ano, mas não elimina a necessidade de aprovação da reforma paulista, em tramitação na Assembleia:

— Encaminhar o texto é positivo porque pauta o tema em

exemplo, planos de demissão voluntária para servidores e a extinção de dez órgãos, entre eles a CNHU (responsável por programas de habitação) e a EMTU (pelo transporte metropolitano de ônibus).

Entre os outros estados que aprovaram projetos para reduzir gastos com funcionalismo estão Goiás, Rio Grande do Sul e Alagoas.

Minas Gerais, hoje o estado com a pior situação, deve chegar ao fim do ano com 100% da receita comprometidos com a folha de pagamento, segundo o CLP. O governo Romeu Zema (Novo) também tenta aprovar uma reforma administrativa para mitigar os gastos no curto prazo.

Para Daniel Duque, diretor de Inteligência Técnica do CLP, o texto do governo federal só terá impactos mensurá-

*impacto e vai precisar da regulação de estados e municípios”*

— **Maria Paula Buccì**, professora de Direito Administrativo da USP

veis nas contas públicas depois de um período de quatro anos.

— Foi uma opção política só tratar de servidores futuros, o que limita fortemente a capacidade de geração de ganhos fiscais. No entanto, um terço dos servidores vai se aposentar em até 15 anos. Se aprovada agora, em quatro ou cinco anos começa a surtir efeito.

A inclusão de estados e municípios no texto é importante, segundo ele, para evitar que haja grandes disparidades.

— No caso da reforma da Previdência, por exemplo, só dez estados aprovaram leis

63% da receita com o funcionalismo até o fim do ano:

— Sou favorável a flexibilizar a forma de contratação de profissionais para cumprir serviços administrativos e operacionais que podem ser temporários. Para carreiras que não são essenciais, ficar fazendo concurso permanentemente não torna o estado eficiente e ágil.

#### MUDANÇA NAS REGRAS LOCAIS

Mas especialistas ponderam que os governadores devem ser incluídos na pauta de discussão, diante da gravidade da situação das contas públicas. A reforma administrativa enviada ao Congresso produzirá pouco impacto fiscal no curto prazo, o principal problema dos cofres públicos.

Para Raul Velloso, especialista em contas públicas, a

— A criação das novas categorias é algo experimental e que muda o desenho, a estrutura, dos entes. Uma modificação desse porte, com a criação de vínculo temporário (que seria uma etapa de seleção de concurso público), vai ter impacto e vai precisar da regulação de estados e municípios.

A aprovação de uma reforma federal com categorias inexistentes hoje não impede que estados façam ajustes nas regras para o funcionalismo, segundo Carlos Ari Sunfeld, da FGV. A norma da União, no entanto, terá impacto jurídico enorme nos demais entes, diz:

— De imediato o impacto de custos é nenhum, mas, juridicamente, será preciso criar uma profusão de leis estaduais e municipais para construir regras para essas novas categorias.

## OS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA, QUE SÓ ATINGE FUTUROS SERVIDORES

### ESTABILIDADE

**Como é hoje:** Todos os que ingressam no serviço público por concurso têm direito à estabilidade e após 3 anos de estágio probatório. Demissões só com sentença judicial definitiva ou infração disciplinar.

**Como ficaria:** A estabilidade

seria restrita a profissionais das carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais, delegados da Polícia Federal, diplomatas, juizes, membros do Ministério Público, servidores da segurança pública, de áreas de inteligência e do Banco Central. Demais carreiras, como professores, passariam a ser contratadas sem estabilida-

de. Lei ordinária regulamentaria a possibilidade de demissão por “desempenho insuficiente”.

### CONTRATOS DE TRABALHO

**Como é hoje:** Todos os servidores entram no Regime Jurídico Único, com regras em comum, como a estabilidade.

**Como ficaria:** Seriam criados cinco regimes de contratação: cargo típico de Estado, com estabilidade; vínculo por experiência; vínculo por prazo determinado (temporário); cargo por prazo indeterminado (sem estabilidade); e cargo de liderança e assessoramento, que substituiria funções de confiança.

### PROGRESSÃO AUTOMÁTICA

**Como é hoje:** Servidores progredem na carreira apenas pelo tempo de serviço, de forma automática. Essa regra está prevista nas legislações de cada carreira. Extinta na União, a licença-prêmio de três meses a cada cinco anos ainda existe em 20 das 27

unidades da federação.

**Com o ficaria:** O benefício passaria a ser proibido, e promoções só poderiam ser concedidas com base no mérito. As regras para basear esses critérios de avaliação serão o definidas em projeto de lei. Seriam extintos benefícios como licença-prêmio.

**O GLOBO**

## Opinião do GLOBO

# Reforma traz desafio ímpar ao Legislativo

*Em vez de abrandar uma proposta dura, o Congresso terá de endurecer uma proposta branda*

**Q**uando apresentou sua proposta para reformar a Previdência, o governo adotou uma meta agressiva. O ministro Paulo Guedes insistia em economizar no mínimo “um trilhão” em dez anos. No final, com a desidratação no Legislativo, a economia ficou aquém disso, mas além da prometida na proposta anterior. Pode-se dizer que deu certo. Agora, na reforma administrativa, a estratégia foi outra: uma meta politicamente confortável. O governo apresentou apenas a primeira das três fases de mudanças, sem atingir servidores da ativa nem categorias sensíveis. O objetivo   duplo. Primeiro, poupar um desgaste maior no Congresso. Segundo, depois da aprova o, evitar disputas judiciais.

Nenhum dos dois objetivos está garantido. Para começar, o texto propõe a extin o de organismos do Estado apenas por iniciativa do Executivo — um jabuti do tamanho daqueles quelônios pr -históricos das ilhas Galápagos. A ideia   inaceitável. Nada tem a ver com a racionaliza o das carreiras no servi-

 o público, mas muito com as inclina es autoritárias de um presidente que não demonstra apreço por caminhos institucionais e almeja centralizar mais poder em suas mãos.   evidente que o Executivo deve tomar a iniciativa de acabar com tudo o que for redundante ou sem sentido no Estado, mas toda medida dessa natureza precisa ser chancelada pelo Congresso.

A proposta deixa ainda a desejar na extensão das mudanças.   verdade que mudar a carreira dos “membros de Poder” (caso de juízes, procuradores ou parlamentares) dependeria de iniciativas desses próprios poderes. Mesmo assim, não há motivo para poupar as carreiras militares. Muito menos para manter a garantia de estabilidade após três anos às carreiras identificadas como “de Estado” (como diplomatas ou auditores). A proposta, na forma como está, não mexe nas categorias mais privilegiadas do serviço público e preserva as desigualdades mais chocantes.

Para as demais categorias, há mudanças significativas. O texto acaba com distor es como promo es auto-

m ticas, generosidade em férias e bonifica es. Mesmo assim, as novas regras valem apenas para novos contratados, sob o pretexto de evitar risco jurídico.   um argumento discutível. Se a proposta evita processos em nome de “direitos adquiridos”, nada faz contra quem, depois de concursado, pleitear na Justiça “igualdade de condi es de trabalho”. O mais grave   a dilata o do fôlego fiscal prometido pela reforma. Sem incluir servidores da ativa, não haverá alvivo nas contas públicas antes de dez ou vinte anos. Há, enfim, uma incógnita a respeito dos projetos de lei que regularão as novas carreiras e prometem meritocracia.

  preciso reconhecer a coragem do Executivo em tentar enfrentar o desafio da reforma administrativa e, sobretudo, em trazer   mesa tabus como a estabilidade. Cabe agora ao Congresso, contudo, o mais difícil: em vez de abrandar uma proposta dura, endurecer uma proposta branda. Considerando a deficiência cr nica deste governo na articula o política,   uma perspectiva desafiadora.

# O GLOBO

## REFORMA ADMINISTRATIVA

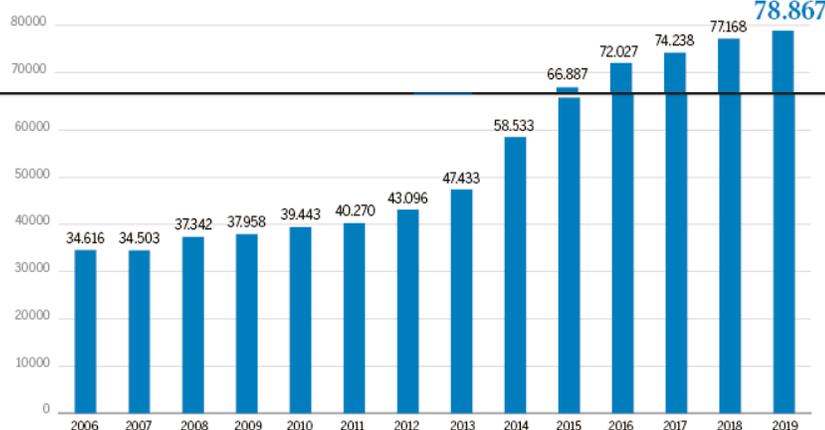
# DEMISSÃO EM ESTATAIS

## Proposta do governo anula acordos que assegurem estabilidade

### UM RETRATO DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Números de funcionários vem aumentando ao longo dos anos

#### EVOLUÇÃO DE QUADRO DE PESSOAL DE ESTATAIS DEPENDENTES\*



\*Dependem de recursos da União para pagar despesas. Inclui Ebserh, criada em 2011. Fonte: Boletim das Estatais / Ministério da Economia. \*\*Levantamento não especifica quantos são empregados públicos

#### FUNCIONÁRIOS POR ESTATAL\*\*



Editoria de Arte

MARCELLO CORRÊA  
marcello.correa@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

A proposta de reforma administrativa encaminhada pelo governo ao Congresso altera não apenas as regras do funcionalismo, mas também flexibiliza demissões em estatais. O texto anula leis e acordos que prevejam estabilidade para funcionários de empresas públicas. Segundo especialistas, a regra valerá apenas para contratados após a aprovação da medida.

O regulamento sobre dispensas em companhias públi-

cas é alvo de questionamentos na Justiça há anos. Apesar de serem contratados por meio de concurso público, esses trabalhadores não são considerados servidores, como os que atuam em órgãos do Estado e hoje têm estabilidade. Mas a legalidade de demissões sem um motivo específico, como ocorre no setor privado, está hoje em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para eliminar essa incerteza, o governo propôs incluir na Constituição uma regra clara: qualquer ato normativo que não se aplique a trabalhadores da iniciativa privada e que pre-

veja a concessão de estabilidade ou "proteção contra a despedida" passa a ser considerado nulo. O comando constitucional também vale para negociações coletivas e individuais.

Na justificativa que acompanha a proposta, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que a medida "contribui para o necessário ajuste das contas públicas". Além disso, escreve, "mantém o respaldo ao preceito constitucional de tratamento equânime entre empresas estatais e privadas".

Hoje, as estatais têm mais de 476 mil funcionários. Só as estatais dependentes, que

precisam de recursos da União para pagar salários e outras despesas, somam 78.867 empregados. Em 2019, as empresas dependentes custaram R\$ 20 bilhões aos cofres públicos, segundo o Boletim das Estatais, do Ministério da Economia.

A interpretação sobre a possibilidade de demitir funcionários de estatais varia entre especialistas. Segundo a advogada trabalhista Juliana Bracks, uma orientação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 2007 estabelece que a dispensa em estatais pode ser feita sem uma motivação es-

pecífica. No entanto, uma decisão do STF a favor de um empregado dos Correios abriu brecha para questionamentos.

— O TST nunca exigiu um ato distinto da empresa pública para mandar em bora. Isso começou a ter repercussão diferente com uma ação dos Correios, em que um empregado entendeu que a companhia tinha uma regra específica, por ter o monopólio estatal de sua atividade. O STF deu ganho de causa, e outros empregados de empresas públicas começaram a entrar na Justiça usando esse acórdão como precedente — diz Juliana.

O advogado Maurício Zockun, sócio do Zockun & Fleury Advogados, e professor de Direito Administrativo da PUC-SP, considera que a orientação do TST está superada por decisões do STF que apontam a necessidade de que a empresa pública tenha motivo específico para demitir.

#### COMO NO SETOR PRIVADO

Além disso, ele afirma que a lei 9.662, do ano 2000, estabelece as situações em que empregados públicos podem ser demitidos, como falta grave e insuficiência de desempenho — regras semelhantes às aplicadas aos servidores contratados diretamente pela administração pública.

— Essa emenda (proposta de reforma administrativa) vai causar a revogação desta lei e projetar esses efeitos para todas as esferas, federal, estadual e municipal. De tal maneira que você vai aproximando o empregado público do empregado do setor privado, e o administrador público das estatais possa fazer com o que é feito no setor privado. Ou seja,

demitir a qualquer momento.

Em nota, o Ministério da Economia disse que a medida busca definir uma diretriz que deve ser seguida por todos os entes da federação: "O objetivo é que eles (empregados de empresas públicas) tenham, nesse caso, o mesmo tratamento de empregados de empresas privadas".

A medida deve ser questionada por partidos de oposição. Procurada, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada a sindicatos que representam funcionários de estatais, criticou a proposta, principalmente pelas restrições aos termos das negociações. "Limitar o alcance da negociação coletiva é um enorme retrocesso em qualquer circunstância. A negociação é um direito que não pode ser cerceado", disse, em nota, Sérgio Nobre, presidente da CUT.

O advogado trabalhista Jorge Gonzaga Matsumoto, sócio do Bichara Advogados, vê espaço para que a medida seja questionada na Justiça, por que acordos têm força de lei: — A força do acordo e da convenção vem também da Constituição, está no artigo 8º. Então, vai ter que emendar (esse trecho) ou fazer alguma coisa nesse sentido.

Veículo: Estadão	
Data: .05 a 08.09.2020	Caderno: Economia



# A boiada das reformas

O Congresso tem agora o seu próprio Big Bang para administrar até o final do ano

**Adriana Fernandes\***, O Estado de S.Paulo

05 de setembro de 2020 | 04h00

Em 2017, o **Congresso** fervia com o debate nacional em torno da **reforma da Previdência**. A PEC 287 tinha sido enviada pelo presidente **Michel Temer** no dia 5 de dezembro de 2016 no embalo da aprovação rápida da emenda do **teto de gastos**.

Enquanto todos os holofotes estavam voltados para as mudanças nas regras previdenciárias, apontada na época como a solução para a crise fiscal do **País**, a **reforma trabalhista** foi sendo construída e aprovada sem muitos obstáculos e debates nas duas Casas e na sociedade civil.

O relator da reforma, o ex-deputado tucano pelo **Rio Grande do Norte** e hoje ministro do **Desenvolvimento Regional**, **Rogério Marinho**, propôs mudanças em 100 pontos da septuagenária **CLT**.

De repente, quando se viu, a reforma já estava pronta e rapidamente a votação do projeto foi concluída em julho de 2017 pelo Senado. Já a PEC da reforma da Previdência só saiu do Congresso aprovada após três anos da primeira tentativa do governo Temer.

Mais tarde, a estratégia de negociação da reforma trabalhista – à sombra da “gritaria” que acontecia na discussão da Previdência – foi saudada pela base governista como extremamente hábil e bem-sucedida para iniciar o que as lideranças chamaram de novo ciclo de reformas estruturantes. Marinho perdeu a eleição em 2018, mas ganhou a parada ao ser alçado ao cargo de secretário do ministro **Paulo Guedes** e articulador principal do governo **Bolsonaro** para a reforma da Previdência. Hoje, é um dos ministros mais influentes do governo.

No meio desse caminho, até hoje, diversas pautas-bomba e inúmeros “jabutis” foram sendo aprovados, armados e desarmados a um custo elevado para as próprias contas públicas.

Em nome de reformas para garantir a sustentabilidade das contas públicas, uma penca de medidas com aumento de gastos foi aprovada. Maior contradição impossível.

O caso mais recente foi a votação do congelamento dos salários dos servidores públicos até dezembro 2021 e das restrições ao aumento de gastos com pessoal. Foi uma batalha longa até a manutenção do veto presidencial pela **Câmara**.

Na semana seguinte, a fatura já estava sendo cobrada: a Câmara aprovou a proposta que cria o Tribunal Regional Federal da 6.<sup>a</sup> Região, com sede em **Minas Gerais**. Sem falar nas categorias que correram para garantir reajustes antes do congelamento com as bênçãos do

presidente Bolsonaro. Agora, se fala em parecer do próprio governo que flexibiliza as restrições impostas pela lei recém-aprovada.

A lembrança de 2017 se justifica agora porque várias propostas importantes e polêmicas estão tramitando ao mesmo tempo. A mais ruidosa delas, e que gera debates intensos nas redes sociais, a **reforma administrativa** que mexe com o funcionalismo público, chegou esta semana desidratada e com blindagem para a elite do funcionalismo e os altos salários.

A reforma administrativa entrou no Congresso como resposta à pressão externa, que incluiu uma mobilização bem articulada de uma frente de parlamentares e de setores da sociedade civil, mas também pela interdição branca que o setor produtivo tem feito na **reforma tributária**. Todo mundo diz que quer aprovar a tributária para acelerar o crescimento, porém, lá no fundo não é bem assim. Isso vale também para o governo que retirou o pedido de urgência para a votação da primeira fase da sua proposta de reforma enviada no mês passado.

Os maiores riscos desse cenário de múltiplas reformas e escolhas são: aprovar propostas como remendos sem eficácia alguma e abrir a porteira para a passagem de jabutis que minam ainda mais as contas do governo e também as instituições públicas, com o aparelhamento da máquina pública.

Depois da pressão para o envio das reformas, o Congresso tem agora o seu próprio Big Bang para administrar até o fim do ano. A reforma administrativa é só mais um item polêmico a compor a extensa agenda de propostas que estão no **Senado** e na Câmara sem uma definição de qual delas é de fato a prioridade número um de votação nos quatro meses que faltam para terminar 2020.

Para quem não acompanhou de perto o frenesi do noticiário econômico das últimas semanas, **Big Bang** foi o apelido dado pelo ministro da **Economia**, Paulo Guedes, ao anúncio de um pacote de medidas para a retomada da economia na fase pós-pandemia.

Reforma tributária? Reforma do “RH”? PEC do pacto federativo para corte de gastos? Renda Básica? Novos gatilhos para investimentos? Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento de 2021? Plano Mansueto para salvar os Estados com as finanças em frangalhos em 2021?

Tudo isso junto e misturado com a disputa pelas presidências do Senado e Câmara, a briga pelo protagonismo e as sessões ainda afetadas pela pandemia. Prato feito para a aprovação de jabutis e propostas malfeitas para “inglês ver”. Mas como inglês não é bobo nem nada, uma hora a ficha cai.

Veículo: Estadão	
Data: .05 a 08.09.2020	Caderno: Economia



# Modernização do Estado: desafio de todos

Ao contrário da União, os Estados não dispõem de mecanismos para se autofinanciar

**Mauro Ricardo, O Estado de S.Paulo**

08 de setembro de 2020 | 05h00

A pandemia trouxe à tona um grave problema que se arrasta há décadas no poder público brasileiro: a necessidade de uma profunda modernização administrativa, com medidas fiscais perenes. A maior crise sanitária dos últimos cem anos provoca uma tragédia humanitária que já matou mais de 120 mil pessoas em nosso país. Mas o coronavírus também será responsável por um golpe fatal nas finanças públicas, se ficarmos de braços cruzados.

Na esfera federal, possíveis propostas de reformas **administrativa** e **tributária** parecem ficar para as calendas, o que nos leva, dada a urgência, a conduzir uma modernização estadual agora. Ao contrário da União, os Estados não

dispõem de mecanismos como emissão de títulos e moeda ou uso de reservas cambiais para se autofinanciar. Aos governadores, resta apenas gerir orçamentos segundo arrecadação de receitas próprias e repasses constitucionais obrigatórios.

Aumentar impostos não é uma opção para São Paulo. O governador **João Doria** foi eleito em 2018 sob o compromisso de uma robusta agenda econômica liberal e desburocratizante, tornando o Estado mais eficiente e ágil em áreas prioritárias, principalmente para a população mais carente e que depende dos serviços públicos essenciais. Trair essa obrigação está fora de cogitação.

Sem a alternativa de sobrecarregar o contribuinte com mais tributos, resta ao governo de São Paulo o uso eficiente do dinheiro público.

Fazer mais e melhor, gastando menos. É imperativo adequar gastos à realidade. A pandemia provocou redução significativa da atividade econômica global, com impacto negativo sobre receitas estaduais. Para 2021, o déficit previsto será de R\$ 10,4 bilhões, reduzindo a capacidade de pagamento de fornecedores e pessoal.

O governo Doria propõe desatar este nó com medidas em três eixos: enxugamento profundo da máquina estadual no que é obsoleto e anacrônico; realocação de recursos onde há verba excedente e transferi-la para áreas com caixa escasso, especialmente pagamento de aposentadorias e pensões; e um sistema gradual de modernização tributária e redução de benefícios fiscais relacionados ao ICMS e IPVA.

Enviamos à Assembleia Legislativa uma proposta de extinção de dez entidades, entre empresas, fundações e autarquias cujas atividades podem ser exercidas pela iniciativa privada ou absorvidas por outros órgãos estaduais. Servidores essenciais serão mantidos, sem prejuízo

dos serviços à população. Também oferecemos um programa de demissão incentivada para mais de 6 mil servidores celetistas estáveis, muitos já aposentados ou que já completaram os pré-requisitos para aposentadorias. Propomos a venda de ativos imobiliários e a concessão de serviços não essenciais para reduzir despesas e reforçar o Tesouro.

Ao contrário do que apontam críticos do projeto de lei, a ciência conta com todo o apoio do governo de São Paulo. O texto propõe usar apenas os recursos superavitários das universidades estaduais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para sanar um problema imediato, que é o pagamento de servidores, inclusive professores e pesquisadores dessas instituições. Gastos futuros com pesquisa e ensino superior são garantidos por destinação obrigatória da arrecadação estadual todos os anos.

O governador está permanentemente aberto ao diálogo e acredita que o Legislativo ajudará a construir a melhor solução possível para a encruzilhada orçamentária provocada pela pandemia. Uma gestão verdadeiramente liberal busca eficiência máxima no uso do dinheiro que é de todos. Não faltam coragem e determinação a esta administração para fazer o que deve ser feito. A reforma e modernização administrativa é fundamental para garantir saúde, educação, proteção social e segurança pública à população de São Paulo.

**\* SECRETÁRIO DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Veículo: Estadão	
Data: .05 a 08.09.2020	Caderno: Economia



04.09.2020 | 18h48

## Relator comemora retirada de urgência de reforma tributária

*Equipe BR Político*

O relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) comemorou ao **Estadão** a retirada do pedido de urgência do governo para tramitação do PL com a proposta do Ministério da Economia. Segundo o parlamentar, a decisão colabora com o combinado de que todos os projetos caminhem juntos e que seja apresentada uma reforma mais ampla do que apenas a unificação de tributos federais. “Estamos discutindo todos os projetos. Foi esse o combinado. O governo está reforçando a posição da comissão mista de discutir as três propostas juntas”, disse o relator.

Veículo: Estadão	
Data: .05 a 08.09.2020	Caderno: Economia



# Proposta da reforma administrativa divide opiniões de especialistas

Projeto apresentado pelo governo terá pouco impacto nas contas públicas e, por isso, não deveria ter prioridade; eles questionam também o fato da reforma se aplicar apenas aos novos servidores

Vinicius Neder, O Estado de S.Paulo

05 de setembro de 2020 | 05h00

RIO - Embora até possa trazer conceitos corretos e boas intenções, a proposta de **reforma administrativa** apresentada pelo **Ministério da Economia** tem pouco impacto nas contas públicas e, dada a elevada dificuldade para aprová-la, não deveria estar na frente na fila de prioridades da agenda do governo, disseram dois especialistas ouvidos pelo **Estadão**. Já o ex-governador do **Espírito Santo Paulo Hartung**, que também se dedica ao tema, considera a reforma uma prioridade máxima, mas concorda que não adianta fazer mudanças

apenas para novos servidores e sem incluir todos os Poderes, como foi feita a proposta do governo.

Para o consultor especializado em contas públicas **Raul Velloso**, do ponto de vista político, a reforma administrativa ficou “sem pai nem mãe”, já que não é bancada nem pelo presidente **Jair Bolsonaro** nem pelo presidente da **Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**. Nesse quadro, seria melhor atacar outros problemas. “Como a energia política é escassa, em vez da reforma administrativa, por que não concentrar esforços em mudanças legais para facilitar a resolução dos passivos previdenciários dos Estados?”

Segundo o consultor, os dados fiscais mostram que os gastos com servidores da ativa não são o grande problema das contas públicas. Desde 2011, pelo menos, as despesas totais com pessoal têm sido pressionadas pelo aumento acelerado dos gastos com os aposentados, enquanto o pagamento aos funcionários ativos está mais ou menos controlado. E a **reforma da Previdência** não resolveu o rombo provocado pelos gastos já elevados com servidores aposentados, disse Velloso.

### **'Fundos de pensão'**

Desde a crise fiscal dos Estados com a recessão de 2014 a 2016, Velloso vem defendendo, como saída para o desequilíbrio nas contas dos governos, a criação de fundos de pensão autônomos para os servidores estaduais, como há nas principais estatais. Alguns Estados já criaram fundos do tipo, mas apenas para funcionários novos. Na proposta de Velloso, novos fundos cuidariam das pensões de todos inativos e poderiam ser capitalizados com imóveis ou ações de empresas estatais. A capitalização, que poderia também receber recursos da **União**, traria

dinheiro para pagar as pensões ao longo do tempo, desobrigando os Tesouros estaduais a cobrir o rombo.

Para **Juliana Damasceno, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio**

**Vargas** (Ibre/FGV), os “conceitos” apresentados pelo governo são bons e poderiam corrigir “distorções” na gestão de pessoal do setor público, mas tudo dependerá da forma como as mudanças serão regulamentadas. A Constituição de 1988 prevê a demissão de servidores por mau desempenho, lembrou a pesquisadora, mas até hoje o tema não foi regulamentado por lei alguma.

O ex-governador Hartung concorda que os projetos de lei que farão a regulamentação das mudanças são essenciais. Por isso, devem ser acompanhados com lupa. Hartung ainda tem esperança que o impacto da reforma administrativa possa ser ampliado na tramitação no Congresso, especialmente porque nunca viu “a sociedade tão aberta para um viés reformista” quanto atualmente. “Se a reforma quer mexer o ponteiro da qualidade de prestação de serviço público, tem de cuidar da estrutura pública que está presente nos municípios, nos Estados, na União e em todos os Poderes.”

Diante do baixo impacto fiscal de uma proposta que afeta apenas futuros servidores, Juliana, do Ibre/FGV, concorda com Velloso que seria melhor atacar outros problemas, como seguir a reforma tributária, com foco em “destravar” o dia a dia das empresas. “O governo falou que estava fazendo agora para fazer economia fiscal. só que a proposta não tem efeito no curto e médio prazos”.

<b>Veículo: Estadão</b>	
<b>Data: .05 a 08.09.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



# Momento inoportuno para acabar com benefícios fiscais imprescindíveis

Lucas Miglioli\*

08 de setembro de 2020 | 06h30

O governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 65.156/2020, fixou o prazo final para 31 de outubro e 31 de dezembro de 2020, de diversos benefícios fiscais previstos no Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (RICMS), aprovado pelo Decreto 45.490/2000, que concede isenção (Anexo I do RICMS/00), redução da carga tributária (Anexo II do RICMS/00) e crédito outorgado (Anexo III do RICMS/00).

A rigor, os benefícios fiscais são concedidos a diversos setores como forma de estimular o crescimento da economia e atrair investimentos ao Estado, que, anualmente, deixa de arrecadar R\$ 40 bilhões de ICMS. A arrecadação de ICMS prevista para 2021 é em torno de R\$ 141

bilhões, representando 66% da arrecadação do Estado, sendo sua principal fonte de receita.

É justamente o impacto do ICMS no orçamento que o coloca na mira do governo paulista, que, pressionado a aumentar a arrecadação para enfrentar a crise decorrente da pandemia do novo coronavírus, pretende cortar 20% dos benefícios fiscais concedidos, elevando sua arrecadação em R\$ 8 bilhões.

Essa medida integra a primeira fase do projeto de modernização tributária e de retomada econômica do Estado de São Paulo, que toma forma por meio do Projeto de Lei nº 529/2020, recentemente encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, cujo pacote de medidas prevê cerca de R\$ 8,8 bilhões em ganho financeiro, além de benefícios oriundos da diminuição da máquina administrativa com a extinção de dez fundações e autarquias, como EMTU (transporte de passageiros intermunicipais), CDHU (habitação), DAESP (aeroportos regionais) e SUCEN (combate de endemias), ensejando a demissão de 5,6 mil profissionais celetistas contratados até 1983.

Não podemos negar a necessidade de o Estado equilibrar suas contas, abaladas pelos efeitos negativos da pandemia da COVID-19 nas despesas (investimento em ações governamentais para enfrentar a pandemia, nas áreas de assistência social e saúde, como a aquisição de equipamentos hospitalares, medicamentos e contratação de profissionais de saúde) e receitas públicas (diminuição das receitas tributárias). Ao que tudo indica, o déficit orçamentário para o exercício de 2021 será algo em torno de R\$ 10,4 bilhões.

Contudo, esse não é momento mais oportuno para acabar com os benefícios fiscais imprescindíveis à sobrevivência e muitas empresas já muito combatidas pela crise pela qual estamos passando.

Uma coisa é certa, se a arrecadação do ICMS foi pequena por conta do recesso econômico, poderá ainda muito menor, no longo prazo, com a extinção dos benefícios fiscais, simplesmente porque empresa fechada não recolhe nenhum imposto.

**\*Lucas Miglioli, sócio do Miglioli e Bianchi Advogados**

Veículo: Estadão	
Data: .05 a 08.09.2020	Caderno: Economia



# Relator de reforma tributária diz que retirada de urgência dá mais tempo para proposta ampla

O projeto da reforma tributária entregue por Guedes é a primeira etapa das mudanças a serem indicadas pelo governo para o sistema tributário brasileiro, considerado complexo demais por investidores internacionais

**Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

04 de setembro de 2020 | 18h08

BRASÍLIA - A **retirada da urgência** do projeto de **reforma tributária** do governo alimentou a percepção de que ela poderá ficar em segundo plano depois do envio da **reforma administrativa**. Mas, para o relator da reforma tributária, deputado **Aguinaldo Ribeiro** (PP-PB), a retirada da urgência vai reforçar a tramitação de

uma proposta ampla, que incluía também a fusão dos tributos estaduais e municipais.

Ao **Estadão**, Aguinaldo disse que a votação da urgência do projeto do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, que propõe um novo tributo no lugar do PIS/Cofins “não tinha nem sido acertada”. “Estamos discutindo todos os projetos. Foi esse o combinado. O governo está reforçando a posição da comissão mista de discutir a três propostas juntas”, disse o relator.

O projeto da reforma tributária entregue por Guedes é a primeira etapa das mudanças a serem indicadas pelo governo para o sistema tributário brasileiro, considerado complexo demais por investidores internacionais. Nessa etapa, a intenção é unificar os dois tributos federais sobre o consumo, PIS e Cofins, criando um Imposto de Valor Agregado (IVA) federal.

Temas mais complexos, como mudanças no **Imposto de Renda** e redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários devem ficar para outras fases, ainda sem data para ser enviada ao **Congresso**.

Mudanças nas regras tributárias já são tema de propostas em análise no Senado e na Câmara, em textos assinados por parlamentares.

Deputados e senadores cobram maior participação do Executivo na discussão do assunto.

Para Ribeiro, não tem como a proposta administrativa passar na frente da tributária, que está com tramitação mais avançada e terminando a fase de audiências públicas. A apresentação do relatório está mantida para setembro, informou o relator. Ele lembrou que a prioridade do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), repassada em live e

encontros essa semana no Nordeste, é com a votação da reforma tributária.

“As duas (tributária e administrativa) não concorrem. A reforma tributária está bem mais avançada já vencemos várias etapas”, afirmou. “O presidente foi claro quando diz que estamos avançados. Não teve reversão de prioridade”, ressaltou. Desde o ano passado, o Congresso discute duas propostas de reforma tributária. Já o governo enviou a sua proposta há um mês e com alcance limitado, sem abarcar os tributos dos Estados e municípios.

O Palácio do Planalto decidiu pelo cancelamento do pedido de urgência para a tramitação do projeto de lei que unifica o PIS/Cofins com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para não travar a pauta de votação. Se o pedido de urgência não fosse apreciado até o dia 6, a pauta ficaria trancada. Ou seja, os deputados não poderiam mais votar outros projetos de lei até que essa parte da reforma tributária fosse deliberada.

O projeto de lei com essa primeira etapa da reforma tributária foi enviado ao Congresso no dia 21 de julho. No mesmo dia, o governo solicitou que fosse atribuído ao projeto o regime de urgência.

Segundo apurou o **Estadão**, a retirada da urgência afasta, na prática, a desconfiança de que o governo trabalharia para pressionar o Congresso a aprovar a proposta apenas do CBS. O debate em torno de pontos polêmicos da reforma administrativa ganha mais tempo. Nas últimas semanas, representantes do setor produtivo, porém, manifestaram preferência pela votação primeiro da reforma administrativa com temor de aumento da carga tributária.

A discussão das outras fases da reforma, como as mudanças no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e no Imposto de Renda, foram postergadas. O governo tem dúvidas se esse é o momento certo para trazer a tributação da renda, diante do avanço da discussão da reforma administrativa.

“A conclusão é que o governo federal não tem realmente interesse em fazer uma reforma tributária efetiva. Isso se confirma pela exótica ideia de apresentação do PL da CBS (a nova contribuição que vai unir PIS/Cofins), que nada mais é do que um aumento de tributo, ao invés de se procurar contribuir com as PECs já em discussão no Congresso desde o começo do ano passado”, criticou o tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados.

Veículo: Estadão	
Data: .05 a 08.09.2020	Caderno: Economia



# Governo avalia estender por 2 anos regime tributário especial para portos

Amanda Puppo

08 de setembro de 2020 | 05h14

O governo federal avalia enviar ao Congresso um projeto de lei para prorrogar por dois anos o Reporto, segundo apurou a Coluna do Broadcast. Criado para incentivar a modernização e ampliação dos portos brasileiros, o Reporto é um regime tributário especial pelo qual empresas do setor conseguem suspender a cobrança de impostos para fazer investimentos, como, por exemplo, na compra de maquinário.

**Tic tac.** Em vigor desde 2004, o Reporto está previsto para acabar em dezembro deste ano. Por isso, o setor portuário vem se mobilizando fortemente nos últimos meses para conseguir prorrogar o regime. Inicialmente, as discussões bateram na trave da reforma tributária. A

equipe econômica alertava que queria resolver todas as questões envolvendo regimes especiais dentro de uma discussão ampla sobre o sistema tributário. As empresas, no entanto, não se deram não por vencidas.

**Meio do caminho.** O prorrogação por cinco anos do regime chegou a entrar no parecer da Medida Provisória 945, do setor portuário, na Câmara. Mas acabou de fora por resistência da área econômica. A solução de estender o Reporto por dois anos é vista com mais simpatia. Ajudaria o setor a se organizar, sem provocar uma bagunça nos contratos, mas também não daria uma sinalização muito negativa quanto a reforma tributária.

**Ofensiva.** Além de reuniões com o governo, o setor também se mobiliza para conseguir apoio junto ao Congresso. Na semana passada, várias entidades, incluindo a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), conversaram com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sobre o assunto. Segundo o presidente da ABTP, Jesualdo Conceição da Silva, o senador sinalizou apoio a causa do setor. Uma reunião com Rodrigo Maia (DEM-RJ) está programada para essa semana.

**Crucial.** Silva defende que a renovação é “crucial” para os investimentos na área, além de ser importante para não desequilibrar os contratos atuais. Segundo ele, no setor portuário, dos R\$ 30 bilhões de investimentos previstos para os próximos cinco anos, 9% do valor é impactado com o incentivo tributário. “Estamos falando aí de uma quantia que não é tão grande para o governo, mas para o setor é essencial”.

**Diferença.** Ainda de acordo com o presidente da ABTP, dos R\$ 320 bilhões previstos de gasto tributário da União em 2020, R\$ 260

milhões são do Reporto. “É 0,08% do gasto tributário total. O Reporto não é aquilo que realmente faz a diferença para a União”, disse.

**Economia.** Procurado sobre o projeto de lei em avaliação, o Ministério da Economia afirmou que não irá comentar.

## Reconhecido crédito sobre os insumos de usinas

Dependendo do tamanho da empresa, medida pode representar ganhos de dezenas de milhões de reais

Por **Camila Souza Ramos** — De São Paulo

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Algumas usinas sucroalcooleiras estão conseguindo ter reconhecido o direito de usar créditos tributários sobre insumos agrícolas, e não apenas sobre os insumos industriais. Esse tipo de custo, considerado no Direito como de “insumos de insumos”, são para as usinas os mais pesados. Dependendo do tamanho da empresa, o reconhecimento pode representar ganhos de dezenas de milhões de reais.

A Tereos Açúcar e Energia Brasil obteve há duas semanas uma decisão favorável em primeira instância que anulou infrações que haviam sido aplicadas pela Fazenda paulista por esta não ter estornado créditos de ICMS referente ao uso de diesel em máquinas agrícolas em 2012 e 2013.

A Fazenda entendia que a empresa deveria ter estornado créditos de quase R\$ 2,6 milhões referente ao abastecimento do combustível em máquinas de terceiros. Essas máquinas, porém, estavam a serviço da operação agrícola da Tereos.

“A premissa é de que o combustível é usado integralmente na atividade da usina e, por isso, a empresa tem direito ao crédito integral”, afirmou Isabella Pacífico, advogada que representou a Tereos no Tauil & Chequer Advogados.

Os insumos agrícolas já passaram a ser considerados pela Receita Federal como essenciais para a atividade sucroalcooleira no caso de créditos de PIS e Cofins, após uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Em 2018, a corte mudou entendimento e passou a definir que, para creditamento de PIS/Cofins, o conceito de insumo deveria ser avaliado por sua essencialidade ou relevância à atividade.

Refletindo essa mudança, a Receita Federal publicou, em outubro de 2019, instrução normativa autorizando o uso de créditos de PIS/Cofins sobre os gastos em toda a cadeia, inclusive na fase agrícola.

Segundo Celso Grisi, sócio do Tauil & Chequer Advogados, podem ser considerados como “insumos de insumos” combustível, lubrificantes, máquinas, peças de reposição, agrotóxicos e outros bens para tratamentos culturais. A contabilização de créditos sobre esses insumos já era uma prática entre as usinas antes de 2019 - mas quando eram auditadas pelo fisco, recebiam autuação. Agora, as empresas podem inclusive rever autuações recebidas nos cinco anos anteriores à instrução normativa da Receita.

E o impacto do reconhecimento desses créditos não é pequeno. “Temos atualmente, para uma usina que fatura R\$ 1 bilhão por ano, cerca de R\$ 12 milhões em contingência passiva decorrente desta tese”, afirma Grisi, que não pode revelar a identidade do cliente. Em outro caso, de uma usina que fatura R\$ 1 bilhão que pleiteia a acreditação de ICMS sobre insumos agrícolas, a contingência é de R\$ 62 milhões.

## Atividade foi pior no 2º trimestre nos Estados com mortalidade mais alta

Queda foi mais intensa nos locais em que o peso do setor de serviços é maior

Por Ana Conceição — De São Paulo

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

---



Marcel Balassiano: “Estados com pior condução da crise de saúde foram também os com maiores perdas econômicas”  
— Foto: Divulgação

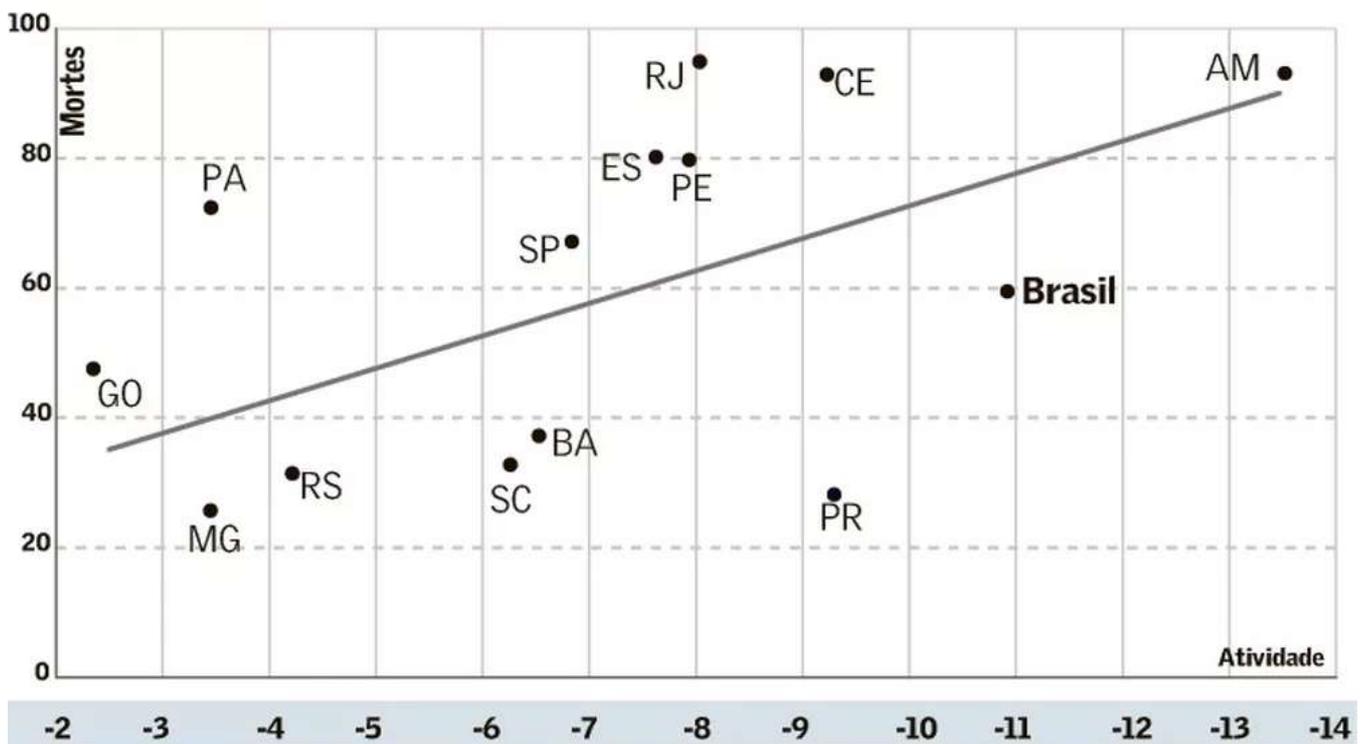
Estados brasileiros que registram as maiores taxas de mortalidade por covid-19 estão entre os que tiveram o pior desempenho de atividade econômica no segundo trimestre deste ano, na comparação com o primeiro, de acordo com levantamento

feito pelo pesquisador Marcel Balassiano, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV).

“Os Estados que tiveram pior condução da crise de saúde foram também aqueles com as maiores perdas econômicas”, afirma o economista.

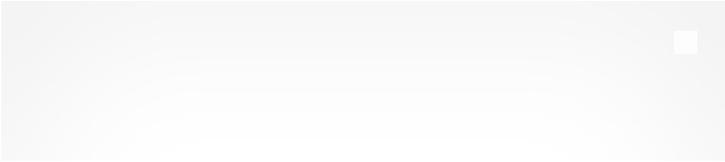
## Atividade x covid

Mortalidade e taxa real de crescimento nos Estados\*



Fonte: Banco Central e Ministério da Saúde. \* mortalidade por 100 mil habitantes e IBCR no 2tri dessazonalizado

Em alguns desses Estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e São Paulo, o peso dos serviços - setor mais afetado pela pandemia - é maior, o que também poderia explicar, em parte, o resultado negativo.



O levantamento levou em conta apenas os 13 Estados para os quais o Banco Central divulga o indicador de atividade econômica e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa a produção industrial. Para a taxa de mortalidade por 100 mil habitantes foram usados dados do Ministério da Saúde até a sexta-feira, dia 4 de setembro.

De maneira geral, aqueles com a maior taxa de mortalidade por 100 mil habitantes também apresentaram as maiores quedas da atividade econômica. Essa correlação aparece no caso do Rio de Janeiro, que lidera na taxa de mortalidade (95) e registrou a quarta maior queda de atividade no segundo trimestre (-8%) sobre o segundo, feito o ajuste sazonal.

O Amazonas, que liderou a queda na atividade (-13,5%), ficou em terceiro lugar na taxa de mortalidade (92,4). Ceará, terceira maior queda de atividade (-9,2%), teve a segunda maior taxa de mortalidade (93).

Por outro lado, Estados com menores taxas de mortalidade, também apresentaram as menores perdas econômicas, como Minas Gerais, com queda de 3,4% na atividade, e Rio Grande do Sul, com recuo de 4,2%.

Minas foi aquele com a menor taxa de mortalidade (26,4), e o Rio Grande do Sul (31,6), o antepenúltimo, dentre os 13 Estados.

“Um ponto importante a ser destacado é a heterogeneidade econômica das regiões, pois a composição setorial dos Estados interfere bastante em como eles são afetados pela crise”, observa Balassiano. “Estados em que o setor de serviços, o mais afetado na crise atual, tem um peso maior podem ter apresentado perdas maiores.”

É o caso do Rio de Janeiro, onde o setor de serviços tem peso de 80% na economia, contra uma média de 73,5% no Brasil.

Essa correlação também aparece em Pernambuco, onde o setor tem participação de 75,3%, segundo o IBGE, e o Ceará, com 77%, entre outros Estados.

Onde a agropecuária é mais forte, o impacto pode ter sido menor. O setor foi o único a apresentar crescimento no segundo trimestre e deve ser o único a ficar no azul no ano.

A indústria também foi bastante afetada, mas menos que os serviços, em que diversos segmentos fecharam completamente durante semanas, como lojas, restaurantes, bares, e ainda enfrentam restrições na maior parte do país.

Segundo Balassiano, o Pará ilustra a situação. Apesar de ter tido uma alta taxa de mortalidade 72,2 por 100 mil habitantes, a sexta maior da amostra, apresentou uma perda econômica relativamente baixa (-4,2%, a quarta menor queda).

No Estado, a agropecuária tem um peso de 11,8% no valor adicionado da economia, mais que o dobro da média do país, de 5,3%.

Outro exemplo é Goiás, com a menor perda econômica dos 13 Estados analisados (-2,3%) e uma classificação intermediária na taxa de mortalidade (47,7, oitavo lugar). Além de ter um peso relevante na agropecuária (11,3%), foi o único com um crescimento na indústria (2,5%) no segundo trimestre.

“É importante ressaltar que estas relações são um recorte de um determinado momento. A evolução da crise na saúde pode modificá-las”, pondera Balassiano.

Segundo dados do IBGE, a indústria brasileira recuou 17,5% no segundo trimestre, ante o primeiro. Nos Estados, o pior desempenho é do Amazonas (-35,1%). Os serviços, o principal setor da economia brasileira, recuaram 15,4%.

Em termos regionais, as quedas foram de 25% em Pernambuco a 7% no Espírito Santo. Já o comércio brasileiro apresentou uma queda de 12,5%, com o Ceará apresentando o maior recuo (-17,7%), e Santa Catarina foi o único Estado com desempenho positivo (7,6%).

---

# Demanda baixa faz 'sobrar' verba para habitação no Norte e NE

Dos recursos colocados no setor entre 2015 e 2019, 40% não foram utilizados por falta de procura

Por Edna Simão — De Brasília

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Aquém do esperado

Governo tenta com Casa Verde Amarela aumentar execução de recursos no Norte e Nordeste, em R\$ bi



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Do total de R\$ 113,27 bilhões disponibilizados pelo governo federal para programas habitacionais nas regiões Norte e Nordeste entre 2015 e 2019, 40% não foram utilizados devido à baixa demanda. Com isso, esses recursos foram remanejados para as outras regiões do país.

A execução aquém do desejado é mais preocupante no Norte, onde 78% dos recursos não foram utilizados. No Nordeste, esse percentual é de 23%. Os dados constam de levantamento do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), repassado ao **Valor**.

Com essas informações, a ideia é mostrar que o foco do programa Casa Verde e Amarela no Norte e Nordeste tem como objetivo melhorar a execução do programa nessas regiões, ou seja, não seria apenas uma medida eleitoreira, como vem sendo comentado.

#### PUBLICIDADE

O Casa Verde e Amarela foi lançado no mês passado pelo presidente Jair Bolsonaro para substituir o Minha Casa Minha Vida, uma das principais bandeiras do governo petista.

Sem a utilização integral dos recursos do Norte e Nordeste, a sobra foi destinada para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Do total programado de R\$ 175,9 bilhões para as três regiões de 2015 a 2019, foram utilizados R\$ 257,9 bilhões, 47% mais que o projetado inicialmente.

Para ampliar o número de famílias beneficiadas no Norte e Nordeste, o programa Casa Verde e Amarela prevê juros mais baixos para as duas regiões. Esses beneficiários podem contratar financiamento imobiliário com taxa de juros a partir de 4,25%, por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para famílias com rendimento mensal de até R\$ 2,6 mil.

Nas demais regiões, os juros para os novos contratos podem chegar a 4,5%, para famílias com renda de até R\$ 2 mil ao mês.

Segundo dados do MDR, de 2015 a 2019, foram disponibilizados R\$ 36,8 bilhões pelo governo federal para financiamento habitacional popular na região Norte, mas

apenas R\$ 8 bilhões foram utilizados. Já no Nordeste, dos R\$ 76,4 bilhões previstos, R\$ 60,3 bilhões foram contratados.

Outra estratégia para corrigir essa distorção no Norte e Nordeste é a ampliação do valor dos imóveis financiados. A proposta do MDR, que precisará ser discutida e votada pelo Conselho Curador do FGTS, é que, para municípios dessas regiões com população inferior a 50 mil habitantes, o limite salte de R\$ 74 mil para R\$ 85 mil, um ajuste de cerca de 15% em comparação aos anos anteriores.

Também ainda será definido pelo Conselho Curador do FGTS o montante a ser disponibilizado para cada região para financiamento habitacional popular. A expectativa do MDR é que sejam mantidos valores semelhantes aos dos anos anteriores.

Em 2020 estão disponíveis para o Norte cerca de R\$ 5,8 bilhões e, para o Nordeste, 14,6 bilhões.

Com o lançamento do Casa Verde e Amarela, o governo quer atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, com uma expansão de 350 mil unidades contratadas. O limite do valor dos imóveis financiados também foi ampliado, com o objetivo de fomentar o interesse do setor da construção civil em atuar nessas localidades.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania

DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

### LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

### LINK PATROCINADO

## Taxas de cartão de crédito entram no cálculo da Cofins

Contribuintes sofreram duas derrotas importantes no plenário virtual do STF

Por Joice Bacelo — De Brasília

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

---



Os contribuintes sofreram duas derrotas importantes no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma delas trata das taxas que são pagas pelas empresas às administradoras de cartões de crédito e débito. Os ministros decidiram que esses valores têm de ser incluídos no cálculo do PIS e da Cofins, o que aumenta a tributação.

Esse resultado se deu por um placar apertado: seis a quatro. Prevaleceu o entendimento de que essas taxas configuram receita e, por esse motivo, têm de ser tributadas.

Companhias que atuam no comércio de vendas on-line e que aceitam como principal forma de pagamento cartões de crédito e débito são diretamente afetadas por essa decisão (RE 1049811).

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A outra derrota atinge as empresas do Simples Nacional. Os ministros decidiram, de forma unânime, que essas companhias não têm direito à alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre produtos sujeitos ao regime monofásico (RE 1199021).

Nesta sistemática, a tributação de PIS e Cofins fica concentrada no primeiro elo da cadeia produtiva, que é o fabricante ou o importador. As etapas de distribuição e venda ao consumidor final, portanto, não têm tributação.

Os julgamentos desses dois temas foram encerrados à meia-noite de sexta-feira. Ambos têm repercussão geral, o que significa que as decisões terão de ser seguidas

por todas as instâncias da Justiça.

As notícias também não são boas para os contribuintes em relação aos julgamentos que se iniciaram no plenário virtual e ainda estão em andamento. Nesta plataforma, os ministros têm até uma semana para proferir seus votos. As discussões começam sempre de quinta para sexta-feira. O encerramento varia porque o prazo é contado em dias úteis.

A pauta da última sexta-feira, por exemplo, em razão do feriado de 7 de setembro, só será concluída à meia-noite da próxima segunda-feira.

Há dois temas tributários relevantes em discussão e, em ambos, os contribuintes estão perdendo. Em um deles, discute-se a constitucionalidade do aumento de 1% da alíquota da Cofins-Importação - de 7,6% para 8,6% - e a proibição do direito de crédito sobre esse percentual (RE 1178310).

No outro, os ministros decidem se a Receita Federal pode apreender mercadoria vinda do exterior até que o importador pague todos os tributos cobrados na operação. A discussão envolve os casos em que o Fisco entende ter havido subfaturamento e exige a diferença dos valores declarados pelo contribuinte (RE 1090591).

O ministro Marco Aurélio é o relator desses quatro casos tributários - os dois que se encerraram e os outros dois que estão em andamento. O plenário virtual funciona de forma diferente do presencial, em que os julgamentos ocorrem sempre às quartas e quintas-feiras e, atualmente, vêm sendo realizados por videoconferência.

A pauta presencial é definida pelo presidente da Corte. Já no virtual, o próprio relator ou o ministro que pediu vista do processo é quem decide pela liberação e início do julgamento.

Os dois processos que estão em andamento tinham, até a noite de ontem, os votos dos ministros Marco Aurélio, o relator, e Alexandre de Moraes.

Eles votaram da mesma forma, contra o contribuinte, no caso da apreensão de importados. A empresa sustenta que existe uma súmula do próprio STF, a de nº 323, que proíbe a retenção de bens como meio coercitivo para pagamento de tributos. Defende que o caminho correto para o Fisco cobrar valores considerado devidos, no caso de subfaturamento, é o processo de execução fiscal.

Para os ministros, porém, pagamento de tributo e multa “constitui elemento essencial ao desembaraço aduaneiro” e, por esse motivo, a súmula não pode ser aplicada ao caso. Eles acataram entendimento da Fazenda Nacional. A PGFN sustenta que os tributos incidentes sobre a importação têm caráter extrafiscal, cuja a finalidade é proteger a indústria brasileira.

No outro processo, em que se discute o aumento da Cofins-Importação, Marco Aurélio e Alexandre de Moraes divergiram. O relator deu um voto parcial - concordou com o aumento da alíquota, mas defendeu o contribuinte quanto ao uso de créditos. Já Moraes, votou contra o contribuinte nas duas situações.

A mudança na alíquota da Cofins-Importação ocorreu em 2011, por meio da Medida Provisória (MP) 540, convertida da Lei nº 12.546, do mesmo ano. Afetou produtos de alguns setores da economia - automotivo, têxtil e farmacêutico dentre eles.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Novo Luna Absoluta  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania  
DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

### LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta  
TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app grátis  
OLIST

# Reforma impede volta de monopólios, afirma secretário

Responsável pela desburocratização, Caio Andrade diz que intenção é evitar retrocessos

Por Fabio Murakawa e Edna Simão — De Brasília

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





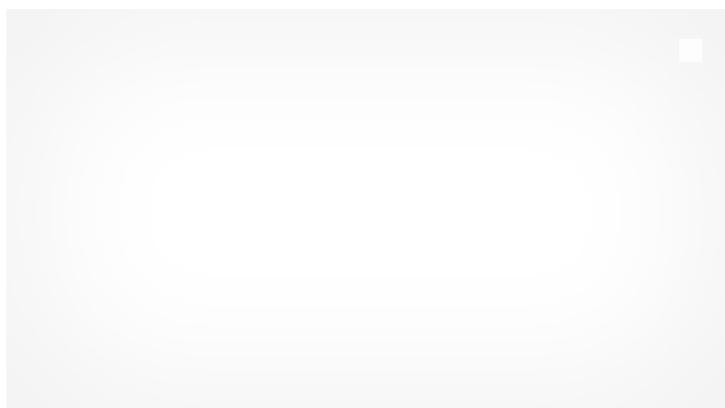
Andrade: item da proposta de reforma administrativa é mais um aprofundamento das medidas de melhoria da gestão — Foto: Denio Simões/Valor

A proposta de reforma administrativa, encaminhada ao Congresso Nacional na semana passada, traz um artigo que impede que o governo crie monopólios ou ressuscite antigos para beneficiar determinadas empresas públicas ou privadas.

Segundo o recém-empossado secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mário Paes de Andrade, a PEC serviria, nesse sentido, como uma trava para que monopólios já quebrados, como o da Infraero, voltem a existir ao sabor do governante de turno. Para modificar isso, seria necessária uma nova mudança na Constituição.

“Esse dispositivo que está na PEC é mais um aprofundamento das medidas de melhoria para a gestão. Se não é uma atividade do Estado, o Estado não deveria poder ter nem estatal nem monopólio”, diz o secretário. “Segue uma diretriz do ministro Paulo Guedes.”

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Em sua primeira entrevista desde que assumiu o cargo, Andrade disse que o governo trabalha com a aprovação da matéria ainda neste ano pelo Congresso. E, se

esse cenário otimista se confirmar, as regras estabelecidas na reforma administrativa, que estabelece critérios mais eficazes de avaliação de desempenho do servidor público e facilita demissões, devem começar a ser implementadas a partir de 2022.

Ele disse não acreditar que os ruídos na relação entre o ministro Paulo Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), possam ser empecilho para a aprovação da PEC, uma vez essa é uma pauta também do Congresso.

Sobre o impacto da reforma para as contas públicas, afirmou que deve vir no médio e longo prazo. Isso porque depende da decisão do servidor atual se aposentar para que seja substituído por um novo contratado com base nos novos critérios de vínculo.

Por outro lado, conforme Andrade, o envio da PEC já impacta a expectativa dos agentes financeiros, no sentido de que este governo está comprometido com reformas estruturais que dão sustentabilidade às contas públicas no longo prazo, e isso ajuda a atrair investimentos essenciais para a retomada da economia.

Na sua avaliação, a inclusão do artigo 167, que impede a criação de monopólios, foi inserida na PEC da reforma porque o que está sendo colocado não é apenas uma discussão sobre o servidor público e o tamanho da folha de pagamento, como também a melhoria na gestão pública como um todo.

O secretário especial adjunto, Gleisson Rubin, acrescentou que essa é uma forma de impedir retrocessos de movimentos que já foram feitos. “Sempre que houver a possibilidade de uma determinada atividade ser executada de forma concorrencial, essa deve a escolha preferencial. Se coloca aqui uma medida de caráter preventivo”, frisou Rubin.

A PEC prevê o fim do Regime Jurídico Único (RJU) e a criação de cinco novas formas de contratação. Apenas o servidor público de carreira de Estado terá estabilidade e não poderá ter salário e jornada de trabalho reduzidas, como as outras categorias. Para Andrade, no entanto, a medida não é um privilégio para esses profissionais de carreira. “É uma questão de necessidade do Estado. O Estado tem certas atividades que não podem deixar de ser exercidas”, disse.

A avaliação é que, assim como na iniciativa privada, os benefícios e remuneração devem ser concedidos conforme a complexidade do cargo ocupado.

A definição das carreiras típicas de Estado será tratada em projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Segundo Rubin, a intenção é reduzir “absurdamente” para poucas dezenas a quantidade de carreiras no Estado, que atualmente supera a marca de 300.

Com a PEC, o governo quer melhorar os critérios de avaliação dos servidores públicos e criar a demissão por baixa produtividade, que atualmente não existe.

A demissão por baixa produtividade depende de regulamentação por meio de Projeto de Lei Complementar desde 1998. Para facilitar a aprovação, a PEC define que a medida pode ser estabelecida por lei ordinária, o que exige um quórum menor dos parlamentares.

Segundo o secretário, sem a aprovação da regulamentação da demissão por baixa produtividade, não adianta melhorar os sistemas de avaliação ou acabar com os “penduricalhos”, pois o governo continuará tendo dificuldades para demitir um mau servidor.

Mesmo com a possibilidade de demissão de funcionários concursados, o serviço público não vai se equiparar ao setor privado nesse ponto. As demissões por desempenho serão provavelmente decididas em colegiados, cujos critérios serão definidos por uma lei complementar a ser enviada pelo Congresso. A decisão de demissão não será monocrática, devendo ser sujeita a uma espécie de comitê.

O secretário disse ainda que o presidente Jair Bolsonaro não teve participação muito incisiva no processo final de discussão da reforma, mas deixou uma diretriz clara de que o texto não deveria afetar os atuais servidores.

Andrade assumiu a secretaria em agosto no lugar de Paulo Uebel, que se demitiu queixando-se justamente da demora do governo para apresentar uma reforma administrativa. Antes, ele era o presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O seu período à frente da empresa, afirma, foi voltado

principalmente à profissionalização da gestão da estatal, deixando-a pronta para a privatização.

Embora não seja responsável pelas privatizações, Andrade diz que esse é um dos objetivos da pasta. Segundo ele, há estudos sendo feitos para a venda de diversas empresas, mas a definição sobre o momento de elas acontecerem está a cargo do ministro e do secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord.

“A desestatização é um objetivo do Ministério da Economia. Nesse objetivo, o que está sendo feito é melhorar a gestão das estatais”, afirma. “No Serpro a gente estava melhorando a gestão das empresas. E melhorar a gestão é melhorar o valor da empresa. As privatizações são um objetivo, sim.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania

DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Lojas de Lauro De Freitas vendem grátis em marketplaces com este app

OLIST

### LINK PATROCINADO

Moradores de Lauro De Freitas se surpreendem com a frigideira que não gruda e não usa óleo!

ORIGINAL GOLD CHEF

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

## Capitais gastam 12,3% a mais com saúde

Puxadas por assistência hospitalar e ambulatorial, despesas crescem o dobro das receitas no primeiro semestre

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

---



Jeferson Passos, de Aracaju: redução imediata dos gastos não deve ocorrer, porque procedimentos estão represados — Foto: Marcelle Cristinne/Divulgação

As despesas com saúde no agregado das capitais brasileiras cresceram em média 12,3% no primeiro semestre de 2020 em relação a igual período do ano passado. No mesmo intervalo, as receitas correntes das capitais, incluindo não somente a arrecadação própria como também as transferências correntes, aumentaram 6%.

O gasto na saúde foi puxado pela subfunção “assistência hospitalar e ambulatorial”, que avançou 14,5%. Considerando o desempenho por bimestre, a principal alta se deu de maio a junho, quando a despesa com saúde cresceu 20,7%, com alta de 22,1% em assistência hospitalar. Os dados foram levantados pelo **Valor** com base nos relatórios fiscais entregues por 25 capitais à Secretaria do Tesouro Nacional. Foram consideradas as despesas liquidadas, sem contemplar as despesas intra-orçamentárias.



Vitor Puppi, de Curitiba: despesas do município com saúde devem crescer em torno de 10% neste ano — Foto: Rodrigo Fonseca/CMC

O gasto maior com saúde verificado nas capitais reflete a aplicação de recursos para atendimento e prevenção à pandemia, diz Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Para ele, a despesa condiz com uma demanda que não deve ser revertida rapidamente, porque a perspectiva para este ano é que a necessidade de controle da covid-19 seja amenizada, mas não superada. Ao mesmo tempo, há uma demanda reprimida de serviços públicos de saúde resultante de consultas, exames e cirurgias eletivas adiadas. Antes da pandemia, aponta, as prefeituras destinavam à saúde em média 22% da Receita Corrente Líquida (RCL). Segundo ele, isso deve chegar a 25% ou 26% neste ano. Pela Constituição Federal, os municípios devem destinar à área pelo menos 15% da RCL.

Segundo cálculos da CMN, as prefeituras como um todo podem terminar o ano com perdas de cerca de R\$ 70 bilhões em receitas, contabilizando a redução na arrecadação própria e nas transferências recebidas. O socorro da União aos municípios, tanto em recomposição quanto em repasses extraordinários devido à pandemia, diz ele, soma R\$ 50 bilhões. “Essa situação precisará ser administrada, já que em dezembro não haverá mais essa ajuda.”

No município de São Paulo as despesas com saúde avançaram mais que a média. No primeiro semestre, a alta foi de 20,3%, puxada por aumento de 39% de maio a junho. Em nota, a Secretaria de Saúde do município informa que o valor orçado atualizado para o ano é de R\$ 12,7 bilhões, o que significa 11% a mais que o orçado para 2019. Até 30 de junho foram liquidados R\$ 5,97 bilhões.

Os repasses estaduais e federais destinados ao combate à pandemia, diz a nota, devem somar até o fim do ano cerca de R\$ 1,19 bilhão. As ações hospitalares adicionais por causa da covid-19 foram cobertas pelas transferências até agosto, segundo a prefeitura. A partir de setembro, ainda sem previsão da continuidade das receitas ministeriais para os leitos de UTI, o tesouro municipal deverá arcar com as despesas decorrentes da pandemia. Não há, de acordo com a secretaria, previsão para redução de despesas em saúde, em decorrência das ações que deverão ser necessárias no período pós-pandemia. Os investimentos do período, como a implantação de novos hospitais, deverão ser aproveitados para o atendimento de outras demandas da população.

Em Curitiba, o secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento, Vitor Puppi, diz que espera alta em torno de 10% nos gastos com saúde neste ano. Segundo dados dos relatórios fiscais, as despesas liquidadas do município no primeiro semestre na área cresceram 10,6%, com alta de 13,7% na subfunção de assistência hospitalar e ambulatorial.

As compensações e repasses extraordinários do governo federal, diz Puppi, vêm amenizando parcialmente as perdas de arrecadação. A avaliação atual é que o município termine este ano com frustração de R\$ 100 milhões em relação às receitas previstas, segundo o secretário. O equilíbrio no ano deve resultar de remanejamento para ajustar as despesas. Os investimentos iniciados mantiveram seu curso com a ajuda de recursos de Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do município, formado com superávits de anos anteriores. Com isso, os investimentos da prefeitura com recursos próprios devem dobrar neste ano em relação a 2019.

Para o próximo ano, diz o secretário, esses recursos do fundo também podem garantir ao menos parte dos investimentos, ao lado de operações de crédito em contratação. O orçamento de 2021 do município prevê receitas um pouco menores que as de 2019, ao mesmo tempo em que as despesas seguem pressionadas e por isso exigiram remanejamento para manter o equilíbrio, afirma ele. Segundo Puppi, além de despesas com saúde e assistência social, pesou o impacto do isolamento social na arrecadação de tarifas do transporte público.

Os efeitos na saúde, diz Puppi, não devem ser diluídos rapidamente, apesar de um cenário que aponta para um controle maior da covid-19 no Estado do Paraná. Ele conta que procedimentos eletivos foram suspensos no município e que devem ser retomados. Ao mesmo tempo, afirma, o serviço público deve atender também pessoas que migraram do atendimento privado.

Jeferson Passos, secretário de Fazenda de Aracaju, tem avaliação semelhante. No município, diz ele, a pandemia contribuiu para uma alta de 24% nos gastos com saúde no primeiro semestre. A maior alta no decorrer da primeira metade do ano se deu no terceiro bimestre, quando os gastos na pasta subiram 36%, segundo dados do relatório fiscal do município. Os gastos na área não devem gerar aumento de custeio inesperado, já que as equipes adicionais foram contratadas em caráter

temporário e parte dos equipamentos adquiridos deve ser direcionada a uma maternidade já programada para ser inaugurada neste ano, segundo Passos.

Mesmo assim, diz ele, a redução imediata dos gastos com saúde não deve acontecer considerando o represamento do período de procedimentos eletivos que deixaram de ser realizados.

O crescimento mais acelerado de despesas com saúde do terceiro bimestre provavelmente persistiu em julho e agosto, diz ele. A perspectiva de redução de ritmo é a partir deste mês. “Haverá diminuição de despesas, mas não será ainda equivalente ao nível anterior da pandemia.” Desde julho, explica, estão sendo retomados os procedimentos eletivos que ficaram esperando atendimento durante o período de maior isolamento social.

Ao fim do ano, avalia ele, o crescimento de gastos com saúde deve ser de 10% contra o ano passado. A previsão, por enquanto, é de que as receitas empatem com as de 2019, já contabilizado o socorro do governo federal. “A relação de gastos deve subir de 20% da RCL [Receita Corrente Líquida] em 2019 para 22% neste ano.” Mesmo assim, a reorganização de despesas neste ano permitiu à prefeitura manter investimentos já iniciados. Segundo Passos, os investimentos da prefeitura até agosto aumentaram em 120% em relação aos aplicados em igual período do ano passado.

Em sentido contrário à média das capitais, o Rio de Janeiro, pelos dados dos relatórios fiscais, mostra queda de 13,6% nas despesas liquidadas com saúde no primeiro semestre de 2020, contra igual período de 2019. Procurada, a Secretaria de Fazenda do município esclarece que não estão contabilizados no número os contratos da Rio Saúde, que passou a ter relevância maior no orçamento da área, em substituição às Organizações Sociais. Contabilizando esses contratos, entre outros, e fazendo ajustes relacionados a despesas de exercícios anteriores, as despesas liquidadas com saúde no primeiro semestre deste ano somaram R\$ 2,36 bilhões, com alta de 1,35% em relação a igual período de 2019.

## Compras sem licitação custaram 183% a mais

Governo gastou R\$ 439 milhões para adquirir bens e serviços com valor equivalente a R\$ 155 milhões

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Entre 2018 e 2019, o governo federal gastou R\$ 439 milhões para adquirir bens e serviços que custavam R\$ 155 milhões. A despesa refere-se à compra de itens de baixo valor, que podem ser feitas sem a necessidade de licitação. Relatório concluído recentemente pela Controladoria-Geral da União (CGU) atesta a inviabilidade econômica dos atuais processos de compra e sugere a ampliação do uso dos cartões corporativos nesses casos.

Após ficar congelado por mais de 20 anos, o valor autorizado para dispensa de licitação foi reajustado em 2018, quando passou de R\$ 8 mil para R\$ 17,6 mil. À época, a CGU alegou que o processo licitatório era excessivamente custoso, em especial, para gastos de baixo valor. O novo estudo revela, porém, que, mesmo com a dispensa de licitação, essas contratações continuam dando prejuízo ao erário.

O problema principal é o custo operacional dessas operações e o grande volume de transações de baixo valor. Elas representam 61% do total de processos de aquisição feitos pelo governo, mas, em termos financeiros, a participação é irrisória: 0,54% do total. “O cúmulo da ineficiência é fazer eficientemente o que não precisa ser feito”, ironiza Sérgio Neiva, coordenador-geral de auditoria da CGU.



Atualmente, se um setor do governo precisa comprar um simples “pen drive” (em inglês, armazenador de arquivos digitais), o pedido tem que ser encaminhado a várias áreas da administração. Se a compra é aprovada, o ato de dispensa de licitação tem que ser publicada no “Diário Oficial da União”.

Cálculo feito pela própria CGU concluiu que, considerando as horas trabalhadas pelos servidores envolvidos, o “pen drive” custaria, em média, R\$ 4,4 mil à União.

Neiva admite ver como um paradoxo a situação em que o órgão responsável pela fiscalização pede afrouxamento dos controles. Ele defende mudança nas regras para evitar o rombo causado pelas compras de baixo valor.

A saída proposta pela CGU é a ampliação do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), que já é utilizado por vários órgãos e servidores para a aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como “suprimento de fundos”. Por esse meio de pagamento, as compras são mais ágeis e seguras, uma vez que as operações são registradas automaticamente.

O uso do cartão é autorizado, porém, para compras de até R\$ 1.760 por transação, o que acaba inviabilizando uma série de pagamentos. A proposta da CGU é que esse limite seja ampliado pelo menos até o valor equivalente ao custo operacional das dispensas de licitações, ou seja, R\$ 4,4 mil. Dessa forma, argumenta Neiva, ao menos as compras que hoje são “deficitárias”, do ponto de vista de sua eficiência, poderiam ser realizadas sem gerar ônus ao Estado.

“A utilização do cartão de pagamento ainda proporciona maior transparência dos gastos públicos, visto que as informações atualmente são disponibilizadas a toda a sociedade no Portal da Transparência”, justifica o estudo da CGU. O órgão lembra

ainda que, pelo modelo atual, as compras feitas por dispensa de licitação levam pelo menos 30 dias para serem concluídas.

Além da ampliação do limite do cartão, o estudo sugere que a Receita Federal altere instrução normativa que determina o recolhimento imediato dos impostos incidentes sobre compras governamentais. Essa exigência, de acordo com Neiva, torna muito mais burocrático e custoso o uso do cartão corporativo.

Os pleitos serão encaminhados à Receita pelo ministro da CGU, Wagner Rosário. “O atual contexto de restrição orçamentária, decorrente da crise fiscal iniciada em 2014 e com o agravamento devido à pandemia do coronavírus, torna necessária uma visão global e sistêmica, não fragmentada, do processo de compras públicas, de modo a modernizar e racionalizar procedimentos, principalmente ao se considerar o enxugamento de recursos humanos vivenciado, seja pela não realização de concursos públicos, seja pelo aumento de aposentadorias”, diz o estudo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania  
DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)  
TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Lojas de Lauro De Freitas vendem grátis em marketplaces com este app  
OLIST

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

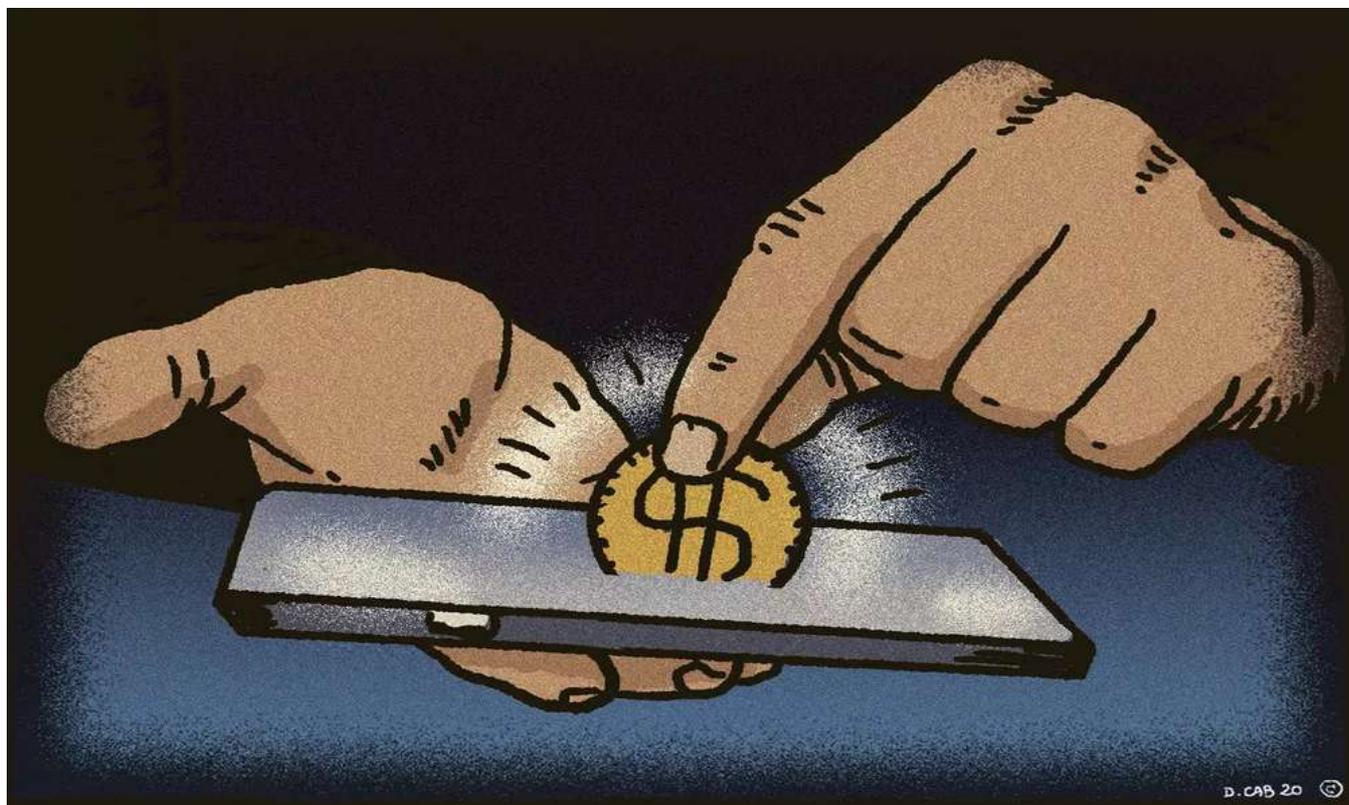
### LINK PATROCINADO

## Finanças digitais no pós pandemia

Os governos precisam investir em infraestrutura digital, ampliar o acesso, proteger cidadãos e seus dados

Por Maria Ramos e Achim Steiner

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

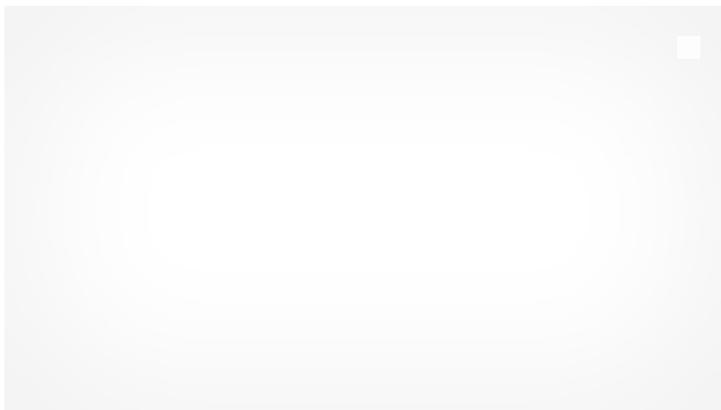


A crise atual e sem precedentes da covid-19 tem forçado bilhões de pessoas a trabalhar, se relacionar e consumir digitalmente. Esta mudança cria uma oportunidade histórica de revelar o potencial da digitalização para financiar um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A digitalização está transformando todos os aspectos das finanças. Mais de um bilhão de pessoas no mundo usam hoje plataformas móveis de pagamento, que estão transformando telefones móveis em ferramentas financeiras. As finanças digitais têm alavancado o big data e a inteligência artificial para apoiar avanços em criptomoedas e criptoativos, empréstimos de ponto a ponto, financiamento coletivo e mercados eletrônicos. Algoritmos vêm silenciando os barulhentos pregões, com muitas vendas de ações hoje feitas sem qualquer envolvimento humano.

## Os governos precisam investir em infraestrutura digital, colaborar internacionalmente para garantir que a governança global da tecnologia financeira seja inclusiva e responda a imperativos mais abrangentes de desenvolvimento

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O investimento na tecnologia financeira (fintech) vem alimentando esta transformação. Em 2018, o setor atraiu um valor recorde de US\$ 120 bilhões em financiamento de capital de risco, ou um terço do total global. Além disso, investidores financeiros despejam anualmente dezenas de bilhões de dólares para estimular a tecnologia digital.

A pandemia vem se provando um enorme incentivo a estes avanços. Transferências digitais de recursos têm permitido aos governos oferecer apoio financeiro imediato a seus cidadãos. Plataformas de financiamento coletivo mobilizam recursos para a compra de equipamentos médicos e socorro emergencial. O empréstimo baseado em algoritmos acelera os recursos que salvam a vida de pequenas empresas. De modo semelhante, plataformas de e-commerce têm facilitado às pessoas comprar

hoje e consumir depois como forma de apoiar o comércio local e preservar empregos.

Contudo, tais exemplos inspiradores mal arranham a superfície do que é ao mesmo tempo urgentemente necessário e possível. O mundo está literalmente inundado em trilhões de dólares. Em última análise, é dinheiro do povo, ganho e emprestado para depois ser gasto, poupado, investido e entregue a governos para que o usem em seu proveito. Em geral, porém, estes fundos não vão para o que a população quer e precisa. A desigualdade já vinha aumentando antes da crise, e agora está acelerando. Não só isso, o setor financeiro não está canalizando dinheiro e economias de modo eficiente para cuidar de desafios de desenvolvimento de longo prazo, como o aquecimento global e a destruição da biodiversidade.

A transformação digital pode alinhar melhor as finanças às necessidades das pessoas, o que se reflete nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em novembro de 2018, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, estabeleceu uma força-tarefa formada por líderes das comunidades financeiras, de políticas econômicas e de desenvolvimento para identificar maneiras de cultivar a digitalização para financiar os ODS. O painel já está concluindo suas considerações e apresentou seu relatório final ao secretário-geral, após ter mobilizado milhares de pessoas e instituições em diversos países.

A conclusão central da força-tarefa é que o potencial da transformação digital oferece uma oportunidade extraordinária de reiniciar as finanças públicas e privadas de modos que podem ajudar a cumprir os ODS. O chamado à ação do grupo busca envolver atores do mercado e tomadores de decisão, inclusive bancos central e instituições voltadas ao financiamento do desenvolvimento, para implantar a pauta de recomendações práticas da força-tarefa.

Esta pauta identifica cinco oportunidades sistêmicas para as tecnologias digitais melhorarem o impacto social e ambiental dos fluxos financeiros, e recomendam modos de avançar em cada um deles.

Para começar, a digitalização pode ter um papel crítico em garantir que os mercados globais de capital, que hoje têm uma avaliação de cerca de US\$ 185 trilhões, tenham

muito mais responsabilidade pelos riscos e resultados socioambientais. Segundo, o big data e as análises algorítmicas podem acelerar a liberação dos US\$ 5,2 trilhões de financiamento anual exigidos pelas pequenas e médias empresas de países em desenvolvimento.

Terceiro, novos rumos digitais, dos dispositivos móveis à supervisão controlada por blockchain do investimento em infraestrutura, podem permitir aos cidadãos canalizar suas economias anuais - que triplicaram nas últimas duas décadas para mais de US\$ 23 trilhões globalmente - para investimentos em energia limpa, transportes e saúde pública. Além disso, os países em desenvolvimento, que somados gastaram quase 20% do PIB global em nome de seus cidadãos, poderiam economizar de US\$ 220 bilhões a US\$ 320 bilhões por ano se digitalizarem seus pagamentos. Finalmente, o crescimento acelerado dos gastos do consumidor online estimula um uso maior de dados para incentivar o alinhamento com outros objetivos sociais e ambientais.

A força-tarefa também reconhece as barreiras e riscos envolvidos, sendo os mais óbvios os vãos excludentes na infraestrutura digital e uma distribuição desigual das capacidades. A digitalização corre o risco de perpetuar a discriminação contra mulheres e outros grupos. As finanças digitais, além disso, apresentam novas possibilidades de violações de dados, desvios e fraudes, e poderiam intensificar operações de curto prazo e concentração de mercado.

A pauta que propomos recomenda passos para lidar com vários destes problemas. Nacionalmente, os governos precisam investir em infraestrutura digital, ampliar o acesso, proteger cidadãos e seus dados, e alinhar ecossistemas de finanças digitais em evolução com um planejamento mais amplo de desenvolvimento sustentável. Além disso, os governos precisam colaborar internacionalmente para garantir que a governança global da tecnologia financeira seja inclusiva e responda a imperativos mais abrangentes de desenvolvimento.

As recomendações ambiciosas e práticas da força-tarefa chegam na hora certa. Ao permitir que as finanças digitais cresçam, o mundo pode lidar com os desafios e oportunidades decorrentes da crise atual e abordar necessidades de desenvolvimento no longo prazo. **(Tradução de Fabrício Calado Moreira).**

## Desvinculação para saúde e educação sofre resistência

Cúpula do Congresso vê poucas chances de os parlamentares aprovarem o fim da aplicação mínima de recursos para as duas áreas

Por Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa — De Brasília

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A cúpula do Congresso vê poucas chances de os parlamentares aprovarem o fim da aplicação mínima de recursos em saúde e educação prevista hoje na Constituição. A possibilidade de extinção vem sendo levantada pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta de emenda constitucional (PEC) do pacto federativo e do Orçamento de 2021.

Desde que foi indicado para a relatoria, Bittar vem defendendo o fim da vinculação de recursos para as duas áreas, mas a sugestão ganhou força após o parlamentar ter recebido sinal verde do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes. Mesmo com o aval do governo, integrantes da cúpula do Congresso acreditam que não há clima para se aprovar uma proposta dessa natureza, principalmente em um momento em que o país ainda enfrenta a pandemia do coronavírus, que teve saúde e educação como duas das áreas mais afetadas pela crise sanitária.

“Acho difícil reduzir o gasto para saúde e educação, ainda mais agora no meio da pandemia, quando educação vai ter que recuperar o tempo perdido e saúde ainda tem uma estrutura montada”, afirmou um influente parlamentar ao **Valor**. “Não faz sentido reduzir o valor em um ano que a saúde expandiu o gasto e que a educação vai precisar de gasto para o ano que vem e já está tudo comprometido.”



Ads by Teads

A iniciativa é vista com ceticismo por mais de uma ala do Poder Legislativo. Um importante deputado avaliou que os responsáveis pela concepção da medida “estão sonhando e estão vendo um Orçamento que não existe”.

Em conversas reservadas, parlamentares apontam que, se a ideia for adiante, o Palácio do Planalto e a equipe econômica repetirão erros já cometidos em projetos anteriores ao não consultar a cúpula do Parlamento sobre o sentimento de deputados e senadores em relação a determinadas medidas. Guedes vem insistindo na necessidade de “desindexar” o Orçamento.

Na prática, isso significaria reduzir gastos com saúde e educação, que por lei tem um piso de gastos. O movimento tem potencial para desgastar ainda mais a relação entre o chefe da equipe econômica e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Na semana passada, o parlamentar revelou que a interlocução com Guedes chegou ao fim. Diante da resistência a cortes nessas áreas, o entorno do ministro ainda quebra a cabeça para definir quais receitas poderiam ser cortadas para liberar recursos para as obras de saneamento e infraestrutura desejadas pelos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

A possibilidade de cortes vem gerando conflitos e expondo desavenças entre os auxiliares de Bolsonaro. Em agosto, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou o fim das operações de combate a incêndios florestais e ao desmatamento na Amazônia e no Pantanal por conta de possíveis cortes no orçamento. Poucas horas depois, ele voltou atrás e disse que as verbas haviam sido liberadas.

# Montadoras tentam prorrogar incentivos fiscais em MP

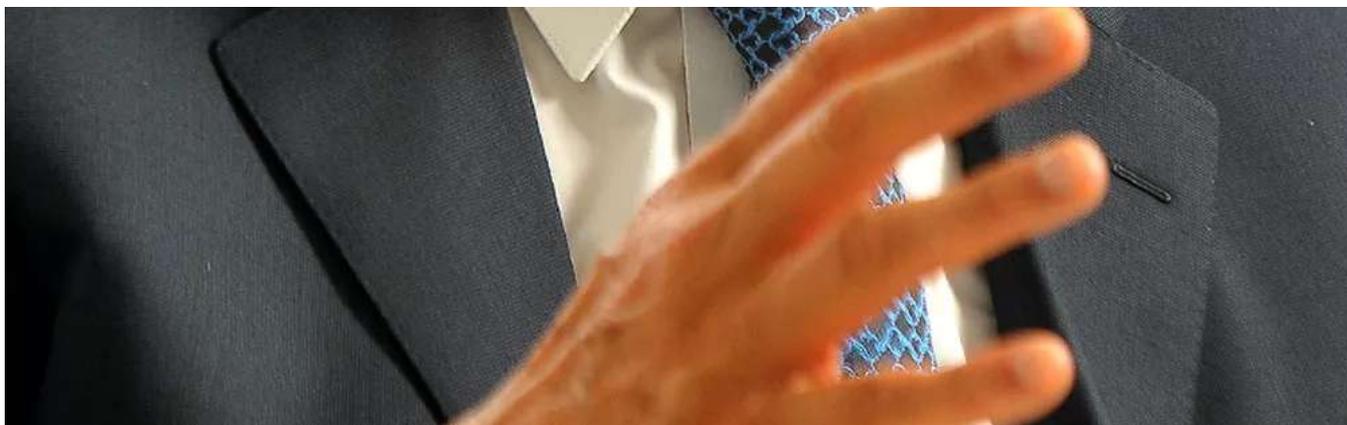
Políticos de Goiás trabalham para estender até 2025 benefícios a empresas instaladas no Estado

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





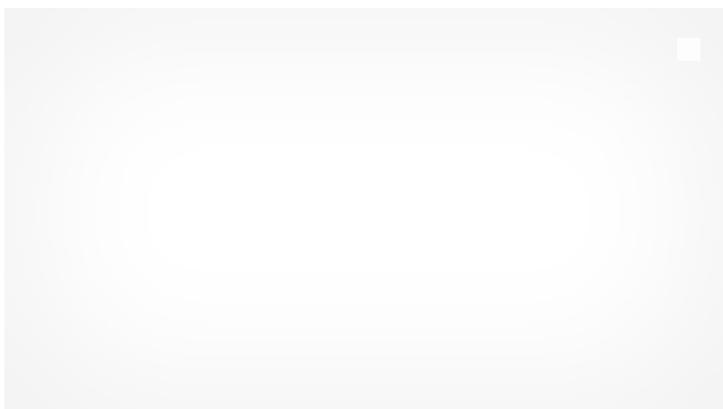
Ronaldo Caiado: Guedes entendeu a importância de manter o incentivo — Foto: Ruy Baron/Valor

As empresas automobilísticas instaladas em Goiás conseguiram incluir em uma medida provisória (MP), que deve ser votada na Câmara dos Deputados nos próximos dias, a prorrogação de um incentivo tributário milionário previsto para acabar em dezembro deste ano. A emenda acolhida pelo relator, o deputado André de Paula (PSD-PE), adia o fim do benefício para 2025.

A deputada Flávia Moraes (PDT), coordenadora da bancada de Goiás no Congresso, afirmou que a não aprovação causará enorme prejuízo. “Catalão e Anápolis são duas cidades muito importantes, com muitos empregos gerados por essas empresas. Uma ruptura agora, num momento tão crítico da economia, terá impacto muito grande”, disse ela.

O incentivo, porém, vai na direção contrária do que vem sendo defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que tentou impedir a prorrogação ainda no governo de transição. O custo é estimado em torno de R\$ 450 milhões por ano.

PUBLICIDADE



Questionada, a Receita Federal se recusou a informar os beneficiários do regime automotivo do Centro-Oeste, mas parlamentares de Goiás disseram que as principais empresas são a Hyundai (do Grupo CAOA) e Mitsubishi. O Grupo CAOA não se manifestou até a conclusão desta edição e o **Valor** não conseguiu contato com a Mitsubishi.

Maia pautou a MP para votação amanhã, mas, diante da polêmica sobre o incentivo, deve retirá-la de pauta. O acordo com os partidos é que a pauta desta semana será mais tranquila, só com projetos de consenso, por causa da reta final das convenções para escolha dos candidatos nas eleições municipais.

Para o deputado Glaustin da Fokus (PSD-GO), autor da emenda, o fim do benefício deixará as empresas de Goiás em desvantagem sobre as concorrentes e levará ao fechamento delas. “Se não houver mais o incentivo, essas empresas vão se deteriorar. Só em Catalão elas representam metade da riqueza da cidade”, disse.

Os parlamentares questionam que o regime automotivo do Centro-Oeste tem o fim previsto para dezembro de 2020 e não foi prorrogado, enquanto o regime automotivo do Nordeste, que tem como principais beneficiárias a Ford e a Fiat Chrysler Automobiles (FCA) e que também acabaria neste ano, foi adiado até 2025 no fim do governo Temer.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), está pessoalmente empenhado e diz que a aprovação faz parte de um acordo quando o benefício foi prorrogado para o Nordeste. “Em 2018 o Centro-Oeste foi excluído injustamente por falha do relator. Construimos esse acordo e agora ele está sendo cumprido. Falei como o ministro Paulo Guedes, que compreendeu a importância de igualar o período do incentivo”, disse Caiado, que é do mesmo partido dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e aliado próximo do presidente Jair Bolsonaro.

Há diferenças entre os dois modelos. O programa do Centro-Oeste concede um crédito de 32% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para fabricação de carros e caminhões, desde que as empresas invistam pelo menos 10% disso em

pesquisa e desenvolvimento de produtos. O do Nordeste, que prevê um redutor nos créditos ao longo dos anos, é baseado no PIS/Cofins.

A MP 987 foi editada pelo governo para prorrogar em dois meses o prazo de inscrição de novos projetos no Rota 2030, programa de incentivo à pesquisa e desenvolvimento da indústria automotiva de todo o país. O adiamento até 31 de agosto ocorreu porque o próprio governo não tinha publicado a resolução com as regras que deveriam ser seguidas pelas empresas.

Os deputados querem ampliar esse prazo para apresentação dos novos projetos até 31 de dezembro. Segundo o deputado Márcio Marinho (Republicanos-BA), autor da emenda, as empresas estavam funcionando com redução de pessoal ou até fechadas por causa da pandemia e precisam de mais tempo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Novo Luna Absoluta  
NATURA

### LINK PATROCINADO

Esta mãe ganhou o jackpot na Slotomania  
DOWNLOAD NA APP STORE | SLOTOMANIA APP

### LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)  
TINNITUS PRO

### LINK PATROCINADO

Lojas de Lauro De Freitas vendem grátis em marketplaces com este app  
OLIST

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que suga a gordura profunda depois dos 35 anos de idade  
LIPOSIL

## Setores defendem constitucionalidade de manter desoneração até o fim de 2021

Ideia de grupo constituído por 17 segmentos é aliar os argumentos jurídicos aos econômicos, como preservação de empregos

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



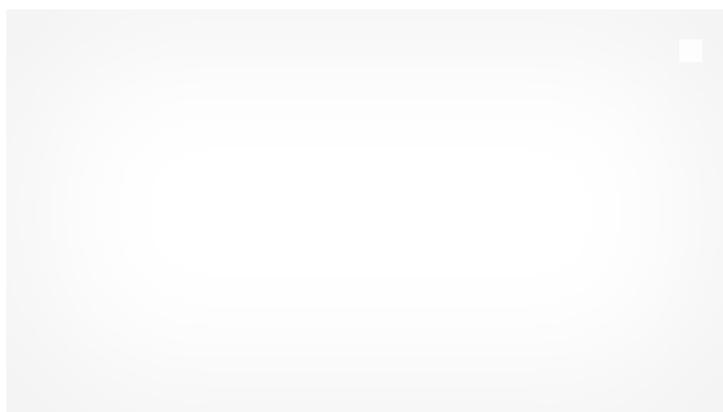
Gallindo: desoneração contribuiu para aumento do emprego no setor de TI — Foto: Silvia Costanti/Valor

Numa estratégia para ver derrubado o veto presidencial contra a prorrogação da desoneração de folha, os 17 setores beneficiados enviaram conjuntamente aos parlamentares um parecer jurídico defendendo a constitucionalidade da manutenção do incentivo até dezembro de 2021.

A ideia é aliar os argumentos jurídicos aos econômicos, como o de preservação de emprego e renda, na defesa da prorrogação do benefício. Criado em 2011, o incentivo é voltado especialmente a setores intensivos em mão de obra. A data para votação do veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ainda está em negociação. A expectativa é que entre na pauta do Congresso na próxima semana.

O benefício da desoneração chegou a contemplar 50 setores. Com a crise fiscal, seu alcance foi limitado. Hoje empresas de 17 setores podem calcular a contribuição previdenciária patronal com base num percentual do faturamento em vez de pagar 20% sobre a folha de salários. O incentivo vale até o fim deste ano. Com a pandemia, porém, os segmentos beneficiados defendem a prorrogação, que ajudaria a amenizar a pesada carga sobre folha, contribuindo para preservar empregos e facilitar a retomada após a crise sanitária.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A prorrogação foi incluída na MP 936, mas foi vetada pelo presidente na conversão para a Lei 14.020/20. Além de construção civil e transporte, também são beneficiados hoje os segmentos têxtil, de serviços de tecnologia, de calçados, call center e comunicação social, entre outros.

Sergio Paulo Gallindo, presidente-executivo da Brasscom, que reúne empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), diz que a desoneração contribuiu

para o aumento de 514 mil para 657 mil postos de trabalho nos segmentos de software e TIC de 2010 a 2019. Ao mesmo tempo, propiciou um crescimento das exportações de US\$ 523 milhões em 2010 para US\$ 2,5 bilhões em 2019, segundo ele. Isso ocorre porque a receita de exportação não é base de cálculo para os setores que estão na desoneração.

Luigi Nese, vice-presidente da Confederação nacional de Serviços (CNS), defende uma desoneração mais ampla, que atinja todos os setores, sendo financiada por um tributo sobre movimentação financeira cobrado a 0,81% sobre os saques, com potencial de arrecadação de R\$ 230 bilhões ao ano.

A ideia de uma desoneração ampla, também defendida pela equipe econômica, é bem-vinda, diz Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). “Não temos nada contra uma desoneração ampla. Mas não faz sentido deixar de prorrogar uma desoneração já existente dizendo que todos terão outra amanhã.” Uma desoneração mais ampla, avalia, requer consenso que demanda discussão e tempo. Ele diz que há muita incerteza na recomposição do capital de giro das empresas no pós-pandemia. “Ninguém religa uma economia como se acende uma lâmpada.”

Entre os argumentos para o veto presidencial, estava a falta de cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e de estimativa de impacto financeiro e orçamentário para o benefício, o que desrespeitaria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Parecer jurídico do escritório Mattos Filho diz, porém, que decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a necessidade de compensação orçamentária para medidas emergenciais resultantes da pandemia. Além disso, afirma o parecer, o projeto de lei de conversão da MP 936 previa que o Poder Executivo deveria calcular o montante da renúncia fiscal para inseri-la no Orçamento. Ainda segundo o parecer, ao mesmo tempo em que prorrogou a desoneração, o projeto de conversão também estendeu até dezembro de 2021 a cobrança de PIS e Cofins na importação de produtos dos setores beneficiados. A medida, além de garantir maior isonomia de tratamento com a produção nacional, resultaria em receita compensatória.

---

## Guedes e Marinho têm a relação mais tensa do governo

Conflitos começaram na derrota do modelo de capitalização para a Previdência

Por Maria Cristina Fernandes e César Felício — De São Paulo

08/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



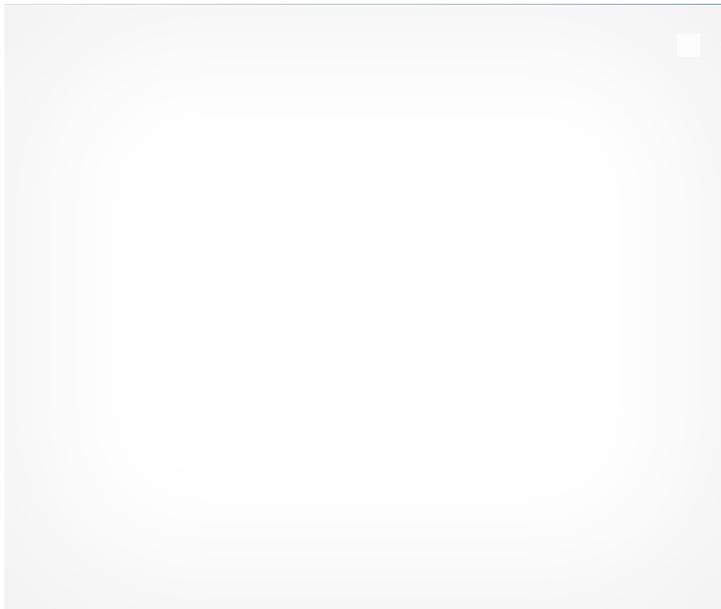
Marinho e Guedes: ministro do Desenvolvimento Regional é o único a enfrentar abertamente o titular da Economia — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados - 8/5/2019

Um caso ocorrido há 15 anos, quando era vereador em Natal, tornou Rogério Marinho alvo de uma reportagem da “Veja”. A revista mencionou ação civil de improbidade ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte depois de denúncia de funcionários fantasmas da Câmara de Vereadores na capital do Estado, à época presidida pelo atual ministro do Desenvolvimento Regional.

A revista cita uma intimação para depoimento que Marinho teria recebido no mês passado como o desdobramento mais recente do processo. O advogado de Marinho negou as acusações e disse que seu cliente as esclareceria à justiça.

Sua publicação coincide com o auge de seu antagonismo com o ministro da Economia. Na mesma edição da revista, Paulo Guedes é descrito como tendo retomado o protagonismo no governo a partir da reforma administrativa.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Os desentendimentos entre Marinho e Guedes, iniciados na negociação da reforma da Previdência, encabeçada pelo então secretário, se agudizaram depois de sua posse no Ministério do Desenvolvimento Regional em fevereiro deste ano.

Marinho foi apresentado a Guedes pelo presidente da República, de quem foi colega na Câmara dos Deputados. Apoiador de Geraldo Alckmin (PSDB), em 2018, o ministro foi sondado, ainda na campanha, por Bolsonaro, para compor o governo.

Num governo bolsonarista, o destino natural do parlamentar que fora derrotado na recondução para a Câmara depois de liderar a reforma trabalhista na gestão Michel Temer, seria a Pasta do Trabalho. Com sua absorção pelo superministério da Economia, porém, só haveria espaço para Marinho no governo se avalizado por Guedes.

Foram quatro entrevistas até a confirmação no cargo, acrescido, a pedido do novo secretário, da Previdência, cuja modelo de reforma do ministro era a capitalização, à la Chile. O tema era o predileto da catequese à qual Guedes submetia aqueles a quem encontrava pela primeira vez e também os secretários com quem convivia diariamente. Alguns passaram a ir às preleções com fone de ouvido.

A segunda viria com a Medida Provisória 905, da carteira verde-amarela, que se propunha a desonerar o empregador em até 30% dos custos de contratação. Para compensar o Tesouro, surgiu a ideia de taxar o seguro desemprego. Guedes revelaria, numa audiência pública no Congresso, que a ideia teria partido de Marinho. O ministro do Desenvolvimento Regional nunca o desmentiu publicamente, mas já se queixou a assessores de que sua ideia inicial era a de acabar com o desconto para aquisição de automóveis por portadores de deficiência. Teria sido por insistência do ministro da Economia que o seguro-desemprego entrara na roda.

Marinho ainda enfrentou, no cargo, a ofensiva dos aliados mais radicais de Guedes, como ex-secretário de desestatização, Salim Mattar, que costumava se queixar do excesso de fiscalização sobre os empregadores. Assessores chegaram a presenciar a ofensiva para que fosse tirado o nome “social” do “e-social”, cadastro digital que todo empregador tem que fazer para registrar as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados.

Quando a MP foi revogada, Marinho já deixara a Secretaria do Trabalho e da Previdência do Ministério da Economia para assumir o Desenvolvimento Regional, com o deslocamento de Gustavo Canuto para a Dataprev. No cargo, Marinho continuou a cultivar a relação com os ministros militares de quem se aproximou desde a reforma da carreira das Forças Armadas. Cabalou aliados para a ideia de que o Estado deveria ser reduzido para aumentar o investimento público e não para abater dívida.

Pouco mais de um mês depois de sua posse, acontecia a primeira morte de um brasileiro pela covid-19. E Marinho, articulado com os ministros da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, e da Casa Civil, Walter Braga Netto, conseguiu negociar com o Congresso a inclusão dos “efeitos sociais e econômicos” da pandemia entre aqueles que poderiam vir a ser minorados pelos recursos extras do chamado “Orçamento de guerra”.

Começaria ali outro capítulo da disputa que, àquela altura, já estava estabelecida entre o ministro da Economia e seu ex-secretário. Quando Guedes, que é do grupo de risco da covid-19, resolveu passar duas semanas no Rio, Marinho foi chamado pelo presidente ao Palácio do Planalto e ouviu dele a preocupação com o impacto da pandemia sobre ambulantes e trabalhadores de bares e restaurantes.

Marinho levou o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, para conversar com Bolsonaro. Ele teria dito ao presidente que o setor precisava de ajuda para continuar a pagar salário e evitar demissões em massa. Como Guedes não pôde comparecer, Bolsonaro resolveu levar o empresário até o Ministério da Economia.

Sentou Solmucci ao lado de Guedes e pediu que ele expusesse o problema. O ministro manteve a posição, sustentada até ali, de que não cabia ao governo pagar salário de empresa alguma. O presidente, segundo relato de interlocutores da conversa, os observava de uma cadeira afastada da mesa e só interferia para saber se Solmucci estava satisfeito. Foi dali que nasceu a MP 936, da redução de jornada e salário com complementação do Tesouro para os de mais baixos vencimentos.

Marinho, que preferiu não acompanhar Bolsonaro e Solmucci, acabou sendo responsabilizado por Guedes pela pressão. “Fui apunhalado pelas costas”, disse, dias depois, numa reunião com o presidente e o ministro do Desenvolvimento Regional. “Amarro o burro onde o dono manda”, rebateu Marinho. “Foi o presidente que pediu minha ajuda”.

Na reunião do dia 22 de abril, três semanas depois de editada aquela MP, tornou-se público aquilo que toda a Esplanada já sabia. O ministro do Desenvolvimento Regional era o único a enfrentar Guedes abertamente. “Não podemos começar uma

reunião com verdades absolutas e dogmas estabelecidos há cem anos”, disse Marinho. “Eu li Keynes três vezes no original antes de chegar a Chicago. Então pra mim não tem música, não tem dogma, não tem blá-blá-blá”, rebateu Guedes.

A escalada de confronto não parou até o conteúdo da reunião ser tornado público, um mês depois. A partir dali, os assessores do ministro do Desenvolvimento Regional passaram a colecionar os adjetivos que Guedes lhe atribuiu - de “fura-teto” a “desonesto”, passando por “traidor” e “eleitoreiro”.

A Marinho é atribuída a ambição pelo governo do Rio Grande do Norte em 2022. A partir de junho, a suposta pretensão ganhou um concorrente interno, o deputado federal pelo PSD potiguar, Fábio Faria, empossado ministro das Comunicações com a ambição de se cacifar para ocupar a cadeira que foi de seu pai, Robinson Faria, até a posse da governadora Fátima Bezerra (PT) em 2019.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia opera para aprofundar o conflito. A pretexto de defender a pauta fiscalista de Guedes, o deputado passou a questionar projetos e programas que dariam competitividade a Bolsonaro em 2022.

Até que, em julho, num encontro no Palácio do Planalto, Marinho, depois de sucessivamente desautorizado em suas negociações com o TCU e com o Congresso por Guedes, o atacou, na presença de Bolsonaro. Disse que Rodrigo Maia, "o político mais brilhante de sua geração", estava fazendo Guedes de bobo - versão para consumo público de um entrevero abaixo da linha da cintura.

Marinho tem rebatido a acusação de que fere normas fiscais ao deixar restos a pagar do Orçamento de guerra para viabilizar obras em 2021, dizendo que quita até hoje restos a pagar de 2011. Reclama ainda que Estados e municípios não usam o dinheiro da pandemia exclusivamente para a saúde, enquanto o governo federal se deixa ameaçar pelo TCU. Em todos esses argumentos, porém, se vê desautorizado pelo ministro da Economia.

Ao tirar o colega que tem traquejo de negociação política do jogo, dizem parlamentares e técnicos que acompanham a peleja, Guedes acaba ficando à mercê da avidez parlamentar. Para arrancar “x” de redução da máquina, deixa outro “x” empenhado no Congresso. Nas contas de quem manteve um pé no governo

anterior e hoje acompanha de perto a gestão Bolsonaro, negociações do ministro da Economia com os parlamentares já teriam custado quatro vezes o que pesaram sobre o erário as tratativas de Michel Temer para evitar o impeachment. Um exemplo disso foi o Fundeb, quando o Congresso, que já se conformara com uma participação da União em 20%, acabou garfando o erário nacional em 23%.

À frente de uma pasta que tem obras e ações em 5.270 municípios, ou seja, 94% do total, Marinho se vale de inaugurações para convidar parlamentares distantes do Palácio do Planalto, prestigiá-los junto a seus eleitores e, em troca, conseguir, por exemplo, que se ausentem em votações importantes para o governo como a dos vetos ao marco legal do saneamento.

Em outras frentes de batalha, como a da privatização, tem-se queixado da estratégia de se anunciar a venda de empresas em bloco, o que une adversários contra o governo. Tem encontrado, separadamente, senadores próximos a acionistas de empresas de economia mista, como a Eletrobras, e os convencido de que a elevação do preço de venda da companhia pode vir a acomodar interesses que se veem afetados pela operação.

É pela negociação com os parlamentares que abrigam, em suas emendas, projetos de sua pasta, que Marinho tem conseguido destravar os investimentos do Desenvolvimento Regional. No Orçamento de 2021, o ministério terá 14% a menos, uma marca quase tão ruim quanto o da Infraestrutura, garfado em 20%.

Nos Ministério do Desenvolvimento Regional a percepção é de que se não houver arregimentação para se manter o salário mínimo sem reajuste no Orçamento e para se aprovar a PEC emergencial, que impõe um gatilho nos gastos de custeio, o governo “vai colapsar”. Procurados, os ministros Paulo Guedes e Rogério Marinho, não quiseram se pronunciar.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE



**Por Maria Clara R. M. do Prado**

É jornalista e sócia-diretora da Cin - Comunicação Inteligen... [ver mais](#)

## As reformas, virtudes e falácias

O aumento exponencial das despesas com o funcionalismo federal é insustentável

08/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

De tudo o que lê e o que se ouve com relação às propostas de reforma em tramitação no Congresso Nacional fica a impressão de que, ao fim e ao cabo, corre-se o risco das mudanças necessárias ficarem uma vez mais limitadas ao campo da retórica.

Há uma disputa latente entre os poderes Legislativo e Executivo sobre o escopo da reforma tributária. O primeiro, com o apoio dos governos estaduais, tem chancelado uma ampla reestruturação no perfil e na forma de incidência dos tributos, abrigada em duas propostas de emenda constitucional - a PEC 45 na Câmara Federal e a PEC 110 no Senado - com a perspectiva de virarem uma única PEC a partir das discussões na comissão mista formada por parlamentares das duas casas do Congresso.

**Basta olhar os números para ver que o aumento exponencial das despesas com o funcionalismo federal é insustentável**



O avanço do tema no Legislativo deixa isolado o Executivo, que não consegue (ou não quer) chegar a um entendimento com os demais entes da República, desconhecendo que o Brasil se constitui politicamente como uma federação. A proposta do Ministério da Economia é fraca, simplória e capenga, como se não passasse de um subterfúgio com o objetivo de abrir caminho para a criação de um imposto ou contribuição sobre transações financeiras, a controversa CPMF que o governo tem chamado por enquanto de “tributo sobre pagamentos” e cuja sinalização corre em paralelo às discussões relacionadas à reforma tributária.

Na prática, funcionaria como um “tributo” adaptado à modernidade das práticas digitais, com abrangência para as operações bancárias efetuadas através da Internet - nos celulares, tablets ou computadores - seja diretamente nos sites dos bancos ou através dos seus apps. Essa contribuição vigorou até 2007 quando o Senado rejeitou a proposta do então governo para que fosse prorrogada. Outras tentativas desde então não seguiram adiante porque é um tributo de má qualidade. O apetite arrecadatário do Executivo federal, no entanto, parece desconsiderar a resistência dos políticos e da sociedade à CPMF.

No limite, ninguém quer perder receita fiscal, municípios, estados e União, mas isso só será assegurado, em equilíbrio, se houver empenho por uma reforma tributária global com o comprometimento do governo federal. Mas não apenas isso. A

condição básica para que a racionalização dos tributos funcione e seja longa, com a garantia de que não passará por novas rodadas de incremento de impostos e contribuições, é a aprovação ex-ante da reforma administrativa, aquela que pretende cortar os gastos com o funcionalismo público. Sim, porque o nosso é o país das despesas públicas de geração espontânea: para cada real a mais de arrecadação, há sempre um real a mais no campo dos gastos, para ficarmos restritos ao mais básico.

A reforma tributária é absolutamente necessária para acabar com as distorções que implicam duplicação de tributos, questionamentos jurídicos, regalias fiscais injustificadas, regressividade, enfim, um amontoado de entraves acumulado ao longo de muitos anos e que tornam o sistema de tributos brasileiro um dos mais complexos do mundo, além de custoso. Mas também precisa ser dito que nenhuma mudança no modus operandi da tributação tem o efeito de estimular a expansão da economia, a menos que venha acompanhada de redução do nível de impostos. Prometer crescimento a partir de uma reforma que tem sido vendida como “neutra” do ponto de vista da arrecadação é uma falácia, só entendida como peça de marketing com vistas à sua aprovação.

O que estimula o crescimento é o ajuste fiscal - equilíbrio entre despesas e receitas em patamar tal que viabilize o aumento do investimento privado - e para isso torna-se fundamental cortar gastos. Basta olhar os números apresentados na edição de sexta-feira deste jornal pela editora Claudia Safatle para saber que o aumento exponencial das despesas com o funcionalismo federal é insustentável. O mesmo ocorre a nível dos estados e dos municípios, de modo geral.

Não é plausível que uma economia em desenvolvimento com carga fiscal de cerca de 35% do PIB esteja amarrada em boa parte ao pagamento do custeio, despesas que nada agregam ao desempenho econômico porque esgotam-se em si mesmas. Ou seja, ficam no bolso de uma elite de funcionários com altos salários, gratificações, carros e motoristas sustentados pelo orçamento público, além de viagens e apartamentos funcionais, entre outros benefícios.

A proposta de reforma administrativa do funcionalismo - a PEC 32 da nova administração pública, como é chamada pelo governo - encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional na semana passada é uma iniciativa bem vinda que deve

anteceder as discussões da reforma tributária. Ela busca restringir as despesas de pessoal para os que ingressarem na carreira pública a partir de sua aprovação e introduzir algumas limitações às vantagens que hoje tornam os vencimentos médios dos funcionários do governo superiores àqueles pagos aos trabalhadores do setor privado.

O próprio governo indica que a despesa da União com os servidores públicos e funcionários das empresas estatais dependentes de verba orçamentária atingiu R\$ 109,8 bilhões no ano passado, bem acima dos R\$ 45 bilhões gastos nas mesmas rubricas em 2008. Um aumento de mais de 50% do gasto com pessoal só na esfera federal em apenas onze anos.

A rigor, para um resultado mais significativo nas contas do orçamento, os cortes deveriam atingir os salários dos servidores em atividade, aproveitando a prerrogativa de uma PEC para mudar as regras da Constituição que impedem hoje os governos de reduzirem os vencimentos de seus empregados. Aí sim, seria possível começar a falar a sério em ajuste fiscal e, quem sabe, até com redução da carga tributária.

Há muito em jogo e os caminhos não são fáceis, já se sabe. As despesas aumentaram na pandemia com a ajuda aos mais necessitados e o Planalto sinaliza com a prorrogação da renda mínima, um assunto mundialmente em pauta que acabou por ser apropriado pela vertente populista do governo. Não há teto de gasto que aguente! Por isso mesmo, faz-se necessário um grande entrosamento entre o Executivo e o Legislativo com vistas ao propósito maior de equacionar os graves problemas fiscais do país e que passe bem longe do aumento de impostos, a alternativa implausível defendida pelo ministro Paulo Guedes na figura do “tributo sobre pagamentos”.

**Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro “A Real História do Real”. Escreve mensalmente às terças-feiras. E-mail: mclaraprado@terra.com.br**